



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Nathan Henrique da Silva Lermen

“COMO SE ESTRANGULA UM LAVRADOR?”:

A história transnacional de um experimento colonizatório

(Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Suíça, c. 1930 - c. 1960)

Florianópolis

2023

NATHAN HENRIQUE DA SILVA LERMEN

“COMO SE ESTRANGULA UM LAVRADOR?”:

A história transnacional de um experimento colonizatório

(Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Suíça, c. 1930 - 1960)

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em História Global.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lermen, Nathan Henrique da Silva

"Como se estrangula um lavrador?" : A história transnacional de um experimento colonizatório (Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Suíça, c. 1930 - c. 1960) / Nathan Henrique da Silva Lermen ; orientador, Paulo Pinheiro Machado, 2023.
187 p.

2. História Transnacional. 3. História Rural. 4. História de Colônias Agrícolas. 5. Refugismo - Segunda Guerra Mundial. I. Machado, Paulo Pinheiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Nathan Henrique da Silva Lermen

“Como se estrangula um lavrador?”: A história transnacional de um experimento colonizatório
(Alemanha, Brasil, Espanha, Estados Unidos, França, Inglaterra e Suíça, c. 1930 - c. 1960)

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 10 de abril de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Prof. Dr. Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. João Klug

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em História.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Dr. Fábio Augusto Morales Soares

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Orientador

Florianópolis, 2023.

À Marcia Lermen

AGRADECIMENTOS

Ao Paulo Pinheiro Machado pela supervisão, orientação e atenção quanto ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Clifford Andrew Welch e Marcus Dezemone pelas recomendações e considerações elaboradas durante a banca de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, especialmente à Beatriz Gallotti Mamigonian e ao Henrique Espada Lima pelas contribuições - diretas e indiretas - a este trabalho.

À Beatriz Anselmo Olinto pela torcida e por todo o amparo dado durante o nascimento do projeto.

À CAPES pelo financiamento concedido.

Aos amigos espalhados entre o Pará, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro (obrigado com a ajuda no CPDOC, Pedro Sampaio!) que tornaram a trajetória do mestrado mais tranquila.

À Gabriela Hannemann pelos ouvidos emprestados e à Lays Oleniuk pelas distrações cotidianas.

Aos meus pais e à Lana pelo incentivo, apoio e suporte de toda a vida.

RESUMO

A pesquisa se dedica a examinar a criação de duas colônias fundadas na década de 1950 com o propósito de promover o desenvolvimento agrícola nacional: a Colônia Santo Antônio, localizada em Barra Mansa (RJ, Brasil) e a Colônia Pindorama, localizada em Coruripe (AL, Brasil). O projeto de construção foi baseado em um experimento dirigido pela Companhia Progresso Rural, uma empresa de colonização fundada em 1953 na cidade do Rio de Janeiro, tendo à frente da criação dois estrangeiros radicados no Brasil: René Henri Bertholet, suíço, e János Vayda, húngaro. A pesquisa utiliza a criação dos dois empreendimentos como o fio norteador para uma história transnacional das colônias ao conectar diferentes experiências dos diretores da companhia e de trabalhadores em níveis locais, nacionais e internacionais. Assume, portanto, uma perspectiva transnacional de análise ao adentrar em contextos plurais que tangenciam o fluxo de refugiados europeus e asiáticos do pós-II Guerra, os movimentos internacionais de resistência ao nazifascismo na França, a Guerra Civil Espanhola, a história do humanitarismo suíço, as diferentes conjunturas rurais de países latino-americanos, assim como a política cambial e econômica do Brasil na metade do século XX.

Palavras-chave: História Transnacional; Colônia Santo Antônio; Colônia Pindorama.

ABSTRACT

The research is dedicated to examining the establishment of two colonies founded in the 1950s with the purpose of promoting national agricultural development: Colônia Santo Antônio, located in Barra Mansa (RJ, Brazil), and Colônia Pindorama, located in Coruripe (AL, Brazil). The construction project was based on an experiment led by Companhia Progresso Rural, a colonization company founded in 1953 in the city of Rio de Janeiro, with two foreigners residing in Brazil at the forefront of its creation: René Henri Bertholet, a Swiss national, and János Vayda, a Hungarian national. The research utilizes the establishment of these two ventures as the guiding thread for a transnational history of the colonies, connecting different experiences of the company's directors and workers at local, national, and international levels. It assumes, therefore, a transnational perspective of analysis by delving into plural contexts that intersect the flow of European and Asian refugees in the post-World War II era, international resistance movements against Nazism and Fascism in France, the Spanish Civil War, the history of Swiss humanitarianism, different rural situations in Latin American countries, as well as Brazil's exchange rate and economic policies in the mid-20th century.

Keywords: Transnational History; Santo Antônio Colony; Pindorama Colony.

ZUSAMMENFASSUNG

Die Forschung widmet sich der Untersuchung der Gründung von zwei Kolonien in den 1950er Jahren mit dem Ziel, die nationale landwirtschaftliche Entwicklung zu fördern: Colônia Santo Antônio in Barra Mansa (RJ, Brasilien) und Colônia Pindorama in Coruripe (AL, Brasilien). Das Bauprojekt basierte auf einem Experiment, das von der Companhia Progresso Rural, einem 1953 in Rio de Janeiro gegründeten Kolonialisierungsunternehmen, geleitet wurde. An der Spitze der Gründung standen zwei im Brasilien ansässige Ausländer: René Henri Bertholet aus der Schweiz und János Vayda aus Ungarn. Die Forschung nutzt die Gründung dieser beiden Unternehmungen als Leitfaden für eine transnationale Geschichte der Kolonien und verbindet verschiedene Erfahrungen der Unternehmensleiter und Arbeiter auf lokaler, nationaler und internationaler Ebene. Sie nimmt daher eine transnationale Analyseperspektive ein, indem sie in pluralen Kontexten vordringt, die den Fluss europäischer und asiatischer Flüchtlinge in der Nachkriegszeit, internationale Widerstandsbewegungen gegen den Nazismus und Faschismus in Frankreich, den Spanischen Bürgerkrieg, die Geschichte des Schweizer Humanitarismus, verschiedene ländliche Situationen in lateinamerikanischen Ländern sowie die Wechselkurs- und Wirtschaftspolitik Brasiliens in der Mitte des 20. Jahrhunderts tangieren..

Schlüsselwörter: Transnationale Geschichte; Siedlung Santo Antônio; Siedlung Pindorama.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ilustração: Detidos na Gestapo	31
Figura 02 - Ilustração: Interrogatório	33
Figura 03 - Ilustração: O contato com a prisão das mulheres	35
Figura 04 - Ilustração: O julgamento	37
Figura 05 - Ilustração: Transferência para Luckau	38
Figura 06 - Ilustração: Cella de Luckau	39
Figura 07 - Ilustração: Três prisioneiros lendo	39
Figura 08 - Curso de treinamento: Walkmühle, 1925	54
Figura 09 - Dedicatória	57
Figura 10 - Capa do Sozialistische Warte, nº 1, ano 12 (01 jan. 1937)	58
Figura 11 - Ficha consular de imigração de János Vayda	75
Figura 12 - Ficha consular de imigração de René Bertholet	76
Figura 13 - Getúlio Vargas recebe membros da <i>Schweizer Europafilfe</i>	98
Figura 14 - Formulário de comunicação dos produtos importados	107
Figura 15 - Planta da Colônia Pindorama	113
Figura 16 - Crianças da Colônia Pindorama	115
Figura 17 - Crianças aguardam atendimento no posto médico da colônia	115
Figura 18 - Prensa de cana-de-açúcar em Pindorama	116
Figura 19 - A enfermeira cuida de crianças na cooperativa agrícola de Pindorama	116
Figura 20 - Mulheres e crianças em frente de uma cabana	117
Figura 21 - Maracujás plantados	117
Figura 22 - Crianças assistem a enfermeira Rotraut Recklies	118
Figura 23 - Prédio agrícola da cooperativa, farmácia à direita	118
Figura 24 - René Bertholet (à direita) e Willi Richter (à esquerda) na colônia	119
Figura 25 - Localização da Fazenda Santo Antônio em Barra Mansa (RJ)	122
Figura 26 - Sede da Fazenda Santo Antônio	123
Figura 27 - Projeto da Nova Cidade de Santo Antônio	125
Figura 28 - Planta de Santo Antônio	126
Figura 29 - Ficha consular de Anna Andrighi	129
Figura 30 - Ficha consular de Valério Andrighi	129
Figura 31 - Pe. João Ustarbowski na inauguração da colônia	135
Figura 32 - Cruzamento de estradas da Colônia Santo Antônio	136
Figura 33 - Trabalhadores em Pindorama	140
Figura 34 - Trabalhadores coletando água em Pindorama	140
Figura 35 - O engenheiro civil alemão Anton Magiera discute planos de construção	141
Figura 36 - Um trabalhador alemão, três trabalhadores alagoanos e uma criança	141
Figura 37 - Fazenda da cooperativa em Pindorama	142
Figura 38 - Fábrica de suco de maracujá	142
Figura 39 - Quadro administrativo da cooperativa agrícola Pindorama	143
Figura 40 - Mulheres e crianças em frente à uma cabana	143
Figura 41 - Lavradores em Santo Antônio	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
BIB - 1º Batalhão de Infantaria Blindada
BOC - *Bloque Obrero y Campesino* (Bloco Operário e Camponês)
CACEX - Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil
CEXIM - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil
CGT - *Confédération Générale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho)
CIA - *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência)
CIC - Conselho de Imigração e Colonização
CITAL - *Compañía Chileno-Italiana de Colonización* (Companhia Chileno-Italiana de Colonização)
CPR - Companhia Progresso Rural
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional
DED - *Deutscher Entwicklungsdienst* (Serviço Alemão de Desenvolvimento)
DPS - *Displaced Persons* (Deslocados)
EPR - *Ejército Popular de la República* (Exército Popular da República)
ERC - *Emergency Rescue Committee* (Comitê de Resgate de Emergência)
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
GAE - *Gesellschaft für agrarische Entwicklung* (Associação para o desenvolvimento agrícola)
HEKS - *Hilfswerk der evangelischen Kirchen der Schweiz* (Ajuda Mútua Protestante Suíça)
ICE - *Izquierda Comunista de España* (Esquerda Comunista da Espanha)
IRA - *International Relief Association* (Associação Internacional de Socorro)
IRC - *International Rescue Committee* (Comitê Internacional de Resgate)
KEAS - *Kommission für Auswanderung und Siedlung* (Comissão para Imigração e Colonização)
KPO - *Kommunistische Partei-Opposition* (Partido Comunista da Alemanha - Oposição)
MPF - SP, S - *Ministère Public Fédéral - Service de Police, Suisse* (Ministério Público Federal - Serviço de Polícia, Suíça)
NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)
OIR - *International Refugee Organization* (Organização Internacional de Refugiados)
OSS - *Office of Strategic Services* (Escritório de Serviços Estratégicos)
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCE - *Partido Comunista de España* (Partido Comunista da Espanha)
PICMME - *Comité intergouvernemental provisoire pour les mouvements migratoires d'Europe* (Comitê Intergovernamental Provisório para a Migração Europeia)
POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
POUM - *Partido Obrero de Unificación Marxista* (Partido Operário de Unificação Marxista)
PSD - Partido Social Democrático
PSOE - *Partido Socialista Obrero Español* (Partido Socialista Operário Espanhol)
PSUC - *Partit Socialista Unificat de Catalunya* (Partido Socialista Unificado da Catalunha)
PVC - Promessas de Venda e Compra

SAH - *Schweizerisches Arbeiterhilfswerk* (Ajuda Operária Suíça)

SAHW - *Schweizerische Arbeiterhilfswerk* (Organização Suíça de Assistência aos Trabalhadores)

SEH - *Schweizer Europahilfe* (Ajuda Suíça à Europa)

SPD - *Sozialdemokratische Partei Deutschlands* (Partido Social-Democrata da Alemanha)

SRK - *Schweizerische Rote Kreuz* (Cruz Vermelha Suíça)

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN - União Democrática Nacional

UGT - *Unión General de Trabajadores* (União Geral dos Trabalhadores)

LISTA DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Federal Suíço - Berna, Suíça (SFA)
Arquivo Nacional, Brasil - Rio de Janeiro, Brasil (AN)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa, Portugal (ANTT)
Arquivo da Social-Democracia - Berlim, Alemanha (AdsD)
Biblioteca Central e Regional - Berlim, Alemanha (ZLB)
Biblioteca Nacional Austríaca - Viena, Áustria (ÖNB)
Biblioteca Nacional da França - (Gallica), França (BnF)
Centro de Documentação e Memória Fazenda da Posse - Barra Mansa, Brasil (CDMFP)
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Rio de Janeiro, Brasil (CPDOC)
Fundação Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro, Brasil (BN)
Instituto Leo Baeck - Nova Iorque, Estados Unidos (LBI)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
ZUSAMMENFASSUNG	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
LISTA DE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS	xii
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - OS ANTECEDENTES: TRÂNSITOS TRANSNACIONAIS	27
1.1. O diabo entusiasmado entre fronteiras: Berlim e o Lago Léman	27
1.2. Catalunha, Paris, Londres e Zurique: sobre impressos, traslados e a guerra	52
1.3. Conexões internacionais para a ajuda humanitária	63
CAPÍTULO II - OS TRÂMITES: DA ORGANIZAÇÃO ÀS FUNDAÇÕES.....	78
2.1. Refúgios rurais.....	78
2.2. Companhia, leilões e mal-entendidos.....	91
2.3. Bem-vindos às colônias	111
CAPÍTULO III - OS TRABALHADORES: PERFIS E IMPASSES	127
3.1. Nacionais, europeus e asiáticos	127
3.2. Denúncias de um israelense	145
3.3. Lavradores estrangulados	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
FONTES	175
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

Há cerca de três anos, eu pesquisava a história de uma comunidade rural de imigrantes no interior do estado do Paraná, constituída em 1951 por suábios danubianos que vieram ao Brasil logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Na época, eu estava buscando novas fontes sobre o processo de colonização e a tramitação das negociações que possibilitaram a construção da colônia agrícola localizada no município de Guarapuava. Enquanto investigava uma das principais instituições envolvidas nesse processo, encontrei um relatório contendo diferentes nomes de pessoas que participaram do corpo de empregados da organização. Tratava-se de estrangeiros vinculados a projetos de ajuda humanitária, comprometidos, mais especificamente, com a realocação de refugiados e deslocados de guerra entre territórios diversos. Por curiosidade, comecei a pesquisar alguns dos nomes.

Nesse primeiro momento, a imprensa nacional foi utilizada como o principal conjunto de fontes para a busca de informações. Localizei dois nomes presentes naquele relatório em uma série de notícias, mas uma em especial chamou minha atenção. Intitulada “Como se estrangula um lavrador?” de 1962, vinculada ao jornal fluminense “Luta Democrática”, a matéria versava sobre as insatisfações de trabalhadores rurais em uma colônia-fazenda da região de Barra Mansa, no sul do estado do Rio de Janeiro. O estrangulamento era uma alusão às mudanças contratuais impostas pela companhia de colonização responsável pela administração da localidade, principalmente em relação ao aumento do valor sobre as terras, o que dificultava o pagamento por parte dos trabalhadores. Os nomes relacionados aos diretores da companhia eram os mesmos que estavam no meu primeiro relatório, envolvidos também em algumas negociações da colônia guarapuavana.

Dessa forma, minha intenção de pesquisa migrou do Paraná para o Rio de Janeiro, sob proposta inicial de investigação dos conflitos que ocorreram na fazenda de Barra Mansa entre as décadas de 1950 e 1960. A fazenda, cujo nome era Colônia Santo Antônio, possuía cerca de 60 trabalhadores rurais distribuídos em conjuntos de glebas agrícolas destinadas ao plantio e ao abastecimento hortifrutigranjeiro da região sul-fluminense, especificamente aos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda. Meu interesse recaiu sobre a interação entre refugiados europeus/asiáticos e nacionais brasileiros, trabalhadores da fazenda, reunidos numa miscelânea étnica e movidos, conforme detalhes da imprensa fluminense, numa luta pela garantia de melhores condições de trabalho. Era uma oportunidade de compreender os movimentos migratórios de refugiados para o Brasil do pós-Segunda Guerra, o estabelecimento destes nos

campos agrícolas nacionais e as relações ou tensões entre patrões e trabalhadores à luz da história do trabalho e da história agrária.

Tal proposta não se alterou, mas, de certa forma, ampliou-se. Conforme pesquisava a história da companhia envolvida, encontrei registros que apontavam para a criação de um outro projeto localizado a 2000 quilômetros de Santo Antônio: a Colônia Pindorama, no Estado de Alagoas. Notei que ambos os projetos estavam conectados a uma série de outras localidades e acontecimentos, seja pela história dos fundadores da companhia ou pela história dos próprios trabalhadores. Como à época estudava abordagens historiográficas preocupadas em transcender as fronteiras dos Estados-nação, compreendi que, talvez, fosse necessário ampliar minha atenção sobre os processos externos que moldaram as fazendas, numa tentativa de “religar” as diversas experiências daqueles indivíduos.

Essa atenção do olhar sobre a expansão dos limites fronteiriços é um dos reflexos envolvendo as mudanças historiográficas que ocorreram entre as décadas de 1980 e 1990, mais especificamente sobre as implicações da globalização em relação às ciências. Esse processo transcendeu e integrou fronteiras nacionais a partir da ampliação dos sistemas de comunicação, de tecnologia e movimentações populacionais frequentes. Sendo assim, essa interferência cada vez mais constante nos quadros nacionais demandou uma atenção especial de historiadores, como cientistas sociais de áreas plurais, para a insuficiência explicativa sobre as novas dinâmicas do mundo contemporâneo.¹ Foi nesse momento que os termos "global" e "transnacional", por exemplo, ganharam cada vez mais espaço nas produções acadêmicas do período.²

¹ Era o oposto da tradicional historiografia europeia que, em meados do século XIX, empregava o Estado-nação como seu objeto principal de análise e unidade fundamental de pesquisa ao debater o surgimento de cada país a partir de discussões sobre a economia, a sociedade, a política e por vezes, a cultura, cf. IRIYE, Akira. **Global and transnational history: the past, present, and future**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, p. 05-10.

² No final do século XX, popularizou-se os chamados “procedimentos relacionais” que incluíam as renovações de alguns métodos já estabelecidos na historiografia e o surgimento de novas abordagens, como a história transnacional e a história conectada. Barros menciona pelo menos três formas, para além das renovações da História Comparada, que se propõem a findar com a limitação de análises interfronteiras: História Cruzada, História Conectada e História Entrelaçada. A modalidade de “História Transnacional” frequentemente se alinha e se combina às três anteriores. Para uma análise de tais modalidades cf. BARROS, José D'Assunção. Histórias Cruzadas - considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014. Como aponta D'Assunção Barros, certos temas estão afins à história conectada já que esse procedimento pode guiar a pesquisa para além das fronteiras regionais e/ou nacionais de forma a se deslocar entre diferentes grupos sociais, étnicos, classes e categorias profissionais. Na definição do historiador, a História Conectada é um livre fluir historiográfico na qual o pesquisador está a surfar "através das ondas de um grande mar no qual parecem ter se dissolvido todos os recortes tradicionais." Ou ainda, sob definição de Serge Gruzinski, é uma abordagem pela qual “o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam.” Tais histórias podem constituir - ou não - as chamadas histórias transnacionais, dependendo do objeto e dos problemas levantados pelo historiador, GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, 2001, p. 176. Dessa forma, esse

Conforme a definição de Pierre Yves-Saunier, a história transnacional é uma abordagem relacional que concentra sua atenção nas formações, circulações e conexões entre unidades espaciais, além de se atentar para as formas como elas foram feitas, não feitas e desfeitas.³ Ela direciona seus esforços para uma história dos movimentos e das redes transnacionais, por isso pode ser uma aliada proveitosa quando o objeto de pesquisa envolve a circulação de diferentes atores, como é o caso de humanitários, comerciantes ou refugiados, bens e ideias, além de ser uma possibilidade para a identificação de ações envolvendo organizações internacionais e fundações filantrópicas cujas atividades ultrapassam países e continentes. Dessa forma, essa perspectiva captura conexões internacionais e detecta a circulação de determinados objetos que são compartilhados por pessoas e/ou comunidades.

No entanto, como indicado por Saunier, essa abordagem possui uma natureza provisória e ainda é jovem, assim sua definição permanece fluida dentro do debate acadêmico. Tal perspectiva pode ser confundida com outra, a internacional, pois ao passo que a história social e a história cultural se estabeleciam entre os anos 1960 e 1970, a chamada história diplomática, presente desde o século XIX sob foco nos estudos das políticas externas, atualizava-se em termos de possibilidades de pesquisa, como a investigação sobre a opinião pública internacional e as políticas partidárias. Foi na década de 1970 que passou a ser chamada de "história internacional" na academia britânica e de "história das relações internacionais" na academia estadunidense, com foco na nação como uma unidade de análise e quase sempre com as grandes potências predominando em pesquisas direcionadas aos grandes eventos diplomáticos e militares desses países.⁴

procedimento relacional possibilita aproximar diferentes experiências e encadear as narrativas de forma a renovar alguns esforços já empreendidos pela História Comparada. O termo “História Conectada” foi empregado por Sanjay Subrahmanyam como uma abordagem a trabalhar com “áreas culturais” a partir da identificação das dinâmicas de circulação de objetos, ideias, recursos e pessoas. Tal abordagem se distanciou de uma historiografia pautada em documentação predominantemente europeia e buscou assinalar as relações e conexões entre localidades opostas. A história conectada se interessa pelos estudos das interações possíveis entre aquilo que é local e aquilo que é supra-regional, podendo ser lida como um desdobramento da transnacionalidade, cf. BARROS, 2014, p. 285- 286 e SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 735-762, 1997. Na visão de Sanjay Subrahmanyam, a história conectada é uma abordagem limitada aos trabalhos inscritos cronologicamente entre os séculos XVI e XVIII. Para o autor, esta não possui efeito sobre os séculos XIX e XX, sobretudo por causa da dominação da história nacional no período. Para ele, o emprego da "História Transnacional" seria a mais adequada para pesquisas sobre séculos posteriores, cf. ETTER, Anne-Julie; GRILLLOT, Thomas. “O gosto pelo arquivo é poliglota. Entrevista com Sanjay Subrahmanyam.” In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). **Por uma história-mundo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 52-54.

³ SAUNIER, Pierre-Yves. **Transnational History**. London: Palgrave Macmillan, 2013, p. 02.

⁴ Ainda que as unidades de pesquisa tenham se centrado nas histórias nacionais, pesquisadores da história comparada já elaboravam estudos que compreendem fenômenos em diferentes países. No entanto, o número de trabalhos era consideravelmente menor e frequentemente estavam centrados na história nacional em comparação a alguma outra, cf. IRIYE, *op. cit.*, p. 05.

O transnacional e o internacional não são sinônimos, ainda que não estejam totalmente dissociados. A história internacional, tradicionalmente, dimensionou seus esforços aos estudos de guerra e paz, em análises centradas nos nacionalismos e suas interações internacionais, como acordos diplomáticos e econômicos. Já o transnacional tende a explorar o grau de influência que forças externas possuem dentro de determinada sociedade.⁵

Bernhard Struck, Kate Ferris e Jacques Revel apontam que o transnacional objetiva adicionar mais perspectiva aos níveis espaciais que impactaram a formação de nações e vidas individuais. Isso porque assume que Estados-nação são apenas uma dimensão entre tantas outras possíveis, que vão desde a história global e sua dinâmica internacional até os níveis regionais (supra e subnacionais) com locais e indivíduos delimitados geograficamente. É necessário frisar que essa perspectiva reconhece a importância do Estado-nação para a maior parte da história moderna, mas não o trata como um recipiente hermeticamente fechado. Isso porque procura analisar forças externas e processos que moldaram as sociedades nacionais em seu passado.⁶

A história transnacional fomenta pelo menos três elementos de reflexão. O primeiro é a historização de contatos entre comunidades e sociedades com o objetivo de compreender as trocas e as interações em diferentes momentos, a fim de avaliar os níveis de integração e desintegração entre unidades territoriais diversas (como cidades, países, regiões e continentes). Em segundo lugar, avalia as contribuições e influências estrangeiras na construção de comunidades e sociedades, bem como o movimento contrário, ou seja, a maneira pela qual as localidades influenciaram o estrangeiro. E, por fim, se atenta às organizações e indivíduos que atuam e se estabelecem entre essas unidades.⁷ Para Pierre-Yves Saunier, essas três características marcam as distinções entre a história transnacional e a história global, pois de acordo com a definição do “*Journal of Global History*”, essa última se atentaria aos principais fenômenos de mudança global ao longo do tempo, assim como as diferentes histórias ligadas à globalização.

⁵ De acordo com Akira Iriye, a história global inclui tanto a história internacional quanto a história transnacional, ainda que o historiador japonês considere essa última como uma abordagem mais indicada aos estudos de indivíduos e de comunidades. A história transnacional também se interessa pela atuação de organizações, como o caso de ONGs e grandes empresas não circunscritas em um único Estado, cf. IRIYE, Akira. *Réflexions sur l’histoire globale et transnationale. Cahiers d’histoire: revue d’histoire critique*, n. 121, 2013, p. 89-106.

⁶ STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: space and scale in transnational history. *The International History Review*, v. 33, n. 4, 2011, p. 576.

⁷ A perspectiva transnacional não só revela as incorporações plurais de determinadas nações, mas joga luz às histórias subnacionais. À exemplo das histórias sobre trajetórias empreendidas por migrantes que iniciam em localidades específicas, como uma cidade ou uma vila, e capturam os fluxos, os laços e as formações em unidades que variam do infranacional a territórios supranacionais, cf. SAUNIER, *op. cit.*

A história global, como tentativa de estabelecer as diferentes e mutáveis formas de integração e convergência em nível planetário, atravessa os últimos 500 anos, traçando o curso da globalização desde a circunavegação do mundo. A perspectiva transnacional é de alcance muito mais curto, mesmo que deva reconhecer tendências e padrões passados. Obviamente, a circulação de bens, ideias, capital e pessoas não começou nos últimos 200 anos (ou mais), e muitos desenvolvimentos neste período tardio ocorreram dentro e contra os padrões existentes. Se quisermos avaliar o que o desenvolvimento dos Estados nacionais e seus ideais de projeção externa e homogeneidade territorial introduziram como condições e possibilidades em termos de direção, conteúdo e orientação desses fluxos, devemos considerar sua implantação e estrutura anterior. [...] A periodização da história transnacional também é flexível (tradução nossa).⁸

Para Saunier, as histórias transnacionais não se encarregariam de compreender mudanças em um escopo de dimensão planetária. No entanto, a compreensão do autor sobre a história global incide em uma orientação macroespacial, o que não é consenso dentro dessa historiografia ainda em construção.⁹ Sebastian Conrad, por exemplo, considera que os estudos sobre um objeto concreto em sua especificidade espacial - que o posiciona dentro de contextos globais - podem ser uma das formas mais enriquecedoras de se estudar processos globais e suas manifestações locais.¹⁰

A história transnacional se concentra em fenômenos geograficamente limitados e se atenta às "dimensões fluidas e interligadas no processo histórico, estudando as sociedades a partir do contexto de entrelaçamentos que as moldaram e para os quais, por sua vez, elas contribuíram."¹¹ Por essa razão, as histórias transnacionais focam nas maneiras pelas quais as mobilidades, circulações e transferências afetaram as dinâmicas sociais, investigando as formas pelas quais determinadas localidades se inscreveram no mundo e como este mundo influenciou e produziu efeitos sobre sua existência.¹² Estudos como estes remontam a uma longa tradição

⁸ "Global history, as an attempt to establish the different and changing forms of integration and convergence at the planetary level, ploughs the last 500 years, charting the course of globalization since the world was circumnavigated. The transnational perspective has a much shorter range, even if it ought to acknowledge previous trends and patterns. Obviously, the circulation of goods, ideas, capital and persons did not start in the last 200 years or so, and many developments in this late period happened within and against existing patterns. If we want to appraise what the development of national states and their ideals of external projection and territorial homogeneity introduced as constraints and possibilities regarding the direction, content and orientation of these flows, we need to consider their previous deployment and structure. The periodisation of transnational history is also flexible", cf. *Ibid.*, p. 08-09.

⁹ Sobre as interpretações da história global, cf. CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019, p. 17-22.

¹⁰ *Ibid.*, p. 159.

¹¹ *Ibid.*, p. 61.

¹² O interesse da história global em cruzar os limites fronteiriços não é considerado novidade para a historiografia, há de se citar abordagens e metodologias que permanecem relevantes nos estudos globais sobre as dinâmicas do mundo contemporâneo, entre elas: estudos comparativos, teoria dos sistemas-mundo, estudos pós-coloniais, múltiplas modernidades e a própria história transnacional. A existência dessas abordagens não implica numa disputa metodológica entre elas, mas é perceptível uma mútua influência entre todas. São abordagens que exploram diferentes problemas históricos ao transcenderem as fronteiras de Estados-nação, de impérios e outras formas de

de pesquisa sobre o rastreamento de fluxos e de trocas que ocorreram para além de fronteiras, como o caso daqueles produzidos por Marc Bloch, Fernand Braudel e Lucien Febvre no século XX.¹³

Conrad comenta que existe uma relação de proximidade bastante estreita entre a história transnacional e a história global. Tal proximidade chega a confundi-las, já que ambas vão além das chamadas análises internalistas, transcendendo a compartimentação da realidade histórica. Uma das contribuições dessa abordagem é tornar as histórias nacionais mais dinâmicas e complexas em relação à sua constituição e ao processo histórico. Isso é possível porque esses empreendimentos não abandonam a história nacional, mas a ampliam no sentido de transnacionalizá-la. Esse entrelaçamento de histórias fornece um quadro mais vasto sobre o passado nacional e situa a localidade como parte integrante de processos globais mais amplos.¹⁴

Adotar uma abordagem transnacional/global sobre a pesquisa não implica no abandono da história nacional, mas eleva a possibilidade de contribuição sobre a compreensão de nações.¹⁵ Para Kuntz-Ficker, as questões ligadas à transnacionalidade são potencialmente globais, no entanto, sua abrangência geográfica não é predeterminada. Eles são entendidos como estudos preocupados com movimentos, circulações e fluxos supranacionais em seu conjunto, mas são limitados espacialmente.¹⁶ A nebulosidade entre os limites da história transnacional e história global é também debatida por Akira Iriye - para ele, as duas compartilham a ambição de ultrapassar fronteiras nacionais e localizar interconexões entre diferentes pontos, todavia a existência de dois termos implica em algumas diferenciações. A popularidade do termo "transnacional" foi consideravelmente maior, em parte, porque os

organização governamentais. Sebastian Conrad analisa e identifica os limites e as potencialidades de cada uma dessas abordagens, cf. *Ibid.*, p. 53-80.

¹³ Alguns estudos já exploravam as migrações e as diásporas, mas não eram rotulados como estudos transnacionais, cf. STRUCK; FERRIS; REVEL, *op. cit.*

¹⁴ A nível metodológico, um limite da abordagem transnacional, apontado por Conrad, refere-se ao frequente aceno ao global, mas sem o fazê-lo. Ou seja, o global em muitas obras desse tipo de abordagem está mais para um pano de fundo para situar o nacional, mas sem compreender os problemas de causa e efeito inerentes entre essas duas relações. Conrad utiliza "*A Nation among Nations*" de Thomas Bender para exemplificar seu argumento. Outro apontamento do autor diz respeito ao termo "transnacional", já que por definição, esse tipo de abordagem não poderia ser aplicada à Idade Moderna, por não haver formação de Estados-nação. E mesmo para o século XIX, o conceito transnacional operaria melhor para sociedades ocidentais do que para o Oriente, por isso alguns autores optam pelo uso do termo "transregional" ou "translocal", cf. CONRAD, *op. cit.*, p. 62-63.

¹⁵ Reflexo sobre o boom de pesquisas que ultrapassaram fronteiras foi o lançamento do "*The Palgrave Dictionary of Transnational History*" que reuniu uma série de conceitos e temas ligados à influência da transnacionalidade. Sobre o estudo lexical e a aplicabilidade do termo "transnacional" pela historiografia, cf. IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Yves. **The Palgrave Dictionary of Transnational History**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

¹⁶ Existe uma confusão sobre o significado de diferentes termos aplicados à historiografia dos últimos anos: história global, mundial, universal e transnacional são por vezes compreendidas como uma única perspectiva, sendo este problema derivado da proximidade de objetos, questões e métodos entre elas. Para uma distinção conceitual e sobre as possibilidades de aplicabilidade envolvendo cada termo na historiografia, cf. KUNTZ-FICKER, Sandra. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66524>. Acesso em: 11 maio 2022.

historiadores compreendiam que seu uso contribuiria para o estudo do passado de sua nação, ou seja, a história transnacional incide sobre a compreensão transnacional da própria nação.¹⁷

Por serem noções ainda em construção, os estudos globais - independentemente do ramo - podem suscitar debates provenientes de outras noções historiográficas, como o princípio de variação de escalas utilizado como metodologia nas pesquisas de micro-história.¹⁸ De acordo com Struck, Ferris e Revel, a escolha de ampliar ou reduzir a escala de pesquisa tem pelo menos três vantagens para o trabalho historiográfico: a primeira envolve a possibilidade de investigar diferentes atores e ações que se perderiam em análises macrossociais; a segunda diz respeito à análise variada sobre a multiplicidade espacial de vida e experiências de indivíduos, desde uma microescala local até os níveis macro do global; e a terceira compreende a pesquisa empírica, pois ampliar e reduzir os pontos de investigação permite que o historiador trabalhe mais próximo às fontes primárias.¹⁹

[...] cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos - e, portanto, se inscreve em contextos - de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global.²⁰

Logo, a história transnacional pode ser compreendida como uma perspectiva que utiliza ferramentas diversas, como a comparação, os estudos de transferência, as conexões e as circulações. São ferramentas que prezam pela importância da interação e da circulação de pessoas, tecnologias e ideias através de fronteiras. Na compreensão dos autores, os macroprocessos são executados/vivenciados em unidades muito limitadas, como dentro de aldeias, famílias, instituições ou nos bairros de uma cidade. Dessa maneira, a história

¹⁷ "Conceptualizing Global History" (1993), de Bruce Mazlish e Ralph Buultjens, foi um dos primeiros trabalhos a explorar essas novas perspectivas. Por vezes denominado como "nova história global" pelos autores, esse campo se interessaria por fenômenos transnacionais (como globalização, migrações e meio ambiente). No mesmo período, a atenção paulatinamente se centrou para atuação de organizações não estatais e não governamentais, além de empresas multinacionais e instituições religiosas, cf. IRIYE, 2013, p. 10.

¹⁸ Há pelo menos três razões pelas quais as abordagens transnacionais se popularizaram nos últimos anos: uma primeira envolve a consciência de um mundo globalizado e constantemente integrado; uma segunda - ligada à primeira - aponta para uma frequente demanda de uma nova ordem narrativa que dê conta desse tantas alterações; e uma terceira que pode estar relacionada ao fato de que muitos acadêmicos participaram de intercâmbios em suas formações, o que propiciou uma ligação entre a historiografia de diversos países, cf. STRUCK; FERRIS; REVEL, op. cit.

¹⁹ A história transnacional também pode ser empreendida em uma escala sub-mundial, como uma análise intra-europeia ou intra-americana, cf. *Ibid.*, p. 577. Revel entende que desde o nível mais local até o mais global, os processos sócio-históricos são resultados de uma multiplicidade de "determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas". Dessa maneira, somente ao analisar essa multiplicidade é possível compreender a complexidade de transformações no mundo social, cf. REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, set./dez. 2010, p. 443.

²⁰ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In REVEL, Jacques (ed.) **Jogos de Escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998, p. 28.

transnacional compartilha de um interesse corrente à micro-história que são as escalas de análise e sua perspectiva de micro processos, além de sua preocupação com os indivíduos ou o local que podem facilitar a compreensão de uma macroescala.²¹

Revel quando discutiu a importância da variação de escalas em análises historiográficas, frisou que sua escolha é determinante para a escrita, pois demonstra a complexa trama daquele conteúdo a ser analisado: "a mudança de escala desempenhou, como já se disse, o papel de um *estrangement*, no sentido dos semióticos: de um estranhamento em relação às categorias de análise e aos modelos interpretativos do discurso historiográfico dominante, mas também em relação às formas de exposição existentes."²² Ou seja, em cada escala de análise há uma possibilidade ou limitação sobre aquilo que se pode de fato ser encontrado. Por se tratar de um tipo de historiografia que preza pelos grandes espaços e por recortes temporais mais extensos, Conrad não descarta as contribuições que uma união entre a micro e a macro análise pode implicar sobre os estudos globais, pois a operação e combinação de diferentes níveis temporais, espaciais e de análise são ângulos legítimos e necessários para análises mais completas.²³

A inserção de análises macro nos estudos micro-históricos está sendo feita, segundo Francesca Trivellato, de duas maneiras: uma envolve a coleta sistemática de dados que permitam conexões em rede, de modo que as ações e/ou crenças de um indivíduo possam ser relacionadas às de seus parentes, vizinhos, conhecidos e superiores; e uma segunda ocorre por meio de um distanciamento textual, no qual é possível identificar filiações e ecos entre uma série de textos que normalmente seriam atribuídos a diferentes tradições culturais. As duas técnicas provenientes da abordagem micro-histórica, aplicadas a uma maior espacialidade geográfica, podem ser significativamente produtivas para uma perspectiva transnacional/global.²⁴

No mesmo sentido, uma série de pesquisas empreendidas nos últimos anos refletem uma adesão entre os estudos de micro-história e os estudos globais.²⁵ Há de se citar a reconstrução das chamadas "vidas globais" (*global lives*), proposta por Miles Ogborn, com biografias caracterizadas pela intensa mobilidade do indivíduo entre diferentes localidades do mundo, principalmente sobre aqueles envolvidos nos processos de globalização.²⁶ São

²¹ STRUCK; FERRIS; REVEL, *op. cit.*, p. 580.

²² REVEL, 1998, p. 36-37.

²³ CONRAD, *op. cit.*, p. 195.

²⁴ TRIVELLATO, Francesca. "Is there a future for Italian microhistory in the age of global history?" *California Italian Studies*, n.1, 2011, p. 13-14.

²⁵ Destaca-se, por exemplo, os estudos de Francesca Trivellato, Sanjay Subrahmanyam, Clare Anderson e Tonio Andrade. Para uma discussão sobre os encontros entre história global e a micro-história italiana, cf. *Ibid.*

²⁶ OGBORN, Miles. *Global lives: Britain and the world, 1550-1800*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

biografias diversas, como as de comerciantes e suas "carreiras globais", missionários, reclusos ou escravizados, que permitem aprofundar a investigação sobre contatos e trocas transculturais.²⁷ São os diversos percursos que revelam a importância das circulações e suas influências sobre o mundo, constituindo, dessa forma, uma das mais interessantes ferramentas para o arranjo de micro-histórias globais.

Sob o objetivo de "espacializar" a micro-história e abordar a dialética entre singularidades locais e suas conexões produzidas por circulações de indivíduos, ideias, representações e objetos, Christian De Vito propõe uma micro-história translocal com o objetivo de tornar esses estudos mais sensíveis à "virada espacial" (*spatial turn*). Para o historiador italiano, essa abordagem está centrada em focalizar a história e as estratégias individuais integradas aos seus determinantes globais (sejam ideias, locais ou fenômenos). De acordo com De Vito, a micro-história translocal está baseada em quatro aspectos: desconstrução de conceitos com pretensões universais e no reconhecimento da singularidade de cada contexto e localidade; investigação dessas especificidades por meio das conexões e redes que cruzam o local e as constroem; compreensão dos contextos como zonas de contato que se unem de maneiras diversas; e reflexão sobre a comparação como análise da dialética entre especificidade e conectividade.²⁸ Assim, busco "seguir os rastros" de diferentes indivíduos numa tentativa de expandir os limites espaciais e articular uma perspectiva transnacional à história das fazendas. Mas, mais do que apontar os pontos de conexões, atendo-me ao esforço de definir as especificidades de redes sociais e de estratégias individuais inscritas em ambientes variados.

Aliás, essa pesquisa se inscreve nos chamados estudos de "história global do trabalho", caracterizada como uma área de interesse sobre as relações e movimentos trabalhistas a partir de interações internacionais.²⁹ Marcel van der Linden, aponta que pesquisas em história global do trabalho permitem abordar diferentes dinâmicas de espaço por meio de uma pluralidade de possibilidades de temas, como os estudos que analisam processos de trabalho conectados em diferentes locais por meio de cadeias globais de *commodities* (minérios, por exemplo); o transporte de trabalhadores a longas distâncias, como o caso de marinheiros e estivadores; as

²⁷ DE VITO, Christian. Por uma micro-história translocal (micro-spatial history). In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maira (org.). **Micro-História**. Um método em transformação. São Paulo: Letra e Voz, 2020, p. 106.

²⁸ A translocalidade serve à sensibilidade espacial da micro-história, pois investiga de maneira integrada as curtas, médias e longas ligações através de diferentes fronteiras (sejam políticas, administrativas, culturais ou linguísticas). Trata-se de uma atenção à reconstrução de histórias que permaneceram ocultas em outras perspectivas de análise, como o caso de pesquisas do autor sobre a reforma psiquiátrica italiana ou o trabalho forçado no império espanhol do final do século XVIII, cf. *Ibid.*

²⁹ LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. **Prolegomena for a Global Labour History**. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999.

experiências e relações entre trabalhadores de diferentes origens em um único país; o impacto de multinacionais e suas corporações ou o consumo de produtos produzidos por determinados trabalhadores.³⁰ Linden considera que histórias globais não precisam ser em grande escala, mas podem incluir estudos micro-históricos, como a história global de uma pequena aldeia, um local de trabalho ou de uma família. Padrões de migração, mídias de massa, mercados, hierarquias religiosas, mudanças climáticas ou guerras podem ser as pontes, conforme definição do autor, para um mundo mais amplo. Assim, o fundamental é seguir os rastros que nos interessa, seja lá para onde eles nos levem.³¹

Nesse sentido, busco convergir a discussão proveniente da historiografia rural brasileira, abordando questões como disputas, conflitos e legislações no campo, com a historiografia global do trabalho e suas múltiplas possibilidades de estudo.³² Cindy Hahamovitch e Rick Halpern defendem que os historiadores precisam prestar mais atenção aos estudos da agricultura e às vidas no trabalho agrícola. Há diferentes potencialidades de pesquisa envolvendo setores rurais e, neste caso, o estudo de fazendas e colônias possibilita a compreensão do impacto de forças políticas e econômicas, dos processos de trabalho, dos movimentos sociais no espaço agrário, das determinações de fronteiras, das ações camponesas e das experiências de formação de classes. Além disso, é possível obter uma compreensão mais ampla sobre os processos migratórios de trabalhadores em dimensões regionais, nacionais e/ou internacionais.³³

Apresentado brevemente a inspiração e a orientação teórico-metodológica deste trabalho, faz-se necessário discutir a sua estruturação e a utilização das fontes empregadas. Como já mencionado, a pesquisa, que inicialmente possuía seu objetivo centrado na história dos trabalhadores de Santo Antônio, expandiu-se após a localização de fontes envolvendo a trajetória dos fundadores da companhia, os esquemas de colonização e a organização das fazendas. Para além das fontes brasileiras, essa expansão temática e espacial se deve aos dossiês documentais localizados em arquivos suíços, alemães, austríacos e franceses. Portanto, a

³⁰ LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

³¹ LINDEN, Marcel van der. The Promise and Challenges of Global Labor History. **International Labor and Working Class History**, v. 82, 2012, p. 62.

³² GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização Camponesa e a Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1987.; MEDEIROS, Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989; MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Org.). **História Social do Campesinato**. Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: editora UNESP, 2009; WELCH, Clifford. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

³³ Hahamovitch e Halpern apontam que alguns historiadores do trabalho demitiram os trabalhadores rurais de suas pesquisas devido à uma longa tradição de estudos centrados no operariado/trabalho industrial, cf. HAHAMOVITCH, Cindy; HALPERN, Rick. Not a “sack of potatoes”: why labor historians need to take agriculture seriously. **International Labor and Working-Class History**, v. 65, p. 3-10, 2004.

pesquisa foi redigida com base em fontes de diferentes idiomas - por uma questão de legibilidade, ao longo do texto os conteúdos documentais transcritos de forma direta foram traduzidos pelo autor e dispostos em sua forma original nas notas de rodapé.

Três elementos constituem a dinâmica das propriedades que norteiam a divisão da pesquisa: 1. Os padrões; 2. As terras; 3. Os trabalhadores. O primeiro capítulo explora as trajetórias políticas e profissionais dos dois diretores fundadores da companhia de colonização envolvida com a construção da localidade, conectando a história do sindicalismo francês, a Guerra Civil Espanhola e a resistência ao nazifascismo por meio de suas histórias. O capítulo aborda ainda algumas políticas de reassentamento para refugiados da Segunda Guerra Mundial, a partir de um estudo sobre o caso do programa de ações humanitárias suíças. Focando na história dos diretores em um período anterior à criação da companhia de colonização, o primeiro capítulo utiliza um dossiê inédito oriundo do Arquivo Federal Suíço (*Schweizerische Eidgenossenschaft*) composto por 127 documentos, incluindo processos judiciais, atas de audição, correspondências diplomáticas, relatórios policiais, memorandos, cartas e telegramas pessoais - totalizando cerca de 954 folhas em quatro idiomas: alemão, francês, italiano e inglês. Além desta documentação, foram utilizados sete periódicos localizados na Biblioteca Nacional da França, dois periódicos alemães do Instituto Leo Baeck, duas legislações alemãs de 1933 e uma iconografia proveniente do Arquivo da Social-Democracia, da Biblioteca Nacional Austríaca e da Biblioteca Central e Regional de Berlim.³⁴

O segundo capítulo aborda a história das propriedades e os trâmites necessários para a atuação da companhia em três estados brasileiros: Alagoas, Paraná e Rio de Janeiro. Discorre sobre a situação cambial e fundiária nacional, a política de colonização de terras e de imigração das décadas de 1950 e 1960, além de explorar a concessão nacional para investimentos deste porte a partir da criação da Superintendência da Moeda e do Crédito. Para este capítulo, foram utilizados dois dossiês do *Schweizerische Eidgenossenschaft*: um primeiro com 13 arquivos compostos por correspondências e relatórios do Departamento Federal de Economia Pública da Suíça, da Sessão do Conselho Federal Suíço e do Conselho Administrativo da Emigrar S.A - cerca de 123 folhas em língua alemã e francesa; e um segundo, com 16 arquivos compostos por relatórios e correspondências do Departamento de Economia Pública, Consulado Suíço de São Paulo, atas do Banco do Brasil, boletins e correspondências da Câmara de Comércio Suíça do Brasil - cerca de 857 folhas em língua alemã, francesa e portuguesa. Além desses documentos,

³⁴ Devido à grande quantidade de fontes, a organização dos documentos foi realizada com base na plataforma de gerenciamento bibliográfico Zotero. Os dossiês foram fichados, traduzidos e receberam uma numeração conforme o assunto-chave da documentação.

um dossiê do Arquivo Nacional do Brasil, um relatório técnico de um geógrafo alemão e o plano arquitetônico de uma das colônias também foram empregados na redação da pesquisa. Como a imprensa nacional foi utilizada como suporte para a divulgação das negociações colonizatórias, edições de "O Economista", "O Estado de São Paulo" e "O Dia" também foram utilizadas no capítulo.

Por sua vez, o terceiro capítulo aborda o cotidiano da Colônia Pindorama e da Colônia Santo Antônio, incluindo as formas de organização adotadas diante das denúncias divulgadas pela imprensa. Além disso, trata das movimentações e reivindicações dos trabalhadores imigrantes e nacionais contra as ações da companhia. Esta etapa da pesquisa é amparada por diversos relatórios, registros de imigração e diferentes periódicos da imprensa fluminense e pernambucana, abrangendo o período entre 1957 e 1964.

A pesquisa explora a fundação das duas colônias e suas conexões transnacionais ligadas aos seus atores. Essas conexões não apenas refletem a história das localidades, mas também invadem outras conjunturas do século XX, desde a Guerra Civil Espanhola até o estabelecimento de famílias japonesas para o plantio de ervas no Brasil. O que a prisão de um pescador do interior da Suíça revela sobre a circulação de impressos na Europa Ocidental durante o período de guerra? O que a trajetória de um jornalista entre a Alemanha, a França e a Suíça contribui para uma história da realocação de refugiados no mundo? Ou ainda, o que a experiência de um publicitário belga, capturado pelo Estado Novo português, emigrado para Londres e agricultor no Rio de Janeiro, pode esclarecer sobre as dinâmicas e as relações do trabalho agrário na região fluminense do século XX? São histórias que ocorreram em diferentes países e não se cruzam, mas se tocam nos interiores da colônia alagoana e na pequena fazenda fluminense.

Capítulo I

OS ANTECEDENTES: TRÂNSITOS TRANSNACIONAIS

I.I.

O diabo entusiasmado entre fronteiras: Berlim e o Lago Léman

Em 12 de setembro de 1934, o jornal de Estrasburgo "*Der Republikaner - Mülhauser Volkszeitung*" publicou em sua primeira página a seguinte notícia:

René Bertholet é condenado a 2 anos e meio de prisão. Berlim, 11 de setembro. Na segunda-feira, o Tribunal Popular sentenciou René Bertholet, natural da Suíça, a dois anos e meio de prisão por se preparar para alta traição, cometer crimes contra partido político e contra a paz jurídica. [...] Em duas viagens à Alemanha, emigrantes contrabandeavam folhetos de conteúdo traiçoeiro convocando a reunião dos revolucionários marxistas sob a bandeira de um novo sindicato e a derrubada do regime nacional-socialista. A ligação com cúmplices alemães foi estabelecida pelo corréu Siegbert Katz de Berlim, que foi condenado a três anos de prisão. Quatro outros réus que ajudaram a distribuir as escrituras traidoras receberam penas de prisão que variam de nove meses a dois anos e meio (tradução nossa).³⁵

O homem citado no jornal, o suíço René Bertholet, assim como os outros envolvidos no caso, foi condenado pelo Tribunal do Povo (*Volksgerichtshof* - VGH), um tribunal especial para a condenação de alta traição contra o Estado Nazista, criado meses antes desse julgamento. Eles foram acusados de se prepararem para alta traição e violação da paz pública por meio da distribuição de panfletos e manifestos antinazistas que haviam sido contrabandeados do estrangeiro. Tais manifestos incitavam a formação de uma nova organização política, o restabelecimento do movimento sindical na Alemanha e a derrubada do regime nacional-socialista.³⁶

A acusação movida contra René Bertholet pelo Ministério Público baseava-se principalmente na lei contra a formação de novos partidos (*Reichsgesetzblatt Teil I Kr. 81* -

³⁵ “Berlin, 11. Sept. René Bertholet zu 2 1/2 Jahren Zuchthaus verurteilt. Das Volksgericht verurteilte am Montag den aus der Schweiz stammenden René Bertholet wegen Vorbereitung zum Hochverrat und Verbrechens von Parteien und für die Gewährungsleistung des Rechtsfriedens zu zweieinhalb Jahren Zuchthaus. [...] Emigranten auf zwei Reisen nach Deutschland Flugblätter hochverräterischen Inhalts eingeschmuggelt, in denen zur Sammlung der marxistischen Revolutionäre unter den Fahnen einer neuen Gewerkschaft und zum Sturz des nationalsozialistischen Regimes aufgefordert wurde. Die Verbindung mit deutschen Helfershelfern stellte der Mitangeklagte Siegbert Katz aus Berlin her, der drei Jahre Zuchthaus erhielt. Vier weitere Angeklagte, die Verbreitung der hochverräterischen Schriften unterstützten, erhielten Gefängnisstrafen von neun Monaten bis zu zweieinhalb Jahren.” In: Jornal **Der Republikaner - Mülhauser Volkszeitung** (n. 210, 33. Jahrgang). Estrasburgo: 12 de setembro de 1934, p. 02.

³⁶ WAGNER, Walter. **Der Volksgerichtshof im nationalsozialistischen Staat**. Erw. Neuausg, München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011.

14.07.1933), que determinava, em sua primeira seção, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) como o único partido político possível do país. Como punição estabelecida no Artigo 2, haveria a prisão de até três anos para aqueles que comprometessem a coesão organizacional do NSDAP ou tentassem planejar um novo partido. Outra lei utilizada durante o julgamento foi a da garantia de paz jurídica e pública (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr. 112 - 13.10.1933*), cuja seção 1 e parágrafo 1, incisos 3 e 4, determinavam a prisão de até 15 anos para quem produzisse ou distribuísse publicações impressas de conteúdo considerado traiçoeiro.³⁷ Durante o julgamento, outra lei utilizada foi a da garantia de paz jurídica e pública (*Reichsgesetzblatt Teil I, Kr, ° 112 - 13.10.1933*), cuja seção 1 e parágrafo 1, incisos 3 e 4, determinavam a prisão de até 15 anos para aqueles que produzissem ou distribuíssem publicações impressas de conteúdo considerado traiçoeiro. Na audiência principal, destacou-se a importação de dois materiais da França para a Alemanha nos meses de setembro e outubro de 1933, intitulados "Renovação Socialista contra o Fascismo" e "Novas Cartas Políticas". Esses materiais foram entendidos como um ataque ao NSDAP, pois continham um apelo para reunir forças em uma nova base que pudesse se opor ao partido.³⁸

Na época, o tribunal não levou em consideração as declarações de Bertholet em relação ao uso das publicações apreendidas para um experimento de pesquisa, que objetivava observar como o conteúdo afetaria setores individuais da classe trabalhadora. Ele alegou ter sido enviado à Alemanha pelo jornal francês "*Le Peuple*" para tal pesquisa e escreveria sobre as condições de trabalho naquele país, julgando que o impresso seria uma boa maneira de atingir seu objetivo. Tanto o tribunal quanto a promotoria não consideraram a versão do suíço, uma vez que ele estava ciente do conteúdo dos impressos e sabia que isso seria considerado alta traição em território alemão. Por outro lado, a defensoria apelou para o desconhecimento de um estrangeiro sobre a situação política dentro da Alemanha e como houve baixa distribuição dos referidos materiais dentro do país, o episódio não havia causado nenhum dano ao Reich alemão.³⁹

Como outro agravante, o tribunal considerou o fato de Bertholet ter utilizado o judeu alemão Siegbert Katz como intermediário entre ele e os demais réus. O suíço afirmou no julgamento que conheceu Katz na Liga Internacional de Luta Socialista (*Internationaler Sozialistischer Kampfbund - ISK*), onde ambos haviam sido membros em um passado próximo.

³⁷ DEUTSCHLAND. *Deutsches Reichsgesetzblatt, Teil I, 1867-1945*. Nr. 81. Seite 463–469. Berlin, 14 jul. 1933. Disponível em: https://alex.onb.ac.at/gesetze_drab_fs.htm. Acesso em: 02 mar. 2022.

³⁸ DINICHERT, Paul. *Carta Diplomática*. 12 set. 1934, Berlim [para] Gabinete do Procurador Federal Suíço, Berna. 6f. Resposta do Consulado Suíço em Berlim sobre a solicitação de informações sobre a prisão de René Bertholet na Alemanha.

³⁹ *Ibid.*

Quando Bertholet chegou em Berlim vindo de Paris via Hamburgo, no outono de 1933, entrou em contato com Katz e entregou-lhe o primeiro pacote com os impressos. Este passou a conduzir reuniões em um apartamento de um conhecido, sobrenome Wehrmeister, acompanhado de outros dois homens que também foram detidos e condenados. Em uma correspondência para o Ministério das Relações Exteriores, o então diplomata do Consulado Suíço em Berlim, Paul Dinichert, sugeriu se seria cabível um pedido de clemência para o cidadão suíço que, entre outros agravantes, foi capturado com uma quantia considerável de dinheiro - cerca de 5000 marcos - que foi compreendida como o montante destinado ao serviço da oposição alemã.⁴⁰ O Ministério não interferiu e Bertholet permaneceu preso durante os anos determinados pelo Tribunal do Povo. De acordo com registros do Consulado Suíço em Berlim, após cumprir sua pena, o jornalista foi expulso da Alemanha e retornou para a cidade de Paris.

Dois anos depois, o jornal parisiense "*Le Peuple*", citado por Bertholet no tribunal, publicou um especial de sete artigos na semana do dia 11 de julho. Assinados por Pierre Robert e intitulados "Trinta meses em uma prisão de Hitler" (*Trente mois dans un bange Hitlérien*), os escritos estavam em forma de diário e abordaram um episódio envolvendo a captura de um homem pela Gestapo e sua prisão em uma penitenciária na cidade de Berlim. O primeiro artigo publicado foi dividido em duas partes e tratou-se de uma apresentação sobre Robert escrita por M. Harmel, este apontado como um dos primeiros redatores do jornal. Harmel escreveu:

E aqui está Pierre Robert novamente! É uma grande alegria para mim, despertar a memória dos nossos antigos leitores e apresentá-la aos novos. Afirimo, além disso, que tenho algum direito de fazê-lo. Ainda posso vê-lo em sua primeira aparição no *Le Peuple*. Um homem muito jovem [...] o rosto risonho encimado por uma soberba cabeleira loura. [...] Bem, ele me disse abruptamente: - Eu gostaria de ser o enviado especial do "*Le Peuple*" na Alemanha. [...] Cada silêncio um tanto prolongado era um alarme para nós. Um deles durou mais do que o normal. Investigações cuidadosas nos deram a infeliz notícia: Robert havia caído nas garras da Gestapo. [...] As prisões de Hitler não mudaram Pierre Robert, nem fisicamente nem em sua mente. Ainda é o mesmo grande diabo entusiasmado. E você julgará que nosso amigo não esqueceu como escrever nas prisões da Gestapo (tradução nossa).⁴¹

⁴⁰ As condenações do tribunal foram: quatro anos de prisão (Siegbert Katz), dois anos e meio (René Bertholet), um ano e meio (Wehrmeister), um ano (o filho de Wehrmeister), um ano e nove meses (amigo do filho de Wehrmeister) e um ano e meio (Peters). In: *Ibid.*

⁴¹ "*Et revoici Pierre Robert! C'est pour moi une grande joie de réveiller les souvenirs de nos anciens lecteurs et de le présenter aux nouveaux. Je prétends d'ailleurs avoir quelque droit à le faire. Je le revois encore à sa première apparition au Peuple. Un tout jeune homme et un grand diable [...] la figure rieuse surmontée d'une superbe tignasse blonde [...] - Voilà, me dit-il tout à trac, Je voudrais être envoyé spécial du Peuple en Allemagne. [...] Chaque silence un peu prolongé nous était un alarme. L'un d'eux se prolongea plus que de coutume. De prudentes investigations nous apprirent la fâcheuse nouvelle: Robert était tombé dans les griffes de la Gestapo. [...] Les prisons hitlériennes n'ont pas changé Pierre Robert, ni dans son physique, ni dans son esprit. C'est toujours le même grand diable enthousiaste. Et vous allez juger que notre ami n'a pas désappris d'écrire dans les geôles de la Gestapo.*" In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5651, 11 jul. 1936, p. 1.

Após a apresentação por parte de Harmel, Pierre Robert deu início ao relato de sua prisão pelos homens da Gestapo. A narrativa, em primeira pessoa, inicia-se com ele indo à casa de um amigo.

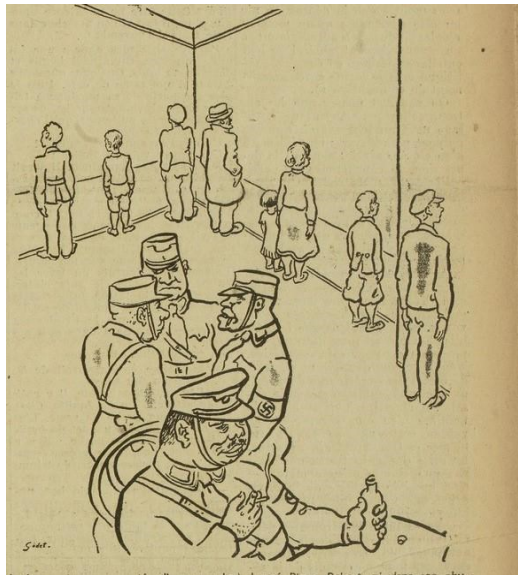
[...] é tão bom andar no ar fresco de novembro... Chego na casa dos meus amigos: uma família operária. Estamos esperando o filho e dois de seus amigos. Algumas perguntas sobre uma xícara de café. Então o pai me conta sobre sua máquina de tricô que agora funciona, suas camisas e seus suéteres que ele está tentando vender. Um toque repentino da campainha! Uma voz alta: Polícia! Não estou convencido. Pode ser que meus camaradas estejam fazendo uma piada. Rapidamente percebo o óbvio: o rosto de uma criança está assustado e, de repente, a sala é invadida por agentes à paisana da SS e um líder de pelotão de tropas de assalto. Um soco acerta meu rosto (tradução nossa).⁴²

O artigo prossegue com detalhes sobre a violência dos soldados alemães dentro da residência, como o revirar dos móveis, a captura dos impressos, o roubo de dinheiro encontrado nos casacos revistados, os constantes empurrões e as ameaças com os revólveres. Todos, inclusive a criança, possivelmente filha de um dos homens, foram encaminhados para o prédio da Gestapo, onde permaneceram presos em uma sala. Em dado momento, foram colocados diante de uma parede: "Devemos permanecer de pé, com o nariz contra a parede. Eles me chamam e me empurram para outro quarto. Estou cercado por agentes à paisana, que me insultam e me empurram."⁴³ Esse momento foi retratado por uma ilustração inserida no centro do artigo, na qual os detidos no prédio da Gestapo estão de costas para a parede na presença de quatro agentes da *Schutzstaffel*. Robert comenta que tentaram interrogá-lo sobre o destino dos folhetos, mas não obtiveram qualquer resposta. Assim, levaram-no para o porão, onde permaneceu por um dia.

⁴² “[...] il fait si bon marcher dans à l'air frais de novembre... J'arrive chez mes amis: une famille ouvrière. On attend le fils et deux de ses amis. Quelques questions autour d'une tasse de café. Puis le père me parle de sa machine à tricoter qui maintenant marche, de ses maillots, de ses pullovers qu'il cherche à vendre. Un coup brusque de sonnette! Une grosse voix: Police! Je ne suis pas convaincu. Il serait possible que ce soient mes camarades qui font une blague. Je suis très vite rendu à l'évidence: le visage d'un enfant s'effraie, et tout à coup la pièce est envahie par des agents en civil des SS et un chef de section de troupes d'assaut. Un coup de poing s'applique sur ma figure.” In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5651, 11 jul. 1936, p. 2.

⁴³ “Nous devons rester debout, le nez contre la paroi. On m'appelle et me pousse dans une autre chambre. Je suis entouré d'agents en civil, qui m'insultent et me bousculent.” In: *Ibid.*

Figura 01 – Ilustração: Detidos na Gestapo.



Fonte: *Le Peuple* (11 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

No decorrer do segundo artigo publicado pelo jornal na manhã seguinte, Pierre Robert se concentrou nas formas de tortura empregadas pelos soldados contra os acusados de atividades ilegais na Alemanha.

A Gestapo tem um princípio muito claro em relação aos presos políticos que passam por suas mãos: é quebrá-los física e moralmente para obter confissões. Existem vários métodos para isso. Pode variar desde o tratamento amigável com chá, café e cigarros, até o abuso mais sádico. [...] O chicote quase sempre desempenha um papel importante nos interrogatórios. O camarada é atingido, geralmente segurado por três ou quatro rebatedores. Ele muitas vezes perde a consciência; é então aspergido com um balde de água fria; ele recupera seus sentidos e tudo recomeça. [...] Para aqueles que são durões - aqueles que permanecem firmes - a Gestapo ainda tem outros métodos. Ela tem, em Berlim, uma prisão especial onde os camaradas podem ficar uma, duas, três semanas, um mês ou mais. É a Columbia. Esta prisão goza de uma reputação sinistra entre os trabalhadores de Berlim. Muitos não podem pensar nisso sem sentir uma sensação de pavor. [...] Durante os meus interrogatórios na Gestapo, não sofri nenhum abuso físico. Eu não era alemão. Beneficiei-me de uma abordagem enérgica feita pela minha legação em Berlim algumas semanas antes da minha prisão. Um camarada estrangeiro já havia sido preso por transportar literatura ilegal e esteve em péssimas condições. Houve reclamação dos pais deste último e diligências da legação. Por isso não senti o chicote, por isso não fui para a Columbia (tradução nossa).⁴⁴

⁴⁴ “La Gestapo a un principe bien net vis-à-vis des prisonniers politiques qui passent par ses mains : c'est de les briser aussi bien physiquement que moralement afin d'obtenir des aveux. Pour cela elle a plusieurs méthodes. Cela peut aller d'un traitement amical avec thé, café et cigarettes, jusqu'aux sévices les plus sadiques. [...] Le nerf de bœuf joue presque toujours un rôle important dans les interrogatoires. Le camarade est frappé, tenu généralement par trois ou quatre cogneurs. Il perd souvent connaissance; on l'asperge alors d'un seau d'eau froide; il reprend ses sens et la danse recommence. [...] Pour ceux qui sont durs, pour ceux qui restent fermes, la Gestapo a encore d'autres méthodes. Elle a, Berlin, une prison spéciale où les camarades peuvent rester une, deux, trois semaines, un mois et plus. C'est «Columbia». Cette prison jouit d'une sinistre renommée parmi les ouvriers de Berlin. Beaucoup n'y peuvent penser sans éprouver un sentiment d'effroi. Lors de mes interrogatoires à la Gestapo, je n'ai pas eu à subir de sévices physiques. Je n'étais pas Allemand. Je bénéficiais d'une démarche énergique faite par ma légation de Berlin quelques semaines avant mon arrestation. Un camarade étranger avait été arrêté pour transport de littérature illégale et terriblement mal en point. Il y eut plainte des parents de ce

A Prisão de Columbia era uma instituição militar localizada no Campo Tempelhof em Berlim, também conhecida como "Campo de Concentração de Columbia". A Gestapo a utilizava como um local intermediário de detenção para aqueles que passavam por investigações judiciais, mas não possuíam sentenças determinadas. Os prisioneiros de Columbia eram compostos principalmente por detentos políticos, sendo a maioria ligada ao Partido Comunista Alemão (KPD), ao Partido Socialista dos Trabalhadores (SAP) ou ao Partido Social Democrata (SPD). A literatura sobre a prisão aponta para uma série de casos de tortura que ocorriam dentro da instituição, como o caso do comunista Erich Thornseifer, que em 1933, foi torturado com um chicote até a morte.⁴⁵

Robert comentou que muitos morriam na prisão e que o tormento era constante com as sessões de tiros fictícios. Durante sua estada na Gestapo, mencionou o caso de um outro homem suspeito de imprimir panfletos ilegais. Ele e a esposa foram presos e permaneceram dias sob tortura até o momento em que soldados informaram a execução dele em um dos pátios do complexo. No pátio, com todos os soldados em seus postos, o homem foi informado que sua esposa estava acompanhando a sua execução por uma das janelas do prédio. A todo momento os soldados pediam que ele confessasse o destino e a organização que estava por trás das impressões. Quando não obtiveram respostas, atiraram festim.

A tortura psicológica e os abusos físicos eram piores aos "camaradas judeus", como comentou no artigo. Robert relatou que estes eram acordados no meio da noite para permanecerem em posição de sentido, depois deveriam ingerir a própria urina e fazer polichinelos até a exaustão.⁴⁶ No caso de Robert, durante seu interrogatório, ele permaneceu sozinho em uma sala sentado perto de uma mesa na qual foi colocada uma luva de couro e um cassetete. Enquanto esteve sozinho, ouviu espancamentos em outras salas: "Os agentes não fizeram nenhuma alusão, tive que entender no meu tête-à-tête com a mesa e sua carga a que meu silêncio poderia levar."⁴⁷

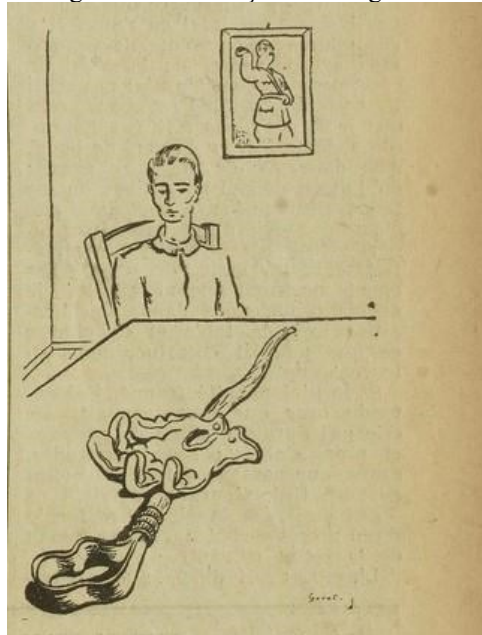
dernier et démarches de la légation. C'est pour cela que je n'ai pas senti le nerf de bœuf, c'est pour cela que je ne suis pas allé à Columbia." In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5652, 12 jul. 1936, p. 1-2.

⁴⁵ Sobre a prisão de Columbia, cf. SCHILDE, Kurt. **Vom Columbia-Haus zum Schulenburging: Dokumentation mit Lebensgeschichten von Opfern des Widerstandes und der Verfolgung von 1933 bis 1945 aus dem Bezirk Tempelhof**. Berlin: Hentrich, 1987 e WÜNSCHMANN, Kim. **Antes de Auschwitz: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial**. Lisboa: Edições 70, 2016.

⁴⁶ **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5652, 12 jul. 1936, p. 1-2.

⁴⁷ "*Les agents ne firent aucune allusion, je devais comprendre dans mon tête-à-tête avec la table et sa charge ce que pouvait entraîner mon silence.*" In: *Ibid.*

Figura 02 – Ilustração: Interrogatório.



Fonte: *Le Peuple* (12 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Robert não foi encaminhado à prisão de Columbia, mas foi mandado para a prisão preventiva de Moabit: “De fato, lá é possível ter uma vida relativamente tranquila; é permitido ler jornais, fumar e escrever.”⁴⁸ Embora Moabit representasse uma estadia mais tranquila, o homem comentou sobre a constante monotonia e solidão que afetavam sua liberdade interior.⁴⁹

A serena convicção, por exemplo, de que ainda podia dispor da minha vida, de que tinha a possibilidade, se necessário, de recorrer ao suicídio, quase sempre me foi preciosa. Essa liberdade, eles não poderiam tirar de nós. Pegar a roupa suja, amarrar um nó corrediço, passar o pescoço por ele, passar por cima da balastrada do corredor e entrar no vazio da jaula para subir as escadas, tudo isso dependia apenas de mim; eu ainda era o mestre da minha vida (tradução nossa).⁵⁰

Durante seus poucos encontros com outros presos, foi organizado um esquema de comunicação baseado em um sistema de "telegrafia", com batidas rápidas contra a parede do vizinho de cela. Isso possibilitou a troca de informações, como ocorreu no caso de junho de 1934:

[...] o barulho monótono me deu a notícia; aos poucos fui decifrando: "A liderança das tropas de assalto foi fuzilada; Pelotões de policiais de capacete circulam pelas ruas de Berlim, fuzis pendurados nos ombros." Notícias que perturbam a monotonia da

⁴⁸ “*En effet, là il est possible d'avoir une vie relativement tranquille; il est permis de lire des journaux, de fumer, d'écrire.*” In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5653, 13 jul. 1936, p. 1.

⁴⁹ Moabit foi o principal destino de pessoas condenadas por atuarem na resistência ao nazismo. Em 1928, Otto Braun foi mandado para a mesma prisão quando acusado de “alta traição à pátria”, cf. PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benario Prestes**: uma comunista nos arquivos da Gestapo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

⁵⁰ “*La conviction sereine, par exemple, que je pouvais encore dispose de ma vie, que j'avais la possibilité, si cela était nécessaire, d'avoir recours au suicide, m'a presque tou-i jours été précieuse. Cette liberté, ils ne pouvaient nous l'enlever. Prendre son linge, faire un nœud courant, y passer son cou, enjamber la balustrade du couloir et partir dans le vide de la cage de l'escalier, tout cela ne dépendait que de moi; j'étais encore le maître de ma vie.*” In: *Ibid.*

cela; trouxe uma esperança bem fundamentada para as perspectivas políticas da Alemanha (tradução nossa).⁵¹

Ao presumirem que as camadas internas do sistema nazista estavam em desacordo, os presos se sentiam “esperançosos” com o desenrolar político. Este excerto faz referência à Noite dos Longos Punhais, um expurgo que ocorreu na Alemanha nazista entre o dia 30 de junho e 01 de julho de 1934. Naquele momento, a intenção de Adolf Hitler era apreender todas as estruturas políticas alemãs, e para isso era necessário o controle da *Sturmabteilung* (SA), uma organização paramilitar que se autodenominava a sucessão natural das forças armadas da República de Weimar. A autonomia experimentada pelos integrantes da SA inquietava o *Reichswehr* (exército oficial alemão) e todo o NSDAP, pois estes priorizavam o comando e a fidelidade de Ernst Röhm, então líder da SA, em vez da de Hitler. Sob suspeita de um golpe liderado por Röhm, Hitler ordenou a captura e a execução dos principais membros envolvidos com a SA. Após o conflito, a divisão de assalto foi incorporada como uma repartição da *Schutzstaffel* (SS).⁵²

Um outro momento descrito pelo jornalista foi quando ele teve contato com uma mulher da ala feminina por meio da janela de sua cela. Robert escreveu:

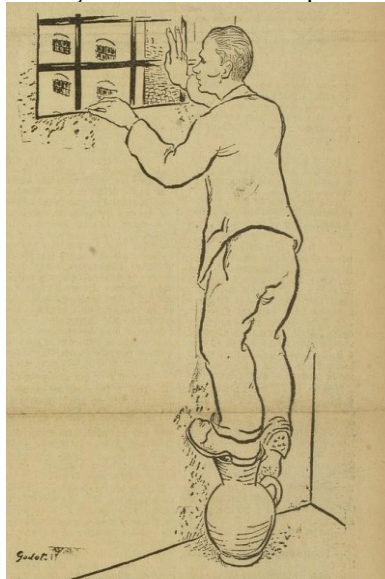
Uma tarde de junho. Eu me ergui na minha jarra e olho pela minha janela de tela. Há um céu iluminado pelo sol poente tão calorosamente que me lembra os céus do sul da França. À minha frente, há outra prisão, a de mulheres. De repente, noto uma janela ali, uma cabeça mal desenhada e uma mão acenando para mim. Esta mão quer me comunicar algo: há método nos sinais. Depois de uma hora, decifrei a mensagem e entendi que era um camarada, e a mensagem dela era: - Sou a esposa do camarada tal, morto por “tentar fugir”; eles me bateram até eu sangrar; meus rins estão doentes por causa dos espancamentos recebidos; eles não sabem nada sobre mim.⁵³

⁵¹ “[...] le bruit monotone m'apprit la nouvelle; lentement j'avais déchiffré : «La direction des troupes d'assaut a été fusillée; dans les rues de Berlin circulent des pelotons de police casqués, carabine sur l'épaule.» Nouvelle qui vint bouleverser la monotonie de la cellule; apporta une espérance fondée quant aux perspectives politiques de l'Allemagne.” In: *Ibid.*

⁵² EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no poder**. São Paulo: Editora Crítica, 2017.

⁵³ “Un soir de juin. Je me suis hissé sur ma cruche et je regarde au travers de ma fenêtre grillagée. Il y a un ciel que le soleil couchant éclaire si chaudement qu'il me fait penser à des ciels du Midi. En face de moi, il y a une autre prison, celle des femmes. Tout à coup, je remarque une fenêtre, une tête à peine esquissée, et une main qui me fait des signes. Cet été main veut me communiquer quelque chose: il y a de la méthode dans les signes. Après une heure, j'ai saisi le chiffre, et j'ai compris qu'il s'agissait d'une camarade, et son message était le suivant: - Je suis la femme du camarade tel ou tel, tué pour tentative de fuite; moi, ils m'ont battue jusqu'au sang; mes reins sont malades à cause des coups reçus; ils n'ont rien pu savoir de moi.” In: *Ibid.*

Figura 03 – Ilustração: O contato com a prisão das mulheres.



Fonte: *Le Peuple* (13 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

A medida tomada pela Gestapo era a prisão preventiva do suspeito, providência que poderia levar entre seis e dez meses para o aguardo do julgamento de cada caso. O Tribunal do Povo não permitia a apresentação do preso ao juiz, pois quem elaborava os relatórios sobre a acusação eram os próprios soldados da Gestapo. A defesa era composta por um advogado nomeado pelo próprio tribunal, pois dificilmente um advogado da escolha do acusado assumiria um caso como esse.

Depois de receber sua acusação, o acusado aguarda seu advogado oficial todos os dias [...] Essa espera muitas vezes será em vão. Eu vi camaradas que, durante semanas inteiras, esperaram hora e hora pela visita deste defensor, irritando-se e desesperando-se com esta espera exaustiva. O preso pode se considerar com sorte se receber uma visita dois dias antes da audiência e a visita será curta de cinco a dez minutos no máximo. O advogado geralmente usa a insígnia do Partido Nacional Socialista. Pode-se facilmente imaginar a reação do camarada diante desse emblema: ele não verá à sua frente um advogado que possa ser seu apoio, mas um inimigo. Ele não confiará nele, muitas vezes o considerará, com razão, como um possível delator [...] Fui julgado pelo *Volksgericht*. É o supremo tribunal alemão perante o qual se apresentam todos os acusados de "alta traição". Geralmente consiste de três oficiais superiores do *Reichswehr*, um grande monge nacional-socialista e dois juizes civis. Muitas vezes, esses juizes estavam em funções durante a República. Naquela época, eles eram quase todos inimigos do nacional-socialismo; hoje eles estão tentando provar sua lealdade a Hitler mandando trabalhadores para a prisão. Quase todos os meus companheiros de prisão tinham um ódio mais profundo por essas criaturas do que pelas equipes de torturadores da Gestapo (tradução nossa).⁵⁴

⁵⁴ Na língua francesa, “bonze” traduz-se como “monge”. No entanto, há um sentido pejorativo da palavra, refere-se a alguém que mostra uma solenidade em excesso ou se acha particularmente importante a tal ponto que se torna ridículo. “Après avoir reçu son acte d'accusation, l'accusé attend chaque jour son avocat d'office [...] Cette attente sera souvent vaine. J'ai vu. des camarades qui, des semaines entières, attendaient heure par heure la visite de ce défenseur, s'énervant et se désespérant de cette attente épuisante. Le prisonnier pourra s'estimer heureux s'il reçoit une visite deux jours avant l'audience et la visite sera courte cinq à dix minutes au plus. L'avocat d'office porte généralement l'insigne du parti national-socialiste. On peut facilement s'imaginer la réaction du camarade devant cet emblème: il ne verra pas devant lui un avocat qui puisse lui être un soutien, mais un ennemi. Il ne lui fera aucune confiance, le considérera souvent avec raison, comme un mouchard possible. [...] “J'ai été jugé par le

O autor pontuou que não era incomum a convocação de agentes que prestavam falsos testemunhos, como ocorreu com ele. Um agente declarou que Robert viveu ilegalmente em Berlim no ano de 1926, com ligação a Willi Münzenberg.⁵⁵ Houve um protesto, tanto dele quanto de seu advogado, já que Robert possuía 19 anos à época e estava em sua cidade natal. O advogado, pela interferência, foi retirado da lista de advogados com acesso ao *Volksgericht*.

Alguns traços que caracterizam o talento dos juízes: um dos camaradas julgados comigo abriu uma pequena loja de roupas depois de ter sido demitido, no advento do nacional-socialismo, de um escritório oficial de seguros; ele tinha feito isso com alguns centavos economizados ao longo de dez anos de trabalho. Um dos juízes lhe fez a seguinte pergunta:

- “Com que dinheiro você comprou sua loja?”

- “Com minhas economias” (respondeu o acusado).

- “Com suas economias! Que mentira! Eu, como juiz, não consegui, ao longo da minha carreira, poupar dinheiro. Como você poderia ter colocado dinheiro de lado?”

Um juiz ganha em média de 5.000 a 6.000 francos por mês (tradução nossa)!

- “Esses réus são criminosos. Eles conscientemente queriam envolver pessoas honestas em seus crimes. É por isso que estou pedindo penalidades severas.”

Todo o nosso crime consistia no fato de ter procurado distribuir cem panfletos ilegais convocando os trabalhadores a reconstituir clandestinamente os sindicatos livres, cem panfletos ilegais que se opunham à propaganda de Goebbels para as eleições de novembro de 1933.⁵⁶

*Volksgericht. C'est le tribunal suprême allemand devant lequel comparaissent tous les accusés de «haute trahison». Il se compose généralement de trois officiers supérieurs de la Reichswehr, d'un grand bonze national-socialiste et de deux juges civils. Souvent ces juges ont été en fonction sous la République. En ce temps-là, ils étaient presque tous des ennemis du national-socialisme; aujourd'hui, ils s'efforcent de donner des preuves de leur loyalisme envers Hitler en envoyant des ouvriers au bagne. Presque tous mes camarades de prison éprouvaient une haine plus profonde pour ces créatures que pour les équipes de cogneurs de la Gestapo.” In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5654, 14 jul. 1936, p. 01-02.*

⁵⁵ Wilhelm Münzenberg foi um dos mais importantes representantes do Partido Comunista da Alemanha (KPD) e desempenhou um significativo papel como editor de uma imprensa voltada para massas populares, reconhecido como chefe de propaganda da "Internacional Comunista". Fundou e esteve envolvido com diversas organizações, como a "Liga Mundial Contra o Imperialismo", a "Ajuda Internacional aos Trabalhadores" e a "Defesa Sindical Internacional", todas utilizadas como meio para propagação de ideias comunistas. Em 1936, organizou o recrutamento soviético e a aquisição de mantimentos e artilharias para as brigadas internacionais na Guerra Civil Espanhola. Exilou-se em Paris, onde fundou o jornal "*Die Zukunft*" e comandou ações antinazistas e antistalinistas (Münzenberg se afastou de Stalin após o episódio do Grande Expurgo), cf. KOCH, Stephen. **Double lives: Stalin, Willi Münzenberg and the seduction of the intellectuals**. New York: Harper Collins, 1996.

⁵⁶ “*Quelques traits caractérisant le talent des juges: Un des camarades jugée avec moi avait ouvert un petit magasin de confection après qu'il eut été renvoyé, lors de l'avènement du national-socialisme, d'un bureau officiel d'assurances; il l'avait fait avec quelques sous épargnés au cours de dix ans de travail. Un des jugés lui posa la question suivante:*

- "Avec quel argent avez-vous fondé votre magasin?"

- "Avec mes épargnes".

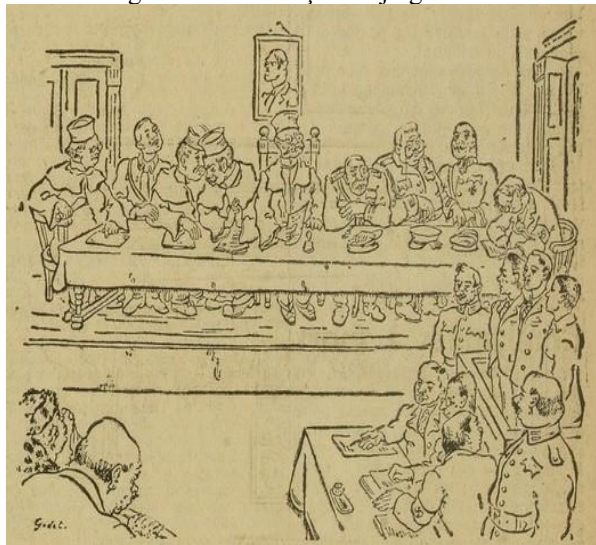
- "Avec vos épargnes! Quel mensonge! Moi, comme juge, je n'ai pas réussi, pendant toute ma carrière, à faire des épargnes. Comment auriez-vous pu, vous, mettre de l'argent de côté?"

Un juge gagne en moyenne 5.000 à 6.000 francs par mois!"

- “*Ces accusés sont des criminels. Ils ont voulu consciemment entraîner d'honnêtes gens dans leur crime. C'est pour cela que je réclame des peines sévères. Tout notre crime consistait dans le fait d'avoir cherché à distribuer cent feuilles illégales demandant aux ouvriers de reconstituer clandestinement les syndicats libres, cent tracts illégaux qui faisaient de l'opposition à la propagande de Goebbels pour les élections de novembre 1933.* In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5654, 14 jul. 1936, p. 01-02.

A condenação à morte foi um outro ponto mencionado pelo autor já que se tornou comum penas com mais de dez, quinze ou vinte anos de prisão, além dos casos de execução. Ainda que tal condenação pudesse ser revogada com mais anos de prisão, os acusados passariam décadas aprisionados pela tentativa de reconstituição das organizações operárias. Em Berlim, condenados à morte foram novamente inseridos em uma prisão preventiva por cerca de 130 dias. Na véspera do dia marcado para execução, o condenado ouvia os preparativos de construção de seu patíbulo para decapitação, que, claro, contribuía para o terror psicológico.

Figura 04 – Ilustração: O julgamento.



Fonte: *Le Peuple* (14 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Com sua condenação de quase três anos, Robert foi encaminhado à prisão definitiva. O trajeto foi descrito como um dos melhores momentos desde o dia de sua captura, pois todos seguiram em um mesmo camburão para a sede da Gestapo do outro lado da cidade. Ao chegarem, foram realocados em uma só sala:

Para muitos camaradas, esta sala onde se pode fazer longas caminhadas, onde se pode conversar quase livremente, é uma oportunidade de grande descontração. Imagine isso! Oito a dez meses de isolamento, numa cela consigo mesmo, sozinho com a ansiedade de esperar, e depois, de repente, estar no meio de companheiros... (tradução nossa).⁵⁷

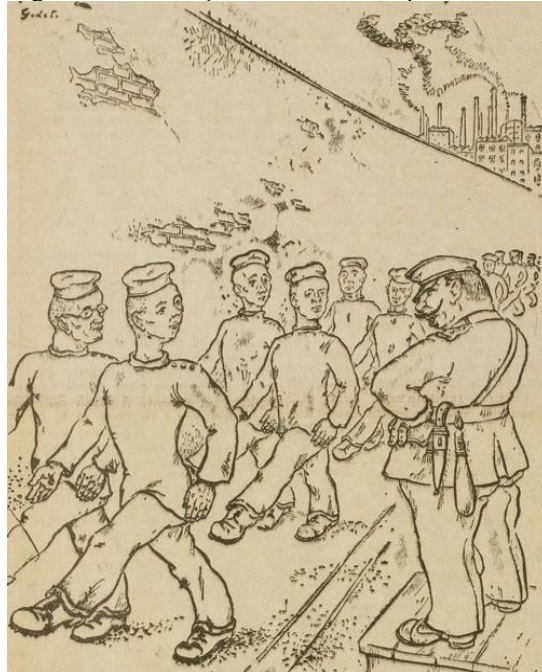
O jornalista comentou que naquela noite optaram por não dormir, pois poderia ser o único momento de conversas sem a supervisão da gestão prisional. No dia seguinte, partiram para a estação de Berlim, acorrentados em dupla, e foram até o trem que os levou para Luckau.

⁵⁷ “Pour beaucoup de camarades, cette salle où l'on peut faire de grandes balades, où l'on peut converser presque librement, est une occasion de grande détente. Représentez-vous cela! Huit à dix mois d'isolement, dans une cellule avec soi, seul avec l'inquiétude de l'attente, et puis, tout à coup, être au milieu de camarades...” In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5655, 15 jul. 1936, p. 2.

Depois de algumas horas de viagem, chegamos a Luckau, uma pequena cidade provinciana, meio saxônica [...] E a colônia penal nos alcançou. O que é a prisão de Hitler? É a tentativa dos nacional-socialistas de matar, lentamente, espiritualmente e fisicamente, os trabalhadores militantes (tradução nossa).⁵⁸

Luckau possuía cerca de mil prisioneiros, dos quais oitocentos eram presos políticos. A fome era constante e a única distração era uma biblioteca que dispunha de apenas dois livros distribuídos semanalmente para todos os prisioneiros. Oitos meses antes do fim de sua pena, Robert foi transferido para a prisão de Brandemburgo, onde as condições de higiene eram um pouco melhores. Entretanto, o trabalho obrigatório no complexo prisional era pesado e rendeu a Robert apenas 2 marcos por oito meses de serviço.⁵⁹

Figura 05 - Ilustração: Transferência para Luckau.



Fonte: *Le Peuple* (15 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

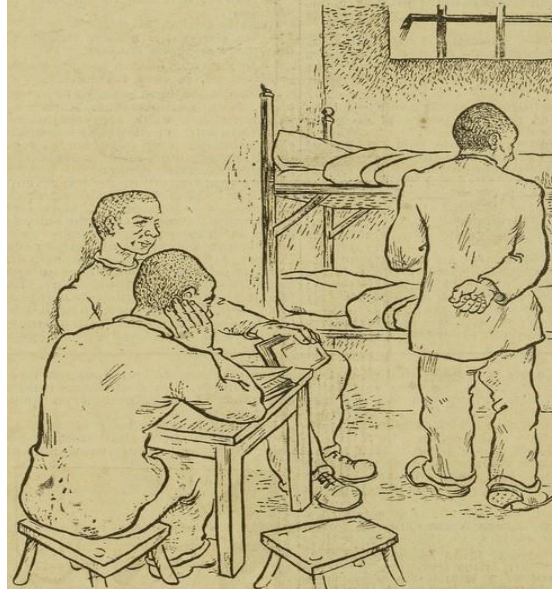
Um de nós, Albert, não consegue se acostumar com essa vida reclusa. Ele tem seis anos de prisão pela frente. Ele não pode esquecer seu julgamento em que um de seus melhores amigos foi condenado à morte. Quase todas as manhãs ele se pergunta se seu amigo foi decapitado [...] Deixou uma jovem em Berlim cheia de vida e saúde: “Seis anos é muito tempo, muito tempo...” e ele não consegue se acostumar com a ideia de uma possível separação. Cada vez que uma carta chega com um certo atraso, ele ruma e pensa nos piores acontecimentos. E ele tem um filho, um menino de doze anos, que ele adora e que ele criava com uma consciência socialista: “Eles vão mandá-lo para sua primeira comunhão, talvez mandá-lo para uma União Cristã de Jovens e, assim, perturbar todo o meu trabalho, estragar meu filho!” Albert não consegue se afastar do mundo fora da prisão, adquirir a serenidade essencial para sustentar esta vida de prisão. [...] Antes de partir, meus camaradas me pediram para transmitir à classe trabalhadora francesa suas saudações revolucionárias. Eles me imploraram para

⁵⁸ “Après quelques heures de voyage, nous sommes arrivés à destination de Luckau, une petite ville de province, mi-saxonne [...] Et le bagne nous happa. Qu'est-ce que le bagne de Hitler? C'est la tentative faite par les nationaux-socialistes de tuer à petit feu, spirituellement et physiquement les militants ouvriers.” In: *Ibid.*

⁵⁹ *Ibid.*

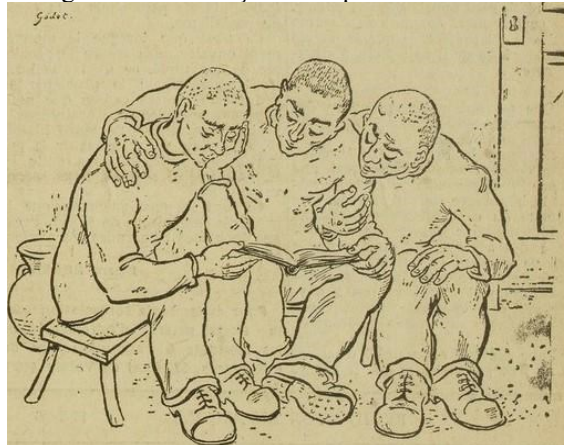
dizer que são fortes, cheios de esperança, felizes por saber que a unidade da classe trabalhadora está em marcha, felizes por saber que a classe trabalhadora parece ter aprendido lições com a derrota do proletariado alemão e assim seu sacrifício não foi em vão (tradução nossa).⁶⁰

Figura 06 – Ilustração: Cela de Luckau.



Fonte: *Le Peuple* (16 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

Figura 07 – Ilustração: Três prisioneiros lendo.



Fonte: *Le Peuple* (17 jul. 1936). Biblioteca Nacional da França, Gallica (BnF).

⁶⁰ “L'un de nous, Albert, ne peut se faire à cette vie de reclus. Il a six ans de bagne devant lui. Il ne peut oublier son procès dans lequel un de ses meilleurs amis a été condamné à mort. Presque chaque matin il se demande si son ami a été décapité [...] Il a laissé à Berlin une jeune femme pleine de vie et de santé: «Six ans, c'est long, trop long... » et il ne peut se faire à l'idée d'une séparation possible. Chaque fois qu'une lettre arrive avec un certain retard, il broie du noir et pense aux pires éventualités. Et puis, il a un enfant, un garçon de douze ans, qu'il adore et dont il faisait l'éducation avec une conscience de socialiste: «Ils vont me l'envoyer faire sa première communion, l'envoyer peut-être à une union chrétienne de jeunes gens, et ainsi chambarder tout mon travail, gâter mon fils!» Albert ne peut se tenir à distance du monde extérieur à la prison, acquiescer la sérénité indispensable pour supporter cette vie de bagne. [...] Avant de partir, mes camarades m'ont prié de transmettre à la classe ouvrière française leurs salutations révolutionnaires. Ils m'ont prié de dire qu'ils sont forts, pleins d'espoir, heureux de savoir que l'unité de la classe ouvrière est en marche, heureux de savoir que la classe ouvrière semble avoir tiré des leçons de la défaite du prolétariat allemand et qu'ainsi leur sacrifice n'a pas été vain” In: *Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme*. Paris: n°5656, 16 jul. 1936, p. 2.

De fato, o regime de Hitler é afetado por um processo de desintegração de sua base de massa. Cada vez mais, o regime acaba sendo a expressão de uma ditadura cruel do grande capital financeiro e monopolista. Essa é a classe trabalhadora que pagou o custo da crise, os salários são terrivelmente baixos e a miséria reina nas famílias da classe trabalhadora. As camadas pequeno-burguesas não ficaram satisfeitas com Hitler. Foram eles que foram seu principal apoio durante a tomada do poder, e hoje continuam sendo mordiscados pelo grande capital. Do ponto de vista econômico, o regime enfrenta imensas dificuldades. Com operações de crédito imprudentes e perigosas, conseguimos financiar o rearmamento da Alemanha e assim criar uma certa atividade econômica: seu caráter é insalubre e precário, bastará uma armadilha para afundar toda essa frágil construção. (tradução nossa).⁶¹

O que podemos aprender com os eventos na Alemanha? Muitas, muitas coisas. A primeira é que a unidade de ação da classe trabalhadora é algo indispensável neste período histórico do capitalismo. Uma época em que esse capitalismo decadente recorre para salvar sua existência a aventureiros inescrupulosos que não se esquivam de nenhum crime para satisfazer suas ambições excessivas, que não hesitam em passar por montanhas de cadáveres para realizar seus sonhos bárbaros de despota. [...] É necessário a partir de hoje empreender todas as etapas necessárias para fazê-lo e mantê-lo onde já foi adquirido. Esse é basicamente o desejo de todo militante sincero, seja sindicalista, socialista ou comunista. [...] Só quando o movimento operário tiver resolvido o problema da sua unidade, só quando tiver resolvido o problema da educação dos seus quadros, poderemos olhar sem medo para este período atormentado da nossa história, que poderemos ter a garantia de que amanhã, depois de duras e duras lutas, sairemos vitoriosos (tradução nossa).⁶²

Nos atentemos primeiramente ao gênero das fontes transcritas: o testemunhal, composto pelo relato daquele que vê ou escuta algo e transmite pela forma oral ou escrita. Este gênero é composto pelo relato daquele que vê ou escuta algo e transmite pela forma oral ou escrita. O testemunho só tem sentido porque julgamos que alguém é capaz de dizer a verdade, por isso confiamos na sua capacidade cognitiva em experienciar determinada situação. No entanto, independentemente de suas origens, os testemunhos não são totalmente críveis ou igualmente acreditados, uma vez que "dependem da informação prévia dos ouvintes e leitores; dependem

⁶¹ *"En effet, le régime hitlérien est atteint par un processus de désagrégation de sa base de masse. De plus en plus, le régime s'avère comme l'expression d'une dictature cruelle du grand capital financier et monopolisateur. C'est la classe ouvrière qui a payé les frais de la crise, les salaires sont terriblement bas et c'est la misère qui règne dans les ménages ouvriers. Les couches petites-bourgeoises n'ont pas été satisfaites par Hitler. C'étaient elles qui avaient été son principal appui lors de la prise du pouvoir, et aujourd'hui elles continuent d'être grignotées par le grand capital. Du point de vue économique, le régime va au devant d'immenses difficultés. Avec des opérations de crédit téméraires et dangereuses, on est arrivé à financer le réarmement de l'Allemagne et à créer, ainsi, une certaine activité économique: son caractère est malsain et précaire il suffira d'un écueil pour faire sombrer toute cette fragile construction."* In: **Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme**. Paris: n°5657, 17 jul. 1936, p. 2.

⁶² *"Que pouvons-nous apprendre des événements d'Allemagne? Beaucoup, beaucoup de choses. La première est que l'unité d'action de la classe ouvrière est une chose indispensable dans cette période historique du capitalisme. Une époque où ce capitalisme déclinant a recours pour sauver son existence à des aventuriers sans scrupule qui ne reculent devant aucun crime pour satisfaire leurs ambitions démesurées, qui n'hésitent pas à passer sur des montagnes de cadavres pour réaliser leurs rêves despotes barbares. [...] Il faut dès aujourd'hui entreprendre toutes les démarches nécessaires pour la faire et pour la maintenir là où elle est déjà acquise. C'est au fond le désir de chaque militant sin- cère, qu'il soit syndicaliste, socialiste ou communiste. [...] Ce n'est que lorsque le mouvement ouvrier aura résolu le problème de son unité, ce n'est que lorsqu'il aura résolu le problème de l'éducation de ses cadres que nous pourrons regarder sans crainte cette période tourmentée de notre histoire, que nous pourrons avoir la garantie que, demain, à la suite de luttas dures et sévères, nous serons vainqueurs. Ce sont les enseignements que je rapporte des prisons de Hitler."* In: *Ibid.*

da credibilidade da própria testemunha; não à toa existem os rituais de autenticação. Tampouco estes, entretanto, asseguram uma confirmação última”.⁶³

Para Philippe Ariès, a literatura de testemunho reflete um fenômeno global relacionado à paixão política pela necessidade de narrar as acusações, as denúncias e as execuções - neste caso, as prisões sob o regime de Hitler. O testemunho é trazido do passado para o presente, transferido para outro lugar geográfico e busca preservar sua integridade na forma mais pura, apelando para a confiança do leitor. Este texto pode ser lido como uma forma de denúncia e/ou apelo àqueles que podem se indignar, havendo um jogo de palavras que incide sobre a sensibilidade do destinatário.

Estará também escrito na contracapa, nas orelhas da publicação tratar-se de testemunho, isto é, referido a um real experimentado, inconfundível com a ficção, cuja intenção é relatar acontecimentos efetivos. E a palavra real virá sem aspas. Porque importam mais os efeitos práticos da narrativa (como influenciam a ação) do que comentários teóricos (possivelmente historiográficos) sobre a relatividade do real e as ambigüidades do verdadeiro.⁶⁴

Em relatos publicados, é comum haver uma introdução que fornece uma garantia emprestada por outra pessoa, ou seja, por meio da apresentação de alguém notório, cria-se uma confiabilidade sobre o texto que virá. Neste caso, M. Harmel, conhecido redator do jornal, garante que Robert fornecerá um relato completo e bem escrito sobre as prisões alemãs, o que fomenta o interesse e a curiosidade do leitor. A posição do escritor/ator/personagem, que muitas vezes se confunde em relatos escritos, é outro aspecto importante como forma de persuasão, pois apresenta a sua proximidade com o ocorrido e o autoriza a escrever sobre si mesmo, geralmente na primeira pessoa do singular. Assim, o uso de expressões como "um soco acerta meu rosto", "ainda podia dispor da minha vida" e "meus camaradas me pediram" regula e atualiza o vivido por Robert, pois “os testemunhos apresentam-se como mergulhos no real, realçam que há algo de absoluto e incomparável na presença; dizem o mais genérico (o que os sentidos de cada um e de todos podem apreender), e o mais imediato.”⁶⁵

A escrita é altamente detalhista e minuciosa, pois busca apresentar o maior número possível de características de cada cenário, como o clima, o trajeto para casa do amigo, o racionamento de alimentos, a insônia, os sons, a solidão, as horas de trabalho, as relações com outros prisioneiros, os mortos e até mesmo os instrumentos de tortura. Testemunhos como esses tendem a ter uma precisão aritmética, expondo a quantidade de policiais, o tamanho das celas,

⁶³ KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48, dez. 2004, p. 77.

⁶⁴ KOLLERITZ, *op.cit.*, p. 85.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 88.

o número de presos, os dias antes e depois dos interrogatórios ou o número de livros. Nenhuma informação é desnecessariamente disposta nos artigos, pois essa minúcia na escrita é uma forma de transmitir o desespero através da precisão das informações. Essas descrições objetivam assegurar a presença e certificar a autenticidade, pois são os detalhes que produzem a noção de que o testemunho lido é verdadeiro.

Não se estranhe assim que, nos seus escritos, o autor lembre até mesmo entonações de vozes, a exata claridade daquele dia que passou, há mais de vinte anos. Pareceria mais uma ficção, mas é regra do gênero. A autenticação da experiência passa pelo esmiuçamento da sensação; a palpabilidade do real traduz a presença; só a presença pode evocar a densidade concreta, e este círculo instiga a empatia do leitor.⁶⁶

O uso de múltiplos registros textuais e iconográficos, como o encontro à distância de Robert com uma mulher da ala feminina - em que ele teria compreendido por gestos e sinais as descrições de violência contra ela - ou ainda o companheiro de prisão chamado Albert, que temia pela perda da esposa, além dos presos em suas celas e os soldados da Gestapo retratados nas imagens, busca aproximar o leitor e provocar sua empatia em relação às múltiplas formas de crueldade nas prisões. A construção desses diferentes cenários leva o leitor a se deparar com talvez o mais importante dos artigos: o último.

Na publicação do dia 17 de julho, após vários dias expondo a situação das prisões alemãs e os maus-tratos sofridos durante o período, Robert se dirige aos "camaradas comunistas" e aos "camaradas socialistas", explicando que a derrota da classe trabalhadora para a ascensão nazista se deveu à falta de unidade dentro das organizações políticas. Essa falta de unidade, segundo ele, é reflexo das ações "reformistas" e "colaboracionistas" do partido social-democrata. Nesse momento, Robert convida os leitores a se prepararem para um método que ataque o partido quando este "vacilar", já que ele possuía diferentes facções em disputa, como foi o caso de Röhm. Ao mesmo tempo, o jornalista enfatiza a importância do trabalho ilegal envolvendo a distribuição de literatura clandestina.

Felizmente, no terreno sindical, conseguimos nos dar bem e que muitos estão trabalhando para construir executivos ilegais. [...] Apesar dessa falta de entendimento político, o trabalho ilegal continua em grande escala. Naturalmente, o movimento foi dizimado pela terrível repressão, especialmente o Partido Comunista que em 1933 e 1934 se expôs um pouco demais. [...] Apesar disso, um trabalho importante ainda está sendo feito; ainda há divulgação de literatura clandestina; podemos até dizer que para essa difusão existem possibilidades ilimitadas. De fato, a massa dos trabalhadores tem sede de boa informação, de saber a verdade, porque cada dia traz a prova de que o modo atual é baseado na mentira e na exploração descarada e que é preciso tomar medidas resolutas contra o regime [...] Somente os melhores da classe trabalhadora chegam às organizações clandestinas, os mais corajosos, os mais firmes, aqueles cujo caráter é incorruptível. A ilegalidade torna os camaradas durões; aqueles que saem vitoriosos do inferno da Gestapo e dos abusos da colônia penal, aqueles que viram

⁶⁶ *Ibid.*, p. 90.

seus melhores amigos serem martirizados, assassinados, não conhecem mais o sentimentalismo (tradução nossa).⁶⁷

Ao finalizar seu artigo, Robert escreveu em tom prenunciatório: "[...] o perigo de uma guerra iniciada pelo fascismo alemão é tão grande!". Três anos após a publicação, a guerra de fato se iniciaria.

É necessário, agora, apresentar um outro caso ocorrido em outro país e período. Quase dez anos após as prisões em Berlim, em 12 de fevereiro de 1942, por volta das 9h45, um policial de fronteira do posto de Rolle inspecionou o barco do pescador Jean Charles Pittet. Nascido em 1900, em Seigneux (Vaud - Suíça), ele era casado com Jeanne Ennig, pai de três filhos, residia na comuna de Allaman desde 1927 e trabalhava no conhecido Lago Léman - um lago fronteiro entre a região francesa de Chablais Savoiardo e os cantões suíços de Valais, Vaud e Genebra. Naquela manhã, Pittet se preparava para zarpar com o intuito de entregar alguns pacotes para o lado francês, mas foi abordado pelo guarda, que encontrou algumas encomendas em sua embarcação. Quando as abriu, o policial descobriu quatro embalagens com cerca de 80 gramas de tabaco e pacotes amarelos com vários jornais e recortes de revistas endereçados à região de Saboia. Após mais uma investigação dentro do barco, o guarda encontrou cerca de 50 moedas de ouro sem registros. Pittet foi então detido e enviado para a prisão do distrito de Aubonne sob acusação de tráfico de ouro e contrabando de material proibido na França.⁶⁸

Conforme inventário dos sete pacotes entregues à Gendarmaria do Exército Suíço, havia recortes do "*Neue Zürcher Zeitung*", do "*Curieux*", do "*Volksrecht*", do "*Journal de Genève*", do "*Tribune de Genève*", do "*Die Nation*", do "*Die Weltwoche*", da "*Gazette de Lausanne*", do "*Der Aufbau*", do "*National Zeitung*", do jornal "*Le Pays*", de "*Porrentruy*" e do "*Basler Nachrichten*", além de várias cópias do "*Socialist Commentary*", como também boletins norte-

⁶⁷ "Heureusement que sur le terrain syndical on a pu s'entendre quelque peu et que beaucoup œuvrent à l'édification de cadres illégaux. [...] Malgré ce manque d'entente sur le terrain politique, le travail illégal se poursuit sur une assez grande échelle. Naturellement, le mouvement a été décimé par la répression terrible, surtout le parti communiste qui en 1933 et 1934 s'est un peu trop exposé. [...] En dépit de cela, il se fait encore un travail important; il y a encore diffusion de littérature clandestine; on peut même dire que pour cette diffusion il y a des possibilités illimitées. En effet, la masse des ouvriers a soif d'avoir de bonnes informations, d'apprendre la vérité, car chaque jour apporte la preuve que le régime actuel est basé sur le mensonge et une exploitation éhontée et qu'il y a nécessité d'entreprendre une action résolue contre le régime. [...] Seuls les meilleurs de la classe ouvrière viennent aux organisations clandestines, les plus courageux, les plus fermes, ceux dont le caractère est incorruptible. L'illégalité rend les camarades durs; ceux qui sortent en vainqueur de l'enfer de la Gestapo et des services du bagne, ceux qui ont vu leurs meilleurs amis martyrisés, assassinés, ne connaissent plus de sentimentalité." In: *Ibid.*

⁶⁸ Ministério Público Federal - Serviço de Polícia, Suíça (*Ministère Public Fédéral - Service de Police, Suisse*). **Relatório do Inspetor Knecht (*Rapport de l'inspecteur Knecht*)**. Berna, 15 mar.1942.

americanos e ingleses.⁶⁹ Vários desses artigos, assim como os boletins, estavam anotados para serem reproduzidos. Além disso, os envelopes ainda continham várias cartas destinadas a pessoas que viviam na França, como Eva, Yvette, Alphonse, Guivet e Arthur, sem qualquer referência de sobrenome.

Na audiência, Jean Pittet se apresentou como um pescador autônomo e humilde que, com muita dificuldade, tentava criar seus filhos. Ele comentou que, no final de setembro de 1942, um homem chamado Sr. Lugin, um conhecido oriundo de Thonon-les-Bains, informou que o pescador receberia uma visita em casa de um tal de Pierre Robert. Pittet contou que, de fato, Robert apareceu em sua residência no mês de dezembro, pedindo que o pescador levasse um amontoado de papéis para além da fronteira. O pescador comentou que a intenção de Robert era evitar a censura francesa, por isso optou pelo transporte via Lago Léman. Pittet relatou que aceitou a oferta de levar os pacotes de documentos para o outro lado da fronteira, pois Robert havia oferecido 50 francos suíços por viagem - o que, para o pescador, foi um bom negócio, já que ele teria de fazer cerca de cinco travessias por conta do tamanho de seu barco e pela quantidade de material que Robert havia entregado. Jean Pittet também mencionou que o homem garantiu que ele não estava levando nada ilegal e que tudo se tratava de recortes de jornais e revistas endereçados para alguns amigos franceses.⁷⁰

Os envelopes sempre me foram entregues lacrados. Lugin nunca me disse a quem entregou os envelopes trazidos por mim. Não sei onde Pierre Robert mora e o que ele faz. Não pertenço a nenhum partido político, mas sou socialista, mas não extremista. Pierre Robert me disse que se eu tivesse algo para ele, poderia escrever para a família Baumer, de Rosenweg em Thun, mas nunca o fiz (tradução nossa).⁷¹

Dias antes da audiência do pescador, policiais haviam feito uma tocaia para prender Pierre Robert. Isso ocorreu porque Pittet havia dito no dia de sua prisão que não conhecia Robert e nem sabia seu endereço, mas havia mencionado que o homem retornaria à sua casa em alguns dias para entregar novos pacotes.⁷² No dia designado, o cabo Sordet efetuou vigilância ao redor da residência de Pittet e, às 10h55, capturou o proprietário dos documentos que, após investigação documental, foi identificado como René Henri Bertholet, um jornalista nascido

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ MPF - SP, S. **Autos de audição de Jean Charles Pittet (*Procès-verbal d'audition de Jean Charles Pittet*)**. Prisão de Aubonne, Aubonne, 18.02.1943.

⁷¹ “*Les enveloppes m'étaient toujours remises fermées. Lugin ne m'a jamais dit à qui il remettait les enveloppes apportées par moi. J'ignore où habite Pierre Robert et ce qu'il fait. Je n'appartiens à aucun parti politique, mais je suis socialiste mais pas extrémiste. Pierre Robert m'avait indiqué que si j'avais quelque chose pour lui, je pouvais écrire à la famille Baumer, Rosenweg à Thoune, mais je ne l'ai jamais fait.*” In: *Ibid.*

⁷² Em relação à quantia em ouro encontrada em seu barco, Pittet se defendeu dizendo que passou por uma situação semelhante ao caso dos impressos: um homem, chamado Pierre Barbey, bateu na porta de sua casa e pediu-lhe que enviasse um pacote para a zona franca. Este último também foi identificado e preso pelas autoridades suíças. In: *Ibid.*

em 1907, natural de Genebra, domiciliado em Zurique e casado com a alemã Hanna Grust. Bertholet não negou ter entregue os envelopes a Pittet para envio à França e acabou sendo preso no mesmo local, juntamente com novos materiais e milhares de francos suíços em espécie. Após um pedido de interrogatório, Bertholet iniciou seu depoimento da seguinte maneira:

Nasci em Genebra onde vivi até 1926. Frequentei escolas primárias, a escola de negócios nesta cidade e me formei. De 1926 a 1928, trabalhei em Mulhouse. De 1928 a 1932, morei na Alemanha: Hamburgo, Berlim, Magdeburg, etc., onde fui correspondente do jornal "*Le Peuple*", órgão do C.G.T. De 1932 a 1933, estive em Paris como correspondente de jornais sindicais alemães. Em 1933, as organizações sindicais alemãs me convidaram a retornar à Alemanha para ajudá-los em seu trabalho de resistência ao movimento nacional-socialista. Em 09.11.1933, fui preso ao chegar a Berlim (tradução nossa).⁷³

Ao contrário do depoimento dado aos nazistas em 1934, no qual mencionou realizar uma pesquisa sobre a classe trabalhadora naquele país, Bertholet admitiu naquela ocasião que havia ido à Alemanha para ajudar na resistência ao movimento nacional-socialista. O jornalista também mencionou seu trabalho com a imprensa francesa, mais especificamente com o jornal parisiense "*Le Peuple*", vinculado à *Confédération Générale du Travail* - CGT (Confederação Geral do Trabalho). Tal trabalho pode indicar a relação do jornalista suíço com o movimento sindical francês e seu círculo social dentro daquele país.

O referido jornal era uma das principais publicações da imprensa confederada de língua francesa, associada à gestão da CGT, um sindicato de empregados fundado ainda no final do século XIX em Limoges. No início da década de 1930, o jornal passou a ser publicado como um periódico do sindicalismo e, a partir de 1937, adotou publicações em línguas armênia, búlgara, iídiche, italiana e polonesa, destinadas aos trabalhadores imigrantes do país. A corrente do sindicalismo revolucionário francês surgiu no final do século XIX, ligada à CGT, como uma corrente de um programa de ação sindical com o objetivo de reunir o operariado em uma única organização, cuja:

[...] acção directa dos trabalhadores contra o patronato e o Estado conquistaria regalias imediatas, mas também teria uma componente pedagógica. No decorrer da luta, o operariado organizado tomaria consciência da sua força e compreenderia que podia gerir a sociedade em seu proveito, através das associações de classe. O futuro seria a gestão sindical. Adoptando e adaptando postulados marxistas e libertários, esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a hegemonia em muitas associações de classe por todo o mundo ocidental.⁷⁴

⁷³ "*Je suis né à Genève où j'ai habité jusqu'en 1926. J'ai suivi dans cette ville les écoles primaires, l'école de commerce et j'ai obtenu ma maturité. De 1926 à 1928, j'ai travaillé à Mulhouse. De 1928 à 1932, j'ai habité l'Allemagne: Hambourg, Berlin, Magdebourg etc, où j'étais correspondant du journal "Le Peuple", organe de la C.G.T. De 1932 à 1933, j'étais à Paris comme correspondant de journaux syndicaux allemands. En 1933 les organisations syndicales allemandes m'ont invité à rentrer en Allemagne pour leur aider dans leur travail de résistance au mouvement national-socialiste. Le 09.11.1933, j'ai été arrêté à mon arrivée à Berlin.*" In: *Ibid.*

⁷⁴ PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. *Historiæ*, v. 2, n. 3, 2011, p. 199. Para Alain Bihr, o sindicalismo, como fenômeno global do século

Conforme mencionado, a corrente revolucionária do sindicalismo francês surgiu sob a liderança da "*Confédération Générale du Travail - CGT*" e foi o principal ponto de irradiação do sindicalismo revolucionário, composto pelas Federações de Indústria e pelas Bolsas de Trabalho, agrupados e definidos conjuntamente como Unidade Operária. A CGT buscava melhorar as condições de vida dos trabalhadores por meio de greves, boicotes e sabotagens com o objetivo de fazer desaparecer o patronato.:

O Sindicalismo Revolucionário assenta essencialmente na ideia «fora do sindicalismo não há luta de classes». O operariado tem de entrar em ruptura absoluta com a burguesia, não aceitando colaborar politicamente com esta num Partido Socialista, nem perfilhar ideais comuns com os intelectuais libertários. O Sindicalismo Revolucionário é a doutrina exclusiva da classe operária e os sindicatos as suas instituições próprias.⁷⁵

O sindicalismo revolucionário inspirou vários sindicatos em todo o mundo, como o FAUD na Alemanha, o IWW nos Estados Unidos, o Casa del Obrero Mundial no México, o FORA na Argentina e o OBU no Canadá. Essa difusão transnacional das ideias sindicais ocorreu de várias formas, mas deve-se destacar o papel dos impressos e das correspondências que ultrapassavam as fronteiras francesas e eram republicados em diferentes países.⁷⁶ Esse transporte era realizado por ativistas e dirigentes do movimento operário que trocavam essas documentações, como no caso do propagandista português Emílio Costa, que introduziu sua concepção do sindicalismo revolucionário francês em Portugal a partir de suas viagens pela Europa Central.⁷⁷ Dessa forma, a mobilidade migratória envolvendo os contrabandistas de impressos contribuiu para a expansão da divulgação de novas ideias, assim como propiciou o surgimento de uma rede de tradutores composta por intelectuais simpáticos aos ideais da luta dos trabalhadores, que facilitaram o acesso às informações em língua estrangeira.

Em meados de junho de 1940, a França passou por uma significativa crise após a invasão alemã em seu território. As tropas francesas se dispersaram e os blindados alemães rumaram em direção a Paris, enquanto a sede governamental se organizava para uma transferência - de Paris para Tours, e depois de Tours para Bordeaux. No dia 10, a Itália aproveitou o momento

XX, se dividiu em dois: o sindicalismo social-democrata e o revolucionário. Os dois se diferiram em relação à autonomia estratégica, organizacional e cultural dos sindicatos. O social-democrata esteve ligado à emancipação do Estado do capitalismo, enquanto o revolucionário era contrário à invocação do Estado como garantia aos direitos do proletariado, cf. BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1999. Sobre o "sindicalismo revolucionário", a relação com o "anarquismo" e as práticas sindicais "reformistas" a partir do caso do Rio de Janeiro, cf. BATALHA, Cláudio. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906–1920). *International Review of Social History*, v. 62, p. 75-103, 2017.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 202.

⁷⁶ LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire. *Le Mouvement Social*, p. 3-36, 1992.

⁷⁷ PEREIRA, *op.cit.*, p. 206.

oportuno para declarar guerra contra a França, o que deixou Paul Reynaud, então primeiro-ministro francês, numa posição difícil. Àquela altura, o armistício se mostrava como a estratégia preferida de alguns parlamentares e de Philippe Pétain, que assumiu o posto de primeiro-ministro após a renúncia de Reynaud. O presidente Albert Lebrun desistiu do plano de transferir a sede do governo para o norte africano e assinou a rendição francesa em julho de 1940.⁷⁸

Como condição primária do armistício, a França ficou dividida: a metade norte (incluindo Paris) foi ocupada pelos alemães, entretanto, a administração total do país continuaria sob um governo francês responsável pela cooperação com as forças alemãs na zona de ocupação. A parte sul passou para a administração de Pétain, cuja sede do governo se instalou na cidade de Vichy. Pétain e Laval (ex-primeiro-ministro) eram reconhecidos como colaboradores dos nazistas, tendo este governo estabelecido uma série de políticas contra a população "indesejável" da localidade, incluindo homossexuais, ciganos, judeus e comunistas, principalmente. Ao passo que ocorria a nova divisão, movimentos de resistência se ampliaram, como o caso do general Charles de Gaulle, que recorreu a Winston Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido, e reuniu diferentes setores progressistas e democráticos franceses ao liderar uma campanha no norte da África contra a França ocupada.⁷⁹

Em 1971, "*Le chagrin et la pitié*" de Marcel Ophüls estreou na filmografia francesa, e a memória oficial da resistência foi completamente derrubada e invertida. O filme apresentou uma série de imagens do regime de Vichy e retratou pessoas anônimas de posições sociais e políticas diversas, colaboradoras e conformadas com o regime. A circulação do filme foi proibida por uma década no país, pois ia de encontro à narrativa construída logo após a Libertação (1944) sobre a resistência de toda a população francesa contra a presença alemã no território.⁸⁰ A partir daquele momento, conforme Denise Rollemberg, ocorreu uma guinada na imagem dos franceses: foram de um povo resistente para um povo colaborador do regime de Vichy.⁸¹

⁷⁸ GONÇALVES, Williams. A Segunda Guerra Mundial. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O Século XX: O Tempo das Crises. Revoluções, Fascismos e Guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 167-193.

⁷⁹ O governo de exílio ficou conhecido como França Livre, cf. GONÇALVES, *op. cit.*, p. 177.

⁸⁰ ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores Franceses na Zona Cinzenta: Lembranças da Guerra. **Rev. Hist. (São Paulo)**, n. 176, 2017, p. 01-02. Sobre lugares de memória e a relação entre ocupação e resistência, cf. ROLLEMBERG, Denise. **Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

⁸¹ Em "*The Vichy Syndrome*", Henry Rousso investiga os esforços da resistência a Vichy e analisa uma série bibliográfica da historiografia francesa sobre a temática. Rousso aborda a mudança de opinião pública, os relatos e a criação de mitos sobre o período. O autor explora a construção de uma memória coletiva (sobre aquilo que os franceses lembraram e esqueceram) e destaca que "os franceses não foram todos ativos ou heróis vicários, mas também não foram culpados doces.", cf. ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome: History and Memory in France Since 1944**. Cambridge: Harvard University Press, 1991, p. 09.

Usualmente, o termo "resistência" e suas possibilidades de sentido foram empregados para o referido fenômeno histórico da França a partir da fundação do "Comitê de História da Segunda Guerra Mundial", dirigido por Henri Michel e fundado em 1951. No mesmo período, a aplicabilidade do termo foi utilizada para identificar as experiências e tentativas de derrubada concreta do regime em outros países invadidos pela Alemanha, como ocorreu na Iugoslávia.⁸² Martin Broszat classificou como "resistência" todas as formas de rejeição, limitação e restrição ao regime nazista ou a qualquer um de seus objetivos.⁸³ O historiador Ian Kershaw prefere o termo "dissensão" em vez de "resistência" para indicar atitudes, geralmente espontâneas e não relacionadas a ações planejadas, que criticavam ou se opunham ao nazismo, mas não tinham a intenção de fazer uma oposição efetiva ao governo.⁸⁴ Independentemente da designação utilizada para se referir a atitudes de oposição ao nazismo, a compreensão do termo "resistência" ultrapassou as barreiras do tempo - tanto para casos anteriores como posteriores a 1945 - e do espaço - incluindo casos não europeus. Essa adaptabilidade do termo permitiu que a historiografia de outros países o utilizasse como referência e tradução dos casos de lutas de libertação nacional, como ocorreu em nações africanas e asiáticas, e para as organizações e/ou ações individuais contra as ditaduras latino-americanas entre as décadas de 1960 e 1980.

Após duas décadas de investigação e pesquisa em fontes variadas, novas táticas foram incorporadas à compreensão da definição de resistência, principalmente no que se refere a comportamentos individuais e/ou coletivos durante a Segunda Guerra Mundial. Essas táticas incluem a sabotagem de equipamentos de guerra por trabalhadores alemães e estrangeiros, a organização de grupos de discussão e ação política, as estratégias empregadas por indivíduos em campos de concentração, o fornecimento de esconderijos para judeus e outras minorias perseguidas, bem como a impressão e distribuição de impressos contrários ao regime.⁸⁵

⁸² Numa tentativa de compreender a resistência como um conceito redirecionado para a historiografia, Denise Rollemberg agrupou uma série de interpretações sobre o termo, cf. ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2015, v. 1, p. 77-95.

⁸³ *Ibid.*, p. 250-251.

⁸⁴ O termo é utilizado para formas menos "espetaculares" de resistência, como o caso de transmissão de impressos, cf. KERSHAW, Ian. **Popular opinion and political dissent in the Third Reich, Bavaria 1933-1945**. Oxford: Oxford University Press, 2002, p 38-42.

⁸⁵ Como Hudemann pontua, "é importante destacar que mesmo ações que, do ponto de vista atual, não seriam caracterizadas como resistência eram combatidas como tais pela Gestapo e de maneira sempre mais ampla, numa crescente radicalização da violência.", cf. HUDEMANN, Rainer. A Rosa Branca no contexto da resistência alemã durante o "Terceiro Reich". In: SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo**. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 250. Para o debate sobre o conceito de resistência a partir da historiografia francesa: Bédarida (1986), Sémelin (1994) e Laborie (2003), cf. ROLLEMBERG, 2015.

Quando questionado sobre a grande quantidade de dinheiro que tinha consigo na ocasião de sua captura, Bertholet mencionou que estava recebendo cerca de 500 francos por mês do comitê norte-americano e que seu dinheiro provinha desses pagamentos. Ele enfatizou que não havia retornado à França desde 1942 e que nunca havia sido membro de nenhum partido político, mas que se identificava com o socialismo e fazia campanha na França e na Alemanha sem pertencer a organizações comunistas.⁸⁶ Foi neste momento, de fato, que passou a atuar na redação do “*Le Peuple*”.⁸⁷ Pouco tempo depois, com a invasão alemã da França, Bertholet se mudou novamente, desta vez para Zurique, onde residia oficialmente quando foi preso no caso Pittet.

Alphonse, Artur, Eva e Yvette, alguns dos destinatários das cartas do jornalista, também trabalhavam no referido jornal e participavam de círculos de resistência à França ocupada, mantendo contato com organizações em Londres que planejavam ataques a instituições nazistas no país. Durante seu depoimento, Bertholet demonstrou interesse na educação dos trabalhadores, por isso manteve contato com Paul Dominique Vignaux, secretário do Instituto de Educação Operária dos Sindicalistas e então professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Toulouse. Em uma correspondência para o jornalista, Vignaux comentou sobre sua transferência para uma universidade católica nos Estados Unidos e solicitou a Bertholet o envio de qualquer material sobre o movimento sindical francês. Bertholet enviou a Vignaux uma série de relatórios que tratavam de diferentes movimentos de resistência franceses, todos recolhidos durante suas viagens pelo sul da França.⁸⁸ Em agradecimento ao René, Vignaux escreveu também:

Meu querido René, [...] aproveito para lhe escrever livremente. Como Eva lhe contou, finalmente temos possibilidades realmente sérias para ajudar no seu trabalho para os amigos franceses. Participarei pessoalmente dessa ajuda em cooperação com excelentes camaradas americanos. [...] Aqui está o que me interessaria: a distribuição das publicações, os círculos que você parece dirigir e compor os movimentos, se o controle e a inspiração vêm de círculos progressistas, democráticos, ou outros, de ambos os lados e se você acredita que isso pode continuar por muito tempo com as dificuldades crescentes que prevemos a partir daqui.⁸⁹

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ MPF - SP, S. **Relatório do Inspetor Knecht (*Rapport de l'inspecteur Knecht*)**. Berna, 15 mar. 1943.

⁸⁸ VIGNAUX, Paul Dominique. **Carta**. 12 abr. 1942, Toulouse [para] René Henri Bertholet, Zurique, 1f. Solicita material sobre o movimento sindical francês.

⁸⁹ “*Mon cher René, [...] Je saisis cette occasion de vous écrire librement. Comme Eva vous l'apprend, nous avons enfin des possibilités vraiment sérieuses d'aider votre travail pour les amis français. Je participerai personnellement à cette aide en coopération avec d'excellents camarades américains. [...] Voici ce qui m'intéresserait: la diffusion des publications, les milieux qui vous semblent diriger et composer les mouvements, si le contrôle et l'inspiration viennent de milieux progressifs, démocratiques, ou d'autres, des deux côtés et si vous croyez que cela puisse continuer longtemps avec les difficultés croissantes que l'on entrevoit d'ici.*” VIGNAUX, Paul Dominique. **Carta**. 15 maio. 1942, Toulouse [para] René Henri Bertholet, Zurique, 1f. Resposta ao René Bertholet.

Embora Bertholet tenha conseguido retornar à Suíça após a invasão alemã na França, muitos de seus amigos e colegas sindicalistas permaneceram no país, como Vignaux, e pediam ao jornalista o envio de notícias e recortes de jornais suíços que pudessem interessar aos diferentes movimentos contrários à política francesa da época. Durante um dos interrogatórios pelos quais passou, Bertholet confirmou que carregava uma grande quantidade de recortes de jornais em suas viagens, mas não tinha conhecimento preciso do uso desses impressos. Ele supunha que seriam utilizados apenas para a escrita de artigos por órgãos de resistência clandestinos.⁹⁰ No final de 1942, procurou Jean Pittet por meio da recomendação de um amigo, Lugrin, com o intuito de entregar os jornais a um colega em Saboia, que poderia redistribuí-los.⁹¹

Interrogador - Você já participou na organização de atos de violência na França?

René - Não, aliás, desaprovo-os.

I.- Você atuou como intermediário entre as pessoas envolvidas em esquemas de sabotagens?

R.- Não.

I.- Você se envolveu em um serviço de inteligência para o benefício de uma potência estrangeira ou uma organização ou partido estrangeiro?

R.- Não.

I.- Por que você deu a Pittet o endereço da família Baumer, Rosenweg, n. 8, em Thun?

R.- Pittet conhecia-me pelo nome de Pierre Robert e não considere necessário dar-lhe o meu nome e morada. Disse-lhe que se por acaso ele tivesse algo urgente para me dizer que poderia se dirigir aos meus amigos, o Sr. Baumer, em Thun. Esse endereço nunca foi usado por Pittet (tradução nossa).⁹²

Devido ao seu envolvimento internacional nos movimentos de resistência, Bertholet foi considerado uma ameaça à neutralidade suíça. Em 29 de março de 1943, por decisão do

⁹⁰ MPF - SP, S. **Procès-verbal d'audition de René Henri Bertholet**, op. cit.

⁹¹ Em uma correspondência datada de 29 de junho de 1943 para o Ministério Público Federal, Alexandre e David Moriaud, advogados do caso de Pittet, garantiram que Pierre Barbey havia pago a multa imposta sobre o tráfico do ouro. O material foi detido pela Inspeção Territorial I e posto à venda para o Banco Nacional Suíço. Jean Pittet foi absolvido das acusações, cf. MORIAUD, Alexandre. **[Correspondência]**. 28 jun. 1943, Genebra [para] Procurador Geral da Confederação, Berna, 2f. Informa o pagamento da taxa.

Sobre a resolução do caso, cf. WIGET, P (*Département fédéral de l'économie publique - Le chef du contrôle des prix*). **[Correspondência]**. 28 out. 1943, Berna [para] Gabinete do Procurador Federal Suíço, Berna, 4f. Processo criminal de Pittet Jean e Barbey Pierre por comércio ilícito de ouro.

⁹² “D.- Avez-vous participé à l'organisation d'actes de violence en France?”

R.- Non, du reste je les désapprouve.

D.- Avez-vous servi d'intermédiaire entre des personnes se livrant aux sabotages?”

R.- Non.

D.- Vous sabotages êtes vous livré à un service de renseignement au profit d' une puissance étrangère qit d'une organisation ou un parti étranger?”

R.- Non

D.- Pourquoi avez-vous donné à Pittet l'adresse de la famille Baumer, 8 Rosenweg à Toute?”

R.- Pittet me connaissait sous le nom de Pierre Robert et je n'ai pas jugé nécessaire de lui communiquer mon nom et mon adresse. Je lui ai dit que si par hasard il avait quelque chose d'urgent à me dire il pouvait s'adresser à mes amis M. Baumer a Thoune, Cette adresse n'a du reste jamais été utilisée par Pittet.” In: MPF-SP, S. **Autos de audição de René Henri Bertholet (Procès-verbal d'audition de René Henri Bertholet)**. Prisão de Aubonne, Aubonne, 23.02.1943.

Ministério Público da Confederação, a investigação foi suspensa com base nos artigos 106 e 107 da lei federal de 15 de junho de 1934, uma vez que não havia uma tipificação penal específica para a transmissão não autorizada de impressos (nacionais e estrangeiros) para fora do território suíço.⁹³

Em suma, como já indicamos, BERTHOLET é o agente de ligação entre os sindicalistas franceses que permaneceram na França e aqueles que se refugiaram na América e na Inglaterra. Ele afirma ser anticomunista e em todos os documentos sequestrados não há nada que possa invalidar sua declaração. BERTHOLET afirma nunca ter cruzado a fronteira clandestinamente e nunca ter escondido sua documentação durante sua passagem pela alfândega suíça, a atividade de BERTHOLET pode ser considerada um ataque à nossa neutralidade porque parece ter uma participação ativa no movimento de resistência francesa.⁹⁴

A neutralidade suíça foi aceita e legitimada desde o século XIX pelo Congresso de Viena, momento em que o país foi considerado "permanentemente neutro". Um acordo determinou a não participação suíça em qualquer conflito, de modo que, em troca, não seria permitida a ocorrência de guerras em seu território. A neutralidade está associada à abstenção ou à não assistência, seja direta ou indireta, em um confronto internacional. Portanto, ela implica em um impedimento: a impossibilidade de qualquer ação aberta ou encoberta durante uma guerra.⁹⁵ Até a primeira metade do século XX, a diplomacia suíça buscou orientar através de conferências e estabelecer por meio de acordos as condições jurídicas para uma maior humanização dos conflitos armados. Os países sob neutralidade tinham o direito, e por vezes obrigações, de fornecer abrigos aos afetados por guerras, além de estipular proteções a outros países considerados neutros no período. Dessa forma, os cantões e os governantes suíços não precisaram explicar nem justificar sua postura durante a Segunda Guerra Mundial, limitando-se a cumprir e manter uma obrigação sustentada pelo compromisso.

Uma das primeiras obrigações de um Estado neutro é a preservação de sua integridade territorial, o que significa que qualquer invasão em seu solo e espaço aéreo é proibida. Embora a Suíça não tenha sido invadida durante a Segunda Guerra Mundial, houve incursões no espaço aéreo suíço tanto por parte dos países aliados quanto pelos países do Eixo.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ “*En résumé, comme nous l'avons déjà indiqué, BERTHOLET est l'agent de liaison entre les syndicalistes français restés en France et ceux réfugiés en Amérique et en Angleterre. Il se dit anti-communiste et dans tous les documents séquestrés il n'y a rien qui puisse infirmer sa déclaration. BERTHOLET affirme n'avoir jamais franchi la frontière clandestinement et n'avoir jamais caché sa documentation lors de son passage à la douane suisse, l'activité de BERTHOLET peut être considérée comme une atteinte à notre neutralité car il paraît prendre une part active au mouvement de résistance français.*” In: MPF - SP, S. **Relatório do Inspetor Knecht (Rapport de l'inspecteur Knecht)**. Berna, 15 mar. 1943, f. 31.

⁹⁵ VAGTS, Detlev. Switzerland, International Law and World War II. **The American Journal of International Law**, 91(3), p. 466–475, 1997.

Apesar de a defesa da neutralidade ter sido uma prioridade na política nacional desde o século XIX, no início dos anos 1940, a Suíça constituiu reservas monetárias de ouro provenientes dos bancos centrais de países sob controle nazista. Nos meses finais da guerra, o governo suíço permitiu um desvio substancial do comportamento neutro, ao permitir o transporte de tropas aliadas pelo território suíço.⁹⁶

Evidentemente, os problemas judiciais de Bertholet giraram em torno da possível quebra da neutralidade nacional, caso ele estivesse participando de um serviço de espionagem para os Aliados. As estratégias de envio de impressos eram diversas, mas exigiam atenção redobrada daqueles que as enviavam, especialmente se o destino fosse a França ocupada ou a França de Vichy. Bertholet optou por utilizar um pescador conhecido pelos habitantes da região, que circulava sem problemas entre as fronteiras suíças e francesas. Essa foi considerada a forma mais oportuna por ele. Afinal, quem desconfiaria de Pittet? No entanto, Bertholet não contou com o fato de que, assim como nas fronteiras terrestres, a vigilância sobre as fronteiras lacustres também se intensificou com o aumento da fiscalização na França ocupada.

I.II.

Catalunha, Paris, Londres e Zurique: sobre impressos, traslados e a guerra

Atentemos para uma outra etapa do depoimento de Bertholet, neste momento ele comenta sobre o trabalho com a imprensa.

Eu aguentei minha sentença em Berlim, Luckau e Brandemburgo. Quando fui libertado da prisão, fui expulso da Alemanha e fui para Paris. De 1936 a 1940, morei em Paris, onde trabalhei inicialmente na redação do jornal "*Le Peuple*". Desde 1938, trabalho na organização de viagens de trabalhadores. Do início da guerra até 1940, fui contratado pela redação de um semanário alemão em Paris, o "*Sozialistische Warte*" (tradução nossa).⁹⁷

O *Sozialistische Warte*, mencionado pelo jornalista, foi um semanário de exílio publicado em Paris entre os anos de 1934 e 1940. O periódico utilizava pseudônimos e tinha

⁹⁶ RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Relaciones internacionales y política interna: Los neutrales en la Segunda Guerra Mundial, un estudio de caso. **Foro Internacional**, 2001, p. 90.

⁹⁷ "*J'ai subi ma peine à Berlin, à Luckau et à Brandenbourg. A ma sortie de prison, j'ai été expulsé d'Allemagne et me suis rendu à Paris. De 1936 à 1940, j'ai résidé à Paris où j'ai travaillé au début à la rédaction du journal "Le Peuple". Depuis 1938, j'ai travaillé à l'organisation de voyages ouvriers. Du début de la guerre à 1940, j'étais attaché à la rédaction d'un hebdomadaire allemand à Paris le "Sozialistische Warte."* In: MPF - SP, S. **Autos de audição de René Henri Bertholet...**, fl. 01-02.

como característica principal a manutenção de um sistema de informações sobre a Alemanha e o restante da Europa, alinhando-se aos serviços secretos dos países aliados. O semanário estava associado à Liga Internacional de Luta Socialista (*Internationaler Sozialistischer Kampfbund - ISK*), a mesma organização pela qual Bertholet afirmou ter conhecido o judeu Siegbert Katz durante sua prisão em Berlim. Segundo os registros da ISK, René Bertholet utilizava dois pseudônimos dentro da liga: Georg Binder e Pierre Robert. Este último é o mesmo nome pelo qual Bertholet se apresentou ao jornal "*Le Peuple*" e ao pescador no caso do Lago Léman.⁹⁸

O filósofo Leonard Nelson (1882-1927) fundou a ISK como um grupo independente que persistia na busca por uma "ditadura educacional com uma liderança solitária" como o melhor sistema político da sociedade.⁹⁹ Após a morte de Leonard Nelson em 1927, Willi Eichler assumiu a liderança da ISK, juntamente com Minna Specht, que dirigia a casa de educação rural da liga.¹⁰⁰ O trabalho de Specht esteve ligado à promoção de cursos na casa de educação rural em Walkemühle (Hesse), onde os alunos participavam de cursos de política e formação em liderança. No entanto, em 1931, os cursos de treinamento foram interrompidos devido ao lançamento de jornais vinculados ao grupo, que demandavam uma atenção especial dos professores da antiga escola.¹⁰¹

⁹⁸ Alguns nomes como Thomas Mann (escritor), Hans Lehnert (político) e Otto Lehmann-Russbüldt (ativista) escreveram artigos para o semanário. Sobre cartas e relatórios dos membros do ISK, cf. RÜTHER, Martin et al. (Ed.). **Deutschland im ersten Nachkriegsjahr**: Berichte von Mitgliedern des Internationalen Sozialistischen Kampfbundes (ISK) aus dem besetzten Deutschland 1945/46. München: Saur Verlag, 1998.

⁹⁹ LINDNER, Heiner. **"Um etwas zu erreichen, muss man sich etwas vornehmen, von dem man glaubt, dass es unmöglich sei"**: Der Internationale Sozialistische Kampf-Bund (ISK) und seine Publikationen. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 2006, p. 41-44.

¹⁰⁰ Em 1933, Specht se mudou para Östrupgaard (Dinamarca) e fundou uma escola em moldes parecidos que serviu de local para resistência e exílio para integrantes do ISK. Em 1938, a transferiu para o País de Gales e depois para Bristol (Inglaterra). Após o fim da II Guerra, passou a trabalhar para a UNESCO. In: *Ibid.*, p. 44-45.

¹⁰¹ As casas de Educação Rural (*Landerziehungsheim*), presentes na Alemanha desde o final do século XIX, eram instituições críticas à educação tradicional e nasceram como internatos distantes dos centros urbanos. Por sua vez, essas instituições eram orientadas por princípios reformistas oriundos da Escola Nova (pedagogia progressista) com base na abordagem holística do educador como mediador. No caso de Walkemühle, havia um departamento para crianças e outro para jovens adultos, onde eram ofertados diferentes cursos de treinamento em trabalho político (alguns desses cursos duravam vários anos). Os internos de Walkemühle deveriam renunciar ao consumo de álcool, nicotina, carnes, além de abdicar da igreja, das relações sexuais e do contato com o mundo exterior, cf. LINDNER, op. cit e BRACHMANN, Jens. **Reformpädagogik zwischen Re-Education, Bildungsexpansion und Missbrauchsskandal**: die Geschichte der Vereinigung Deutscher Landerziehungsheime 1947-2012. Verlag Julius Klinkhardt: Bad Heilbrunn, 2015.

Figura 08 - Curso de treinamento: Walkmühle, 1925.



Fonte: *Europeana - Archiv der sozialen Demokratie* (AdsD).

Sob o comando de Willi Eichler, a ISK intensificou sua luta de resistência contra o nacional-socialismo. O grupo adotou um caráter sectário e tornou-se uma espécie de "mestre da conspiração", com cerca de três quartos de seus membros envolvidos em atividades ilegais de resistência.¹⁰² Para proteger sua identidade e comunicações, passaram a produzir documentos falsos, utilizar pseudônimos e estabelecer palavras-código. Além disso, alugaram apartamentos para realizar reuniões secretas e chegaram a encenar audiências judiciais simuladas para treinar seus membros em caso de interrogatórios reais.¹⁰³ A ascensão do movimento nacional-socialista levou a ISK a abandonar seu projeto educacional em favor do trabalho na imprensa, com destaque para a publicação do jornal "Der Funke" ("A Faísca") até 1933. No entanto, com a chegada de Hitler ao poder e a subsequente repressão contra organizações dissidentes, muitos dos impressos e publicações da ISK foram forçados a entrar na clandestinidade.

Em 1933, durante uma reunião ilegal com os membros da ISK, Eichler dividiu os integrantes em grupos com o objetivo de promover colaboração nos serviços postais e na distribuição de materiais ilegais em todo o Reich. Ainda no mesmo ano, ele fugiu para a região do Sarre e, um mês depois, estabeleceu-se em Paris, onde estabeleceu a nova sede da liga no exílio. Apesar de estar fora da Alemanha, Eichler estruturou uma rede de contatos dentro do país, conhecida como unidades distritais, localizadas em Berlim, Hamburgo, Hannover, Colônia e Frankfurt. Em cada uma dessas cidades, foram criados pontos de encontro em torno

¹⁰² LINDNER, op.cit, p. 48.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 50.

de restaurantes vegetarianos e padarias específicas, que não apenas serviam como locais de reunião, mas também ofereciam empregos para os membros da liga.¹⁰⁴

A primeira ação política realizada pela ISK dentro da Alemanha ocorreu no outono de 1933, em um momento próximo à prisão de Bertholet em Berlim. Durante esse período, foram distribuídos panfletos ilegais intitulados "A Alemanha Desperta". Esses panfletos incentivaram e apelaram para a reconstrução do movimento sindical no país. No mesmo período, também foi divulgado o panfleto intitulado "Vai ficar saudável?", com uma tiragem de dez mil exemplares. Esse panfleto continha dez regras para o trabalho clandestino, incluindo dicas organizacionais para o desenvolvimento do trabalho socialista nas fábricas alemãs.¹⁰⁵ Os grupos da ISK organizavam conferências que serviam para fortalecer a coesão do grupo, além de produzir documentos no exílio que eram contrabandeados para a Alemanha. Esses materiais geralmente continham diretrizes para trabalhos práticos clandestinos. Fritz Eberhard, uma das figuras-chave da resistência da ISK entre 1933 e 1937, estabeleceu quatro objetivos principais para a atuação da liga: 1. Obtenção, coleta e transmissão de informações, tanto oralmente quanto por meio de documentos impressos; 2. Elaboração de propagandas para encorajar opositores ao regime nazista; 3. Perturbação das atividades dos nazistas; 4. Autoproteção do grupo e seus membros. Esses objetivos visavam minar o regime nazista, fornecer informações e apoio aos opositores e garantir a segurança dos membros da ISK.¹⁰⁶

No início da década de 1930, alguns membros da ISK emigraram para a Grã-Bretanha e, após o fim da Segunda Guerra Mundial, eles se dispersaram para os Estados Unidos, Suíça e vários países da América do Sul. No entanto, foi em Paris que a liga estabeleceu sua sede no exílio e se tornou o principal centro de trabalho para seus membros. Assim como na Alemanha, os restaurantes vegetarianos na cidade serviam como pontos de encontro e fonte de renda para os integrantes. Além disso, a ISK montou sua própria editora em Paris, na qual produzia diversos periódicos, incluindo o já mencionado *Socialistische Warte*. Em 1938, Willi Eichler foi expulso da França por motivos desconhecidos, e acabou se mudando para Luxemburgo e posteriormente para a Inglaterra. Com a iminência da guerra, Londres se tornou um centro de

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 51.

¹⁰⁵ Sobre os impressos do ISK, cf. FOITZIK, Jan. **Zwischen den Fronten**. Zur Politik, Organisation und Funktion linker politischer Kleinorganisationen im Widerstand 1933 bis 1939/40. Bonn: Verlag Neue Gesellschaft, 1986, p. 150-158.

¹⁰⁶ LINDNER, op. cit, p. 55.

migração e refúgio para os membros da ISK, especialmente após a ocupação nazista na França a partir de 1940.¹⁰⁷

Vamos examinar agora o papel de René Bertholet dentro da ISK. Bertholet passou os anos de 1928 a 1931 na casa de educação rural em Walkemühle e esteve envolvido na resistência contra a expansão nazista desde o início do movimento. Inicialmente, o jornalista estabeleceu uma rede de contatos entre a Suíça e a França não ocupada pelos alemães, que era utilizada para o compartilhamento e coleta de informações. Em seguida, ele gradualmente construiu uma rede de comunicação nos territórios ocupados, estendendo-se do norte da França ao Luxemburgo, Bélgica, Áustria, Itália e Alemanha.¹⁰⁸ Após ser expulso da Alemanha e iniciar seu exílio na França, Bertholet assumiu o comando e liderança da rede de informações do ISK. Nessa posição, ele fornecia regularmente informações a Willi Eichler, que naquele momento estava exilado em Londres, e divulgava notícias da Alemanha, França e outros países europeus.

A esposa de Bertholet, Johanne "Hanna" Bertholet (anteriormente Grust, divorciada Fortmüller), desempenhou um papel importante no ISK. Ela atuou como secretária do ISK de 1927 a 1930 e, em 1931, juntou-se à casa de educação rural em Walkemühle, onde contribuiu para o desenvolvimento inicial do jornal "*Der Funke*" da liga. Com a ascensão dos nacional-socialistas ao poder em 1933, ela se exilou em Paris e passou a coordenar a rede de notícias do ISK ao lado de seu segundo marido, René.¹⁰⁹ O primeiro marido de Hanna, Alfred Fortmüller, era membro ativo do Partido Comunista da Alemanha (KPD) e emigrou para os Estados Unidos em 1929 e posteriormente para o México, onde fundou o Movimento Alemanha Livre (*Bewegung Freies Deutschland*) com o objetivo de combater o nazismo na Alemanha.¹¹⁰

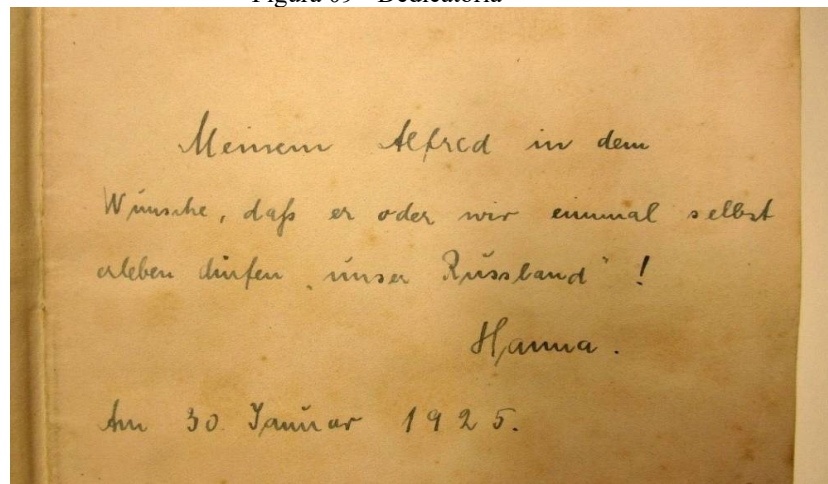
¹⁰⁷ Sobre o exílio de membros do ISK na Grã-Bretanha, cf. RÖDER, Werner. **Die deutschen sozialistischen Exilgruppen in Großbritannien.** Ein Beitrag zur Geschichte des Widerstandes gegen den Nationalsozialismus. Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen, 1968.

¹⁰⁸ LINDNER, op.cit, p. 65.

¹⁰⁹ Hanna Bertholet tornou-se cidadã suíça após o matrimônio.

¹¹⁰ Zentral und Landesbibliothek Berlin. **Alfred Fortmüller.** Disponível em <https://www.zlb.de/en/subject-information/specialarea/provenienzforschung/restitutions/alfred-fortmueller.html>. Acesso em: 12 de mar. 2022.

Figura 09 - Dedicatória



Meinem Alfred in dem Wunsche, daß er oder wir einmal selbst erleben dürfen 'unser Russland'! Hanna.
 Para meu Alfred com o desejo de que ele ou nós possamos experimentar 'nossa Rússia' por nós mesmos! Hanna.
 30 de janeiro de 1925. Dedicatória de Hanna Grust a Alfred Fortmüller. (Fonte: *Zentral und Landesbibliothek Berlin*).

O casal Bertholet no comando da rede de notícias do ISK instruíam outros agentes para captura de informações sobre a Alemanha, como o caso de Josef e Aenne Kappius que viajavam para aquele país, recolhiam notícias e rumavam à Suíça para encaminhar relatórios ao Willi Eichler em Londres. As viagens empreendidas por Aenne Kappius eram particularmente mais perigosas para ela, uma vez que já havia sido presa ao lado de Fritz Eberhard, em 1937, acusados de atividades ilegais. Em uma correspondência de Hanna Bertholet para Willi Eichler, em 1943, a editora comentou que Aenne “ [...] está ciente de que seu passado pode lhe trazer mais problemas do que qualquer outra pessoa, mas ela ainda está determinada e pensa – dadas as condições e preparação certas – que pode se virar.”¹¹¹ Esse fluxo de informações que integrava Suíça, França e Inglaterra se iniciou em 1941 e permaneceu até o final da guerra, com uma pausa no ano de 1942, quando a *Wehrmacht* ocupou totalmente a França. Em relação aos relatórios de René Bertholet, Eichler escreveu que a produção do jornalista era extensa e “de tal qualidade que prometia grande influência a quem os tivesse em Londres”, sendo estes reconhecidos “como tão confiáveis e rápidos que três governos nos disseram que seu próprio serviço não os atende tão bem.”¹¹²

Em 1937, René Bertholet - ou Pierre Robert - escreveu alguns artigos para o *Sozialistische Warte*, como o intitulado “*Hilfe und Gefahren*” (Ajuda e perigos) em que

¹¹¹ “*Sie ist sich darüber klar, dass ihre Vergangenheit ihr evtl. größere Schwierigkeiten bringen würde als jemandem anderen, doch ist sie trotzdem entschlossen und denkt – bei Vorhandensein gewisser Voraussetzungen und Vorbereitung –, sich debouillieren zu können.*” BERTHOLET, Hanna. *Carta*. 07 set. 1943, Paris [para] Willi Eichler, Londres. In: AdsD, Bestand IJB/ISK, Box 49 apud. LINDNER, op.cit., p. 68.

¹¹² KLÄR, 1982, p. 353, apud. LINDNER, 2006, p. 69, tradução nossa.

dissertou sobre a situação da Guerra Civil Espanhola - seu nome no impresso aparece como correspondente do jornal na região da Catalunha. Sua escrita fornece detalhes sobre o desenrolar do conflito no território espanhol e a atuação de grupos antifascistas naquele país:

No final de outubro a situação do governo era desesperadora: havia poucos aviões na frente de Madri, a frente de Talavera - em Toledo - tremia, os rebeldes avançavam 15 km por dia, havia pânico, não havia uma gestão unificada de operações militares. [...] A falta de munição era geral; alguns camaradas estavam esperando para tomar as armas dos camaradas caídos para que pudessem participar ativamente da luta. [...] O mais importante é provavelmente a ajuda da União Soviética. Estende-se ao fornecimento de armas, à participação de especialistas russos em guerra e à organização da indústria bélica na Catalunha. Outra ajuda essencial é a ação das Brigadas Internacionais, que desempenham um papel importante na frente madrilenha. [...] Os pilotos, russos, têm uma disciplina de ferro: eles e seus mecânicos estão constantemente com suas máquinas, mesmo enquanto comem e dormem. [...] Todos os grupos antifascistas na Espanha têm a tarefa de concentrar todas as suas forças em não deixar a frente comum desmoronar (tradução nossa).¹¹³

Figura 10– Capa do *Sozialistische Warte*, nº 1, ano 12 (01 jan. 1937).



Fonte: Leo-Baeck-Institute, Nova Iorque.
O nome “Pierre Robert” aparece no índice da capa.

¹¹³ Ende Oktober war die Lage der Regierung verzweifelt: sie besaß nur ein paar Flugzeuge vor Madrid, die Front bei Talavera, Toledo war ins Wanken geraten, die Rebellen kamen gelegentlich täglich 15km vorwärts, Es herrschte Panik, keine einheitliche Leitung der militärischen Operationen. [...] Der Munitionsmangel war allgemein; manche Genossen warteten darauf, die Flinten gefallener Kameraden zu übernehmen, um am Kampf aktiv teilnehmen zu könne. [...] Das wichtigste ist wohl die Hilfe aus der Sowjetunion. Sie erstreckt sich auf Waffenlieferungen, Teilnahme von russischen Spezialisten an der Kriegführung, Organisation der Kriegsindustrie in Katalonien. Eine weitere wesentliche Hilfe ist die Aktion der Internationalen Brigade, die an der Madrider Front eine bedeutende Rolle spielt. [...] Die Piloten, Russen, besitzen eine eiserne Disziplin: sie sind mit ihren Mechanikern dauernd bei ihren Apparaten, sogar beim Esse und Schlafen. [...] Alle antifaschistischen Gruppen Spaniens haben die Aufgabe, ihre ganze Kraft darauf zu konzentrieren die gemeinsame Front nicht auseinanderfallen zu lassen, cf. *Sozialistische Warte*. Paris: nº 1, ano 12, 01 de janeiro de 1937.

A participação estrangeira na Guerra Civil Espanhola foi representada pela ação das chamadas Brigadas Internacionais. Elas eram compostas por voluntários de diferentes nacionalidades que lutavam a favor da República da Espanha e eram contrárias às ações das tropas franquistas. Jorge Fernández explica que o elevado número de estrangeiros brigadistas é um reflexo do crescimento de um antifascismo sob um viés nacionalista em diferentes países, devido à constante polarização política e ideológica que incitava uma oposição à ascensão de Hitler ao poder.¹¹⁴ No entanto, existe um paradoxo: para um patriotismo antifascista, eram necessárias ações internacionais, uma vez que as lutas nacionais se desmembravam ou se conectavam às lutas antifascistas espalhadas transnacionalmente. Assim, havia um entendimento de que a união das forças progressistas e nacionais de cada local poderia ser o meio pelo qual se derrotaria uma direita articulada em nível internacional. A partir disso, em 1935, a Internacional Comunista, em seu VII Congresso, aprovou as Frentes Populares Antifascistas, constituídas por uma frente única dos trabalhadores.¹¹⁵ A partir das interferências alemã e italiana na Espanha, tornou-se evidente o caráter supranacional do conflito - era o momento em que o antifascismo prevalecia, independentemente da nacionalidade, e era crucial lutar pelo lado republicano, uma vez que combater um inimigo comum era de extrema importância.

Logo, a Espanha se firmou como uma oportunidade de materializar a luta contra o avanço da extrema direita. Hannah Arendt, ao abordar o processo de apátridas judeus durante a Segunda Guerra Mundial, comentou sobre o surgimento de uma nova atitude entre alguns europeus nas lutas "ideológicas". Não apenas houve a expulsão compulsória de pessoas de um determinado país, mas também aumentou o número de casos em que cidadãos partiram voluntariamente para outras nações e se apresentaram para lutar em guerras civis estrangeiras.

Este não era absolutamente o caso. As pessoas sem Estado haviam demonstrado surpreendente teimosia em reter a sua nacionalidade. [...] A Brigada Internacional dividia-se em batalhões nacionais, nos quais os alemães pensavam estar lutando contra Hitler e os italianos contra Mussolini, da mesma forma que, apenas alguns anos depois, na Resistência, os refugiados espanhóis julgavam estar lutando contra Franco, quando ajudavam os franceses contra o governo colaborador de Vichy.¹¹⁶

Em 18 de julho de 1936, a Segunda República Espanhola enfrentou uma tentativa de golpe militar que resultou em uma guerra civil no país. O objetivo inicial da direita espanhola era acabar com o governo da Frente Popular, mas o objetivo final ainda era incerto, variando

¹¹⁴ FERNÁNDEZ, Jorge. Nacionalismo, antifascismo e internacionalismo nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939). **Albuquerque: Revista de História**, v. 5, 2013, p. 35-54.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 41.

¹¹⁶ ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 316.

entre uma restauração monárquica e uma revolução fascista próxima a uma ditadura militar. Já em 1932, os conspiradores monárquicos iniciaram uma série de contatos com autoridades da Itália fascista, estabelecendo um acordo com Benito Mussolini para obter apoio internacional em troca de assistência bélica na derrubada da Frente Popular. Esse apoio não dependia de qual facção monárquica assumisse o poder na Espanha, seja o partido carlista (*Comunión Tradicionalista*) ou o partido alfonsino (*Renovación Española*).

Quando o conflito efetivamente começou em 1936, o governo italiano já havia estruturado seu apoio por meio do envio de diversos materiais de guerra, especialmente armas e munições. Não demorou muito para que esses acordos também envolvessem a Alemanha nazista. Francisco Franco, que nessa época havia se tornado líder das tropas nacionalistas após a morte de José Sanjurjo, convenceu Hitler de que a causa espanhola seria uma forma de combater o avanço comunista no Mediterrâneo. A ajuda militar alemã, que seria fornecida a crédito, foi intermediada pela oferta de aeronaves da companhia aérea alemã Lufthansa.¹¹⁷

Poucos dias depois, a Komintern e a Profintern em Moscou levantaram a possibilidade de apoiar o governo da Frente Popular por meio do recrutamento de operários de todos os países que tivessem experiência militar, a fim de serem enviados para a Espanha. Essa era uma oportunidade para Stalin mobilizar a opinião pública mundial em uma luta contra a ascensão do fascismo nas potências europeias.¹¹⁸ Nesse momento, estava sendo estabelecida a formação das Brigadas Internacionais, que não apenas forneciam armamentos, mas também enviavam combatentes internacionais para o lado da Frente Popular.¹¹⁹ Àquela altura, os desdobramentos do golpe levaram os nacionalistas a assumirem o controle completo de cidades como Valladolid, Cádiz e Sevilha, enquanto as principais cidades espanholas ainda estavam sob a orientação dos republicanos, como no caso de Madrid, Barcelona e Valência. Iniciava-se, assim, um conflito pelo controle total do território espanhol.

É difícil determinar exatamente a participação de René Bertholet no desenrolar da Guerra Civil Espanhola, embora seja comprovado que ele esteve presente na Catalunha como jornalista, cobrindo o conflito para o *Sozialistische Warte*. Quase vinte anos depois, uma correspondência do embaixador suíço no Brasil para um promotor federal de Berna indicava o

¹¹⁷ Um dos primeiros levantes das tropas nacionalistas foi no Marrocos Espanhol, cf. VIDAL, César. **Las Brigadas Internacionales**. Madrid: Espasa-Calpe, 1998, p. 45-48.

¹¹⁸ A Profintern, fundada em 1921, foi criada sob objetivo de coordenar e organizar o trabalho sindical e as ações do movimento comunista internacional, representado pela Comintern.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 48-52.

trabalho ativo de Bertholet no Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), reconhecido como um dos principais partidos envolvidos no pacto da Frente Popular.¹²⁰

[...] fiquei sabendo que o Sr. Bertholet foi um membro ativo do partido comunista nos anos anteriores e, como tal, também participou da guerra civil contra o general Franco na Espanha. Qualquer evidência desta atividade ainda não estava disponível. Por outro lado, o próprio Bertholet não fazia segredo de seu passado. Por sorte, ontem me entregaram um documento que mostrava que Bertholet estava ativo e à serviço do partido marxista de Barcelona. Trata-se de um recibo de 1936, entregue a um jornalista suíço preso em Barcelona, que afirma que, ao cuidado do camarada René Bertholet e em nome do POUM (Partido Unificado Marxista), o destinatário do recibo recebeu certa quantia em dinheiro [...] O jornalista em questão, um certo Frank Arnau, cujo pai possuía a cidadania suíça, estava por acaso em Barcelona na época e foi preso como representante da classe capitalista. Ele afirma que foi somente com a intervenção do embaixador mexicano que foi salvo dos disparos. Se isso for importante para você, posso tentar obter uma fotocópia do recibo em questão para seus arquivos (tradução nossa).¹²¹

O homem mencionado no documento, Frank Arnau, foi um escritor nascido na Áustria, conhecido por sua atividade literária e seu trabalho em diversos jornais europeus. Ele residia na Alemanha desde 1919, mas após a ascensão do nazismo no país, passou seu período de exílio em diferentes lugares, incluindo Holanda, França e Espanha. Arnau lutava contra o nacional-socialismo e, devido aos seus escritos para a imprensa francesa sobre a situação na Alemanha, foi espionado e perseguido pela Gestapo. Em 1939, ele se mudou para o Brasil como cidadão suíço e trabalhou como freelancer em diversos jornais, incluindo "A Noite" e "Correio da Manhã". Arnau é considerado um dos principais nomes da literatura alemã de exílio e estava

¹²⁰ A Frente Popular foi formada em 1935, a partir da integração entre o PSOE, o PCE, o próprio POUM e alguns partidos republicanos. Ainda que estivessem motivados por um objetivo comum, essa amálgama revelou uma série de conflitos internos. O próprio POUM era contrário ao stalinismo e a estratégia do PSOE e PCE em abdicar da revolução socialista naquele momento para lutar pela República. As atividades do POUM se tornaram conhecidas a partir da reunião dos relatos pessoais publicados por George Orwell, em seu livro "Homenagem à Catalunha" (1935). O autor integrou uma das milícias do partido na região da Catalunha, cf. MONTEIRO, Marcio Lauria. A história esquecida do trotskismo na Revolução Espanhola: o POUM e os "bolchevique-leninistas". **Izquierdas** (Santiago), v. 10, 2017, p. 01-17.

¹²¹ “[...] wurde mir bekannt, dass Herr Bertholet in früheren Jahren aktives Mitglied der kommunistischen Partei war und sich als solches auch in Spanien am Bürgerkrieg gegen General Franco beteiligt hat. Irgendwelche Beweise über diese Tätigkeit lagen bis jetzt nicht vor. Andererseits hat aber auch Bertholet selbst aus seiner Vergangenheit kein Geheimnis gemacht. Der Zufall wollte es, dass man mir gestern ein Dokument vorlegen, aus dem hervorgeht, dass Bertholet aktiv im Dienste der marxistischen Partei von Barcelona gestanden hat. Es handelt sich um eine Quittung aus dem Jahre 1936, die einem schweizerischen Journalisten, der in Barcelona verhaftet worden war, ausgehändigt wurde und die besagt, dass zu Händen des Genossen René Bertholet und im Auftrag der PUM (Partido de Unificação Marxista) den Empfänger der Quittung eine bestimmte Geldsumme, die er auf sich trug, [...] Der betreffende Journalist, ein gewisser Frank Arnau, dessen Vater das Schweizerbürgerrecht erworben hatte, war damals zufällig in Barcelona und wurde als Vertreter der kapitalistischen Klasse verhaftet. Er behauptet, dass er nur durch das Dazwischentreten des mexikanischen Botschafters vor dem Erschießen gerettet worden sei. Sollten Sie Wert darauf legen, so könnte ich versuchen, eine Photokopie der betreffenden Quittung für Ihre Akten zu beschaffen.” In: Legação da Suíça no Brasil (*Légation de Suisse au Brésil*). **[Correspondência]**. 25 jun. 1954, Rio de Janeiro [para] Gabinete do Procurador Federal Suíço, Berna, 2f. Informa sobre possível participação de René Bertholet no POUM.

engajado em uma literatura de denúncia e esclarecimento sobre o nazismo, como é o caso de sua obra "*Die braune Pest*" (A peste marrom).¹²²

A origem do POUM, partido mencionado como ligado a Bertholet, está ligada ao trotskismo devido à sua formação ser resultado da união entre o "Bloco Operário e Camponês" (BOC) e a "Esquerda Comunista da Espanha" (ICE). A ICE foi constituída em 1930 como a seção espanhola da "Oposição Comunista da Espanha", liderada por Leon Trótski. Por outro lado, o BOC fazia parte da "Oposição à Internacional Comunista". Essas origens diversas levaram a uma série de divergências internas sobre a administração do próprio POUM. Uma das divergências era sobre a aplicabilidade do chamado "*entrismo sui generis*", que era uma tática política que consistia na entrada de membros trotskistas em grandes partidos de massa, com o objetivo de conquistar grupos trabalhadores para o lado revolucionário. Essa tática era debatida internamente no POUM e gerava divergências sobre sua viabilidade e eficácia.¹²³

A instabilidade do POUM em relação ao trotskismo se aprofundou quando este aderiu ao "Centro Marxista Revolucionário Internacional", considerado "centrista" por parte de Leon Trótski, e à Frente Popular, que contava com o PCE e o PSOE, ideologicamente próximos à social-democracia. Essa última relação foi considerada uma "traição" por parte do revolucionário russo, que considerava o fascismo e a social-democracia como "faces de uma mesma moeda".¹²⁴ À época da Guerra Civil Espanhola, parte do POUM se posicionou contra "a estratégia nacional-reformista do stalinismo e da socialdemocracia de lutar primeiro pela República e deixar a revolução socialista para um futuro incerto."¹²⁵ As discordâncias levantadas ainda sobre a criação do POUM refletiam em sua postura política. Uma parcela do partido criticou o governo republicano espanhol e defendeu a revolução imediata, enquanto outra, predominantemente formada por ex-integrantes do BOC, ofereceu apoio completo ao lado republicano e era contrária a qualquer forma de "radicalismo".¹²⁶

A Guerra Civil Espanhola foi um conflito internacional de natureza política e militar, no qual a atuação da imprensa desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de propaganda favorável ou contrária aos dois lados, além de denunciar os dramas humanos decorrentes. As reportagens fotográficas e cinematográficas contribuíram para uma campanha

¹²² KESTLER, Izabela. Frank Arnau. In: KESTLER, Izabela. **Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo**. São Paulo: EdUSP, 2003, p.67-72.

¹²³ "Trotskismo" era uma expressão negativa e pejorativa aplicada pelos stalinistas aos adversários dentro do movimento comunista. Tais militantes se autodenominavam como "bolchevique-leninistas", cf. MONTEIRO, *op. cit.*, p. 02-03; 09.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 05.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 03.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 06.

eficaz de estímulo ao trabalho de organizações humanitárias internacionais que atuavam no país. Essa atuação envolveu um plano de evacuação da população civil para zonas seguras na retaguarda ou no exterior, contando com a participação de grupos políticos, sindicais e comitês de socorro.¹²⁷

Um desses veículos de propagação foi o *Sozialistische Warte*, cuja circulação era consideravelmente ampla espacialmente. Na contracapa de qualquer uma de suas 181 edições, havia uma tabela com endereços em diferentes localidades onde se podia adquirir um exemplar da revista, como Amsterdã, Antuérpia, Basileia, Berna, Bratislava, Budapeste, Copenhague, Estrasburgo, Johannesburgo, Londres, Luxemburgo, Lwow, Mulhouse, Nova Iorque, Paris, Praga, Tel-Aviv, Zagreb e Zurique. Outros jornais, ligados a ISK, também eram divulgados nas seções do *Sozialistische Warte*, como o caso do *La Kritika Observanto* (jornal em esperanto da liga) e o londrino *The Socialist Vanguard* que contou com pelo menos duas matérias de René Bertholet, uma intitulada “*Dangers facing the French Trade Unions*” e uma outra “*Spain calling for International Solidarity and Anti-fascist Action*” com um histórico sobre a guerra espanhola e a importância da ajuda soviética.¹²⁸ Uma edição de fevereiro de 1937, convidava o leitor à compra do volume francês que continha um artigo especial, escrito por Pierre Robert, intitulado “Trinta meses em uma prisão de Hitler”, cujas descrições “cativantemente escritas das prisões alemãs não apenas dão uma impressão profunda da barbárie fascista, mas também da atitude corajosa e solidária dos camaradas presos.”¹²⁹

I.III.

Conexões internacionais para a ajuda humanitária

Em um outro momento de seu interrogatório sobre o caso Pittet, Bertholet comentou:

Desde agosto de 1940, tenho minha casa em Zurique. Em colaboração com a ajuda mútua dos trabalhadores, organizamos nesta cidade o trabalho da parcela suíça em Toulouse. Este trabalho foi inicialmente destinado a ajudar os refugiados e depois a todos os franceses. O trabalho é dirigido pela Sra. Kägi.¹³⁰

¹²⁷ ALTED, Alicia. Humanitarian aid: From the Spanish Civil War to the early days of post-war Europe. **Culture & History**, v. 8, n. 2, 2019, p. 03-05.

¹²⁸ **Sozialistische Warte**. Paris: n° 9, ano 12, 01 de maio de 1937.

¹²⁹ As matérias do referido jornal foram analisadas no subcapítulo 1.1. “*Diese packend geschriebenen Schilderungen aus deutschen Zuchthäusern geben nicht nur einen tiefen Eindruck von der faschistischen Barbarei, sondern auch von der mutigen und solidarischen Haltung der eingekerkerten Genossen.*” In: **Sozialistische Warte**. Paris: n° 3, ano 12, 01 fev. 1937.

¹³⁰ “*Depuis août 1940, j'ai mon domicile à Zurich. En collaboration avec l'entraide ouvrière, nous avons organisé dans cette ville l'œuvre du colis suisse à Toulouse. Cette œuvre était destinée au début à venir en aide aux réfugiés*

Após a ocupação alemã na França, o jornalista precisou retornar à Suíça para o serviço militar. Ao concluir o serviço militar, ele integrou um projeto administrado pela Sra. Kägi, que envolvia a "Organização da Imigração de Refugiados da França para os Estados Unidos" e a "Ajuda Mútua aos Trabalhadores". Esses projetos foram inicialmente destinados aos franceses afetados pelo conflito e, posteriormente, a todos os refugiados. Ele também trabalhou como funcionário da "*International Relief and Rescue Committee - IRC*" nos Estados Unidos. Seu trabalho exigia negociações constantes em Nova Iorque, e seu envolvimento com a comissão acabou tornando-o o representante suíço da organização, que anteriormente tratava da emigração de refugiados para os Estados Unidos. Como responsável por essas diferentes missões, Bertholet passava cerca de duas semanas por mês na França, onde mantinha contatos com várias organizações que lidavam com os migrantes.¹³¹

Em abril de 1944, uma correspondência do representante da "Seção para Assuntos Jurídicos e Interesses de Propriedade Privada no Estrangeiro" ao Ministério Público Suíço informou que esse órgão constantemente lidava com pedidos de organizações de ajuda internacional que necessitavam converter dólares bloqueados em francos suíços. A carta informava que um indivíduo chamado René Bertholet havia solicitado ao Banco Nacional Suíço a conversão de \$10.000 em francos suíços. Devido ao valor, o banco nacional exigia um procedimento interno que requeria informações sobre o destino e a utilização dos fundos. A única indicação sobre a origem do montante era o remetente, "*International Rescue & Relief Committee*". O banco iniciou uma investigação sobre a movimentação financeira de Bertholet e descobriu uma transferência de quase 50.000 francos suíços retirados no mês anterior, provenientes de Nova Iorque. Com a recusa do banco em liberar os fundos e a impossibilidade de sacá-los, o jornalista solicitou a devolução do dinheiro aos Estados Unidos. Em função desse episódio, a Seção de Assuntos Jurídicos em Berna requisitou ao procurador-geral informações sobre a atividade política de Bertholet e se havia indícios sobre o destino dos altos montantes enviados para o Banco Nacional.¹³²

O Comitê Internacional de Resgate (IRC) era uma das filiais norte-americanas do *International Relief Association (IRA)*, uma organização criada em 1931, na Alemanha, por

et ensuite à tous les français. L'œuvre est dirigée par Mme. Kägi." In: MPF - SP, S. Autos de audição de René Henri Bertholet..., fl. 01-02.

¹³¹ MPF - SP, S. Autos de audição de René Henri Bertholet (*Procès-verbal d'audition de René Henri Bertholet*). Prisão de Aubonne, Aubonne, 23.02.1943.

¹³² Seção para assuntos jurídicos e interesses de propriedade privada no estrangeiro (*Sektion für Rechtserben und private Vermögensinteressen im Auslande*). [Correspondência]. 12 abr. 1944, Berna [para] Procurador-Geral da Suíça, Berna, 2f. Solicita informações sobre a atuação política de René Bertholet.

dois partidos políticos de esquerda: Partido Comunista da Alemanha - Oposição, KPO (*Kommunistische Partei-Opposition*) e o Partido Social-Democrata da Alemanha - SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*). O objetivo da organização era amparar alemães que sofriam com a perseguição nazista naquele país. Até então, os refugiados italianos do governo Mussolini e os espanhóis de Franco passaram a ser atendidos pela mesma organização.¹³³

No ano de 1940, parte dos exilados e alguns políticos norte-americanos fundaram o Comitê de Resgate de Emergência (ECR) com o objetivo de unir esforços para apoiar os refugiados franceses do regime de Vichy. Nesse período, antes de seu retorno a Zurique, Bertholet atuou como mediador nas negociações e projetos de emigração dos franceses para os Estados Unidos. Varian Fry, representante do comitê, desempenhou um papel tanto na realocação de refugiados quanto na colaboração com o serviço de inteligência. Após chegar ao sul da França, Fry partiu para Madrid, onde se encontrou com o embaixador britânico da Espanha. Os oficiais britânicos ofereceram cerca de dez mil dólares para que ele mapeasse rotas de fuga para soldados britânicos presos na França ocupada. Essas rotas foram posteriormente utilizadas por agentes do OSS (Escritório de Serviços Estratégicos) dos Estados Unidos, o precursor da CIA (Agência Central de Inteligência). Além das rotas, Fry também providenciou embarcações espanholas que partiam da França em direção à costa portuguesa, um ponto de parada para navios americanos. Ele também forneceu à agência britânica mapas detalhados com informações sobre campos de minas nazistas no Mediterrâneo.¹³⁴

No início de 1942, após o ataque a Pearl Harbor e a declaração oficial dos Estados Unidos sobre sua entrada na guerra, a rivalidade entre a IRA e o ERC intensificou-se, pois ambas as organizações alegavam representar os interesses americanos em relação aos refugiados políticos europeus. Em fevereiro daquele ano, as duas organizações fundiram-se sob o nome de "Comitê Internacional de Socorro e Resgate", que mais tarde foi abreviado para "*International Rescue Committee*" (IRC), tendo Frank Kingdon como presidente e Josef Buttinger como vice-presidente. O IRC deixou de ser uma agência de assistência social para se tornar uma grande organização com altos funcionários das principais agências de guerra dos

¹³³ CHESTER, Eric Thomas. **Covert Network: Progressives, the International Rescue Committee and the CIA**. Londres: Routledge, 2016.

¹³⁴ Varian Fry foi um proeminente jornalista norte-americano, ligado ao jornal *New Republic* - um periódico considerado progressista. Foi participante ativo do Partido Trabalhista Americano (*American Labor Party*), criado em 1936. Estabeleceu-se primeiramente em Marselha, a pedido de Eleanor Roosevelt (primeira-dama estadunidense). In: *Ibid.*, p. 15-20.

Estados Unidos, incluindo acesso direto ao presidente Franklin Roosevelt por meio de Eleanor Roosevelt, que trabalhava na organização.

Aliados à polícia de Zurique, agentes do governo passaram a seguir Bertholet pelas ruas da cidade, iniciando uma investigação. Em 24 de abril, Leonore Huber, uma informante da polícia, telefonou para o escritório do departamento policial e relatou que estava observando dois homens em um café da cidade. Segundo a denúncia de Leonore, um dos homens falava alto-alemão (*hochdeutsch*), enquanto o outro falava suíço-alemão, e eles estavam trocando uma determinada quantia em dinheiro. A Sra. Huber mencionou no telefonema que um dos homens estava solicitando informações sobre uma terceira pessoa, enquanto o outro tomava notas e explicava que tentaria obter mais informações. Os policiais suspeitaram que Bertholet fosse um agente infiltrado de algum serviço secreto internacional, por isso foram imediatamente ao café e encaminharam os dois homens para a delegacia de Zurique, onde foram interrogados.¹³⁵

O trabalho desempenhado pelo ex-jornalista no Comitê Internacional envolvia a transferência de grandes quantias de dinheiro dos Estados Unidos por meio do Banco Nacional da Suíça. Como representante oficial suíço, Bertholet retirava essas quantias e as transmitia a um funcionário da Arbeit, no caso Robert Risler, que também estava presente naquele café. No interrogatório, Bertholet comentou:

Na minha qualidade de representante do Comitê Internacional de Resgate e Socorro, recebi uma notificação do Banco Nacional Suíço em 18 de abril de 1944 para coletar uma quantia de 42.826,55 francos suíços que estava pronta para mim lá. [...] Este dinheiro é todo destinado aos refugiados que permanecem na Suíça. Telefonei para a coordenadora do Auxílio Operário Suíço, Sra. Kägi, com antecedência e pedi que enviasse alguém do Auxílio Operário Suíço para mim. Eu pedi pessoalmente ao Sr. Risler, que eu conheço, no telefone para me encontrar hoje em um determinado horário na Paradeplatz. Ele apareceu na hora combinada (tradução nossa).¹³⁶

O jornalista decidiu convidar Robert Risler, funcionário da "*Arbeithilfswerk*", para conversarem sobre o projeto em que estavam envolvidos, pagando um café na Kappelergasse. Durante o encontro, Bertholet entregou a Risler três conjuntos de dinheiro: CHF 15.000 para os refugiados atendidos pela instituição, CHF 9.620 para os refugiados italianos e CHF 2.000 para as despesas do escritório encarregado de cuidar dos refugiados. Aproveitaram também

¹³⁵ Polícia da cidade de Zurique (*Stadtpolizei Zürich - SZ*). **Inspecção de Robert Risler e René Bertholet**. Zurique: 2f, 28 abr. 1944.

¹³⁶ "*In meiner Eigenschaft als Vertreter der International Rescue and Relief Committee InC. erhielt ich unter dem 18.4.1944 von der Schweiz. Nationalbank einen Avis zur Abholung eines zu meinen Händen dort bereitliegenden Betrages von Fr.42.826.55. [...] Dieses Geld ist alles für die in der Schweiz sich aufhaltenden Flüchtlinge bestimmt. Ich habe mich vorher mit dem Arbeiterhilfswerk, Frau Kägi, tel. in Verbindung gesetzt und sie ersucht, jemanden von dem Arb.Hilfswerk zu mir zu schicken. Ich habe den mir bekannten Herr Risler am Tel. persönlich gebeten, mich heute zu einer bestimmten Zeit am Paradeplatz zu treffen. Er erschien zur abgemachten Zeit.*" In: Polícia da cidade de Zurique (*Stadtpolizei Zürich - SZ*). **Interrogatório de René Henri Bertholet**. Comando Policial de Zurique: Zurique, 3f, 24 abr. 1944.

para discutir questões relacionadas à organização trabalhista e à transferência de refugiados para outros países. Admitiu que em determinado momento havia solicitado a Risler, a averiguação da situação de uma mulher e seus dois filhos que deveriam ser acomodados, “nenhum outro dinheiro ou dinheiro para outros fins também foi entregue. Pode ter causado um rebuliço que o dinheiro estava sendo pago em um café e notas sendo tomadas.”¹³⁷ A terceira pessoa mencionada na conversa por Leonore Hubner, foi apontada como sendo um refugiado de nome “Schwantje”, pois a polícia federal de imigração em Berna havia exigido informações sobre aquele homem. Como os dois depoimentos convergiram, por diligências da polícia, Bertholet e Risler foram liberados.

Bertholet passou por um período de relativa tranquilidade com as autoridades suíças nos meses seguintes, até que um memorando escrito por Heinrich Himmler, Reichsführer da SS, chegou ao Departamento Jurídico de Basileia. Esse memorando alertava que um homem chamado Fabian e outro chamado Bertholet estavam tentando reviver o movimento trotskista, que estava paralisado há muito tempo. O documento também os acusava de arrecadar fundos para expandir o movimento dentro da Europa.¹³⁸ Diante dessa informação, o chefe do Ministério Público enviou um ofício à administração do Instituto de Crédito Suíço, solicitando uma investigação judicial com base na suspeita de atividades executadas por serviços de inteligência, o que é proibido de acordo com o Artigo 301 do Código Penal Suíço. No ofício, também foi solicitado um levantamento "discreto" de todas as transações das contas bancárias de René.¹³⁹

O inspetor Maurer, encarregado do caso, obteve informações do Banco Nacional Suíço sobre os aproximadamente 285.000 francos suíços recebidos do Comitê Internacional de Nova Iorque. Com base nos recibos, foi constatado que o jornalista havia transferido cerca de 60.000 francos suíços para sua conta pessoal. Até aquele momento, as autoridades suíças suspeitavam que o comitê norte-americano estava financiando as atividades mencionadas por Himmler na correspondência.

Algum tempo atrás foi levantada a "Nova Internacional dos Socialistas Revolucionários de Todos os Países". Bertholet juntou-se a esta organização e é conhecido como um colaborador próximo de Fabian. Deve ser fato que esse

¹³⁷ “*Anderes Geld oder Geld zu anderen Zwecken wurde ebenfalls nicht ausgehändigt. Es mag vielleicht Aufsehen erregt haben, dass Geld in einem Café ausbezahlt.*” In: *Ibid.*

¹³⁸ Serviço de Polícia da Promotoria Federal Suíça (*Schweizer Bundesanwaltschaft Polizeidienst*). [Memorando], 1f, s.d. Menciona a denúncia de Heinrich Himmler e o perfil dos suspeitos.

¹³⁹ Serviço de Polícia da Promotoria Federal Suíça (*Schweizer Bundesanwaltschaft Polizeidienst*). [Ofício] 20 nov. 1944, Berna [para] Autoridade-Chefe do Instituição de Crédito Suíço, 1f. Solicita investigação bancária.

movimento é financiado pelos EUA. Pesquisas relevantes ainda estão sendo realizadas sobre os doadores desconhecidos (tradução nossa).¹⁴⁰

Junto aos recibos, um controle postal foi imposto aos telegramas que René recebia. Um deles, enviado pelo "Comitê Internacional de Resgate e Socorro" ao Bertholet e ao Fabian, fornecia mais um indício:

Por favor, estabeleça contato imediatamente com nosso representante, Leon Benenberg, aos cuidados do Consulado Americano em Istambul. Ele está trabalhando em operações de resgate na Romênia, Hungria e Bulgária. Ainda aguardando resposta aos nossos 26 telegramas posteriores. [...] Por favor, peça a Ferrière para enviar toda a assistência possível via Comitê Internacional da Cruz Vermelha para Largo Caballero, no Campo de Oranienburg. Agradeceríamos se você confirmasse o recebimento deste telegrama. Atenciosamente, assinado: Roswell McClelland, Assistente Especial do Ministro Americano (tradução nossa).¹⁴¹

O homem mencionado no telegrama, Francisco Largo Caballero, foi um político e sindicalista espanhol, presidente do Partido Socialista Obrero Español (PSOE) e secretário da *Unión General de Trabajadores* (UGT).¹⁴² No início da Guerra Civil Espanhola, Caballero assumiu a presidência do país e buscou manter uma aliança entre o movimento socialista com o objetivo de combater o avanço franquista, promovendo a coesão entre os principais partidos do lado republicano: o próprio PSOE, o *Partido Comunista de España* (PCE) e o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM). Seu governo tinha uma postura abertamente antifascista, e sua equipe era composta por ministros ligados aos movimentos socialistas, comunistas e anarquistas da Espanha.

Com o apoio da União Soviética (URSS) e do PCE, Caballero constituiu o *Ejército Popular de la República* (EPR) com vistas a dissolver grupos milicianos. No entanto, após as Jornadas de Maio de 1937 e sua recusa à criminalização do POUM, Caballero foi obrigado a renunciar.¹⁴³ Logo após a derrota republicana e o estabelecimento de Franco no poder,

¹⁴⁰ "Vor einiger Zeit die "Neue Internationale der revolutionären Sozialisten aller Länder " aufgezoogen. Bertholet hat sich dieser Organisation angeschlossen und wird als enger Mitarbeiter von Fabian bezeichnet. Es soll Tatsache sein, dass diese Bewegung von den USA aus finanziert werde. Über die unbekanntenen Geldgeber werden noch sachdienliche Erhebungen durchgeführt." Serviço de Polícia da Promotoria Federal Suíça. [Memorando], op. cit.

¹⁴¹ "Please establish contact at once by cable with our representative, Leon Benenberg, care of the American Consulate in Istanbul. He is working on rescues from Romania, Hungary and Bulgaria. Still awaiting reply to our 26 and later case telegrams. [...] Please ask Ferrière to send all assistance possible via Intercross to Largo Caballero, Camp Oranienburg." It would be appreciated if you would acknowledge receipt of this wire. Sincerely yours, Unterschrift: Roswell McClelland., Special Assistant to the American Minister." McCLELLAND, Roswell (Consulado dos Estados Unidos da América). [Telegrama]. 11 jul. 1944, Berna [para] René Bertholet, Zurique, 2f. Solicita contato com Leon Benenberg e assistência a Largo Caballero.

¹⁴² ARÓSTEGUI, Julio. **Largo Caballero. El tesón y la quimera**. Barcelona: Debate, 2013.

¹⁴³ As "Jornadas de Maio de 1937" foram um conjunto de conflitos que ocorreram na região da Catalunha entre grupos republicanos. As desavenças do referido conflito se iniciaram com a tomada de uma central telefônica, até então sob administração de anarquistas, por parte do PSE e do PSUC (*Partido Socialista Unificado de Cataluña*) compostos por comunistas simpáticos ao Stalin e seguidores dos comandos da União Soviética. Por outro lado, os

Caballero se exilou na França em 1943, mas foi preso pela Gestapo e enviado ao campo de concentração nazista de Sachsenhausen-Oranienburg. Dessa forma, a possível intervenção por parte do comitê norte-americano na situação do famoso político espanhol, junto da mediação por parte de Bertholet, foi compreendida pela Promotoria Federal Suíça como um indício da ligação da organização aos partidos de esquerda internacionais.

A deixa para um novo processo ocorreu poucos meses depois. Devido ao monitoramento e ao recolhimento dos telegramas, descobriu-se outro sistema de compartilhamento de impressos e informações sobre a resistência francesa para os Estados Unidos, através do consulado estadunidense na cidade de Berna. Os investigadores identificaram uma rede de transmissão que conectava René a Eva Lewinsky, jornalista, e a Dominique Vignaux, professor.

De acordo com seus princípios, Bertholet é um socialista e um sindicalista convicto, mas não pertence a nenhum partido. Ele quer ser separado do comunismo por diferenças profundas, é um antifascista nas mesas de voto estrangeiras e se esforça para ajudar os vários movimentos de resistência democrática. Além da prisão que recebeu na Alemanha, que é irrelevante para a lei suíça, Bertholet não tem condenações anteriores. Ele é casado desde 1937. O casamento não tem filhos. Várias personalidades que se relacionaram profissionalmente com ele e foram questionadas sobre sua reputação descrevem Bertholet como um idealista de absoluta integridade, pouco exigente pessoalmente, absolutamente confiável, abnegado e corajoso, que já salvou a vida de muitos em perigo (tradução nossa).¹⁴⁴

No tribunal, Bertholet negou todas as acusações envolvendo serviços de espionagem internacionais. Segundo ele, o envio dos impressos para os amigos estrangeiros nos Estados Unidos foi utilizado apenas para comprovar que as organizações sindicais francesas, apesar da ocupação alemã, não estavam inativas. Dyar Charles Sowker, adido financeiro do consulado, teria oferecido o correio diplomático para o envio das remessas a Eva. Em agosto de 1944, com

comunistas antiautoritários compostos pelos integrantes do POUM, opostos a Stalin, se aproximaram a alguns trotskistas e anarquistas para combate direto nas ruas da província. As divergências entre as tropas republicanas são apontadas pela historiografia espanhola como um dos fatores para a derrota na guerra civil. O golpe foi arquitetado por stalinistas enviados de Moscou. Com a saída de Largo Caballero, Juan Negrín (PSOE) permaneceu na presidência entre 1937 até 1939. In: AGUILERA, Manuel. **Compañeros y camaradas: Las luchas entre antifascistas en la Guerra Civil Española**. Madrid: Actas, 2012, p. 80-171; ALBA, Victor; SCHWARTZ, Stephen. *op. cit.*, p. 180-185.

¹⁴⁴ *“Seinen Grundsätzen nach ist Bertholet Sozialist und überzeugter Gewerkschafter, gehört indessen keiner Partei an. Vom Kommunismus will er durch tiefgehende Differenzen getrennt sein, Außenpolitisch ist er Antifascist und bestrebt, den verschiedenen demokratischen Widerstandsbewegungen zu helfen. Bertholet ist ausser der - nach schweizerischem Recht nicht ins Gewicht fallenden - in Deutschland erlittenen Freiheitsstrafe nicht vorbestraft. Seit 1937 ist er verheiratet. Die Ehe ist kinderlos. Verschiedene Persönlichkeiten, die mit ihm beruflich zu tun hatten und über seinen Leumund befragt wurden, schildern Bertholet als absolut integren, persönlich anspruchslosen, absolut zuverlässigen, aufopfernden und mutigen Idealisten, der schon vielen Bedrängten das Leben gerettet habe.”* Confederação Suíça (*Schweizerische nazifascismo*). **Tribunal Territorial 3A contra René Bertholet (Das Territorialgericht 3A gegen René Henri Bertholet). Processo Judicial**. Arquivo Federal Suíço: código de referência CM 2021-2213/37. Zurique, 12-24 mar. 1945. Assunto: Serviço de Inteligência contra Estados Estrangeiros, p. 31-32.

o informe de Sowker sobre a proibição desse tipo de serviço para o transporte de correspondência, as transações cessaram. Devido à insuficiência de provas mais conclusivas, René foi inocentado pelo tribunal: “Tendo em vista a longa atividade sindicalista e a atual atividade a serviço da organização assistencial dos trabalhadores, não há dúvida sobre as intenções afirmadas por Bertholet.”¹⁴⁵

A Sra. Kägi, ou Regina Kägi-Fuchsmann, mencionada em vários momentos por Bertholet, foi uma importante ativista suíça pelos direitos das mulheres e pelos refugiados. Kägi foi pioneira no trabalho de cooperação em desenvolvimento privado e liderou a Ajuda aos Trabalhadores Suíços entre 1934 e 1951. Essa sociedade foi fundada a partir do Partido Socialista Suíço e do Sindicato Suíço, com o propósito de fornecer ajuda e assistência às famílias de trabalhadores afetadas por crises econômicas, tanto em nível nacional quanto internacional. Sua rede de trabalho acreditava que o desenvolvimento deveria ser uma das tarefas nacionais da Suíça, tanto que em 1955 foi lançada uma associação confessional: a Ajuda Suíça às Regiões Não Europeias (ou Helvetas, a partir de 1965).¹⁴⁶

A cooperação suíça para o desenvolvimento privado expandiu-se entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1950, e várias organizações foram criadas para fornecer assistência econômica às regiões devastadas pelo conflito. Essas organizações incluíam a Cáritas Suíça, a Organização Suíça de Ajuda aos Trabalhadores (OSEO), a Ajuda Mútua Protestante (EPER), a Cruz Vermelha Suíça e a Ajuda Suíça à Europa (SEH). Essas organizações privadas de desenvolvimento baseavam-se em quatro pilares: 1. Mobilização de membros e grupos locais; 2. Atividades de círculos religiosos para auxiliar países não europeus (Cáritas e Ajuda Quaresmal); 3. Assistência a trabalhadores; 4. Participação do setor privado (Swisscontact).¹⁴⁷

A história das ações humanitárias, por vezes designada como "a história do humanitarismo", parte do estudo dos princípios de solidariedade, altruísmo, filantropia e/ou caridade aplicados em ações governamentais. Esses princípios são caracterizados pela imparcialidade, neutralidade, independência e universalidade, cuja ajuda é oferecida a indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade. Conforme Alicia Altet, a ajuda

¹⁴⁵ “*Im Hinblick auf die schon seit langer Zeit ausgeübte syndikalistische Tätigkeit und die jetzige Betätigung im Dienste des Arbeiterhilfswerks kann an diesen durch Bertholet behaupteten Absichten nicht gezweifelt werden.*” In: *Ibid.*, p. 42-43.

¹⁴⁶ As argumentações empregadas pelos promotores de tal associação se centravam na importância do amparo a países subdesenvolvidos como ação para um mundo melhor e a importância de conscientização do povo suíço em relação a situação mundial, principalmente aos laços culturais, políticos e econômicos entre a Suíça e outras nações, cf. DEISS, Joseph; FUST, Walter. Le rôle des ONG dans la politique de développement de la Suisse. **Annuaire suisse de politique de développement**, n. 23-2, 2004, p. 117-118.

¹⁴⁷ *Ibid.*

humanitária assume três fases: uma primeira fase de assistência às necessidades imediatas, uma segunda fase que envolve ações de reabilitação social e reconstrução econômica e, por fim, uma terceira fase responsável pelo estabelecimento de ações políticas de médio e longo prazo. A concepção moderna de ajuda humanitária está ligada a Henri Dunant, que em 1863 participou da fundação, em Genebra, do Comitê Internacional para Ajuda aos Militares Feridos (posteriormente conhecido como Comitê Internacional da Cruz Vermelha), após ter presenciado a batalha de Solferino. Após o término da Primeira Guerra Mundial e da Guerra Civil Russa (1921), as sequelas políticas, econômicas e humanas enfrentadas pelos países envolvidos exigiram o surgimento de novas organizações especializadas na mediação de ações para pessoas afetadas pelos conflitos.¹⁴⁸

Kägi nasceu em uma família judia lituana radicada em Zurique. Sua atuação em relação à ajuda humanitária pode ser rastreada desde a Guerra Civil Espanhola, quando, em 1937, ela e a política Anna Siemsen viajaram para o país em nome da SAHW (Organização Suíça de Assistência aos Trabalhadores), com o objetivo de coordenar projetos de apoio aos civis da zona republicana, especialmente crianças nos campos de refugiados.¹⁴⁹ Já seu envolvimento com a política se deu quando ainda era jovem, devido ao contato com parentes russos que visitavam a cidade e propagavam algumas ideias revolucionárias. Filiou-se ao Partido Social Democrata Suíço e em 1932 foi nomeada a primeira diretora da recém-criada *Schweizerische Kinderhilfe* (Assistência Suíça à Criança). Em 1935, assumiu a organização não governamental de ajuda humanitária mais importante da Suíça: a *Schweizerisches Arbeiterhilfswerk* (SAHW). Tal organização estava próxima a sindicatos socialistas e caracterizava-se pela empatia aos refugiados dos países vizinhos. Regina permaneceu no cargo até 1951, quando saiu para assumir a vice-presidência da Helvetas, posição esta que permitiu-lhe fiscalizar projetos transnacionais, como o caso da ajuda à agricultura no Nepal - o último projeto antes de sua morte.¹⁵⁰

A prática humanitária suíça se estendeu à Segunda Guerra Mundial e seu período pós-guerra por meio da criação de uma organização guarda-chuva que uniu as agências de ajuda em uma única entidade: a Ajuda Suíça à Europa (*Schweizer Europahilfe* - SEH). A preocupação

¹⁴⁸ Há, por exemplo, a criação do Alto Comissariado para os Refugiados Russos (1921) que prestou assistência a um milhão e meio de deslocados da guerra civil, cf. ALTED, op. cit.

¹⁴⁹ Luís Calvo Salgado analisou a trajetória de Kägi e Siemsen à luz da história das emoções, baseados em textos autobiográficos que abordaram a viagem à Espanha. Para uma análise dos relatos testemunhais de Kägi e Siemsen sobre os ataques aéreos, êxodos civis e a situação das crianças na Espanha, cf. SALGADO, Luís Manuel Calvo. Swiss humanitarian aid during the Spanish Civil War: The journey of Anna Siemsen and Regina Kägi-Fuchsmann. *Culture & History*, v. 8, n. 2, 2019, p. 01-14.

¹⁵⁰ ALTED, op. cit., p. 05.

internacional com a reintegração de desabrigados concentrou-se na organização de assentamentos para refugiados em áreas poupadas pelo conflito. A SEH, estabelecida em 1948, foi formada com dois principais objetivos: criar uma única organização de ajuda de longo prazo e transferir a responsabilidade do fornecimento de fundos federais da Confederação para projetos como esse para organizações privadas. Dessa maneira, a Doação Suíça (*Schweizer Spende*), a Ajuda Mútua Protestante Suíça (*Hilfswerk der evangelischen Kirchen der Schweiz - HEKS*), a Cruz Vermelha Suíça (*Schweizerische Rote Kreuz - SRK*), a Organização Suíça de Assistência aos Trabalhadores (*Schweizerische Arbeiterhilfswerk - SAHW*), a Associação Suíça Caritas se fundiram para criar a SEH.¹⁵¹

Em nível de comparação à sua organização predecessora, *Schweizer Spende*, a SEH possuía uma área de atuação e responsabilidade muito mais ampla.¹⁵² Devido à fusão dessas organizações, a SEH passou a coordenar atividades de ajuda e a gerenciar os fundos coletivos por meio de um sistema de distribuição financeira. Como resultado, a instituição se tornou uma referência suíça no fornecimento de assistência construtiva aos refugiados, adotando medidas necessárias para garantir paz e liberdade para aqueles atendidos. Isso incluía oferecer moradias, cursos de especialização e treinamento, bem como medidas de imigração e integração para os refugiados nos países de destino. Com o objetivo de fornecer ajuda construtiva aos governos sobrecarregados com suas ações, a Caritas e a SAHW inicialmente lidaram com planos de realocação de pessoas.

Nessa conjuntura, ao término da guerra, a Áustria permaneceu como um país de trânsito, mantendo suas fronteiras abertas para aqueles que buscavam refúgio. O país recebeu um fluxo intenso de pessoas, principalmente da Europa Central e dos Balcãs, em busca de novas oportunidades.¹⁵³ Em 1949, representantes da Caritas e da SAHW consideraram pela primeira vez a possibilidade de estudar a realocação da população para regiões não europeias durante uma das reuniões de trabalho. Regina Kägi, que na época era ex-representante da SAHW,

¹⁵¹ FRÖSCH, Max. **Guarapuava**: Die Donauschwäbische Flüchtlings-Siedlung in Brasilien. Freilassing: Pannonia Verlag, 1958, p. 07.

¹⁵² A *Schweizer Spende* foi uma associação que reuniu organizações de diferentes orientações políticas e religiosas. Criada em 1944, foi um plano coordenado pelo governo federal com o objetivo de fornecer assistência à reconstrução na Europa. Tinha à sua disposição cerca de CHF 204 milhões fornecidos pelo governo federal, cf. HUG, Peter: Schweizer Spende an die Kriegsgeschädigten. In: **Historisches Lexikon der Schweiz (HLS)**, Version vom 28.10.2011. Disponível em: <https://hls-dhs-dss.ch/de/articles/043513/2011-10-28/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

¹⁵³ BÖSE, Sama. Neue Wege zur Lösung der Flüchtlingsproblematik. Das donauschwäbische Siedlungsprojekt der Schweizer Europahilfe in Brasilien, 1949-1952. In: HUG, Peter; MESMER, Beatrix. **Von der Entwicklungshilfe zur Entwicklungspolitik**. Berna: Studien und Quellen - Etudes et Sources - Studi e Fonti, 1993, p. 158-159.

percebia a situação dos campos de refugiados austríacos como uma ameaça para a Europa e via apenas uma alternativa: a emigração.¹⁵⁴

Um grupo de pessoas que demandava uma atenção especial da SEH, era aquele composto por suábios danubianos provenientes do sudeste da Europa. A razão da preocupação estava no não amparo da Organização Internacional de Refugiados (OIR) para os integrantes do grupo, pois estes não eram caracterizados como “pessoas deslocadas” (*displaced persons* - DPs).¹⁵⁵ Em seu estudo sobre os *volksdeutsche* não repatriados nos campos austríacos, Tara Zahra menciona que os grupos étnicos germânicos se definiram em oposição aos DPs não alemães como trabalhadores economicamente e culturalmente superiores, assumindo-os como os mais aptos a receberem a cidadania austríaca.¹⁵⁶

A pluralidade de grupos linguísticos e nacionais da Europa Central-Oriental era característica dos campos de refugiados e devido a quantidade excessiva de pessoas, uma parte considerável de cidadãos austríacos era contrária à presença estrangeira no território. Nas palavras de Oskar Helmer, então ministro do Interior da Áustria no final da década de 1940, a prioridade austríaca era se livrar dos DPs, pois “não trabalhavam” e representavam “um fardo para a Áustria” - em um memorando, Helmer explica que era complicado separar um germânico de um esloveno, por exemplo, pois “tanto os *volksdeutsche* quanto os eslovenos falam ambas. línguas igualmente bem, ou igualmente mal, e eles podem, portanto, reivindicar ser alemães ou eslovenos de acordo com seus próprios interesses.”¹⁵⁷

Ainda que houvesse determinadas campanhas para a repatriação de étnicos germânicos, pois estes eram tidos como ideais para o trabalho de reconstrução da Áustria, o país não tinha a

¹⁵⁴ KÄGI-FUCHSMANN, Regina. **Declaração.** Ata de reunião do conselho da SEH de 27 de outubro de 1949. Sobre a ajuda europeia e o programa de refugiados, Arquivo Federal Suíço.

¹⁵⁵ Naquele momento, somente aqueles que sofreram perseguições ou foram deportados pelo regime nacional-socialista eram apoiados pelas políticas de refúgio por parte da OIR. Sobre a situação dos *volksdeutsche* (alemães étnicos que estavam fora do Reich) refugiados na Áustria e o debate sobre a repatriação - ou não -, cf. ZAHRA, Tara. “Prisoners of the Postwar”: Expellees, Displaced Persons, and Jews in Austria after World War II. **Austrian History Yearbook**, n. 41, 2010, p. 191-215. A Áustria, em um primeiro momento, acolheu cerca de 1.432.000 refugiados, mas o número caiu para 520.591 (1947) devido a políticas de repatriação promovidas por outros países europeus. Em 1951, a população expulsa presente no território austríaco era formada por 130.000 tchecoslovacos, 140.000 suábios-danubianos (falantes de alemão e estabelecidos até então na Iugoslávia, Hungria e Romênia), 18.000 saxões da Transilvânia, 11.000 alemães dos Cárpatos, 10.000 alemães da Bucovina, 10.000 alemães-eslovenos, 9.845 *volksdeutsche* poloneses, 3.000 bósnios e 1457 alemães-russos, cf. *Ibid.*, p. 192.

¹⁵⁶ Após o Acordo de Potsdam (1945) que regulou a desnazificação, descentralização, desmilitarização e democratização alemã, a Áustria recebeu o status oficial de vítima da agressão nazista e não foi atingida pelas imposições financeiras e legais que seu país vizinho experimentou, cf. KNIGHT, Robert. Denazification and integration in the Austrian Province of Carinthia. **The Journal of Modern History**, n. 79 (3), 2007, p. 572-612.

¹⁵⁷ ZAHRA, *op. cit.*, p.198-199.

capacidade de agregar tantos refugiados.¹⁵⁸ Como a OIR não interferia na situação, a Ajuda Suíça assumiu a tarefa de organizar o preparo e a realização da emigração dos suábios. Em uma reunião composta por todos os membros do conselho, Kägi-Fuchsmann (SAHW), Giuseppe Crivelli (Cáritas), Heinrich Hellstern (HEKS), Rodolfo Olgiati (CIVC) e Carl Ludwig (presidente da SEH), ficou-se decidido sobre a atuação suíça no enfrentamento do problema. Devido à excepcionalidade da situação em coordenar um projeto de extensa dimensão, foi formada uma nova comissão dentro da SEH, a KEAS (*Kommission für Auswanderung und Siedlung* - Comissão para Imigração e Colonização) que coordenou a imigração de parte do grupo para o Brasil.

Em junho de 1951, quando o primeiro grupo de suábios danubianos chegou ao Paraná, deu-se início à construção de uma colônia agrícola. Entre Rios, distrito do município de Guarapuava, recebeu cerca de 500 famílias que se estabeleceram na região para um projeto de agricultura coletiva organizado nas cinco aldeias do distrito, dispostas em forma de pentágono - um antigo costume já presente nos assentamentos iugoslavos. Durante os primeiros anos, diversos desafios surgiram entre os imigrantes, incluindo uma divisão arbitrária da terra e sua constante fragmentação, crises financeiras decorrentes de problemas técnicos e climáticos, dificuldade de adaptação dos arados europeus ao solo brasileiro e insuficiência de adubação nas plantações.¹⁵⁹

No início de junho de 1951, chegou a Guarapuava o primeiro grupo de suábios, composto por agricultores, artesãos, operários, motoristas, bem como pelos membros dirigentes da colônia e da “Ajuda Suíça a Europa”. Alojados provisoriamente em um colégio em Guarapuava, estes iniciaram a construção das cinco vilas divididas em lotes, cujo tamanho era de 1/2 hectare, espaço reservado para a construção de uma casa e também para a formação de hortas e pomares.¹⁶⁰

Bertholet ia regularmente a Guarapuava como um dos representantes da *Schweizer Europahilfe*, mas não era o único. János Vayda, um advogado húngaro e então delegado da sede sul-americana da Cáritas, também atuou como um dos funcionários da instituição suíça e

¹⁵⁸ Um dos peticionários do movimento para a repatriação dos suábios-danubianos escreveu ao governo austríaco: “Esses refugiados *volksdeutsche* trabalharam diligentemente para reconstruir a Áustria, enquanto todos os outros DPs vivem como parasitas às custas do Estado”, cf. *Ibid.*, p. 200.

¹⁵⁹ Esse mau planejamento e dificuldade de organização, levou ao descontentamento entre os agricultores e a gestão cooperativa e como consequência, algumas famílias reemigraram. Tais problemas só se estabilizaram após a modernização dos equipamentos agrícolas na década de 1980, cf. MICHELZ, Johanna Elizabeth. **Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985**. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.

¹⁶⁰ Conforme Stein, a escolha do município de Guarapuava para a realocação dos refugiados não ocorreu de forma aleatória. Uma série de negociações entre a Ajuda Suíça à Europa, governo brasileiro e governo paranaense foram necessárias. Sobre a criação da colônia, a influência da SEH e as características da localidade, cf. STEIN, Marcos. **"O Oitavo Dia"**: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Tese (Doutorado) - História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008, p. 46.

participou dos trâmites iniciais para a instalação da colônia paranaense.¹⁶¹ Vayda, nasceu em 1910 na cidade de Budapeste, imigrou para Suíça em 1941 em missão oficial como Secretário Geral da Organização Kolping e permaneceu no país até 1949 à serviço de diferentes organizações ligadas à Igreja Católica, dentre elas a Cáritas.¹⁶² Durante sua permanência na Suíça foi nomeado pelo Cardeal Mindszenty da Hungria como o delegado responsável por organizar o auxílio à Igreja Católica e por isso dirigiu campanhas de abastecimento para países devastados pela guerra através de "*gift parcel service*", um sistema de envio de alimentos e medicamentos que conectava diferentes países da América do Sul, Norte e Europa.¹⁶³

Figura 11 -

Ficha consular de imigração de János Vayda. Visto concedido pelo Consulado Geral do Brasil em Buenos Aires.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO Modelo S.C. 139

336386

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino


Nome por extenso János Vajda
Admitido em território nacional em caráter **TEMPORÁRIO**
Nos termos do art. 7 letra A do Dec. Lei 7967 de 18-9-45
Lugar e data de nascimento Debregan 12-3-1910
Nacionalidade húngara Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Joseph Vajda e Gisella Kardos
Profissão Assistente Social
Residência no país de origem Montevideu 24, nesta

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS			

Passaporte n. 16755 expedido Polícia de Budapest
visado sob n. 9774 na data 10-6-1939

ASSINATURA DO PORTADOR:
J. Vayda

SE
CC


 Consulado Geral do Brasil em
Buenos Aires, **5 OUT 1948**
PELO CONSUL GERAL
M. Vincenzi
LAURENCE DE VINCENZI
CONSUL ADJUNTO

NOTA — Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular sendo as duas vias em original.

Fonte: Arquivo Nacional, Cartões de Imigração - Rio de Janeiro, 1900-1965.

¹⁶¹ O nome de Vayda varia conforme o idioma da documentação, há registros dele como Johann Vayda, Jean Vajda, Jean Vayda, John Vayda, João Vayda e João Vajda. Adotarei o seu original húngaro, János Vayda.

¹⁶² A Kolping Society é uma organização católica, criada em 1849, que busca fomentar e promover a cooperação e a solidariedade internacional. Possui filiais espalhadas em pelo menos 30 países, cf. HERBERT, Beda. *The Kolping Society and its founder. The Irish Monthly*, v. 79, n. 940, p. 443-445, 1951.

¹⁶³ Neste capítulo há um desequilíbrio na representação das experiências dos dois fundadores da companhia. Isso é reflexo da desigualdade de fontes documentais sobre os padrões: diferentemente de Bertholet, que foi possível traçar seus antecedentes como jornalista na Europa e seu trabalho para organizações de ajuda humanitária graças às fontes localizadas em diferentes arquivos, principalmente suíço, no caso de Vayda isso foi inviável. Por ser húngaro, os registros dele no país são muito mais tardios - foram realizadas buscas em bases de dados húngaras e austríacas que também não geraram resultados. No entanto, a atuação deste último será exposta de forma recorrente nos próximos capítulos, pois seu trabalho na Suíça acarretou na criação da companhia de colonização no Brasil.

Figura 12 -

Ficha consular de imigração de René Bertholet. Visto concedido pelo Consulado Geral do Brasil em Zurich.

MODELO S.C. 159
406 228

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no pórtico de destino

Nome por extenso: René Henri Bertholet

Admitido em território nacional em caráter: temporário (temporário ou permanente)

Nos termos do art. 7.º letra a do dec. n.º 7.967 de 1945

Lugar e data de nascimento: Geneve/Suíça / 29/4/1907

Nacionalidade: Suíça Estado civil: casado

Filiação (nome do Pai e da Mãe): Pai: Paul Bertholet, Mãe: Marie nese Monthoux Profissão: secretario

Residência no país de origem: Zurich/Suíça

NOME IDADE SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n.º 1404499/52126 expedido pelas autoridades de Chanc. de Est. do cantão de Zurich na data de 16 de agosto de 1950 Consulado Zurich do Brasil

Min. das Rel. Ext. 11 de novembro de 1950

ASSINATURA DO PORTADOR: René Bertholet

ASSINATURA DO VICE-CÔNSUL: Alarico Silveira Junior

ALARICO SILVEIRA JUNIOR
VICE-CÔNSUL
ENCARREGADO DO CONSULADO

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Arquivo Nacional, Cartões de Imigração - Rio de Janeiro, 1900-1965.

Vayda e Bertholet se associaram ainda na Suíça quando fundaram a Emigrar S.A, uma empresa subordinada a *Schweizer Europahilfe* que tinha por objetivo promover o desenvolvimento agrícola e industrial, em particular pela elaboração de planos de colonização a partir da obtenção de empréstimos locais e internacionais, além de financiamento para o assentamento de trabalhadores europeus pelo globo.¹⁶⁴ Em 1952, quando a SEH encerrou suas atividades em Guarapuava, a instituição interrompeu a atuação da Emigrar S.A. No entanto, os dois mantiveram a sociedade no momento em que criaram duas novas empresas: a Progrebras S.A., com sede em Basileia, e a Companhia Progresso Rural, filial localizada na cidade do Rio de Janeiro. Ambas, sob foco de ação de trabalho no Brasil, possuíam objetivos semelhantes àquela extinta pela SEH:

O objetivo da empresa é promover o desenvolvimento agrícola e industrial do Brasil, em especial através da elaboração de planos de colonização, obtenção de créditos locais e internacionais, financiamento da instalação de trabalhadores europeus, criação ou transferência de empresas industriais europeias, bem como a realização de todas as transações, em particular também as comerciais, que estejam relacionadas com a realização dos fins societários mencionados.¹⁶⁵

¹⁶⁴ Departamento de Polícia de Basileia (*Polizeidepartement Basel-Stadt*). **Relatório do Inspetor Suter** (*Bericht von Det. Kpl. Suter*). Basileia, 13 jul. 1954.

¹⁶⁵ “Zweck der Gesellschaft ist die Förderung der landwirtschaftlichen und industriellen Entwicklung von Brasilien, insbesondere durch die Ausarbeitung von Kolonisation Planen, Beschaffung von lokalen und internationalen Krediten, Finanzierung der Ansiedlung von europäischen Arbeitskräften, Errichtung bzw. Überführung von europäischen Industrie-Unternehmen, sowie die Durchführung aller Geschäfte, insbesondere auch von Handelsgeschäften, die mit der Verwirklichung der erwähnten Gesellschaftszwecke im Zusammenhang stehen» Die Gesellschaft kann Zweigniederlassungen im Ausland errichten und sich an anderen Gesellschaften beteiligen oder solche finanzieren” In: BERTHOLET, René; VAYDA, János. [Memorando]. 1f., Basileia: 27 out. 1952. Informa a criação da Progrebras S.A.

Os motivos que levaram os dois líderes da instituição suíça a migrarem permanentemente para o Brasil podem ter sido diversos. Vayda, que anteriormente atuava como representante da Caritas em Buenos Aires, pode ter reconhecido o potencial lucrativo dos experimentos coloniais no Brasil após observar os investimentos suíços e brasileiros em Entre Rios. Para Bertholet, talvez a mudança representasse um momento de cessação das investidas do Ministério Público suíço contra ele, após enfrentar diversos problemas legais em seu país de origem.

É importante ressaltar que o trabalho com refugiados de guerra não duraria muito tempo. Em cerca de cinco anos, o número de projetos para realocação de migrantes diminuiu a ponto de não haver mais instituições que empregassem Bertholet e Vayda, o que ocorreu com a extinção da Emigrar S.A. Portanto, esse foi o momento para iniciar novos projetos que se mostrassem rentáveis. A política de incentivo ao desenvolvimento agrícola do governo brasileiro no pós-guerra proporcionou uma oportunidade favorável para isso.

Capítulo II

OS TRÂMITES: DA ORGANIZAÇÃO ÀS FUNDAÇÕES

II.I.

Refúgios rurais

O debate sobre a criação de projetos rurais envolve diferentes fluxos migratórios e demanda uma percepção transnacional envolvendo a temática, seja pelas conexões globais diaspóricas ou pelas experiências não centradas sob uma só fronteira. A Europa, como palco principal da II Guerra Mundial, experimentou um problema de proporções significativas envolvendo populações refugiadas e deslocadas dentro do continente. A crise econômica e a impossibilidade de realocação/assentamento destas pessoas em países europeus demandaram uma série de ajustes políticos, acordos internacionais e criações de órgãos de ajuda humanitária especializados em negociações que trataram da migração de inúmeras famílias para diferentes países.¹⁶⁶

Um ano após o fim da II Guerra, foi criada a Organização Internacional de Refugiados (IRO) - posteriormente Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) - que se firmou como um dos principais instrumentos de apoio aos refugiados europeus, já que objetivava, entre outras finalidades, o reassentamento desses em países terceiros. Sua atividade implicou em inúmeras ações conjuntas com instituições internacionais para alinhar os interesses entre o deslocamento e a necessidade por mão de obra de alguns países.

Segundo Ginesy, mais de 50 milhões de pessoas foram deslocadas de seus locais durante o conflito. Entretanto, ainda que um número considerável tenha conseguido retornar aos seus países originais, cerca de um milhão deste total decidiu por não regressar.¹⁶⁷ Essa indisponibilidade de retorno esteve atrelada a motivações de ordem político-econômica, já que

¹⁶⁶ Em 1946, a Organização das Nações Unidas distinguia as classificações "refugiados" e "deslocados" de forma distinta. A primeira aplicava-se para o indivíduo que saiu de seu país natal por razão do regime nazista, fascista ou franquista. A segunda categoria envolvia pessoas deportadas ou obrigadas a saírem de seus países de origem por motivações raciais, religiosas ou políticas. A partir de 1951, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados, as definições ligadas aos termos foram alteradas: "refugiado" passou a envolver todo aquele que fora perseguido por motivação política, cultural, nacional, religiosa ou racial e migrou para fora de sua nação de origem; "deslocado" foi definido como aquele que sofreu com as mesmas motivações, mas não migrou para além de uma fronteira internacional reconhecida. A categorização e a definição utilizadas por diferentes Estados, administrações regionais e instituições internacionais sobre os refugiados variaram no decorrer dos anos, cf: BANKO, Lauren; NOWAK, Katarzyna; GATRELL, Peter. What is refugee history, now?. *Journal of Global History*, p. 1-19, 2021.

¹⁶⁷ GINESY, Robert. *La Seconde Guerre Mondiale et les Déplacements de Populations: les organismes de protection*. Paris: Pedone, 1948. 184p.

as reconfigurações territoriais tomadas durante e após a guerra atingiram diretamente o meio social de muitos países.¹⁶⁸

A OIR exerceu um papel fundamental sobre a resolução do problema envolvendo o milhão restante, pois sua constituição interna norteava as funções a serem desempenhadas pelo órgão em relação às pessoas desamparadas: repatriação, identificação, registro e classificação; auxílio e assistência; proteção jurídica e política; transporte e reassentamento dos refugiados são elencados como as prioridades da organização. Assim, pouco mais de 1.000.000 de pessoas foram reassentadas em pelo menos 65 países diferentes, a maioria fora do continente europeu.¹⁶⁹

Inúmeros casos de projetos migratórios envolvendo a realocação de refugiados foram organizados e postos em prática. No entanto, o futuro dessas pessoas dependia da política imigratória adotada pelo país de destino, principalmente em relação a que tipo de trabalho estes refugiados poderiam exercer no novo território. O Brasil, por exemplo, deu preferência tanto para o trabalho urbano (voltado para a zona industrial de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, além do desenvolvimento da indústria automobilística, química, farmacêutica e eletroeletrônica), tanto quanto para o trabalho rural (voltado para o desenvolvimento de projetos agrícolas no território nacional). Já em países como o Canadá, os Estados Unidos, a Nova Zelândia e a Austrália, o interesse recaiu majoritariamente para o trabalho nas grandes cidades.¹⁷⁰

Conforme Catalina Banko, para o caso latino-americano - como Argentina, Brasil e Venezuela - a entrada de pessoas no território era livre de fatores de gênero, estado civil e faixa etária, enquanto que no caso estadunidense, canadense e australiano, houve imposições que limitavam a entrada de imigrantes: estes deveriam ser jovens, solteiros e sem dependentes. Por uma delimitação temática, envolvendo o mundo do trabalho rural e sua relação com os imigrantes refugiados, ao longo deste subcapítulo são apresentados uma série de colônias agrícolas e projetos de reassentamentos rurais em países latino-americanos e africanos, pois foram tais localidades que direcionaram suas políticas migratórias ao campesinato.¹⁷¹

¹⁶⁸ A composição étnica deste um milhão de refugiados correspondia a cerca de 275.000 poloneses, 200.000 judeus, 200.000 espanhóis, 190.000 lituanos e estonianos, 150.000 iugoslavos e 100.000 ucranianos., cf. STOESSINGER, 1956, p. 55 *apud*. ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.

¹⁶⁹ *Ibid.*

¹⁷⁰ Para uma análise sobre os perfis das entradas e as políticas imigratórias adotadas pelo Brasil, cf. BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair; SALLES, Maria Rolfsen. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen (orgs.). **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo / Universidade Estadual de Campinas, 2013.

¹⁷¹ BANKO, Catalina. Un refugio en Venezuela: los inmigrantes de Hungría, Croacia, Eslovenia, Rumania y Bulgaria. *Tiempo y Espacio*, v. 26, n. 65, p. 63-75, 201. Sobre estudos de refugiados que se estabeleceram em

Em relação ao Brasil, os primeiros empreendimentos para colonização europeia no país ocorreram no início do século XIX, como os casos de assentamentos alemães na região Nordeste e de suíços no interior do Rio de Janeiro. A partir de 1850, com a promulgação da Lei 601, regulamentou-se a concessão de terras públicas sob possibilidade de aquisição para estrangeiros, ampliando o número de colônias europeias na região Sul do Brasil.¹⁷² No Império, a política de colonização estava concentrada em duas dimensões: uma primeira referente às dificuldades enfrentadas por assentamentos de imigrantes em terras devolutas e as medidas necessárias para seu sucesso econômico, além de uma segunda baseada na abolição da escravidão como maneira de tornar o Brasil “civilizado”. Já na Primeira República (1889-1930), o debate imigratório recaiu principalmente sobre a biologização, a integração e a nacionalização de estrangeiros no Brasil a partir do ideal eugênico que delimitou restrições de vinda e expulsou a parcela de imigrantes considerada “indesejável”.¹⁷³

Logo após 1930, o país implementou um sistema de cotas que privilegiou a entrada de alemães, italianos, espanhóis e portugueses, bem como tomou medidas que impediram a concessão de vistos a judeus.¹⁷⁴ Paralelamente à necessidade de reconstrução social-econômica de países envolvidos na II Guerra Mundial, as relações de trabalho se alteraram com mercados locais captando mão de obra estrangeira devido a uma insuficiência de trabalhadores especializados em países classificados como em processo de desenvolvimento.¹⁷⁵ No Brasil,

áreas urbanas, cf. CONNELL, John; MCMANUS, Phil. **Rural revival?: Place marketing, tree change and regional migration in Australia**. London: Routledge, 2016 e REIMERS, David. Post-World War II immigration to the United States: America's latest newcomers. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 454, n. 1, p. 1-12, 1981.

¹⁷² Oliveira reconstrói as formas pelas quais o Estado brasileiro coordenou ações envolvendo migrações internacionais no território sob objetivo de compreender a maneira como as legislações e categorizações jurídicas nacionais produziam diferentes percepções de nacionais sobre estrangeiros, cf. OLIVEIRA, Aline Passuelo de. **Estado Brasileiro e os Fluxos Migratórios Internacionais: produção e circulação de discursos, categorizações jurídicas e economias morais**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

¹⁷³ A introdução de agricultores voltados especificamente para a produção alimentar se iniciou com o modelo *farmer* americano que objetivava a modernização agrícola. Os defensores desse tipo de ocupação desqualificaram não brancos como incapazes de produzirem o mesmo que os brancos, tanto que se planejou a criação de uma agência especial do governo brasileiro na cidade de Nova Orleans com o intuito de capturarem os *farmers* americanos que pudessem suprir a demanda brasileira por "lavradores inteligentes e ousados.", cf. SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (org). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996, p. 45-46. Sobre eugenia, raça e imigrações, cf. SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 1, p. 01-20, 2008.

¹⁷⁴ KOIFMAN, Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados. *História e Construção de memória*. **Acervo**, Rio de Janeiro, n. 30(2), p. 71-88, 2017.

¹⁷⁵ Em relação à imigração no Brasil durante o período de guerra, Lesser comenta que o projeto nacional era bastante semelhante àquele do século XIX. Essa similaridade se refere às políticas de restrição aos africanos e asiáticos com uma preferência orientada aos imigrantes europeus - propostas já presentes nos discursos eugênicos do período anterior, cf. LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

parte desses imigrantes eram oriundos de diferentes fluxos de refugiados europeus e asiáticos que em um primeiro momento se estabeleceram em indústrias ou em plantações de algodão e café.¹⁷⁶

Nesse período, Getúlio Vargas retomou à presidência do Brasil de forma democrática e flexibilizou as restrições imigratórias presentes desde o Estado Novo, graças às pressões internacionais de organizações e países diversos, como o Japão.¹⁷⁷ Foi então que ocorreu uma centralidade sobre os processos de colonização e circulação de imigrantes em território nacional com a criação, em 1954, do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) cujos objetivos eram: assistir trabalhadores nacionais e imigrantes de uma região para outra, orientar a seleção e distribuição dessas pessoas, além de executar planos de fixação e priorizar acesso de nacionais a pequenas propriedades agrícolas.¹⁷⁸ Tal instituto estava sob jurisdição do Ministério da Agricultura e contava com um conselho que o administrava:

§ 2º O Conselho Consultivo, ao qual compete orientar e planejar a política do povoamento e colonização do território brasileiro, será composto de 8 (oito) membros, nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, e dos quais sete indicados na seguinte forma: 2 (dois) pelo Ministério da Agricultura; 1 (um) pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores; 1 (um) pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; 1 (um) pelo Ministério das Relações Exteriores, 1 (um) pelo Banco do Brasil, quando houver criado a Carteira de Colonização e ainda 1 (um) pela Confederação Rural Brasileira, sendo esta última indicação, em lista tríplice, de pessoas conhecedoras de assuntos relacionados com a imigração, a colonização e o meio rural.¹⁷⁹

No mesmo documento que instituiu a criação do INIC, Getúlio Vargas também criou a Carteira de Colonização do Banco do Brasil cujo o propósito era promover a aplicação de capitais nacionais e/ou estrangeiros, de origem pública e privada, em projetos para colonização e para viabilização de processos de imigração promovidos pelo instituto. Na concepção de Vargas, o seu governo precisava resolver três problemas: um primeiro envolvia a oferta de melhores condições de vida ao trabalhador rural, um outro estava centrado no encaminhamento de correntes migratórias a pontos estratégicos do país sob finalidade de povoação, e um último era o enriquecimento do quadro demográfico do país e sua produtividade econômica.¹⁸⁰ Assim,

¹⁷⁶ OLIVEIRA, Aline Passuelo de. Colonos, imigrantes, estrangeiros, refugiados e portadores de visto humanitário: os fluxos migratórios em direção ao Brasil no período republicano a partir das categorizações jurídicas. **Migraciones**, v. 6, n. 1, 2022, p. 73.

¹⁷⁷ GERALDO, Endrica. **O Perigo Alienígena: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)**. 2007. 238 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

¹⁷⁸ O INIC encerrou suas atividades em 1962, quando foi absorvido pela Superintendência de Política Agrária (SUPRA) durante o governo de João Goulart.

¹⁷⁹ BRASIL. Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954.

¹⁸⁰ Sobre a compreensão de Vargas em relação a colonização no Brasil, além de uma análise das mensagens presidenciais de 1952-1954, cf. SANTOS, Amanda Pereira dos. A Fundação do Instituto Nacional de Imigração e

o instituto se firmou como um meio que possibilitou a promoção de instrumentos financeiros e técnicos para o trabalhador rural adquirir uma propriedade. Na concepção do presidente, a colonização deveria ocorrer:

Abrindo novas zonas de produção, que irão contribuir para elevar a produtividade geral da nação e indicando ao homem do campo brasileiro novas formas de vida e de produção, estaremos dando um passo acertado para uma colonização equilibrada do país.¹⁸¹

Para Vargas, com o término da guerra os países de emigrados precisavam se preocupar com que o limite de evasão não fosse ultrapassado, ao passo que os países de imigrados, como o Brasil, precisavam selecionar os mais "úteis" ao trabalho. Essa seleção em relação a utilidade de cada migrante deveria ser realizada pelo INIC, pois era o então órgão responsável por todas as dimensões migracionais do território nacional.

No cumprimento de suas funções, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização estava habilitado a firmar acordos e contratos com os estados, municípios e entidades públicas ou privadas. Além disso, poderia instalar agências de colocação com o objetivo de realizar o levantamento e o cadastro da mão de obra disponível nas áreas rural e urbana.¹⁸²

As tarefas desempenhadas pelo INIC eram viabilizadas graças aos recursos oriundos da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que por sua vez eram fomentados por fundos do Tesouro Nacional, pelo Caixa do Banco do Brasil e pela venda de títulos especiais. Dessa maneira, coube a Carteira aplicar o financiamento aos projetos desenvolvidos pelo instituto e cumprir os planos de colonização voltados ao desenvolvimento da agricultura e aperfeiçoamento da indústria nacional.¹⁸³

Os trâmites de negociação ocorreram ainda em um período anterior ao governo Vargas, logo após o fim do conflito. A entrada de refugiados no país interessava ao governo de Eurico Dutra pela conveniência em receber uma mão de obra qualificada que poderia suprir o déficit nacional, principalmente com trabalhadores rurais que ocupariam os campos brasileiros.¹⁸⁴ Apesar disso, ainda que houvesse um interesse da política externa brasileira nas negociações de imigração do pós-guerra, o país recebeu apenas 29.000 imigrantes do número total.¹⁸⁵ Esse

Colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 18, p. 120-145, 2017.

¹⁸¹ Mensagem nº 180-1952 de Getúlio Vargas *apud*. SANTOS, *ibid*.

¹⁸² *Ibid.*, p. 138.

¹⁸³ *Ibid.*, p. 139.

¹⁸⁴ Sobre a política agrária brasileira entre as décadas de 1940 e 1960, cf. WELCH, Clifford. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. **International Labor and Working-Class History**, v. 70, n. 1, 2006, p. 35-60.

¹⁸⁵ Speranza em seu trabalho sobre o fluxo de refugiados do pós-guerra em minas de carvão no Rio Grande do Sul, constatou que houve um incentivo em relação à imigração de refugiados europeus (em especial de eslavos e

número reduzido de refugiados no país foi uma somatória de deficiências de ordens conjunturais e estruturais, tais como: morosidade administrativa, falhas burocráticas, propaganda desfavorável à imigração, racismo, insuficiência de critérios para a seleção dos refugiados e deslocados, além da demora para a promulgação do Acordo Brasil-Comissão Preparatória.¹⁸⁶

À exemplo destas deficiências, em 1946, o Comitê Intergovernamental e o Subcomitê de Definições do Comitê Especial ligados a OIR reuniram-se junto ao delegado brasileiro encarregado que "não [se] quer[ia] reincidir no erro de admitir, por exemplo, japoneses, que mostraram ser inassimiláveis [...] [n]ós queremos de preferência reforçar nossa ascendência européia, após uma escolha tão rigorosa quanto possível."¹⁸⁷

Paralelamente às negociações entre o governo brasileiro e o Comitê Intergovernamental, que seguiam seu lento curso burocrático, o presidente Dutra decidira pelo envio de três comissões de seleção à Europa [...] em fins de outubro, o grupo de seleção brasileiro já se encontrava a caminho da Europa, sem ter levado consigo, contudo, instruções quanto aos critérios de seleção dos refugiados e deslocados, nem tampouco o cadastro da mão-de-obra necessitada no Brasil.¹⁸⁸

A confusão administrativa enfrentada por parte do governo brasileiro só foi resolvida um ano depois, em 1947, quando o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), antecessor do INIC, definiu como prioridade migratória letões, lituanos, estonianos, ucranianos, russos brancos, poloneses e iugoslavos que passaram a chegar no território nacional. De forma convergente, a historiadora venezuelana Catalina Banko, em seu estudo sobre os imigrantes eslavos na Venezuela, aponta que, em 1938, o governo venezuelano criou o Instituto Técnico de Imigração e Colonização (ITIC) sob objetivo de conduzir a modernização e desenvolvimento técnico agrícola do país. Havia uma insuficiência produtiva que exigia o estabelecimento de "*agricultores, obreros calificados, técnicos, industriales, artesanos, agrónomos, agrimensores e ingenieros, ocupaciones reputadas como las más idóneas para incrementar la riqueza nacional.*"¹⁸⁹

alemães) para trabalho em mineradoras naquele Estado. A autora apontou para uma demanda de trabalho não especializado por parte dos grandes empresários, demanda esta contrária ao projeto governamental e diplomático do Brasil que prezava pela vinda de agricultores. Essa dissonância entre os objetivos migratórios foi explicada por Speranza a partir das intenções do patronato em ampliar a reserva da força do trabalho, alimentar a competição entre operários e assim frear o movimento sindical do período, cf. SPERANZA, Clarice. O Afluxo de refugiados e "deslocados de guerra" para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, v. 37, p. 565-590, 2021.

¹⁸⁶ ANDRADE, *op. cit.*, p. 28-30.

¹⁸⁷ EXPOSÉ, 1946b, p. 02 *apud*. ANDRADE, *op. cit.*, p. 14.

¹⁸⁸ ANDRADE, *op. cit.*, p. 15-16.

¹⁸⁹ BANKO, *op. cit.*, p. 65.

Em 1947, a Venezuela firmou um acordo conjunto com a Organização Internacional para Refugiados (OIR) em que se dispôs a receber refugiados da II Guerra Mundial sob condição de 40% do total de imigrantes destinados ao país serem agricultores.¹⁹⁰ A demanda pelo trabalho agrário e a exigência profissional como condição primária para a imigração, levaram muitos dos refugiados que detinham profissões variadas (como farmacêuticos, professores, médicos, químicos e engenheiros, por exemplo) a se declararem lavradores sob objetivo de conseguirem o visto necessário para o abrigo. As famílias polonesas, húngaras, romenas e búlgaras se estabeleceram então na Fazenda Mampote, onde se dedicaram ao trabalho rural, e nas colônias agrícolas de Chirgua (Carabobo), Mendoza (Miranda), Rubio e Tamá (Táchira). Em 1947, os primeiros navios chegaram a Caracas com os imigrantes vindos dos campos de refugiados. Uma ação conjunta entre o Comitê da Cruz Vermelha Venezuelana e o Rotary Club mediaram a inserção dos imigrantes nas terras e nos centros urbanos venezuelanos.

As estatísticas oficiais nos permitem constatar que, entre 1940 e 1957, os italianos, espanhóis e portugueses constituíam quase 70% do total de 526.655 imigrantes. Somente 18.802 pessoas eram provenientes de países do leste europeu, o que representava apenas 3,57% dos estrangeiros que chegaram ao país naquele período. A sua composição por nacionalidades era a seguinte: 22 albaneses; 185 búlgaros; 1.467 checoslovacos; 243 estonianos; 3.341 húngaros; 697 letões; 831 lituanos; 4.178 poloneses; 1.467 romenos; 2.672 russos e 3.159 iugoslavos (tradução nossa).¹⁹¹

Ainda que o foco principal do trabalho de Banko tenha recaído sobre os europeus orientais em território venezuelano, a historiadora constatou uma forte presença italiana nos registros de imigrantes no período. Assim como a Venezuela, a Argentina também recebeu uma quantia significativa de estrangeiros desse país no período pós-II Guerra. Giuseppe Benedini, ao estudar as missões de assistência técnica e a imigração rural italiana para a América Latina, trabalhou com diferentes fontes políticas sob objetivo de orientar a história da chamada “imigração dirigida” que, na década de 1950, buscava por assentamentos rurais latino-americanos com potencialidades de recepção dos imigrantes. O autor comenta que o governo estadunidense - que até então detinha políticas de controle sobre a imigração no pós-guerra -

¹⁹⁰ Sobre a política migratória venezuelana no processo de espacialização da migração global, cf: HUHN, Sebastian; RASS, Christoph. The Post-World War II Resettlement of European Refugees in Venezuela: A Twofold Translation of Migration. In: RAMIREZ, Gabriele; WARNECKE-BERGER, Hannes. **Spatialization Processes in the Americas: Configurations and Narratives**. Peter Lang GmbH: Internationaler Verlag Der Wissenschaften, 2018, p. 243-67.

¹⁹¹ “Las estadísticas oficiales nos permiten constatar que, entre 1940 y 1957, los italianos, españoles y portugueses constituían casi el 70 por ciento del total de 526.655 inmigrantes. Solamente 18.802 personas provenían de países ubicados en Europa del Este, lo que representaba apenas el 3.57 por ciento de los extranjeros que arribaron al país en ese período. Su composición por nacionalidades era la siguiente: 22 albanos; 185 búlgaros; 1.467 checoslovacos; 243 estonianos; 3.341 húngaros; 697 letones; 831 lituanos; 4.178 polacos; 1.467 rumanos; 2.672 rusos y 3.159 yugoslavos.” In: BANKO, *op. cit.*, p. 68.

financiou, por meio da *Economic Cooperation Administration* (ECA), investimentos de iniciativa pública e privada europeia em países latinos. México e Brasil aceitaram tais investimentos e alteraram suas leis de imigração para atrair trabalhadores europeus e asiáticos.¹⁹² Ao final dos anos 1940, organizações como a UNRRA (*United Nations Relief and Rehabilitation Administration*) e a própria IRO promoveram tratados bilaterais que envolveram milhares de famílias camponesas europeias oriundas de países densamente povoados e com um histórico econômico rural predominante, como Itália, Iugoslávia, Espanha e Polônia. Era uma forma destes países europeus lidarem com o excesso de trabalhadores sem funções e em condições precárias de vida, enquanto os países latino-americanos careciam de força de trabalho para o desenvolvimento econômico. Cerca de meio milhão de trabalhadores italianos chegaram à Argentina entre 1946 e 1960 destinados ao setor industrial.¹⁹³

O governo peronista subsidiava a imigração promovendo o pagamento da passagem e dos gastos iniciais, como também assegurava o assessoramento a boas condições de trabalho e cursos de formação/especialização. Entretanto, a imigração rural argentina foi consideravelmente menos intensa que a urbana, por pelo menos duas razões, uma de ordem internacional e uma segunda de ordem nacional. A primeira envolvia a tensão entre o governo de Buenos Aires e de Washington, uma vez que com o lançamento do Plano Marshall, o governo argentino acreditava estar integrado como país abastecedor subsidiário de cereais, o que não ocorreu na prática. A segunda envolvia a indisponibilidade de terras férteis para o cultivo, pois as ideais ao plantio já estavam ocupadas desde o século XIX, restando somente alguns territórios nas províncias andinas de Salta, Jujuy e Tucumán, apresentadas como de interesse pelo governo italiano, conforme informações apresentadas do Consulado Italiano em Córdoba.¹⁹⁴

Somente em 1952, após um acordo mais estreito entre a Argentina e a Itália que favoreceu a união de núcleos familiares e regulamentou a garantia de assistência aos imigrantes pobres, foram selecionados trabalhadores especializados no trabalho rural com destino aos referidos campos argentinos, mas somente uma pequena parcela de imigrantes conseguiu se estabelecer em colônias agrícolas de terras públicas, pois o peronismo não havia conseguido

¹⁹² BENEDINI, Giuseppe Federico. Las Misiones de Asistencia Técnica y la emigración rural italiana en Latinoamérica (1950-1952). **Journal of Agriculture and Environment for International Development** (JAEID), v. 107, n. 1, p. 115-141, 2013.

¹⁹³ Conforme Ballinger, cidadãos italianos migraram não só para América Latina, como também para uma variedade de territórios presentes na África e nos Balcãs, como Eritreia, Etiópia, Somália, Albânia, Venezia Giulia e Valle d'Aosta. Territórios estes que antes estavam sob controle da Itália, mas foram perdidos com o Tratado de Paz de 1947, cf. BALLINGER, Pamela. Entangled or 'extruded' histories? displacement, national refugees, and repatriation after the Second World War. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 366-386, 2012.

¹⁹⁴ *Ibid.*

realizar a reforma agrária prometida. Os outros estrangeiros precisaram ser realocados em Buenos Aires contribuindo “assim para o aumento da macrocefalia da qual a Argentina sofreu e ainda sofre, em relação a sua capital (tradução nossa).”¹⁹⁵

Refugiados italianos também participaram de um projeto de desenvolvimento rural da Costa Rica. Conforme Weizmann (1985), em 1949, a "*Società Italiana di Colonizzazione Agricola*", em organização conjunta com a IRO e o "*Instituto de Tierras y Colonización (ITCO)*", organizou a ida de colonos oriundos de pelo menos quarenta localidades distintas da Itália, mas principalmente daqueles afetados pelo êxodo juliano-dálmata, caracterizado pela saída forçada de étnicos italianos de Ístria, Fiume e Dalmácia (Croácia) após a anexação dos territórios à Iugoslávia de Tito. Os italianos se estabeleceram no distrito de San Vito, em Coto Borus, para o plantio de café e algodão sob mediação de uma cooperativa agrícola. O plano de colonização de San Vito objetivava ao povoamento de áreas inabitadas no país e suas áreas periféricas, bem como incentivava o financiamento internacional que se dava por meio de empréstimos bancários e de aquisição de terras. Foram cerca de 250 famílias distribuídas em dez mil hectares que produziram principalmente café e outras culturas de subsistência desde sua fundação.

Um caso semelhante ao de San Vito foi Sosúa, um pequeno município litorâneo da República Dominicana, lar de uma comunidade e colônia agrícola no Caribe, considerada a primeira colônia com intenção de refúgio aos judeus europeus perseguidos durante o nazismo. De acordo com Gigliotti, a colônia foi construída na costa norte da República Dominicana em apoio conjunto entre filantropos judeus estadunidenses, organizações de ajuda judaica, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, e o presidente dominicano, Rafael Trujillo. Ainda que o esquema de reassentamento original contasse com uma estimativa de 100.000 judeus, a localidade nunca ultrapassou o pico de 500 pessoas.¹⁹⁶

Sua formação está ligada ao ano de 1938, a partir da Conferência de Evian que reuniu 30 países com a intenção de lidar com a crise de refugiados judeus perseguidos na Europa central. A República Dominicana, sob comando de Rafael Trujillo, ofereceu a possibilidade de reassentamento para milhares destes judeus europeus a partir de duas motivações principais: limpeza de imagem do governo dominicano e “aprimoramento da raça”. Um ano antes da conferência, cerca de 15 mil camponeses haitianos, cortadores de cana que trabalhavam nas

¹⁹⁵ “*Así a aumentar la macrocefalia de la cual sufría, y todavía sufre, la Argentina en relación a su capital.*”, cf. BENEDINI, *op. cit.*, p. 118.

¹⁹⁶ GIGLIOTTI, Simone. ‘Acapulco in the Atlantic’: Revisiting Sosúa, a Jewish Refugee Colony in the Caribbean. *Immigrants & Minorities*, v. 24, n. 01, p. 22-50, 2006.

regiões fronteiriças da região dominicana, foram massacrados por militares a mando de Trujillo. A repercussão negativa dessa ação, fez com que Trujillo fosse considerado um "pequeno Hitler do Caribe", e por isso a possibilidade de ofertar terras aos judeus poderia amenizar os atos do ditador com a diplomacia internacional.

Sosúa também pode ser compreendida como uma das tentativas da República Dominicana para recrutar mão de obra europeia para colonização agrícola, sob intenção maior de "aprimorar" a raça dominicana e reforçar a distinção com o lado haitiano, pautado em uma identidade afro-caribenha. Até o fim da década de 1930, a imigração judaica em território dominicano estava proibida, mas devido a demanda pela modernização dos campos a possibilidade foi reaberta. Os judeus eram tradicionalmente difamados e tratados como "marginais" nos debates de imigração, mas foram então reinventados a partir de uma necessidade econômica e de "branqueamento populacional" por parte do governo dominicano.¹⁹⁷

Com a oferta de Trujillo, a "*Refugee Economic Corporation of New York*" em colaboração com o comitê consultivo de Roosevelt para a política de refugiados, investigou as terras de Sosúa que foram designadas como impróprias para a agricultura devido à baixa pluviosidade, muitos afloramentos rochosos e solos rasos. Ainda que diversos aspectos não favoráveis à colonização tenham sido elencados, com a invasão à Polônia em 1939 a organização de reassentamento de judeus na Alemanha e Áustria se tornou mais difícil. Decidiu-se pela manutenção do projeto por parte de Roosevelt que fundou a *Agro-Joint (American Jewish Joint Agricultural Corporation)* e forneceu \$200.000 como subsídio inicial. Em 1941, havia cerca de 350 colonos alemães, austríacos, húngaros, tchecoslovacos e russos em Sosúa. Quando chegaram à República Dominicana, os imigrantes foram colocados em quartéis e posteriormente realocados para fazendas onde deveriam produzir e reembolsar o investimento dado pelo governo americano.

Nos primeiros anos de existência, a colônia se desenvolveu em forma de cooperativa agrícola a partir da produção de milho, fumo, coco, laranja, banana, feijão, abacaxi, batata e mamão. Do total de imigrantes, metade da população judaico-alemã tinha mais de 50 anos e apenas 1,5% de fato era composta por agricultores. Diferentes dificuldades atingiram o cotidiano dos trabalhadores da colônia, como uma epidemia de malária, indisponibilidade de terras para todos, altos custos de produção para colonos, superlotação, técnicas agrícolas ineficientes e transporte deficiente de distribuição de produtos. Com o fim da Segunda Guerra,

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 27-28.

houve um número considerável de colonos que reemigraram para outras localidades, como Nova York. As razões para isso se centravam na pouca adaptação à vida rural, já que muitos eram originários de grandes cidades e com carreiras profissionais distintas. Além disso, os colonos reclamavam que não havia oportunidade de estudos na região e temiam que seus filhos, então cidadãos daquele país, fossem obrigados a servir o exército dominicano. No início do século XXI menos de dez famílias judias ainda residiam na área rural de Sosúa, então a localidade realocou seu desenvolvimento econômico do ramo agrícola para se tornar um município com foco no turismo por conta de suas praias vizinhas.¹⁹⁸

A presença de refugiados europeus em reassentamentos rurais também se deu em território africano. À exemplo dos poloneses na África Oriental que ocuparam especificamente territórios de colonização britânica, como Tanganyika, Uganda, Quênia, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e África do Sul.¹⁹⁹ Os dois primeiros territórios citados, abrigaram a maior quantidade de refugiados europeus nas colônias de Tengeru (Tanganyika, atual Tanzânia) e Masindi (Uganda). Estes assentamentos de refugiados poloneses na África colonial britânica se deram a partir da deportação em massa dos nacionais por parte do governo soviético ao controlar a região. As autoridades soviéticas ao se estabelecerem no território polonês, segregaram populações consideradas de alta ameaça, como os colonos que ali receberam terras na década de 1920, silvicultores, soldados, professores, cientistas, padres e ativistas.²⁰⁰ Alguns dos refugiados eram familiares dos oficiais executados no Massacre da Floresta de Katyń (1940), já outros provinham de campos de trabalho forçado em assentamentos remotos no Uzbequistão, Cazaquistão e Sibéria, como também havia a presença de trabalhadores dos Colcoz, uma forma de propriedade rural coletiva, típica da União Soviética, em que os colcozianos (camponeses) integravam uma cooperativa de produção agrícola coletiva.²⁰¹

Em decorrência do pacto Sikorski-Maisky, os poloneses conseguiram possibilidade de deportação para locais considerados seguros.²⁰² O governo inglês interferiu e mediou a

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 40-45.

¹⁹⁹ O trabalho de Katarzyna Nowak explora um episódio de resistência dos imigrantes frente a uma realocação forçada de mudança da região sul africana para a Itália. O artigo examina a situação dos refugiados à margem da ajuda internacional e as negociações/mobilizações dos refugiados frente aos discursos dominantes. O governo britânico desautorizou e negou a compra de terras por parte do governo polonês, uma vez que a permanência destes no território foi uma solução temporária para a crise dos refugiados poloneses, cf. NOWAK, Katarzyna. 'We Would Rather Drown Ourselves in Lake Victoria': Refugee Women, Protest, and Polish Displacement in Colonial East Africa, 1948–49. *Immigrants & minorities*, v. 37, n. 1-2, p. 92-117, 2019.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 95.

²⁰¹ Estima-se que cerca de 18.000 poloneses se estabeleceram na África Oriental: 6677 em Tanganyika, 6056 em Uganda, 3403 na Rodésia do Norte, 1509 na Rodésia do Sul e 549 no Quênia, cf. WARLIK, Wanda. **Displacement and the Second World War: Polish refugees in Africa**. 2019. Tese (Doutorado em História). University of Western Australia, Perth, 2019, p. 184.

²⁰² O tratado concedeu anistia aos poloneses capturados após a invasão soviética na Polônia.

imigração dos cidadãos que foram mandados para quatro regiões: Índia, México, Nova Zelândia e os países já citados na África colonial britânica, em caráter temporário. Com a chegada dos primeiros refugiados via mar de Karachi, o cônsul geral da Polônia para a África Oriental, Michał Wierusz-Kowalski, ficou encarregado de investigar as oportunidades de emprego para os refugiados naqueles países. Decidiu-se que os poloneses deveriam desempenhar um papel na agricultura da região, a partir da modernização da produção com o empréstimo de máquinas e equipamentos agrícolas estadunidenses e britânicos.²⁰³

Quando os imigrantes chegaram no território da Rodésia se depararam com outros judeus e gregos refugiados, além de poloneses da elite advindos do Chipre que escaparam da Polônia via Romênia após a primeira invasão nazista no país em 1939. As condições dos assentamentos eram relativamente boas, especialmente em comparação com outros campos para refugiados encontrados na Europa. Julian Suski, então representante do governo polonês, foi a Tengeru e mencionou que a colônia correspondia a uma “vila de férias modestamente organizada bem à frente dos assentamentos rurais no Leste e centro da Polônia (tradução nossa).”²⁰⁴

Em Nairobi, a maioria dos refugiados nas colônias africanas eram de origem agrícola. Embora não estivessem familiarizados com o clima e o solo africano, eles tinham experiências em relação ao cuidado, cultivo e criação de plantas e animais. Wierusz-Kowalski, por exemplo, encarava a situação dos refugiados na África como uma oportunidade de reserva de mão de obra capaz de deslocar a experiência de trabalho que tiveram em campos europeus para os campos africanos. No caso de Uganda, com as colônias de Koja e Masindi, houve um esforço por parte da comunidade polonesa no fomento de sua própria comida. Foram criados na década de 1940, criadouros, abatedouros, açougues e indústrias de laticínios nos arredores da colônia a partir de uma mão de obra tanto europeia quanto africana:

A população africana não só viu os refugiados trabalhando nas fazendas dos acampamentos, como também trabalhou ao lado deles. Campos de trabalho africanos foram montados ao lado dos campos de refugiados maiores, e os africanos foram designados para trabalhar dentro dos campos em novos projetos de construção, reparos e renovação de edifícios existentes, controlando o crescimento da vegetação selvagem dentro dos campos para conter os vermes, limpando a terra para a agricultura e atuando para a mão-de-obra agrícola. Os africanos das aldeias vizinhas trabalhavam como carteiros, guardas de segurança, nas cozinhas e hospitais, e como 'meninos domésticos'. Os poloneses não permitiram que a presença de africanos os impedisse de perseguir seus objetivos de autossuficiência, ao contrário, eles se viram utilizando mão de obra africana para ajudar a alcançar isso (tradução nossa).²⁰⁵

²⁰³ *Ibid.*, p. 119-120.

²⁰⁴ “*Modestly organized vacation village well ahead of rural settlements in eastern and central Poland.*”, cf. NOWAK, *op. cit.*, p. 97.

²⁰⁵ “*The African population not only saw the refugees working on the camp farms, they worked alongside them. African labour camps were set up next to the larger refugee camps, and Africans were assigned to work inside the*

As colônias de Tengeru e Tanganyika foram as mais bem sucedidas em relação à produção, ainda que muitas dificuldades tenham sido presenciadas pelos agricultores. Em relação à limpeza das selvas, as únicas ferramentas disponíveis, em meados da década de 1940, eram os machados e as *pangas* (uma lâmina larga usada no sul africano, semelhante ao facão). Além disso, a presença de víboras causou numerosos acidentes com os trabalhadores ao passo que diferentes pragas/doenças afetaram as plantações.

Os acampamentos ofereciam disponibilidade de emprego na educação, tanto para homens quanto para mulheres, inclusive em internatos: engenheiros técnicos, botânicos, silvicultores, padres, freiras, cientistas do solo e outros sem qualificação formal foram empregados como professores. Pelo menos 80% do grupo polonês enviado aos campos africanos era composto por mulheres e crianças, pois a parcela masculina cumpria a obrigatoriedade militar na Europa. Essa escassez de homens nos campos fez com que mulheres não ficassem restritas ao trabalho de ensino - como tradicionalmente ocorria na Polônia. Este foi o caso de Zófia, mãe de três filhos, que vestiu o uniforme cáqui com a braçadeira vermelha e branca polonesa e ingressou no serviço policial em Kigugala, onde ficou responsável por patrulhar as estradas e os campos.²⁰⁶ Durante a década de 1950, a IRO reduziu o investimento e amparo às colônias africanas e coordenou ações de transporte dos poloneses para destinos diversos, como Japão, França, Canadá, Egito, Haiti, Argentina, Nova Zelândia, Austrália, Marrocos e Suécia.

Em todos os casos latino-americanos e africanos foram necessárias ações conjuntas entre órgãos humanitários internacionais e governos nacionais sobre o provimento de terras, amparo e financiamento aos trabalhadores. As adversidades geográficas, culturais, econômicas e sociais que por vezes aproximam - como também distanciam - as colônias, interferiram diretamente nos rumos dos trabalhadores que permaneceram ou migraram para outros locais.

O fenômeno do refugismo esteve, e ainda está, presente em todos os continentes. Inúmeros casos de reassentamento, menores em proporção comparada aos citados no subcapítulo, ocorreram não só com refugiados europeus, como também com diversas nacionalidades e em conjunturas variadas, à exemplo da fuga forçada, em 1942, de hindus da

campes on new building projects, repairs and renovation of existing buildings, controlling the growth of wild vegetation inside the camps to keep down vermin, clearing land for farming, and as farm labour. Africans from nearby villages worked as postmen, as security guards, in the kitchens and hospitals, and as 'house boys'. The Poles did not allow the presence of Africans to prevent them from pursuing their goals of self-sufficiency, rather, they found themselves utilizing African labour to help achieve this.”, cf. WARLIK, *op.cit.*, p. 102.

²⁰⁶ WARLIK, *op. cit.*, p. 123.

Birmânia após a ocupação japonesa no território, junto da posterior partição da Índia (1947) e o caso dos etíopes após a invasão italiana de 1935.²⁰⁷ A presença destas pessoas em territórios diversos, alterou e impactou a paisagem, o ambiente, o mercado de trabalho, a cultura, a sociedade e a economia. As origens distintas e as interações entre os nacionais fomentaram novas redes que rendem inúmeras oportunidades de pesquisa e tangenciam diferentes estudos, como os de produção, abastecimento alimentar, trabalho rural, trabalho em indústrias, prostituição, os encontros culturais, a política diaspórica e a circulação de conhecimentos.

II.II.

Companhia, leilões e mal-entendidos

Era fevereiro de 1954 quando um vendedor de relógios de Porto Alegre encaminhou uma carta à Legação Suíça do Rio de Janeiro, Martin Flesch solicitou informações referentes a um plano especial de favorecimento à importação de produtos suíços no Brasil, plano este que havia ouvido falar “por alto”, mas possuía interesse sobre os produtos pertencentes à chamada 5ª categoria de importação, que incluía variados relógios suíços.²⁰⁸ Quase três semanas depois, a Legação Suíça respondeu ao comerciante de relógios da seguinte maneira:

Prezado Senhor,

Damos em nosso poder sua carta de 25 de fevereiro, pela qual nos solicita informações a respeito de produtos suíços, mediante o pagamento de ágios a serem fixados a favor do Banco do Brasil e à imigração agrícola no Brasil. O plano que existe nesses moldes é uma iniciativa particular. Foi a ‘Progresso Rural S.A., Av. Franklin Roosevelt, 194, a. 405, Rio de Janeiro’, quem elaborou e está pondo em execução. Por isso pedimos que se dirija à mesma para obter os esclarecimentos desejados.²⁰⁹

A carta de Flesch é reflexo de uma das primeiras ações da sociedade entre Bertholet e Vayda no Brasil: um plano de faturamento, por meio de ágios cambiais obtidos em leilões de produtos suíços, justificado como o meio para o financiamento de três projetos agrícolas nacionais. De tal correspondência é necessário se atentar para dois termos presentes em sua redação: “ágios” e “Progresso Rural”. O primeiro termo aparecerá com frequência no decorrer deste capítulo: um ágio era uma palavra empregada constantemente na República de Veneza

²⁰⁷ Os casos podem ser consultados em: KUDAISSYA, Gyanesh. ‘The Demographic Upheaval of Partition: Refugees and Agricultural Resettlement in India, 1947–67,’ *Journal of South Asian Studies* 18, supplement issue, 1995 e SHADLE, Brett. ‘Reluctant Humanitarians: British Policy Toward Refugees in Kenya During the Italo-Ethiopian War, 1935–1940,’ *The Journal of Imperial and Commonwealth History* 47, no. 1, 2019, p. 167–186.

²⁰⁸ FLESCH, Martin. [Correspondência]. Destinatário: Legação da Suíça. Porto Alegre, 25 fev. 1954.

²⁰⁹ SUÍÇA, Legação. [Correspondência]. Destinatário: Martin Flesch. Rio de Janeiro, 12 mar. 1954.

para designar a diferença na troca entre moedas depreciadas e o metal utilizado em sua confecção, cujas negociações de troca passaram a ocorrer em diferentes cidades comerciais e financeiras da Europa, como Hamburgo e Gênova. Contemporaneamente, o ágio indica o prêmio derivado da troca de um valor (seja títulos, ações ou moedas) por algum outro, e dentro do comércio internacional de moedas representa a diferença entre o valor nominal e o valor real da moeda envolvida na transação.²¹⁰ Em resumo, Bertholet e Vayda promoveram leilões em francos suíços, cuja diferença entre o valor de mercado e o valor pago, além da diferença das operações de câmbio para cruzeiros, geraram o valor necessário para o financiamento de seus projetos - de qualquer modo, os trâmites necessários para a realização desses leilões serão abordados minuciosamente nas próximas páginas. Já o segundo termo destacado da correspondência de Flesch, "Progresso Rural", refere-se a uma companhia especializada em colonização, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Conforme a conclusão do capítulo anterior, a Companhia Progresso Rural (CPR) pode ser compreendida como uma extensão brasileira da Progrebras de Basileia.²¹¹ Dessa forma, a CPR possuía os mesmos objetivos que a Progrebras, ou seja, era uma companhia envolvida com trâmites de desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil, de forma a se portar como uma filial da empresa em território nacional.

Era 1950, quatro anos antes da escrita da carta de Flesch, quando a Coreia do Norte iniciou seu plano de invasão ao território da porção sul para uma possível unificação. Esse momento foi um dos marcos da Guerra Fria, justamente por corporificar a polarização política do pós-II Guerra, já que a região norte da península contava com o amparo soviético e chinês, enquanto o outro lado possuía relações estreitas com o governo estadunidense. Na época, Eurico Gaspar Dutra, então presidente do Brasil, adotou algumas medidas econômicas a fim de manter o desenvolvimento brasileiro frente à hipotética possibilidade de uma III Guerra Mundial desencadeada pelo conflito coreano. Em janeiro de 1951, o novo presidente Getúlio Vargas já havia estabelecido um detalhado programa de reformas políticas amplamente difundido durante sua campanha e sintetizado na chamada "Mensagem Presidencial", documento encaminhado ao Congresso Nacional naquele mesmo mês. Em linhas gerais, o plano reunia diferentes críticas de Vargas ao governo de Dutra: críticas ao liberalismo econômico, à contração creditícia, à elevação da taxa de juros, à abertura comercial e financeira, além do congelamento do salário mínimo.

²¹⁰ SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1999, p. 17.

²¹¹ Por sua vez, a Progrebras era o desmembramento da Emigrar S.A., constituída como uma ramificação da *Schweizer Europahilfe*, responsável pela realocação de refugiados europeus em outros continentes.

Para Vargas, Dutra interrompeu diversos programas que visavam à substituição de importações e utilizou, sem qualquer cautela, as reservas cambiais nacionais, acumuladas durante a II Guerra, para a aquisição de importações de bens de consumo.²¹² Em um mundo de uma hipotética e possível guerra, na concepção do então presidente, era fundamental o desenvolvimento de duas ações para o Brasil não se encontrar refém de uma escassez de insumos: a primeira envolvia acelerar o programa de investimentos para estimular a produção nacional, com o intuito de substituir as negociações de importações de insumos essenciais; a segunda consistia em importar os mesmos insumos disponíveis no mercado exterior, como uma tentativa de criar um estoque enquanto estes estivessem disponíveis.²¹³

No entanto, as decisões tinham um preço, pois a urgência de importar o máximo de produtos para evitar uma possível escassez na guerra que se avizinhava, juntamente com a necessidade de importar o máximo de bens de produção para o programa desenvolvimentista de Vargas, recaíam sobre a frágil reserva cambial, que poderia diminuir para níveis críticos se utilizada de forma descontrolada. O receio de um estrangulamento da oferta de bens de produção foi colocado como prioridade em relação ao risco de estrangulamento cambial, uma vez que, para Vargas, o projeto desenvolvimentista era a prioridade.²¹⁴ O aumento do ritmo de importações no Brasil não seria um problema se as exportações compensassem o aumento da demanda de divisas. No entanto, em 1952, o Brasil apresentou uma considerável redução de 20% em suas exportações. Essa redução foi provocada pela sobrevalorização do cruzeiro e pela perspectiva de desvalorização, além da crise global da indústria têxtil, que freou a venda do segundo produto mais exportado pelo Brasil na época: o algodão.²¹⁵

O Brasil dependia cada vez mais do café para se restabelecer economicamente, e em 1952 o produto representou três quartos das exportações nacionais. No entanto, enquanto o país importava uma média de US\$ 1.700 milhões em 1952, suas exportações alcançavam uma média de US\$ 1.416 milhões. Dessa forma, a crise cambial de 1952 é considerada um dos marcos do segundo governo de Getúlio Vargas, em um momento no qual a moeda, cuja taxa nominal estava fixada desde 1939, sofreu uma desvalorização. O financiamento de investimentos

²¹² Estas foram algumas das medidas econômicas adotadas por Eurico Dutra.

²¹³ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil: sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n. 202, abr. 2012, p. 360.

²¹⁴ Em 1951, importações brasileiras aumentaram em 19%, cf. Relatório anual de 1952 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas (1953) *apud Ibid.*, p. 364.

²¹⁵ O economista brasileiro Pedro Zahluth Bastos aponta que alguns problemas estruturais da economia brasileira integrados a um programa desenvolvimentista amplo ocasionaram a crise e tiveram centralidade no estrangulamento externo que pôs em instabilidade o próprio projeto desenvolvimentista de Vargas. Para uma revisão detalhada, cf. BASTOS, *op. cit.*

voltados para a indústria brasileira, que estava vulnerável ao aumento do custo das importações, caiu rapidamente. Enquanto isso, cresceram as dúvidas sobre a capacidade de Vargas em contornar os impactos inflacionários da desvalorização cambial.

O nível de importações em dólares demorou a declinar depois que o ritmo de concessão de licenças se reduziu seja porque as licenças tinham uma validade igual ou superior a um semestre, seja porque uma forte geada provocou a quebra da safra argentina de trigo, implicando um gasto adicional de dólares derivado da canalização das importações de trigo desde um país de moeda não conversível para os EUA.²¹⁶

Já o petróleo e seus derivados dominavam as importações brasileiras nesse período, pois eram imprescindíveis para o crescimento e a diversificação da estrutura industrial idealizada por Vargas. De acordo com o Relatório Anual de 1954 à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, o Brasil importou cerca de 947 mil toneladas de petróleo em 1945, enquanto importou 5.190.000 toneladas em 1951 e 7.782.000 toneladas em 1954.²¹⁷ O economista Pedro Zahluth Bastos defende que a conta comercial brasileira do período sofria pressões devido a duas características estruturais da economia: a primeira envolvia a dependência quase total das exportações de produtos primários, como o café; e a segunda envolvia a dependência de importações de insumos intermediários e bens de capital que não eram suficientemente produzidos em nível nacional, como máquinas e seus componentes.²¹⁸

Um conceito importante para compreender a crise cambial de 1952 são as divisas, que representam moedas de uma soberania monetária divergente do país em que se encontram, como o dólar no Brasil. As importações e os investimentos utilizam divisas adquiridas por meio de exportações ou investimentos estrangeiros no país, e seus valores dependem das operações realizadas no mercado monetário. Para adquirir divisas, é estabelecida a taxa de câmbio, que indica o valor necessário para a compra de uma moeda estrangeira em relação à moeda nacional. Segundo Sérgio Besserman Vianna, a crise foi reflexo da perda de controle sobre o comércio exterior, devido ao descompasso entre a concessão de licenças e a efetivação das importações. Além disso, houve uma crise na indústria têxtil mundial, o que resultou em uma queda nas exportações desse produto pelo Brasil, assim como uma retração em outros tipos de exportações. No mesmo período, o governo precisou comprar todo o trigo necessário para o país dos Estados Unidos, em dólares, devido à quebra na produção argentina causada por fortes

²¹⁶ *Ibid.*, p. 368.

²¹⁷ Banco do Brasil. **Relatório anual de 1954 apresentado à Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas**, 1955, p. 445, apud. *ibid.* p. 369.

²¹⁸ BASTOS, 2012, p. 370.

geadas. Isso resultou em um aumento nos gastos com fretes e na imposição de sobrepreços nas importações.²¹⁹

Devido à possibilidade de guerra, o governo Vargas flexibilizou a política de concessão de licenças de importação com o objetivo de garantir o estoque de matéria-prima, maquinário e combustível para o país. No entanto, o aumento das importações resultou em um déficit na balança comercial e, conseqüentemente, em escassez de divisas. A situação se agravou ainda mais com a queda das exportações brasileiras, uma vez que, mesmo representando uma grande parte do comércio, o café não era suficiente para suprir toda a demanda e equilibrar a balança. Como resultado, ocorreu uma crise na indústria devido à falta de divisas para a importação de matéria-prima, levando a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) a restringir a concessão de licenças.²²⁰

Em janeiro de 1953, ocorreu uma importante mudança na política cambial brasileira com a promulgação da "Lei do Câmbio Livre". Essa lei transferiu para o mercado livre diversas operações cambiais que anteriormente eram realizadas no mercado oficial, como exportações, remessas de lucros e pagamentos de serviços. Em São Paulo, foi realizada uma reunião com os industriais para discutir questões relacionadas às importações, devido ao considerável descontentamento do setor em relação à política cambial, que aumentava o custo de importação em relação ao câmbio oficial. Nessa reunião, foram discutidos temas como a escassez de divisas, a insuficiência energética para a atividade industrial em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como as greves que ocorriam na época e o impasse imposto pela CEXIM em relação à obtenção de licenças de importação. O setor industrial se organizou para solicitar apoio financeiro e cambial, com o objetivo de importar bens de capital e matérias-primas voltadas para a produção industrial. Além disso, foram formuladas recomendações, como a descentralização burocrática e regional da CEXIM, e exigências de participação na política industrial, com propostas envolvendo a importação de maquinários.²²¹

Parte das reivindicações do setor industrial influenciaram a criação da instrução n.º 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), no final de 1953. Essa instrução foi reflexo da crise cambial de 1952 e 1953 e representou uma importante mudança em relação ao sistema anterior, primeiro porque:

[...] era um sistema de restrições quantitativas que permitia um papel às 'forças de mercado' através dos leilões de divisas. Em segundo lugar, porque eliminava a

²¹⁹ VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização, 1951-1954. In: ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015, p. 125.

²²⁰ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses**. As Associações Industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 184-195.

²²¹ *Ibid.*

possibilidade de uma acumulação rápida de atrasados comerciais como em 1951-1952; o que estava sendo vendido não eram licenças de importação desvinculadas da real disponibilidade de divisas. Em terceiro lugar, porque o governo se apropriava do diferencial entre as taxas de importação – que resultavam dos leilões – e as taxas às quais os exportadores eram obrigados a converter suas cambiais.²²²

A política cambial passou por mais alterações com a criação da instrução, que estabeleceu um sistema de taxas múltiplas de câmbio com base em cinco categorias de importação. Para cada categoria de produtos, foram estabelecidas taxas específicas de câmbio, que diferiam entre si. A CEXIM foi substituída pela Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), e a distribuição de divisas passou a ocorrer por meio de leilões realizados pela Bolsa de Valores, que eram realizados em várias cidades brasileiras.²²³ Os leilões de câmbio se fundamentaram em Promessas de Venda e Compra (PVC) que, por sua vez, eram resgatados em pregão público nestas bolsas e forneciam ao importador o direito de adquirir câmbio no valor e na moeda estipulados. Ao adquirir a PVC nos leilões, o comprador poderia ir ao Banco do Brasil e após o pagamento do ágio, receber o certificado de câmbio, como também obter a licença de importação. Conforme Besserman Vianna:

De posse da PVC e da licença de importação, o comprador podia adquirir câmbio à taxa oficial em qualquer banco autorizado, no valor da operação licenciada, ficando com o direito à restituição do correspondente à diferença não utilizada. As PVC eram vendidas, em princípio, em lotes de US\$ 1 mil, US\$ 5 mil e US\$ 10 mil. Para a realização dos leilões, as importações foram classificadas em cinco categorias, de acordo com o critério de maior ou menor essencialidade. Isso terminava por ter efeito de proteção à indústria, na medida em que o surto de investimentos dos anos anteriores permitia esperar que a produção doméstica tornasse certas importações industriais menos essenciais.²²⁴

A longa introdução sobre a situação cambial brasileira do período é importante para compreender as circunstâncias que levaram ao desenvolvimento de um acordo entre o Brasil e a Suíça, intermediado pela Progrebras. Antes de abordar o acordo em si, é necessário situar a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que foi a antecessora do Banco Central do Brasil e teve envolvimento nos leilões e nas negociações com os diretores estrangeiros. A SUMOC foi criada através do Decreto-Lei n° 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, e tinha dois

²²² Conforme Malan, os recursos obtidos com os leilões não foram utilizados de forma integral para o combate à inflação. Tais recursos constituíram uma fundamental fonte da receita governamental para o financiamento da elevação do gasto público a partir de 1956, já no governo Kubitschek. As importações, sem cobertura cambial, angariavam uma média de 70% da entrada de equipamentos, máquinas e veículos entre 1956 e 1960, cf. MALAN, Pedro. **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p. 156.

²²³ LEOPOLDI, *op. cit.*, p. 200-202.

²²⁴ VIANNA, Sérgio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987, p. 104. A Instrução n.º 70 vigorou até o ano de 1961, sobre os resultados da reforma cambial no governo Vargas, cf. *Ibid.*

objetivos principais na época de seu lançamento. O primeiro objetivo era coordenar as políticas monetárias e creditícias nacionais, enquanto o segundo objetivo era representar o Brasil no mercado financeiro internacional do pós-guerra, que até então era dominado pelos Estados Unidos. Seu conselho era composto pelo Ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco do Brasil. Durante a década de 1950, a SUMOC controlou a expansão de empréstimos do Banco do Brasil aos setores público e privado. No mesmo período, adotou o sistema de taxas múltiplas e leilões cambiais a partir da Instrução nº 70, de outubro de 1953. Essas medidas desempenharam um papel importante na política cambial e no comércio nacional brasileiro.²²⁵

A Progrebras foi fundada como uma sociedade com sede em Basileia, Suíça. Seu objetivo, de acordo com o Art. 2 de seu estatuto, era contribuir para a promoção do desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil, por meio da criação de colônias agrícolas. A instituição era composta por uma assembleia geral, um conselho de administração e um órgão de controle. Para viabilizar a criação de uma empresa como a Progrebras, era necessário que potenciais acionistas investissem na empresa. Nesse contexto, Vayda e Bertholet utilizaram uma lista com nomes de pessoas envolvidas em exportações agrícolas suíças para a comunidade suábica no Paraná. Essa estratégia permitiu angariar investidores interessados em apoiar as atividades da Progrebras e impulsionar o desenvolvimento agrícola e industrial no Brasil. A intenção era comunicar possíveis interessados que já tivessem exportado mercadorias para o Brasil:

Como sabemos, você está muito interessado em intensificar suas exportações para o Brasil, mas você e nós também estamos cientes das dificuldades que enfrentam as exportações suíças em função da situação cambial no Brasil. Esta situação difícil não surgiu recentemente, mas existe há anos. Sem adentrar nas razões econômicas desta situação, gostaríamos de salientar que no início de 1951, em cooperação com a Ajuda Suíça à Europa, conseguimos, no entanto, chegar a um acordo com o Banco do Brasil, segundo o qual mercadorias suíças no valor de 31 milhões de francos suíços foram excepcionalmente aprovadas para importação. Você também participou das entregas sob este contrato e, até onde nos foi informado, está satisfeito com a realização e os pagamentos do Banco do Brasil que estão chegando dentro do prazo (tradução nossa).²²⁶

²²⁵ LAGO, Pedro Aranha Corrêa. **A SUMOC como embrião do Banco Central**: sua influência na condução da política econômica 1945-1965. Rio de Janeiro, PUC, 1982. 226p. Dissertação (Mestrado) PUC-Rio, Depto de Economia, Rio de Janeiro, 1982.

²²⁶ *“Wie wir wissen, sind Sie an der Intensivierung Ihrer Exporte nach Brasilien sehr interessiert, jedoch sind Ihnen und uns auch die allgemeinen Schwierigkeiten, welchen die Schweizer-Exporte infolge der Devisenlage in Brasilien begegnen, bekannt. Diese schwierige Lage ist nicht erst kürzlich entstanden, sondern existiert schon seit Jahren. Ohne die wirtschaftlichen Gründe dieser Situation zu untersuchen, möchten wir auf die Tatsache hinweisen, dass es uns anfangs 1951 in Zusammenarbeit mit der Schweizer Europahilfe trotzdem gelungen ist, mit dem Banco do Brasil ein Abkommen zu treffen, wonach im Werte von 31 Millionen Schweizerfranken Waren schweizerischer Provenienz ausnahmsweise zur Einfuhr zugelassen worden ist. Sie haben sich auch an den Lieferungen im Rahmen dieses Abkommens beteiligt und soweit wir orientiert sind, sind Sie mit der Abwicklung zufrieden und die Zahlungen des Banco do Brasil laufen termingemäss ein.”* In: BERTHOLET, René; VAYDA, Janos. **[Correspondência]**. 3 nov. 1952, Basileia [para] potenciais acionistas, Suíça, 2f. Informa sobre a criação da Progrebras e convida empresas a participarem do plano de colonização no Brasil.

A carta menciona que as negociações da Progrebras com as autoridades brasileiras, com o objetivo de elaborar um plano semelhante ao de 1951, estavam progredindo bem. Com otimismo, os líderes escreveram que os pré-requisitos para a realização de planos de colonização no Brasil eram muito mais favoráveis do que em 1951, por duas razões. A primeira razão era que o governo brasileiro estava disposto a oferecer terras com o intuito de desenvolver a economia agrícola, e a segunda envolvia o Comitê Intergovernamental Provisório para a Migração Europeia (PICMME), que estava disposto a pagar as passagens dos colonos.²²⁷ Dessa forma, somente caberia à Progrebras cobrir eventuais necessidades adicionais através de contribuições.

Figura 13 - Getúlio Vargas recebe membros da *Schweizer Europahilfe* no Palácio do Catete - 07.07.1951.



Fonte: Arquivo Nacional do Brasil

Bertholet e Vayda enfatizaram que o propósito da empresa não era realizar negócios de exportação e importação, mas sim se tornar um órgão central para a promoção de acordos nos campos da emigração e colonização. Dessa forma, as atividades da empresa estariam focadas no planejamento, facilitação e processamento técnico de contratos de exportação e importação. Portanto, a Progrebras seria uma prestadora de serviços.²²⁸

²²⁷ Criado em 1951, por iniciativa dos Estados Unidos e da Bélgica, o Comitê *intergouvernemental provisoire pour les mouvements migratoires d'Europe* (PICMME) organizou o atendimento e a realocação de mais de 400.000 refugiados, deslocados e migrantes da Europa para outros continentes, cf. **ONU Migration**. Disponível em: <https://www.iom.int/>. Acesso em 04 de set. de 2022.

²²⁸ *Ibid.*

Não achamos errado que você tenha um grande interesse na conclusão de tais acordos e nos permita apresentar a você uma minuta dos estatutos e convidá-lo a ingressar nesta empresa subscrevendo algumas ações. Nós mesmos subscrevemos a maior parte do capital social e, portanto, arcaremos com o peso do risco, enquanto sua participação representa apenas uma modesta divisão de risco. [...] Para sua orientação, informamos que a Embaixada do Brasil em Berna, em particular o Sr. Ex. Ministro Francisco D'Alamo Lousada, está bem informado sobre a fundação da empresa e o propósito que perseguimos (tradução nossa).²²⁹

Carl Anderes, René Bertholet, Ernst Jost, Rudolf Leupold e János Vayda assumiram o cargo de principais acionistas, em uma lista de 36 empresas que participariam dos trâmites para exportação de produtos suíços ao Brasil. Leupold foi nomeado presidente do Conselho de Administração, enquanto Bertholet e Vayda se tornaram delegados da filial da empresa no Brasil, a Companhia Progresso Rural (CPR), fundada pelos dois.²³⁰ A CPR lançou seu guia de instruções com base na resolução do Conselho da SUMOC, de 5 de novembro de 1953.

A Companhia Progresso Rural (Rio de Janeiro) em colaboração com a Progrebras S.A (Basileia, Suíça), receberam o encargo de instalar três colônias agrícolas, sendo uma no Estado de Paraná, uma no Estado do Rio e uma no Estado de Alagoas, para o total de 870 famílias (cerca de 4.500 pessoas). Os meios financeiros para a instalação das colônias referidas serão criados, no sentido das disposições da Instrução n. 70, da SUMOC, sobre financiamento da produção agrícola, a longo prazo e juros baixos, através da reserva de uma parte dos ágios que serão pagos pelos importadores de mercadorias de origem suíça.²³¹

A participação de importadores era permitida, desde que seus fornecedores suíços tivessem assegurado o crédito nas condições estipuladas pela SUMOC. Essas condições consistiam na transferência dos francos suíços um ano após a inscrição em conta gráfica, em seis parcelas mensais. Além disso, o ágio por franco suíço era determinado com base nas mercadorias e suas categorias, levando em consideração as necessidades dos orçamentos das colônias agrícolas. O valor desses ágios deveria ser comunicado à Carteira de Câmbio do Banco do Brasil (CEXIM) pela CPR, garantindo que o importador já tivesse obtido o crédito na Suíça.²³² Assim, depois da comunicação da CPR, a emissão da Promessa de Venda de Câmbio

²²⁹ Os interessados em constituir o rol de acionistas, deveriam enviar 50% das ações para uma conta de pagamento vinculada ao Banco Suíço. *“Wir glauben nicht fehl zu gehen, dass Sie ein grosses Interesse am Zustandekommen derartiger Abkommen haben und erlauben uns, Ihnen hier beiliegend einen Entwurf der Statuten zu überreichen und Sie einzuladen, durch die Zeichnung von einigen wenigen Aktien dieser Gesellschaft beizutreten. Die Mehrheit des Aktienkapitals werden wir selbst zeichnen und tragen so die Hauptlast des Risikos, während Ihr Beitritt nur eine bescheidene Risikoteilung bedeutet. [...] Zu Ihrer Orientierung teilen wir noch mit, dass über die Gründung der Gesellschaft, sowie den von uns verfolgten Zweck die Brasilianische Gesandtschaft Bern, insbesondere S.Ex.Minister Francisco D'Alamo Lousada bestens informiert ist.”* In: *Ibid.*

²³⁰ BERTHOLET, René; VAYDA, Janos. [Correspondência]. 19 nov. 1952, Basileia [para] acionistas da Progrebras, Suíça, 2f. Informa sobre os integrantes do Conselho e as empresas que participarão das exportações.

²³¹ COMPANHIA PROGRESSO RURAL (Rio de Janeiro). **Instrução nº 01, de 14 de dezembro de 1953.** Determina instruções sobre a participação nas importações da Suíça, relacionadas com o financiamento de colônias agrícolas no Brasil. Rio de Janeiro, p. 01-05, 14 dez. 1953.

²³² A criação da Cia. Progresso Rural ocorreu no período de transição de atividades da CEXIM para CACEX.

era feita pela CEXIM em nome do importador e em francos suíços. Por determinação, cada licença possuía os dizeres:

Importação da Suíça destinada ao financiamento do Plano Nacional de Colonização (Resolução do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 5-11-53). A cobertura em moeda estrangeira será feita, sem juros, em seis parcelas mensais e iguais, a partir de 1 (um) ano após o registro do crédito em 'conta gráfica'.²³³

Após esses procedimentos, a coleta dos ágios para a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil era realizada em uma única vez, porém em duas parcelas distintas. A primeira parcela correspondia a Cr\$ 1,70 por franco suíço (naquela época, Cr\$ 7,00 equivaliam a um dólar, conforme a taxa de câmbio estabelecida pela Carteira de Câmbio) e era depositada na conta "Compra e Venda de Produtos Exportáveis". A segunda parcela representava o restante do ágio total fixado e era destinada a um fundo chamado "Fundo para execução do Plano Nacional de Colonização - Companhia Progresso Rural". Essa última parcela angariava recursos para financiar a instalação das colônias agrícolas.

Se comprovado e liquidado o pagamento do ágio, a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil emitirá o chamado 'documento de promessa de câmbio', com base no qual a CEXIM concederá as licenças de importação necessárias. Estas licenças são emitidas por um período de um ano. No entanto, caso ocorram atrasos devido à fabricação ou atrasos na entrega, essas licenças serão estendidas de acordo (tradução nossa).²³⁴

Quando as licenças eram emitidas pela CEXIM, a segunda cópia permanecia na CPR e era enviada à sede da Progrebras em Basiléia. Lá, o conselho da empresa encaminhava o documento para os exportadores suíços, permitindo que eles enviassem seus produtos para o Brasil. O pagamento da fatura era feito pelo importador após a conclusão da importação. O importador era responsável por fornecer a fatura comercial, a fatura consular, o despacho alfandegário, a licença de importação e o certificado de origem à fiscalização bancária, que então autorizava a liquidação da transação cambial na conta gráfica. O dinheiro creditado na conta gráfica permanecia no Banco do Brasil por um ano, contabilizado em francos suíços em favor do fornecedor.²³⁵

Os importadores têm que pagar total e antecipadamente os custos em cruzeiros para financiar os seguintes 3 projetos de imigração: a. Lapa; b. Baixada Fluminense; c. Alagoas. O valor mínimo que deve ser arrecadado para essas colônias é de 300 milhões de cruzeiros, o que corresponde a um ágio de 20 cruzeiros por dólar. O projeto

²³³ *Ibid.*

²³⁴ “Wenn die Einzahlung des Agios nachgewiesen und geregelt ist, wird die Carteira de Câmbio des Banco do Brasil ein sogenanntes "documento de promessa de câmbio" abstellen, auf Grund von welchen dann die Cexim die notwendigen Einfuhrlizenzen gewährt. Diese Lizenzen werden auf die Dauer eines Jahres ausgestellt. Sollten jedoch durch die Fabrikation oder durch Verzögerungen bei der Lieferung Verspätungen eintreten, so sollen diese Lizenzen entsprechend verlängert werden.” In: *Ibid.*

²³⁵ Superintendência da Moeda e do Crédito. **Ofício nº 325/53-G**. Rio de Janeiro, SUMOC: 11 nov. 1953.

foi inicialmente calculado com base em dólares e as licenças de importação foram prometidas no valor de 15 milhões de dólares (tradução nossa).²³⁶

A SUMOC emitiu licenças no valor de 34,5 milhões de francos suíços para diversas categorias de mercadorias suíças. Essas licenças seriam pagas pelo Banco do Brasil em seis parcelas mensais, sem juros, a partir do primeiro ano da conclusão da importação. O objetivo era que essas negociações gerassem aproximadamente 300 milhões de cruzeiros em ágios para diversos projetos de imigração. Em um memorando de 1953, um cônsul suíço no Brasil descreveu uma das reuniões com Vayda:

Durante a conversa, procurei saber mais sobre o uso da taxa de 1 cruzeiro por dólar, que os importadores têm que pagar. Foi-me explicado que esses valores vão para a Companhia Progresso Rural (da qual Levy Miranda é presidente). Esta sociedade usaria os fundos para fins de estudo e ajuda. [...] Dr. Vayda me explicou ainda que, claro, algumas personalidades que contribuíram para a realização do plano deveriam receber bônus. Quando perguntei sobre o papel do genro de Oswaldo Aranha nesse negócio, me asseguraram que ele, como gerente do Banco do Desenvolvimento Econômico (do qual ainda não havia disponibilizado crédito para os projetos de colonização), estava ativamente envolvido na realização do último plano sem ter interesse financeiro sob qualquer forma (tradução nossa).²³⁷

A velocidade surpreendente com que a SUMOC tomou uma decisão favorável à aprovação dos planos de colonização foi algo inesperado para os cônsules suíços no Brasil. Parte dessa agilidade foi atribuída à experiência prévia na imigração com os suábios danubianos, enquanto outra parte foi creditada ao papel desempenhado por Oswaldo Aranha, na época Ministro da Fazenda no Brasil. No entanto, alguns elementos sobre a rapidez das negociações podem ser observados através de algumas relações: inicialmente, os delegados Vayda e Bertholet nomearam o advogado e político brasileiro Raphael Levy Miranda como presidente da Companhia Progresso Rural. Raphael Levy Miranda era reconhecido no meio político por suas atividades beneficentes, como a construção de um abrigo para mendigos em

²³⁶ “Die Importeure müssen insgesamt und vornherein die Kosten in Cruzeiros aufbringen, um die folgenden 3 Einwanderungs-Projekte zu finanzieren: a. Lapa b. Baixada Fluminense c. Alagoas. Der Mindestbetrag, der für diese Kolonien aufgebracht werden muss, beläuft sich auf 300 Mio. Cruzeiros, was einem Agio von 20 Cruzeiros per Dollar entspricht. Das Projekt wurde ursprünglich auf Dollar-Basis berechnet und die Einfuhrlizenzen für einen Betrag von 15 Mio Dollars versprochen.” In: PROGREBRAS. [Correspondência]. 18 nov. 1953, Basiléia [para] Ministro Suíço, 5f. Informa sobre o encaminhamento das negociações.

²³⁷ “Anlässlich der Unterredung habe ich versucht, speziell auch über die Verwendung der Abgabe in der Höhe von 1 Cruzeiro pro Dollar, welche die Importeure zu leisten haben, etwas näheres in Erfahrung zu bringen. Es wurde mir erklärt, dass diese Beträge an die Companhia Progresso Rural (deren Präsident Levi Miranda ist) fallen. [...] Herr Dr. Vayda erklärte mir weiter, dass natürlich einige Persönlichkeiten, die zur Verwirklichung des Planes beigetragen haben, Gratifikationen erhalten sollten. Auf meine Frage ueber die Rolle des Schwiegersohnes von Oswaldo Aranha in diesem Geschäft wurde mir versichert, dass dieser, als Garant des Banco do Desenvolvimento Econômico (von dem ein Krödit fuer die Kolonisationsprojekte noch nicht erhaeltlich war) sich aktiv für die Verwirklichung des neuesten Planes eingesetzt habe, ohne aber finanziell irgendwie daran interessiert zu sein.” In: Legação Suíça no Brasil. [Memorando]. 1f, Rio de Janeiro: 04 dez. 1953. Aborda a reunião do cônsul com János Vayda.

1936 na Bahia, o Patronato Agrícola de Sacra Família e a Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas, na cidade de Santa Cruz, ambos localizados no Rio de Janeiro.²³⁸ Além da popularidade de Raphael, um dos genros de Oswaldo Aranha, então ministro da Fazenda, era gerente do Banco de Desenvolvimento Econômico. Tal instituição era presidida por Valder Lima Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas, casado com uma sobrinha do ministro suíço Rédard que por muitos anos representou a Suíça no Brasil.

Conforme a notícia sobre os leilões da CPR se espalhava, a popularidade da companhia aumentava tanto no Brasil quanto na Suíça. Rudolf Ernst, presidente do Banco Nacional Suíço, solicitou informações sobre o plano de colonização no Brasil ao embaixador suíço do Rio de Janeiro, Edouard Feer, em dezembro de 1953.

Quanto à Companhia Progresso Rural, trata-se de uma nova instituição quase-governamental, muito ligada ao Banco de Desenvolvimento Econômico. O presidente da Companhia Progresso Rural é o respeitado advogado e político brasileiro Raphael Levy Miranda, que se destacou principalmente por meio de suas atividades beneficentes. Amigos suíços que conhecem há anos o Sr. Levy Miranda, que apesar do nome diz não ser descendente de judeus, o descrevem como totalmente sério e confiável. O genro de Oswaldo Aranha desempenha um papel fundamental no Banco de Desenvolvimento Econômico. Assim, enquanto Aranha permanecer como ministro da Fazenda e seu genro estiver intimamente envolvido na transação em discussão, há pouco a temer que o governo coloque dificuldades no projeto (tradução nossa).²³⁹

Em resposta, Ernst menciona que o novo plano representaria um elemento construtivo nas relações de comércio exterior da Suíça, portanto, ele se comprometeria a fazer esforços para facilitar permanentemente o intercâmbio de mercadorias com o Brasil.

Muito obrigado pelo seu tratamento extremamente rápido do caso do Dr. János Vayda e René Bertholet. Tenho vergonha de lhe ter pedido para fazer este trabalho antes das férias, mas estava um pouco sob pressão porque o sr. Bertholet queria entrar em contato com o nosso banco nos primeiros dias do novo ano para arranjar

²³⁸ Em 1958, Raphael Levy Miranda já não mais aparece como diretor-presidente da Cia. Progresso Rural, mas sim Jefferson de Aguiar. Jefferson foi um advogado, consultor do Banco de Crédito Agrícola e senador no Espírito Santo. A companhia também contou com a atuação de outros dois diretores, Ignácio de Aragão e Artur Hehl Neiva, além do diretor-superintendente János Vayda que se manteve no cargo ao longo dos anos. Hehl Neiva é um conhecido advogado envolvido com as políticas imigratórias brasileiras entre os anos 1930 e 1950, cf. Balanço Geral da Cia. Progresso Rural. **Relatório da Diretoria**. Rio de Janeiro: 31 de dezembro de 1957. Raphael Levy Miranda renunciou ao cargo de diretor em 15 de janeiro de 1958, por motivo de doença, cf. Divisão de Registro do Comércio - Proc. n° 05.890/58.

²³⁹ Feer menciona na carta que Vayda tornou-se o conselheiro permanente do Conselho de Imigração e Colonização (INIC), cuja relação com o diretor foi definida como “muito íntima” por parte do ministro. *“Was die Companhia Progresso Rural betrifft, so ist dieselbe eine neue, sozusagen halbstaatliche Institution, die sehr eng mit dem ‘Banco do Desenvolvimento Econômico’ zusammenhängt. Präsident der Companhia Progresso Rural ist der sehr geachtete brasilianische Jurist und Politiker Raphael Levy Miranda, der sich hauptsächlich durch seine wohltätigen Aktionen einen guten Namen gemacht hat. Schweizer Freunde von mir, die Herrn Levy Miranda, der trotz seinem Namen nicht juediger Abstammung sein soll, seit Jahren kennen, bezeichnen ihn als durchaus serioes und zuverlässig im Banco do Desenvolvimento Econômico spielt der Schwiegersohn von Oswaldo Aranha eine maßgebende Rolle. Solange also Aranha Finanzminister bleibt und sein Schwiegersohn eng mit der hier besprochenen Transaktion in Fühlung steht, wird man wohl kaum befürchten müssen, dass dem Projekt vonseiten der Regierung Schwierigkeiten in den Weg gelegt werden.”* In: FEER, Edouard. [Correspondência]. 18 dez. 1953, Rio de Janeiro [para] Rudolf Ernst, 7f.

financiamento à exportação. Portanto, foi importante para mim saber de antemão como é julgada a situação atual desses dois senhores no Rio, mas principalmente por você (tradução nossa).²⁴⁰

Poucas semanas após a carta de Ernst, o jornal "O Estado de São Paulo" publicou uma notícia com o título "Transações abusivas com a Suíça: sob o pretexto de estimular a imigração, foram concedidos privilégios injustificáveis", o que incomodou os envolvidos nos trâmites dos leilões.

Círculos comerciais desta Capital mostram-se irritados diante de concessões abusivas que acabam de ser concedidas a um número restrito de firmas locais que importaram produtos suíços. Sob o pretexto de favorecer a imigração de um número limitado de deslocados que vivem atualmente na Alemanha Ocidental, aquelas firmas conseguiram de nosso governo o direito de adquirir, para a importação de produtos pertencentes às categorias 4 e 5 e dólares com o ágio a apenas Cr\$ 30,00. Trata-se de grandes quantidades de mercadorias e, por isso, de uma transação cambial de vulto, que proporcionará àquelas poucas firmas um verdadeiro monopólio com lucros fantásticos, em detrimento da economia nacional e da grande maioria das casas importadoras.²⁴¹

Um dia depois da publicação da notícia, Marianne, secretária do cônsul do Rio de Janeiro, recebeu uma ligação do Sr. Dolder. Dolder, então presidente da Câmara Suíça do Comércio em São Paulo, telefonou por volta das 12:00 com o objetivo de falar com o diplomata Jacques Ruedi. Nas anotações de Marianne, Dolder informou que o "Estado de São Paulo" havia iniciado uma campanha contra a Progrebras ao publicar informações errôneas sobre a empresa, e solicitou que o diplomata retornasse a ligação até as 17:00 daquele dia.²⁴² Na manhã seguinte, uma nova publicação com a matéria "O monopólio da venda de francos suíços concedido a uma empresa privada" em sua capa: "Vejam agora a circular a que acima nos referimos, e que se intitula "instrução", como se as duas firmas fossem órgãos oficiais. Entretanto, a leitura convencerá os nossos leitores de que os poderes a elas atribuídos são mesmo quase governamentais."²⁴³ A matéria prossegue com 10 pontos a serem questionados sobre as negociações entre a companhia e a SUMOC, dentre eles: a falta da consulta à opinião pública sobre a transação, o monopólio da empresa sobre as vendas suíças e o comprometimento dos interesses de outros credores suíços, muitos dos quais, no dia em que a SUMOC aprovou a

²⁴⁰ "Für Ihre überaus prompte Behandlung der Angelegenheit Dr. Jan Vayda und René Bertholet danke ich Ihnen recht herzlich. Ich bin beschämt, Ihnen vor den Festtagen noch diese Arbeit zugemutet zu haben, stand aber etwas unter Zwang, indem Herr Bertholet sich in den ersten Tagen des neuen Jahres mit unserer Bank zwecks Finanzierung der Exporte in Verbindung setzen will. Es war mir deshalb daran gelegen, noch vorher zu erfahren, wie das heutige Standing dieser beiden Herren in Rio, insbesondere aber von Ihnen beurteilt wird." ERNST, Rudolf. [Correspondência]. 29 dez. 1953, Rio de Janeiro [para] Edouard Feer, 2f.

²⁴¹ Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 21 jan. 1954, p. 03.

²⁴² Registro de telefonemas - Jacques Ruedi, 22 jan. 1954.

²⁴³ Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 23 jan. 1954, p. 02.

transação, já vinham esperando há mais de um ano pelo seu dinheiro. A matéria se encerra com mais uma acusação:

[...] o adido comercial da Legação Suíça do Rio de Janeiro, que contribuiu para a conclusão da nova transação, acaba de deixar o serviço público suíço, para se tornar empregado daquele grupo. [...] A circular que transcrevemos é redigida de forma tão vaga e capciosa, que sugere também outras dúvidas, mas esperamos que as autoridades federais esclareçam pelo menos desde já as que levantamos. Evidentemente, o caso que revelamos nem de longe compromete o prestígio da Suíça, país que sempre primou pela lisura na orientação de suas relações comerciais com os países estrangeiros em geral e com o nosso país em especial, nem pode afetar o bom nome do comércio suíço, com sua secular tradição de honorabilidade.²⁴⁴

No dia seguinte, uma nova publicação foi feita pelo jornal "O Estado de São Paulo". Nessa publicação, o jornal considerou que a Instrução n.º 70 apresentava graves defeitos, como o confisco cambial e a livre disposição dos lucros resultantes dos leilões monetários, sem qualquer fiscalização parlamentar. Ainda que, a princípio, tais lucros fossem destinados à modernização das lavouras no país, o jornal aponta que não havia nenhuma segurança sobre eventual "desvio para fins eleitorais, partidários ou de mero interesse regional".²⁴⁵ A matéria cita que a Cia. Progresso Rural teve o privilégio de ser a única empresa a receber da SUMOC a autorização de venda de francos suíços para fins de exportação, o que a tornou a "dona" de um importante setor do mercado cambial. Não só isso, também foi a única a conseguir do governo a garantia contra os riscos de uma eventual modificação da taxa cambial: "Nesse caso, em benefício da Cia. Progresso Rural, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito abandonou o princípio que costuma orientar suas atividades - a de sua essencialidade."²⁴⁶

Enquanto as publicações do "O Estado de São Paulo" repercutiam entre Brasil e Suíça, uma semana depois, Bertholet e Vayda entraram em contato com a Divisão Suíça do Comércio e da Indústria, solicitando a intervenção do Ministério da Fazenda para remover as dificuldades surgidas na execução do plano. Até aquele momento, as licenças de importação previstas não haviam sido emitidas, e os Estados Unidos e a Alemanha mostraram-se contrários à execução do plano, alegando que essa negociação se constituiria como um monopólio brasileiro para exportações suíças durante o período. Por algum motivo, a Divisão do Comércio não tinha conhecimento sobre tal projeto e enviou uma carta ao cônsul do Brasil para averiguar o caso:

A Progrebras nunca nos deu nenhuma informação sobre esta operação. Ela só falou conosco nos últimos dias, verbalmente, para obter nosso apoio. [...] Embora não tenhamos sido consultados sobre o estabelecimento e execução deste caso, aliás puramente privado, estamos dispostos a examinar se algo deve ser feito através dos

²⁴⁴ *Ibid.*

²⁴⁵ Jornal **O Estado de São Paulo**. São Paulo: 24 jan. 1954, p. 03

²⁴⁶ *Ibid.*

canais oficiais para contribuir para a resolução das dificuldades encontradas (tradução nossa).²⁴⁷

O ministro suíço Edouard Feer, ao tomar conhecimento das publicações, entrou em contato com Vayda e solicitou que as informações fossem repassadas à Câmara do Comércio da Suíça em São Paulo, a fim de prestar esclarecimentos e solicitar uma retificação das informações. Vayda, então, elaborou um relatório contendo os esclarecimentos da companhia, que foi apresentado à Câmara para aprovação. Além disso, ele solicitou ao jornal uma retratação das informações divulgadas.²⁴⁸

Enquanto isso, o ministro Osvaldo Aranha tomou conhecimento das matérias, o que "provocou enérgico protesto por parte do Senhor Ministro da Fazenda" e o levou a um telefonema para Feer. Aranha em sua ligação, solicitou esclarecimentos e pediu uma nova publicação para retratação das acusações do jornal. No mesmo dia, devido a uma nova edição do "O Estado de São Paulo", o Ministro da Fazenda também recebeu mais um ofício esclarecendo que a matéria incriminada foi "baseada em interpretação errônea, por parte do Sr. Heller, das informações fornecidas pelo Sr. Dolder." Em detrimento das publicações do jornal e sua repercussão na época, Feer encaminhou uma carta resposta a Aranha, após tomar informações prévias de Vayda:

Conforme pude verificar, as publicações de 'O Estado de São Paulo' baseiam-se parcialmente em informações errôneas e parcialmente em mal entendidos. Uma pessoa estreitamente ligada à Câmara de Comércio da Suíça em São Paulo, desejando com muito zelo retificar as informações inexatas que apareceram no primeiro artigo, infelizmente contribuiu para aumentar a confusão. O Sr. Mesquita, diretor de 'O Estado de São Paulo', parece, por sua vez, ter sido induzido em erro pelas declarações do redator dos artigos, o qual misturou as explicações do representante da Câmara de Comércio da Suíça com as informações inexatas dadas ao jornal. Como resultado tivemos as publicações que Vossa Excelência conhece e que representam um ataque injusto e uma difamação da política seguida pela SUMOC.²⁴⁹

Ao final da carta para Aranha, Feer escreveu: "Espero que deste modo o mais lamentável incidente possa ser dado por encerrado e que desde já não existam obstáculos à execução desse acordo, tão importante não somente para a agricultura brasileira, mas também

²⁴⁷ "Progrebras ne nous a jamais donné la moindre information au sujet de cette opération. Elle ne s'est adressée à nous que ces derniers jours, verbalement, pour avoir notre appui. [...] Bien que nous n'ayons pas été consultés quant à la mise sur pied et à l'exécution de cette affaire, d'ailleurs purement privée, nous sommes disposés à examiner s'il convient de faire quelque chose par la voie officielle pour contribuer à écarter les difficultés rencontrées.", cf. STOPPER, E. [Correspondência]. 02 fev. 1954, Zurique [para] Legação Suíça no Rio de Janeiro, 2f.

²⁴⁸ As reverberações das publicações chegaram a São Paulo. Empresas, como a "Eternit do Brasil Cimento Amianto S/A" de Osasco, contactaram o consulado para averiguar se os contratos ainda se cumpririam, cf. Consulado Suíço de São Paulo [Correspondência]. 11 fev. 1954, Rio de Janeiro [para] Legação Suíça no Rio de Janeiro, 1f.

²⁴⁹ FEER, E. [Correspondência]. 03 fev. 1954, Zurique [para] Osvaldo Aranha, Rio de Janeiro, 2f.

para o intercâmbio comercial entre o Brasil e meu país.”²⁵⁰ Entre protestos, acusações e explicações, uma reunião teve que ser marcada com os funcionários da Câmara do Comércio. Durante a reunião, o Dr. Ruedi fez uma exposição do caso, na qual ficou evidente que o primeiro dos artigos incriminados parecia ter sido baseado em informações investigadas por Sr. Heller, um colaborador do jornal e irmão do Cônsul da Áustria em São Paulo. Ao ler as notícias, o Sr. Dolder, presidente da câmara, considerou fornecer a Heller dados retificativos com base em um exemplar da circular enviada pela Progresso Rural para as empresas possivelmente interessadas nos planos de transação. De acordo com a ata de reunião, os "dados, todavia, foram reproduzidos com novas inexatidões e com comentários do Sr. Heller, criticando a atitude das autoridades brasileiras competentes, e solicitando tais esclarecimentos”.²⁵¹ Na ata, o conselho sugeriu que se deveria fazer de tudo para que o caso caísse o mais breve possível do esquecimento, para não prejudicar o processamento da transação e evitar consequências possíveis em relação à conversibilidade do dólar para compras na Suíça.²⁵²

Era 03 de fevereiro, quando o “O Estado de São Paulo” publicou uma retratação na qual Bertholet e Vayda esclareceram todos os pontos de inconsistência mencionados pelo volume anterior. Nela, mencionaram que as três fazendas seriam formadas por 70% de agricultores estrangeiros e 30% por nacionais, cujas nacionalidades seriam determinadas previamente por autoridades federais de imigração (total de 870 famílias, cerca de 4350 pessoas distribuídas no Rio de Janeiro, Paraná e Alagoas). Mencionaram que para a conclusão de um grande projeto de modernização agrícola foi aprovado um esquema de importações de mercadorias de origem e procedência suíças limitados a 64,5 milhões de francos suíços, cujos ágios, excluída a parcela para bonificação dos exportadores, seriam destinadas sob forma de financiamento direto ao colono, porém reembolsável e com juros determinados pelo Plano Nacional de Colonização.

A matéria prossegue apontando que os ágios seriam recolhidos diretamente pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, e a Cia. Progresso Rural, então empresa base, lidaria somente com a instalação das colônias. No documento, Bertholet e Vayda negam que utilizariam livremente os fundos destinados à colonização, assim como argumentam que a CPR não possuía monopólio sobre os leilões, visto que as mercadorias poderiam ser adquiridas fora do esquema de colonização, desde que os seus fornecedores na Suíça tivessem assegurado o crédito dentro do prazo.

²⁵⁰ *Ibid.*

²⁵¹ **Protocolo da Reunião Extra-Oficial da Câmara de Comércio Suíça do Brasil.** Rio de Janeiro: 04 de fevereiro de 1954. Estavam presentes Dr. Jacques Ruedi, diplomata e Conselheiro Comercial da Legação da Suíça, e os senhores P. Visinand, E. Egg, F. Huber, G.A. Baumann, H. Früsch, N. Mueller, G. Schwegler e G. Perrollaz.

²⁵² *Ibid.*

Sobre o adido comercial do consulado, os diretores da CPR se defenderam afirmando que a dispensa do adido ocorreu por decisão do Ministério dos Negócios Estrangeiros do seu país e foi admitido posteriormente pela Progrebras que possuía uma vaga aberta. A análise de todos estes esclarecimentos evidencia, insofismavelmente, que, na autorização da instalação de colônias agrícolas no Brasil, com fundos provenientes dos ágios de importação de mercadorias suíças, as autoridades monetárias do país não concederam favores injustificáveis, não violaram, pois, nem feriram princípios éticos de qualquer natureza. Ao contrário, considera-se como maior oportunidade e interesse para o país a transação autorizada que, de um lado, possibilitou a aquisição de mercadorias de origem suíça, da 1.a, 2.a, 3.a e 4.a categorias, por conseguinte de reconhecida essencialidade, mediante um financiamento de 18 meses, e de outro lado propiciou a formação de núcleos de produção agrícola, especialmente de cereais, de cuja falta tanto se ressentia a economia brasileira, através da execução do Plano Nacional de Colonização.²⁵³

Figura 14 - Formulário de comunicação dos produtos importados a ser encaminhado para a Carteira de Câmbio (Banco do Brasil).

COMPANHIA PROGRESSO RURAL
 Avenida Franklin Roosevelt, 194 - grupo 807
 Caixa Postal 1007 -- Telegramas: «Valoragro»
 Telefone: 32-8491
 Rio de Janeiro

*

Rio de Janeiro,

Banco do Brasil S. A.
Carteira de Câmbio
Nesta

N.º..... / 195....

Ref.: Importações da Suíça vinculadas ao financiamento do Plano Nacional de Colonização (Resolução do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 5-11-53).

Senhor Gerente.

Para efeito do estipulado nos itens ns. 2, 3, 4, e 8, do ofício dirigido pela Superintendência da Moeda e do Crédito a esta COMPANHIA e à PROGREBRAS S. A. (Bâle), em 11 de novembro de 1953, sob n.º 325/53-G, contendo as normas para execução do plano de instalação de três colônias agrícolas, vimos comunicar a V. S. que a firma abaixo mencionada ajustou a sua participação do esquema, mediante as condições a seguir especificadas, pelo que solicitamos seja emitida, a favor da mesma, a respectiva promessa de venda de câmbio:

a) nome e endereço do importador:

b) categoria das mercadorias:

c) valor CIF da importação Sw. Fr.

d) contribuição (ágio) global por Sw. Fr. : Cr\$

e) contribuição global em cruzeiros: Cr\$

f) parcela da contribuição global destinada a crédito na conta "COMPRA E VENDA DE PRODUTOS EXPORTÁVEIS" Cr\$

g) parcela da contribuição global a ser creditada à conta especial "FUNDO PARA EXECUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO — COMPANHIA PROGRESSO RURAL": Cr\$

Total da contribuição Cr\$

Em cumprimento, ainda, às mesmas instruções, declaramos, sob nossa inteira responsabilidade, que a firma importadora em causa já tem assegurado, na Suíça, o crédito respectivo, dentro das condições estipuladas no item 1 do ofício acima citado, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Apresentamos a V. S. nossos protestos de elevada estima e consideração.

COMPANHIA PROGRESSO RURAL

Fonte: Arquivo Federal Suíço.

²⁵³ Jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: 03 fev. 1954, p. 09.

No momento das publicações, alguns trâmites já estavam realizados: o "*Bureau pour la garantie contre les risques à l'exportation*" havia concedido a garantia para assegurar os créditos necessários das tramitações em favor dos exportadores; O Conselho Federal (Poder Executivo da Suíça) ratificou a mesma decisão e os exportadores já estavam confirmando pedidos e fabricando os produtos a serem enviados ao Brasil; o Conselho de Imigração e Colonização já havia informado à Companhia Progresso Rural que esta estava autorizada a tomar providências necessárias junto às autoridades brasileiras e encaminhar negociações com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias;²⁵⁴ O mesmo conselho havia, também, entrado em contato com os governos da Alemanha, Holanda e Itália, para a seleção e embarque de imigrantes agricultores, enquanto o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias havia tomado providências para assegurar o transporte de 870 famílias de imigrantes; A Companhia Progresso Rural havia solicitado isenção de impostos de transmissão para a aquisição das terras destinadas à colonização junto aos governos dos Estados do Paraná, Rio de Janeiro e Alagoas.²⁵⁵

À medida que tentavam conter os efeitos das publicações do jornal, Bertholet e Vayda enfrentavam mais um problema. Com a Lei nº 2145, de 29 de dezembro de 1953, a Carteira de Exportação e Importação (CEXIM) foi oficialmente extinta, e suas antigas atribuições foram transferidas para a Carteira de Comércio Exterior. No entanto, a nova Carteira, criada após a decisão da SUMOC sobre a colonização dos territórios, não havia recebido instruções quanto à execução do projeto.²⁵⁶ Com o intuito de destacar a falta de instruções para a expedição das licenças de importação - sem elas, os fabricantes suíços não poderiam exportar seus produtos - Vayda e Bertholet escreveram ao diretor da SUMOC, José Soares Maciel Filho. No documento, mencionaram que, caso o atraso fosse resultado das publicações do "O Estado de São Paulo", a

²⁵⁴ Fernando Nilo de Alvarenga, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, menciona que as negociações necessárias, junto aos governos dos países emigratórios, deveriam ser encaminhadas para o mesmo Conselho, cf. ALVARENGA, Nilo Fernando. [Correspondência]. 01 dez. 1953, Rio de Janeiro [para] Companhia Progresso Rural, Rio de Janeiro, 1f.

²⁵⁵ Em 06 de janeiro de 1954, Dermeval Moraes, secretário do governo do Rio de Janeiro, responde ao Raphael Levy Miranda, uma carta em que este havia solicitado para o governador, isenção de tributos estaduais incidentes sobre operações imobiliárias a serem realizadas pela Cia. Progresso Rural, para a instalação de uma colônia agrícola na baixada fluminense. Como resposta, o governador decidiu que "a requerente poderá ser atendida desde que apresente os atos que determinaram sua constituição e indique a área que pretende adquirir", cf. MORAES, Dermeval. [Correspondência]. 06 jan. 1954, Rio de Janeiro [para] Raphael Levy Miranda, Rio de Janeiro, 1f.

²⁵⁶ Refere-se a decisão de aplicação dos ágios de importação no financiamento a longo prazo e juros baixos de incremento da produção agrícola, recuperação e modernização da lavoura nacional a partir da instalação das três colônias. Esta decisão, do Conselho da SUMOC, foi oficialmente declarada com o ofício nº 325/53-G, de 11 de novembro de 1953.

situação já estaria esclarecida.²⁵⁷ Doze dias depois e após uma reunião entre o presidente da Câmara do Comércio, o presidente do Banco do Brasil e o diretor da Carteira de Câmbio, decidiu-se pela manutenção da autorização anterior concedida pela SUMOC.²⁵⁸ Assim, a partir daquele momento o experimento colonizatório poderia ser iniciado.

No dia 13 de maio de 1954, o jornal "O Economista" publicou uma breve matéria, na forma de um aviso, redigido pelo Banco do Brasil. O aviso, assinado por João Cândido de Andrade Dantas, então diretor da instituição, e por Pedro Lima, então gerente, divulgava a submissão a uma licitação em todas as bolsas do país para importar um total de 10.750.000,00 de francos suíços em mercadorias de origem e procedência suíças, classificadas em 4 categorias de importação.²⁵⁹ A quantia oferecida na primeira licitação era distribuída da seguinte maneira para os produtos importáveis: 1ª categoria - 18%; 2ª categoria - 34%; 3ª categoria - 42%; 4ª categoria - 6%, cujos ágios mínimos eram de Cr\$ 2,33 (1ª), Cr\$ 2,80 (2ª), Cr\$ 3,50 (3ª) e Cr\$ 4,66 (4ª).²⁶⁰ Das Promessas de Venda de Câmbio (PVC) sobre a transação, constava a seguinte especificidade:

Importação da Suíça destinada ao financiamento do Plano Nacional de Colonização (Resolução do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, em sessão de 5-11-53). Fechamento do câmbio depois de aprovados os documentos pela Fiscalização Bancária. Cobertura em moeda estrangeira; sem juros, em seis parcelas mensais e iguais, a partir de 1 (um) ano após o registro do crédito em "conta gráfica". À chegada da mercadoria no Brasil, o importador depositará no Banco do Brasil, o valor em cruzeiros, das faturas respectivas, processando-se em seguida, após a aprovação pela Fiscalização Bancária dos documentos de importação regulamentares, o fechamento e liquidação do câmbio em conta gráfica, para entrega em seis prestações mensais, a partir do 12º mês do registro nessa conta. As promessas de venda de câmbio serão emitidas pelos valores de Sw.Fr. 21.500 e Sw.Fr. 4.300.²⁶¹

No dia anterior, Vayda redigiu uma correspondência a ser encaminhada para a sede da Legação Suíça no Brasil. Na carta, ele transcreveu o mesmo aviso publicado pelo Banco do Brasil, com o objetivo de informar sobre a possível realização de leilões destinados à criação de fundos especiais que seriam utilizados para a instalação de três colônias agrícolas no Brasil. Além do aviso, o diretor incluiu alguns tópicos para adicionar informações sobre os leilões que ocorreriam no mesmo dia nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre,

²⁵⁷ Companhia Progresso Rural. [Correspondência]. 10 fev. 1954, Rio de Janeiro [para] José Soares Maciel Filho, Rio de Janeiro, 6f.

²⁵⁸ Consulado Suíço de São Paulo. [Memorando]. São Paulo: 22 fev. 1954, 2f.

²⁵⁹ Jornal *O Economista*. Rio de Janeiro, 13 maio. 1954, p. 2.

²⁶⁰ A Instrução n.º 70 estabeleceu diferentes categorias de importação e cada uma possuía produtos específicos que as integravam. Por exemplo, a "categoria 1" era composta em maioria por insumos agrícolas (animais, adubos, plantas, tratores, etc.), já a "categoria 3" continha ácidos, éteres e barras de metal. Para a descrição completa dos produtos integrantes de cada categoria, cf. SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). **Instrução n.º 70, de 9 de outubro de 1953**. Rio de Janeiro, p. 1-28, 9 out. 1953.

²⁶¹ *Ibid.*

Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Belém, Fortaleza, Salvador, Florianópolis, Santos, João Pessoa, Vitória e Natal.²⁶²

No documento, uma das observações feitas por Vayda dizia respeito à forma de pagamento em francos suíços, que seria realizada a prazo, resultando em um período de espera de 12 meses para os fornecedores suíços receberem seus pagamentos. Como muitos fornecedores não podiam esperar por tanto tempo, foi necessário estabelecer um acordo com os bancos suíços, por meio de uma iniciativa da Progrebras, para financiar o valor devido aos exportadores. O acordo entre a Progrebras e os bancos suíços totalizou 64,5 milhões de francos suíços e foi intermediado pelo "*Bureau pour l'Assurance des Risques d'Exportation*" (Escritório de Seguro de Riscos de Exportação). Com esse acordo, a Progrebras assumiu a responsabilidade de fornecer as informações necessárias ao Bureau, como os produtos adquiridos em leilão, a categoria e o valor aproximado de cada pedido, bem como o nome e o endereço do importador e exportador.²⁶³ Os leilões arrecadaram, para fins de financiamento da colonização, um total de Cr\$ 282.403.465,30 (valor final após as deduções das bonificações de compra do câmbio), um pouco abaixo dos 286 milhões previstos pela companhia. Logo após o resultado dos leilões, a Cia. Progresso Rural optou por cancelar o plano de criação da colônia no Paraná para expandir a colônia de Alagoas. Do valor obtido nos leilões, Cr\$ 58.995.996,20 foram destinados à Colônia Santo Antônio (Rio de Janeiro) e Cr\$ 119.478.858,30 foram destinados à Colônia Pindorama (Alagoas). Os Cr\$ 50.792.037,30 que seriam aplicados na Colônia Butiá (Paraná) foram realocados para Pindorama, com a justificativa de investimento em maquinaria, equipamentos coletivos, financiamento aos colonos e adiantamentos sobre serviços prestados.²⁶⁴

²⁶² A distribuição de francos suíços em tais localidades ocorreria da seguinte maneira: Rio de Janeiro, 30%; São Paulo, 30%; Porto Alegre, 10%; Recife, 8%; Belo Horizonte, 6%; Curitiba, 4%; Belém, 2%; Salvador, 2%; Florianópolis, 2%; Santos, 1%; João Pessoa, 1%; Vitória, 1% e Natal, 1%, cf. Progrebras S.A, Escritório do Brasil. [Correspondência]. 12 maio 1954, Rio de Janeiro [para] Legação Suíça no Brasil, Rio de Janeiro, 4f. Informa a realização de leilões suíços.

²⁶³ *Ibid.*

²⁶⁴ No momento de desistência da colonização de Butiá, as terras já haviam sido adquiridas por parte da Cia. Progresso Rural. Em 1963, ocorreu a venda da propriedade circunscrita entre os municípios de Mangueirinha e Palmas (Paraná), nomeada de "Fazenda Butiá", antiga "Ronda Grande" e anteriormente "Bom Retiro". As terras, cerca de doze glebas com áreas variadas, foram adquiridas em nome de Vayda (como representante da Cia. Progresso Rural) a partir de negociações com diferentes proprietários da região, conforme as escrituras públicas sob n° 10.871, fls. 241/242; 10.791, fls. 215/216; 10.790, fls. 214/215, e 10.785, fls. 211/212 do livro n°3-N (Registro Geral de Imóveis de Palmas - Paraná).

II.III. Bem-vindos às colônias

06, 09 e 10 de Junho de 1962,

Nazista estaria em Alagoas - Maceió, 06 - Segundo denúncia de um sargento reformado da Polícia Militar, ao delegado Rubem Quintela, da Polinter, o médico alemão conhecido pelo apelido de 'Barão', morador numa gruta da Colônia Pindorama, município de Coruripe, é o criminoso de guerra Joseph Mengele. Chegara à conclusão após compará-lo com fotos divulgadas há meses, pelo Jornal de Alagoas. O delegado da Polinter seguiu para aquê local.²⁶⁵

Mengele caçado em Alagoas - Recife (Correspondente) - O Governador de Alagoas confirmou que o seu Secretário do Interior seguiu para a Colônia Pindorama, no município de Coruripe, a fim de apurar denúncia de que o Joseph Mengele, o assassino dos campos de concentração nazista, estaria vivendo ali, exercendo sua profissão de médico, com o apelido Barão. O autor da denúncia é um sargento reformado residente em Coruripe. Mengele, responsável pela morte de milhões de judeus, na última guerra, estava sendo caçado pela Interpol, no ano passado, nos Estados do extremo sul do Brasil.²⁶⁶

Mengele não está em Coruripe - Recife (Correspondente) - O administrador da Colônia de Pindorama, no Município de Coruripe, em Alagoas, veio ao Recife especialmente para desmentir as notícias de que o médico nazista Joseph Mengele estaria naquela região. Declarou que as notícias são produto de politiqueiros que não conseguiram transformar a Colônia Pindorama em feudo eleitoral.²⁶⁷

Joachim Carl Otto von Kameke chegou ao porto de Belém em fevereiro de 1963. Existem poucas informações disponíveis sobre Joachim, mas de acordo com os registros da Delegacia Regional do Estado de Pernambuco, o alemão residia em Nova Delhi e teve seu passaporte visado no consulado brasileiro na Cidade do México. Após sua chegada ao Pará, Joachim foi para Recife para solicitar um novo visto de trabalho, a fim de atuar na chamada Colônia Pindorama, localizada no interior de Alagoas. Seis anos depois, Ursula Riexinger, também alemã, divorciada e dona de casa, chegou à mesma delegacia para solicitar permissão de trabalho no mesmo local, acompanhada de seus dois filhos menores, Ute Andreas, de 7 anos, e Eva Ursula, de 4 anos.²⁶⁸

A Colônia Pindorama, para onde os dois estrangeiros se dirigiram, estava localizada no município de Coruripe, ao sul do Estado de Alagoas. Sua construção teve início em 1954 pela Cia. Progresso Rural e ocupava uma área de aproximadamente 34.133 hectares - grande parte dessa área era coberta por uma floresta secundária e tinha uma baixa densidade populacional.²⁶⁹

²⁶⁵ **Diário de Pernambuco.** Recife: 07 jun. 1962, p. 01.

²⁶⁶ **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro: 09 jun. 1962, p. 03.

²⁶⁷ **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro: 10 jun. 1962, p. 04.

²⁶⁸ **Prontuário de estrangeiro.** Ursula Nonnenmann-Riexinger. Recife: 06 abr. 1969.

²⁶⁹ O Decreto n° 39.291, de 01 de junho de 1956, dispôs sobre a instalação de famílias na Colônia Pindorama.

À época, o território integrava a Fazenda Santa Cândida, um espaço pertencente a um latifundiário da mesma região que arrendava terras para pequenos proprietários dependentes socialmente e economicamente dele.²⁷⁰ Entre 1962 e 1974, o desenvolvimento de Pindorama esteve ancorado pela assistência técnica e financeira de quatro países, conforme trâmites e negociações estabelecidos entre Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Holanda e Suíça. Em relação à Alemanha, a GAE (*Gesellschaft für agrarische Entwicklung* - Associação para o desenvolvimento agrícola), a DED (*Deutscher Entwicklungsdienst* - Serviço Alemão de Desenvolvimento) e a Fundação Friedrich-Ebert (*Friedrich-Ebert-Stiftung*) se envolveram em projetos na colônia ao longo da década.²⁷¹

Em um levantamento realizado pelo geógrafo alemão Siegfried Schacht, o valor total dos serviços terceirizados em Pindorama, incluindo assistência técnica e financeira, no período de 1962 a 1970, foi estimado em US\$ 5 milhões. Segundo o geógrafo, esse valor foi considerado bastante elevado em comparação com outras áreas de colonização no Brasil ou na região oeste da América Latina, como as colônias estaduais bolivianas.²⁷² No mesmo período, uma média de 140 estrangeiros atuava como trabalhadores na colônia.²⁷³

Dividida em 14 vilas e um núcleo central, denominado "centro urbano", Pindorama possuía várias instalações. Entre elas, destacavam-se um prédio administrativo da cooperativa, uma pequena agência dos correios e uma fábrica de sucos, responsável pelo produto mais importante da região: o suco de maracujá. Além dessas, havia também uma serraria, uma oficina, uma fábrica de casca de arroz e uma fábrica de rações, que compunham as atividades comerciais de Pindorama.²⁷⁴ Com o passar dos anos, a localidade contou com um hotel simples, uma enfermaria (com um médico, auxiliares de enfermagem e um dentista), uma escola para crianças, uma igreja, além de um centro de treinamento agrícola com 16 professores.

²⁷⁰ SCHACHT, Siegfried. Agrarkolonisation in der Zona da Mata Nordostbrasilien am Beispiel der Kolonie Pindorama. *Geographische Zeitschrift*, n. 68, p. 54-76, 1980.

²⁷¹ A cooperativa contou com a participação de políticas e doações de entidades internacionais por meio de contratos entre Alemanha e Suíça. A colônia recebeu norte-americanos, holandeses, suíços e alemães no corpo de funcionários - cerca de 140 especialistas em fitopatologia, mecânica, agronomia, elétrica e medicina veterinária, cf. LIMA, Conceição Maria Dias de. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama - Alagoas**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, p. 87.

²⁷² SCHACHT, *op. cit.*

²⁷³ Em 1958, 190 colonos trabalhavam no local. Em 1970, eram 420, cf. DARNEL, Bernard. **Sucesso e insucesso de projetos de colonização em terras tropicais**. Recife, USAID/SUDENE/ANCARPE, 1972.

²⁷⁴ SCHACHT, *op. cit.*, p. 64.

Figura 15 - Planta da Colônia Pindorama



Fonte: Schacht (1980) - Cartografia: T. Schmitz

Tradução das legendas (sentido cima para baixo, esquerda para direita): Fronteira da Colônia; Estradas; Rios e riachos; Assentamentos; Loteamentos até 1970; Loteamentos de 1970-1977; Floresta secundária (Capoeira); Vale pantanoso; Lago.

Em 1960, János Vayda escreveu um relatório destinado aos acionistas da Cia. Progresso Rural. Nele comentou que a CPR se desligaria de Pindorama para focar em outras atividades:

Senhores Acionistas,

No decorrer do exercício passado, o trabalho de instalação da nossa colônia agrícola foi concluído e este ano prosseguimos com a assistência técnica. Iniciamos outras atividades colonizadoras, especialmente com os colonos belgas oriundos do Congo. Nossas atividades em relação da Colônia Pindorama em Alagoas, atualmente a cargo da Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda. se restringem a assistência financeira a Cooperativa. As atividades agro-industriais continuaram no setor de exploração de madeira e venda parcelada de propriedade da Companhia com resultados satisfatórios.²⁷⁵

A CPR encerrou oficialmente seu trabalho na colônia em 1960; no entanto, René Bertholet migrou para Coruripe e assumiu a administração da cooperativa. Com a saída da Cia. Progresso Rural, René intermediou negociações baseadas em ajuda externa, como foi o caso da participação alemã no território. A presença estrangeira na colônia foi noticiada em alguns jornais do período, como no caso do *Jornal do Comércio* (1961), que menciona a participação de políticos alemães em Pindorama, como o deputado Hermann Görgen, que tinha um plano de aumentar a produção de maracujá para a criação e exportação de geleias para seu país.

Ficamos sabendo, então, que graças à sua influência três devotados alemães, seus amigos já se encontram realizando notável obra redentora na localidade de Alagoas denominada Pindorama. Lá chegaram e transformaram pobres caboclos sem orientação em agricultores livres, cada um dono de sua própria casa de cento e vinte metros de área útil, com 25 hectares de terra, galpão de 60 metros quadrados, dedicando-se à plantação de maracujá, bananas e o de que precisam para o seu gasto diário. [...] Animam os diretores da colônia o objetivo de produzir em tão alta escala essa fruta que venha a satisfazer plenamente as necessidades locais e transformar-se, através de um inteligente plano de vendas no mercado externo, em rendosa fonte de divisas. A propósito, conta-nos Görgen que ao retornar a esta capital da sua última viagem ao Brasil, conversou com importadores interessando-os na aquisição dessa geléia.²⁷⁶

A visita da ajuda externa alemã foi documentada por Joe Heydecker, reconhecido por seu trabalho como correspondente no julgamento de Nuremberg. Joe fotografou diferentes ambientes de Pindorama, alguns destes relacionados abaixo:

²⁷⁵ Em relação ao conjunto de fontes reunidas para esta pesquisa, esse foi o único documento que citou o trabalho da Cia. Progresso Rural com os belgas oriundos do Congo. Não há, em posse do pesquisador, outras informações sobre o projeto, cf. Companhia Progresso Rural. **Relatório da diretoria**. Rio de Janeiro: 31 de janeiro de 1960.

²⁷⁶ **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 25 jun. 1961, p. 05.

Figura 16 - Crianças da Colônia Pindorama, juntas a uma freira. (c. 1960).



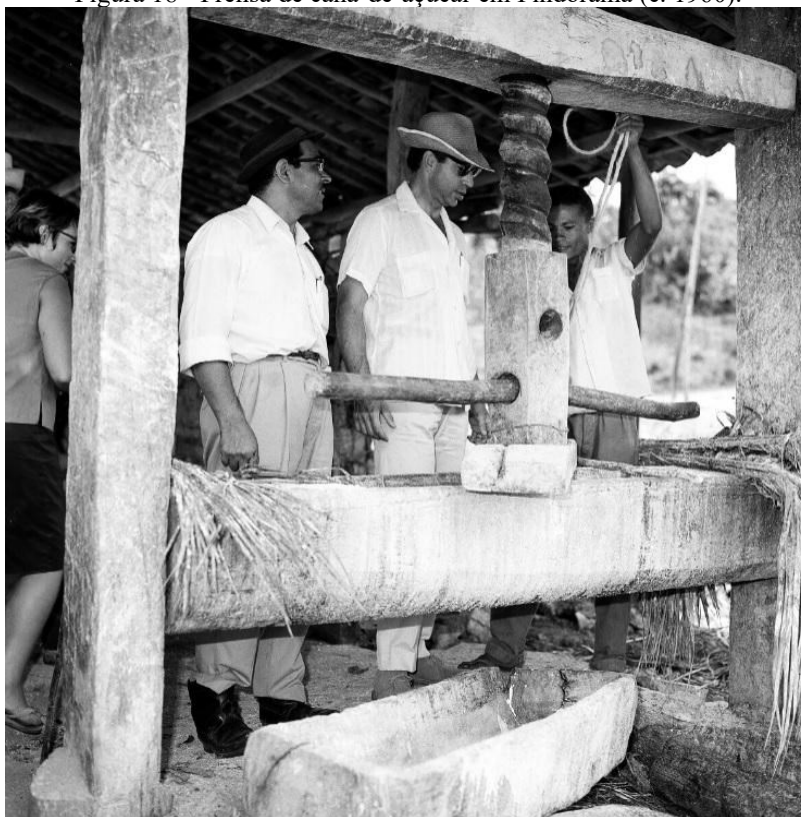
Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 17 - Crianças aguardam atendimento no posto médico da colônia (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 18 - Prensa de cana-de-açúcar em Pindorama (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 19 - A enfermeira Rotraut Recklies cuida de crianças na cooperativa agrícola de Pindorama (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 20 - Mulheres e crianças em frente de uma cabana (Colônia Pindorama, c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 21 - Maracujás plantados (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 22 - Crianças assistem a enfermeira Rotraut Recklies coletar uma amostra de sangue de seu pai (c. 1960).



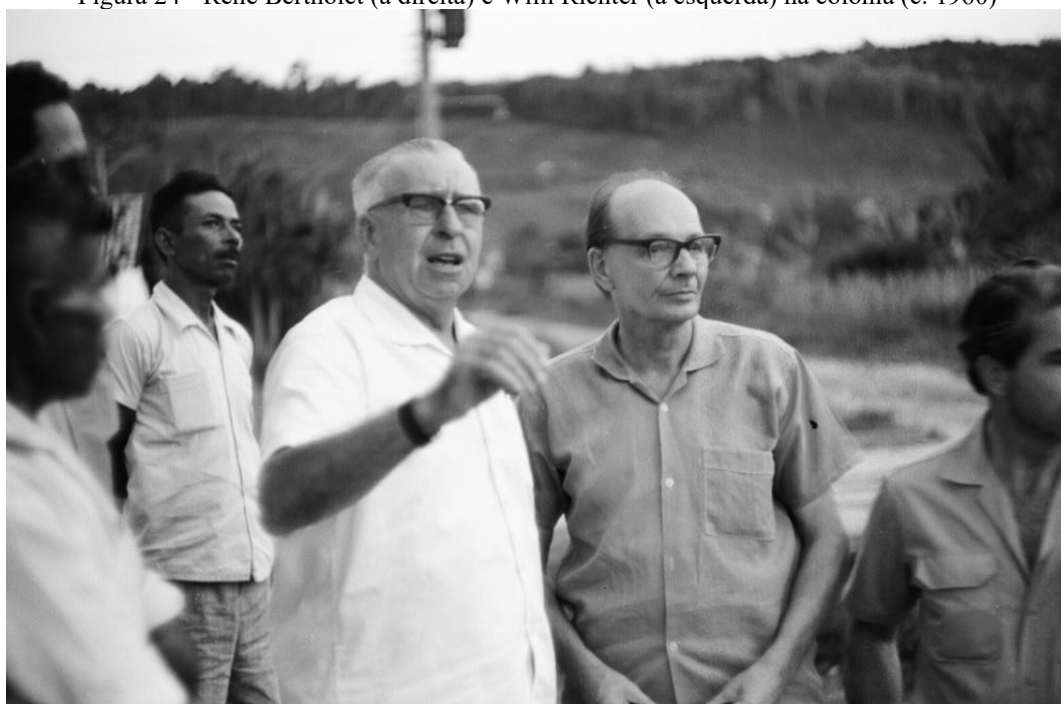
Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 23 - Prédio agrícola da cooperativa, farmácia à direita (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 24 - René Bertholet (à direita) e Willi Richter (à esquerda) na colônia (c. 1960)



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Em 1962, o "Jornal do Comércio" publicou uma nova matéria sobre Pindorama, designando-a como um local onde a "reforma agrária já era uma realidade".²⁷⁷ Foram entrevistados dois homens para a matéria: Dom José Terceiro de Sousa e René Bertholet. Dom José, bispo da cidade de Penedo, município vizinho a Coruripe, havia assumido um cargo no conselho administrativo da cooperativa. Na entrevista, menciona ser:

[...] comovente ver o homem do campo chegar com certo orgulho ao escritório da Cooperativa para verificar sua conta-corrente, tendo no bolso sua caderneta e seus recibos referentes à entrega de sua produção. Mesmo o analfabeto sabe hoje, o que é um débito e um crédito, uma conta-corrente, uma escritura de promessa de compra e venda ou um contrato de abertura de crédito.'

Definida como uma "cooperativa de matutos", o bispo prossegue a entrevista comentando a atuação da Cia. Progresso Rural como a responsável pela fundação da localidade e sua organização na infraestrutura da colônia. Enfatizou, também, que apesar dos dirigentes possuírem "dedicação exemplar", Pindorama passava por dificuldades para desenvolver seus trabalhos devido a um "muro de incompreensão, de passividade e de empecilhos, para não dizer

²⁷⁷ O período compreendido entre os anos 1950 e 1960 foi marcado por um intenso debate sobre a promoção de mudanças estruturais no campo. Em relação à região Nordeste do Brasil, a prevalência de latifúndios improdutivos e a concentração fundiária eram características daquele espaço. Com o governo de João Goulart, a reforma agrária ganhou espaço na agenda política do país, e, portanto, houve um maior debate e mobilização em torno da questão (incluindo na imprensa), cf. DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. *Revista Brasileira de História*, v. 71, p. 131-154, 2016.

má-vontade”.²⁷⁸ Apesar do bispo não ter detalhado os problemas que enfrentavam com as autoridades, conflitos com o antigo proprietário das terras de Pindorama já haviam sido reportados por Schacht, quando mencionou que no início da década de 1960, o ex-latifundiário estaria tentando retomar a posse das terras de Pindorama.²⁷⁹ Além desse caso, é possível notar maiores conflitos com políticos locais que, conforme as denúncias da imprensa que abrem o presente capítulo, acusaram Bertholet de abrigar um nazista dentro da colônia. Isso levou o administrador da cooperativa a se deslocar para Recife a fim de desmentir as acusações.

Não obstante, ela (Cia. Progresso Rural) instalou a colônia, organizando sua infra-estrutura: a compra de terras, estradas, uma serraria, uma cerâmica, uma oficina mecânica, uma usina elétrica e um parque de tratores e caminhões. Quando, por razões de conflitos jurídicos com o órgão financiador, quis aquela companhia retirar-se da colônia, fechando-a, os 70 colonos e trabalhadores que ali haviam sido instalados por ela, resolveram fundar a Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda., no início de 1959. Utilizando essa infra-estrutura, a Cooperativa instalou, no espaço de dois anos e meio, 310 colonos, tendo montado ainda a indústria de suco de maracujá, que no último ano faturou Cr\$ 40 milhões.²⁸⁰

A matéria se encerra com o depoimento do presidente da Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama Ltda., René Bertholet. Nele, Bertholet explica sobre os trâmites necessários para a instalação dos trabalhadores na localidade:

Para que consigamos fazer com que os colonos se instalem aqui em Pindorama, é necessário que nos primeiros meses, - que são os dedicados às plantações - tudo lhes seja financiado pela cooperativa, que por sua vez, se encontra também na dependência de financiamentos. No nosso caso, o Banco do Brasil tem ajudado bastante, tanto que ainda há poucos meses nos fizeram um empréstimo de Cr\$ 36 milhões. Esses empréstimos do BB são feitos aos colonos individualmente, sendo que o papel da cooperativa é apenas o de intermediária. Aos poucos, e de acôrdo com as necessidades dos colonos, vamos lhes entregando o dinheiro necessário para que eles desenvolvam suas plantações e construam suas próprias casas, dentro dos seus 30 hectares de terra. Assim é que, cada colono passa a ser um devedor do Banco do Brasil, e a Cooperativa sua avalista. Quando ele começa a apresentar sua produção, a Cooperativa se encarrega de comprá-la a preços razoáveis, iniciando a operação de desconto, ou seja, parte do apurado permanece na cooperativa, que com isso começa a amortizar o débito de cada colono para com o Banco do Brasil. Além disso, como temos a nossa própria indústria de suco de maracujá (a 'Cisne' com penetração na Bahia e no Rio de Janeiro, além de no Nordeste) vendemos o produto apurando com isso algum dinheiro que nos facilita bastante. Quando o colono termina o pagamento de todo o seu débito passa a ser proprietário de suas terras e usufrutuário único de sua produção - concluiu.²⁸¹

Os trabalhadores rurais de Pindorama cultivavam diferentes culturas tradicionais de subsistência do Nordeste, como feijão, mandioca e milho, além de produtos para o mercado

²⁷⁸ **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 01 de fevereiro de 1962, p. 03

²⁷⁹ Schacht, *op. cit.* As terras pertenciam ao deputado estadual alagoano Luiz Coutinho, cf. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 07 nov. 1967, p. 14.

²⁸⁰ **Diário Carioca**. Rio de Janeiro: 01 fev. 1962, p. 03

²⁸¹ *Ibid.*

(culturas de rendimento). O maracujá e o coco ganharam destaque no ramo das frutas, embora abacaxizeiros, cajueiros e coqueiros também tenham sido plantados nos primeiros anos da colônia. Na década de 1970, houve um aumento no cultivo de cana-de-açúcar devido à construção de uma fábrica de álcool. Além disso, as lavouras tropicais foram complementadas com uma pecuária baseada em cruzamentos entre gado zebu e gado da raça holandesa, com ênfase na produção de leite.²⁸²

Os produtos dos assentados eram vendidos através da cooperativa e, por sua vez, os sucos de maracujá e abacaxi eram comercializados em todo o Brasil, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Já a produção de arroz e coco era vendida na própria região, e a cana-de-açúcar era encaminhada para a Usina Coruripe (Usina Camaçari). Schacht, em seu trabalho, apontou algumas deficiências no planejamento da localidade, incluindo o fato de que o desenvolvimento da colonização da região não levou em consideração as diferenças de solo e relevo, que interferiam na produção. Outra observação feita pelo geógrafo foi em relação ao parcelamento dos lotes, que às vezes recebiam poucos colonos em uma área extensa e muitos colonos em áreas reduzidas. A orientação dada aos assentados sobre o cultivo das duas culturas mais importantes, maracujá e coco, foi insuficiente, uma vez que eles plantavam apenas 500 árvores por hectare, sendo possível plantar até 1500 árvores (dessa forma, a produtividade média poderia ir de 4 t/ha para 10 t/ha). Outro problema identificado pelo geógrafo envolvia a obrigação de preservação de reserva florestal (25% da fazenda), que não foi cumprida, já que quase toda a reserva havia sido queimada e utilizada para agricultura.²⁸³

Até 1975, Pindorama não havia sido incluída em nenhum programa oficial de desenvolvimento brasileiro devido à assistência externa que recebia. Em 1976, a colônia foi incluída no subprograma Polonordeste (Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste), um programa criado pela Sudene, que tinha como objetivo estabelecer as bases geográficas para corrigir os desequilíbrios inter e intrarregionais no desenvolvimento dos estados.²⁸⁴ O Polonordeste recebeu um orçamento de 5 bilhões de cruzeiros entre os anos de 1975 e 1979, e teve como foco a conclusão de infraestruturas agrícolas, incluindo a construção de estradas, redes de abastecimento de energia elétrica, armazéns e silos, além do fornecimento de fertilizantes e o desenvolvimento de fazendas agroindustriais. No caso de Pindorama, o

²⁸² Trata-se de uma iniciativa do governo brasileiro para expandir a produção de etanol como substituto à gasolina. O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) ofertou incentivos fiscais e financiamentos para produtores de cana-de-açúcar no período.

²⁸³ SCHACHT, *op. cit.*, p. 66-70.

²⁸⁴ SAMPAIO, Leonardo. Uma tentativa de aferição de eficiência e eficácia administrativas a nível do desenvolvimento rural integrado. **Cadernos Ômega**, Recife, v.3, n.1-2, p. 249-256, jan./dez. 1979.

programa priorizou a expansão da produção de cana-de-açúcar, coco e maracujá, além de ampliar algumas de suas infraestruturas, como a eletrificação e o abastecimento de água.

Além de Pindorama, durante o mesmo período, a Cia. Progresso Rural executou o plano de criação da Colônia Santo Antônio em Barra Mansa. O município de Barra Mansa está localizado na região sul fluminense, no vale do Rio Paraíba do Sul, próximo à divisa com o estado de São Paulo. A área de Santo Antônio, anteriormente uma fazenda, foi construída em 1855 e fazia parte de um complexo que incluía outras fazendas, como Harmonia, Astréia, Cafundó e Chalé (sendo que as três primeiras já foram demolidas). A região contava com uma parada de trem da Estrada de Ferro Bananalense, que ligava sua sede em um trajeto de Barra Mansa a Bananal, uma cidade vizinha. Inicialmente, as terras pertenciam ao Dr. Manuel Ferreira de Mattos, que as vendeu para Antônio Carlos de Oliveira no final do século XIX. Antônio, casado com a neta de Luciano José de Almeida, D. Guilhermina de Almeida e Silva, era proprietário de cerca de 200 escravizados que se dedicavam ao cultivo do café.²⁸⁵ No século XX, após a morte de seu marido, Guilhermina vendeu Santo Antônio para o Sr. José Batista de Resende. Em 1946, a propriedade foi adquirida pelo recifense Dr. Luís Leopoldo Coutinho Cavalcanti, um construtor da região. Por fim, a viúva de Luís, Odete Áurea Cossini Cavalcanti, vendeu a propriedade para a Cia. Progresso Rural em 24 de novembro de 1958.²⁸⁶

Figura 25 - Localização da Fazenda Santo Antônio em Barra Mansa (RJ)



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense.

²⁸⁵ Luciano José de Almeida, notável cafeicultor de Bananal, foi dono de mais de 800 escravizados na região sul fluminense (século XIX), cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista* (Impresso), São Paulo, v. 13, n.2, p. 165-188, 2005.

²⁸⁶ Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Rio de Janeiro: 2008., p. 35-42.

Figura 26 - Sede da Fazenda Santo Antônio em 2008.



Fonte: Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense

Com a aquisição da propriedade pela Cia. Progresso Rural, foi necessário criar a futura colônia que abrigaria seus trabalhadores. Concebida como uma colonização agrícola dirigida e com assistência técnica, Santo Antônio foi estabelecida como uma colônia de cinturão verde. Isso significa que foi um experimento que utilizou a terra para a produção agrícola, com o objetivo de abastecer em produtos hortícolas e granjeiros uma determinada região e suas áreas adjacentes. Dessa forma, a colônia foi criada na região com a justificativa de realocar o abastecimento de Barra Mansa e Volta Redonda, que eram dependentes dos mercados municipais de São Paulo e Rio de Janeiro, para uma produção local.

Com o surgimento do Plano Nacional de Colonização, nêle fôra prevista uma colônia agrícola de cinturão verde para o Estado do Rio de Janeiro, cuja localização inicialmente prevista para Araruama, foi depois transferida para Barra Mansa, aliás com o parecer favorável do INIC. É o lugar onde foi visitado por técnicos, inclusive pelo perito internacional Dr. Weizmann, do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias, de que o Brasil faz parte, e ao qual o Plano Nacional de Colonização havia sido apresentado como um plano do Governo Brasileiro no campo de colonização agrícola dirigida.²⁸⁷

A base produtiva e econômica da colônia era a horticultura, um tipo de cultivo que requer uma abundância de água. Portanto, os loteamentos foram estabelecidos próximos à principal área de várzea da colônia, onde o rio Bananal fluía, para garantir um suprimento regular de água. Por meio de um sistema de irrigação por aspersão, que é um tipo de irrigação semifixa, a água do rio era bombeada através de uma canalização subterrânea disposta longitudinalmente entre cada lote, assegurando que cada plantação recebesse pelo menos 100 mm³ de irrigação mensalente.²⁸⁸

²⁸⁷ Companhia Progresso Rural. **O que é a Colônia Santo Antônio**. Rio de Janeiro: 18 nov. 1957, 6f.

²⁸⁸ O rio Bananal era plano às terras, por isso diferentes enchentes ocorreram na história da região. Durante a construção da colônia, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento retificou o trecho da várzea para evitar que inundações ocorressem e atingissem os colonos.

O equipamento mecânico de irrigação é constituído de 6 conjuntos, dos quais 2 móveis e 4 fixos. Empregaram-se 5.080 m de tubulação subterrânea e 7.158 de tubulação móvel. Existem 4 bombas KBS acopladas com motores Diesel de 30 HP com capacidade para 82,3 m³ por hora, e 2 bombas KBS acopladas com motores Diesel MVM de 12 HP para uma capacidade de 15 m³ por hora.²⁸⁹

O loteamento de Santo Antônio havia sido realizado de modo que o colono possuísse três glebas (identificadas como lotes A, B e C, além de seus respectivos números). O lote A correspondia a três hectares de área irrigada, o lote B correspondia a cerca de cinco a seis hectares de terra de encosta e, por sua vez, o lote C era designado como "*homestead*" - uma área para a casa do colono. Assim, os lotes A compunham a base econômica da colônia, enquanto os lotes B eram utilizados de forma livre pelos trabalhadores, geralmente empregados como espaço para pasto de animais ou para fruticultura. Os lotes C, ao redor da casa, compreendiam um pequeno jardim, o pomar, um poço, galinheiros e estábulos. Em 1958, existiam 48 lotes, sendo 35 hortifruticultores, 8 agri-hortifruticultores e 5 agri-fruticultores. Dos 48 lotes, 47 estavam ocupados por 26 famílias brasileiras, 7 japonesas, 4 italianas, 4 húngaras, 2 suíças, 2 alemãs, 1 espanhola e 1 tcheco-slovaca.²⁹⁰

Durante sua construção, a Companhia organizou um parque de mecanização que compreendia "4 tratores Oliver BDH, dos quais dois de lâminas; 2 tratores Oliver OC 6, 1 trator Caterpillar D2, 1 trator Farmall e 1 trator - Unitrak; 3 caminhões Ford F-600, 1 caminhão International, 2 pick-ups Unimog e 2 jeeps Willys."²⁹¹ Em relação à sua estrutura, foram construídas 48 casas para colonos, 27 casas para operários, 7 casas para funcionários, um escritório central, um depósito, um armazém de colheita, uma oficina mecânica, uma garagem de caminhões e uma garagem para tratores e máquinas agrícolas, além da reforma de uma casa sede já existente na fazenda desde o século XIX. Conforme relatório técnico, foram construídos 59 km de estradas, 63.746 m de cercas e 14.801 m de valetas. O plantel de gado compreendia duas partes distintas: uma primeira distribuída entre os colonos e uma segunda sob posse da administração. Havia 310 bovinos, dos quais 70 estavam com os colonos e 240 eram controlados pela administração. Além disso, havia 186 suínos, dos quais 17 estavam com os colonos, e 27 equinos, dos quais 10 estavam com os trabalhadores.

Na escola da Colônia aprendem 72 alunos; um sacerdote católico oficial na capela da Colônia presta aos colonos a assistência religiosa indispensável. Existe, indiscutivelmente, uma vida de comunidade. Pouco a pouco os colonos vão se conhecendo melhor e se articulando, desenvolvendo seu espírito cooperativista, para enfrentar as tarefas de auto administração quando esta vier. No momento, já existe

²⁸⁹ *Ibid.*

²⁹⁰ A área total da Colônia Santo Antônio equivalia a 1.412 hectares, com 343 hectares destinados a pastos/invernadas e 400 hectares de reservas florestais.

²⁹¹ **O que é a Colônia Santo Antônio**, *op. cit.*

uma Cooperativa de Consumo na Colônia, com apreciável movimento, da ordem de Cr\$ 400.000,00 mensais. A produção dos colonos vem crescendo paulatinamente 5% pelas amostragens realizadas, verifica-se que a receita bruta de alguns colonos excede de Cr\$ 40.000,00 mensais, deixando um lucro líquido da ordem de Cr\$15.000,00 por mês. Note-se que a Colônia ainda não atingiu a maturidade em sua produção, devendo sua instalação completa terminar em junho de 1958. O ambiente da Colônia é calmo e muito bom, e os colonos estão animados com as suas perspectivas.²⁹²

Em 1960, cogitou-se expandir a colônia para atender à demanda por moradias operárias e ao potencial de estabelecimento de novas indústrias na região, devido ao crescimento da atividade industrial experimentada pelo município. Um novo projeto para Santo Antônio foi elaborado pelo arquiteto anglo-brasileiro Harry James Cole, que, nos anos 1950, estudou planejamento urbano na Inglaterra e atuou no Departamento de Arquitetura do *London County Council*.²⁹³ O plano de Cole estava centrado em uma proposta de cidade funcional, com a separação das atividades industriais e residenciais por meio da criação de unidades de vizinhança, além da implementação de um sistema viário para o tráfego de veículos, seguindo características do urbanismo anglo-saxão.²⁹⁴

Figura 27 - Projeto da Nova Cidade de Santo Antônio.



Fonte: Cole (1961)

²⁹² *Ibid.*

²⁹³ Conforme Lucchese, Harry Cole foi contratado para projetar um espaço que atendesse à expansão experimentada na região. Sobre o projeto, cf. LUCCHESI, Maria Cecília. **Em defesa do planejamento: ressonâncias britânicas e a trajetória profissional de Harry James Cole.** (Tese de Doutorado). São Carlos, SP: Escola de Engenharia de São Carlos - Universidade de São Paulo, 2009.

²⁹⁴ COLE, Harry - Nova Cidade Santo Antônio. In: **Revista Arquitetura e Engenharia.** Rio de Janeiro: Ano XI, n. 60, Março/Maio de 1961.

Capítulo III

OS TRABALHADORES: PERFIS E IMPASSES

III.I.

Nacionais, europeus e asiáticos

Em 1955, as colônias da Cia. Progresso Rural estavam começando a tomar forma. Enquanto Bertholet permaneceu no Brasil, Vayda e o engenheiro agrônomo Plínio Cordeiro Moletta viajaram para a Europa com o objetivo de estudar o avanço técnico dos agricultores europeus para os futuros empreendimentos. Vayda, que tinha preferência por agricultores italianos, portugueses e gregos, procurou examinar as regiões e as condições de vida que influenciavam os trabalhadores. Para surpresa do diretor, o trabalho de recrutamento a ser realizado pelos governos dos países de origem dos imigrantes e pelas organizações internacionais autorizadas exigiria uma atenção especial da Cia. Progresso Rural. Isso ocorria porque, na visão de Vayda, não havia um controle efetivo sobre a seleção dos agricultores enviados ao Brasil, o que representava “um risco potencial de não se escolher principalmente bons elementos, por deficiência de qualificação dos candidatos recrutados.”²⁹⁶

Após a viagem, o diretor superintendente da Cia. Progresso Rural enviou um documento a Carlos Viriato de Saboya, então presidente do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, no qual compartilhou suas impressões. A reclamação de Vayda estava centrada na falta de alinhamento entre os critérios de seleção aplicados ao recrutamento de operários industriais para o Brasil, que eram estabelecidos, e a ausência desses critérios para o controle dos profissionais do mundo rural.

No que concerne, porém, a agricultores, há que analisar não só a qualificação profissional do chefe da família, como dos componentes desta, e ainda as relações sociais entre si, fatores de extrema importância, não só para apurar se sobre a disponibilidade de mão de obra, como, também, o ambiente de harmonia que se faz necessário para a vida na comunidade que representa uma colônia agrícola, ou o próprio interior brasileiro.²⁹⁷

A intenção de Vayda era estabelecer uma conexão entre o tipo de atividade que os agricultores realizavam na Europa e seu potencial produtivo para desenvolver atividades semelhantes no Brasil. No caso da Colônia Santo Antônio, a ideia era atrair horticultores e

²⁹⁶ Companhia Progresso Rural - János Vayda. [Correspondência]. 25 out. 1955 Rio de Janeiro [para] Carlos Viriato de Saboya, Rio de Janeiro, 3f.

²⁹⁷ *Ibid.*

agrifruticultores especializados ou pelo menos acostumados a trabalhar com mecanização, irrigação e adubação. Vayda observou que, na maioria das regiões que visitou, poucos trabalhadores seriam recomendáveis para a migração com destino à cidade de Barra Mansa. Ele identificou uma carência natural de trabalhadores especializados, uma vez que as organizações de imigração não contavam com a assistência de especialistas agrônomos que pudessem conhecer a vida rural brasileira e indicar os melhores profissionais. Dessa forma, Vayda solicitou para Saboya que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização acompanhasse a seleção dos recrutados para Santo Antônio e teceu comentários sobre a situação que encontrou na Europa, especificamente sobre a Itália, Grécia e Portugal.

Na Itália, das regiões visitadas, somente são recomendáveis para aquela Colônia, quer seja no que diz respeito à composição da família, à capacidade de mão de obra, à qualificação profissional, à mentalidade humana e ao ambiente social, as seguintes: Abruzzos, nas proximidades de Avezzano; Salerno, num raio de 40km em torno da cidade; Veneto, especialmente nas proximidades de Belluno; nas proximidades das cidades de Florença, Bolonha, Pisa e Bari.

Na Grécia, cujas condições peculiares recomendam, sem dúvida, extrema cautela para admissão de agricultores destinados ao Brasil - notadamente, o que foi objeto de nossa especial atenção, os destinados a trabalhos sob métodos modernos - nas colônias que estamos instalando, somente seriam recomendáveis as regiões de: Argos e as Ilhas Siros e Chios, bem como Rhodes e Kós, para horticultores; Pelion, Levadia, entre Patras e Corinto, Creta e, também, Chios, Caristos, Sparta e Arta, para agrifruticultores.

Em Portugal, as observações preliminares que fizemos constatam que poderemos receber dali elementos altamente qualificados, quer sejam como horticultores, como agrifruticultores, não apenas quanto à capacidade de trabalho e notória disponibilidade que estão adotando na atividade agrícola. Confiamos a V. Excia. que, realmente, constituiu surpresa para nós a constatação do grau de desenvolvimento do trabalho agrícola na região que fica acima do rio Tejo, para o norte, de onde os elementos de primeira ordem poderiam ser trazidos para o Brasil, mediante um critério de escolha pré-fixado.²⁹⁸

Ainda que o diretor tenha especificado para Saboya as localidades de origem dos trabalhadores da colônia, seu pedido parece não ter sido cumprido. Em 1956, começaram a chegar em Santo Antônio as primeiras famílias italianas: Belló, Stornelli, Lucci, Latise, Panizza e Andrighi, mas nenhuma oriunda das regiões citadas pelo diretor.²⁹⁹ Não havia nenhuma família grega nem portuguesa que tenha adquirido terras na colônia, apesar de existir registro de apenas uma mulher natural de Tondela, Portugal.

²⁹⁸ *Ibid.*

²⁹⁹ ROCHA, Allan. **A Colônia Santo Antônio**: Apontamentos históricos e formadores do núcleo de habitação. Relatório Técnico. Barra Mansa: 1991. Embora as terras da Colônia Santo Antônio tenham sido oficialmente vendidas para a Cia. Progresso Rural somente em 1958, conforme escritura datada em 24 de agosto (Cartório do 1º Ofício de Barra Mansa - Rio de Janeiro), a construção e o estabelecimento das famílias ocorreram pelo menos dois anos antes.

Figura 29 - Ficha consular de Anna Andrichi.

P/21 045991 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO S.C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Anna Longhi de Andrichi
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra -- do dec. lei 7.967 de 1945
Lugar e data de nascimento Vermiglio, Italia, 28-11-1927
Nacionalidade italiana Estado civil casada
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Bartolo Longhi e Maria Marconi Profissão prendas domésticas
Residência no país de origem Vermiglio - Trento

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	Giuseppe Andrichi	8 anos	masculino
	Luigi Andrichi	4 anos	masculino

Passaporte n. 3861822 expedido pelas autoridades de Polícia de Trento, Italia, 1-10-1952 data
visado sob n. 38 (TRINTA E OITO)

ASSINATURA DO PORTADOR:
Anna Longhi de Andrichi

Consulado Geral do Brasil em Valparaíso
22 de julho de 1955
O CONSUL: Geral

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Arquivo Nacional do Brasil

Figura 30 - Ficha consular de Valério Andrichi.

P/23 045992 REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL MODELO S.C. 139
FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Valerio Andrichi
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (temporário ou permanente)
Nos termos do art. 9º letra -- do dec. lei 7.967 de 1945
Lugar e data de nascimento Vermiglio, Italia, 10-2-1925
Nacionalidade chilena Estado civil casado
Filiação (nome do Pai e da Mãe) Cherubino Andrichi e Giuseppina Rizzi Profissão agricultor
Residência no país de origem Vermiglio - Trento

	NOME	IDADE	SEXO
FILHOS MENORES DE 18 ANOS	---	---	---
	---	---	---
	---	---	---

Passaporte n. 3861745P expedido pelas autoridades de Polícia de Trento Italia, na data 1-10-1952
visado sob n. 39 (TRINTA E NOVE)

ASSINATURA DO PORTADOR:
Valerio Andrichi

Consulado Geral do Brasil em Valparaíso
22 de julho de 1955
O CONSUL: Geral

NOTA—Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original.

Fonte: Arquivo Nacional do Brasil

Anna Andrichi, moradora de Santo Antônio, era italiana e filha de Bartolo Longhi e Maria Marconi. No entanto, a assinatura de Anna no documento consular de entrada ao Brasil (a constar “Anna Longhi de Andrichi”) era bastante incomum para uma cidadã daquele país, já que as mulheres italianas suprimiam seus sobrenomes de solteira ou conservavam, sem acréscimo do sobrenome do marido, seus nomes originais - a nomenclatura de Anna segue um característico costume da América hispânica no período, o acréscimo da partícula “de” junto ao sobrenome do cônjuge. Um olhar mais atento ao canto inferior direito do documento revela o lugar de expedição do visto para entrada no país: Consulado Geral do Brasil em Valparaíso - Chile. Já o marido, Valério, ainda que tenha ingressado no Brasil com um passaporte italiano, sua nacionalidade na ficha consular consta como “chilena”.

O Chile está longe de ser uma parada intermediária entre a Itália e o Brasil, a assinatura de Anna e a alteração da nacionalidade de Valério indicam que os dois eram moradores daquele país antes de migrarem para a Colônia Santo Antônio. O casal era da mesma região trentina de Vermiglio, por sua vez, a província de Trento foi a localidade de onde partiu a maioria dos imigrantes italianos com destino ao Chile, no século XX. Nos anos 1940, o presidente chileno Gabriel González Videla criou um programa nacional de reforma agrária que contemplaria a subdivisão e distribuição dos grandes latifúndios para arrendatários, meeiros e trabalhadores agrícolas. Já no mesmo período, a província de Trento possuía uma parcela de população excedente em relação ao território destinado à agricultura - então principal atividade local e exercida por mais de 40% de sua população. O desemprego trentino era um fenômeno estrutural, agravado pela conjuntura da baixa disponibilidade de terra, já que nem 3% das propriedades eram superiores a 10 hectares. Um acordo entre González e o primeiro-ministro italiano Alcide De Gasperi permitiu desenvolver projetos de colonização agrícola no Chile sob o objetivo de reduzir o número de desempregados europeus e estimular o setor rural latino-americano.³⁰⁰

O acordo entre os dois políticos gerou um projeto de colonização na cidade de La Serena, situada em Coquimbo - Chile. Em 1952, cento e vinte famílias trentinas migraram para o Chile - dentre elas estavam Valério e Anna.³⁰¹ As famílias se estabeleceram em La Serena a partir da organização da *Compañía Chileno-Italiana de Colonización* (CITAL), cuja emigração para o Chile foi viabilizada graças aos recursos advindos do *European Recovery Programme*

³⁰⁰ MICHELETTI, Stefano. Del sueño de la tierra propia a la proletarización: la colonia agrícola italiana de San Manuel de Parral (1950-1960). *Historia* 396, v. 11, n. 2, p. 361-392, 2021.

³⁰¹ **Capofamiglia selezionati per il 1952**. Museo storico in Trento - Fondo emigrati in Cile.

(disposto no Plano Marshall dos Estados Unidos), sob o objetivo de promover a recuperação econômica europeia após o fim da guerra.³⁰²

Em seguida ao estabelecimento dos trentinos no Chile, problemas começaram a aparecer. A realidade se revelou bem diferente daquela prometida pelos projetos iniciais e pelos contratos assinados na partida da Itália: os terrenos chilenos eram difíceis de trabalhar, não havia água disponível para a rega, as casas eram precárias e a assistência ao financiamento era nula por parte dos técnicos competentes.³⁰³ Nem todos os imigrantes conseguiram sustentar a situação e colher os frutos do trabalho ao longo dos anos, o que refletiu em um característico comportamento de imigrantes em colônias estrangeiras: a re-emigração. É difícil determinar a forma com que Anna e Valério descobriram Santo Antônio e decidiram vender suas terras no Chile para migrarem definitivamente ao Rio de Janeiro, mas em uma investigação sobre o passado de alguns dos trabalhadores, Anna e Valério não eram os únicos oriundos do Chile em Santo Antônio.

Angelo Belló, étnico italiano, nasceu em Feričanci, atual condado de Osijek-Barânia (Croácia) pertencente à antiga Iugoslávia.³⁰⁴ Belló e sua família fizeram parte do êxodo juliano-dálmata, um êxodo do pós-Segunda Guerra Mundial caracterizado pela saída forçada de étnicos italianos, eslovenos, croatas e istrorromenos da Iugoslávia. O êxodo foi provocado pela anexação dos territórios de Ístria, Veneza Júlia, Kvarner e parte da Dalmácia à Iugoslávia a partir do Tratado de Paz dos Aliados, e intensificado após os massacres de Foibe.³⁰⁵ Foibe faz referência aos ponors cársicos, estruturas naturais semelhantes a abismos localizados ao redor da cidade adriática de Trieste, onde partisans iugoslavos jogaram os corpos de anticomunistas associados ao fascismo e nazismo, potenciais opositores de Josip Broz Tito, como também de italianos contrários à anexação iugoslava. Nos primeiros anos centenas ou milhares de italianos foram executados, já depois de 1947 foram submetidos a outras práticas menos violentas como intimidação, expropriação e tributação discriminatória.³⁰⁶

Muitos refugiados optaram pela manutenção da cidadania italiana e seguiram para o país vizinho. Os Belló, 14 integrantes da família no total, estabeleceram-se na mesma região trentina e participaram, posteriormente, do projeto imigratório para o Chile. Angelo chegou em

³⁰² SPAGNOLO, Carlo. **La stabilizzazione incompiuta**: il piano Marshall in Italia (1947-1952). Roma: Carocci, 2001.

³⁰³ GRIGOLLI, Mariaviola. **La terra Serena**: l'emigrazione trentina in Cile: documenti (1950-1974). Trento: Museo storico in Trento/Vesti del Ricordo, 2005.

³⁰⁴ Angelo Belló. **Ficha consular** - Imigração ao Brasil, 1956.

³⁰⁵ Os territórios até então pertenciam ao Reino da Itália, cf. OLIVA, Gianni. **Esuli**: dalle foibe ai campi profughi: la tragedia degli italiani di Istria, Fiume e Dalmazia. Milano: Edizioni Mondadori, 2009.

³⁰⁶ Estima-se que 5 mil pessoas foram mortas no massacre de foibe, cf. PUPO, Raoul; SPAZZALI, Roberto. **Foibe**. Milano: Edizioni Mondadori, 2003.

Santo Antônio três meses antes que os Andrighi, já os Panizza, uma outra família trentina do Chile, chegaram oito meses antes que os Belló. Uma rede de contato parece ter sido estabelecida entre as famílias ainda em Trento, aprimoradas em La Serena e mantidas em Santo Antônio devido às adversidades e condições de trabalho experimentadas pelas famílias - os Panizza foram os primeiros a se estabelecerem em Barra Mansa, de modo que os outros imigrantes de La Serena chegaram no decorrer de 1956. Aliás, a experiência dos trabalhadores em projetos colonizatórios, semelhantes àqueles desenvolvidos pela Companhia Progresso Rural, aparenta ter sido um fator favorável para o estabelecimento deles na colônia, julgada a preferência do diretor húngaro por agricultores experientes. Três anos depois, um cônsul italiano visitou a localidade:

A convite das autoridades municipais de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, estêve em visita àquele município, como hóspede oficial o cônsul-geral da Itália no Rio de Janeiro, sr. Galeazzo Pini. Em companhia do prefeito e do presidente da Câmara Municipal de Barra Mansa, o sr. Pini visitou a Usina Siderúrgica de Volta Redonda e o Núcleo Agrícola da Colônia Santo Antônio, uma das entidades da Companhia Progresso Rural, admirando o nível de produtividade das plantações dos colonos italianos. Nessas plantações, onde são empregados modernos métodos de agricultura, como adubação científica, uso de inseticidas e fungicidas e moto-bombas para irrigação por aspersão, tem-se alcançado uma produção de tomate de ordem de 150 a 200 caixas por mil pés.³⁰⁷

No início da colonização de Santo Antônio os grupos japoneses se destacaram frente às demais nacionalidades: eram sete, representados por Tsunehiko Shiokawa (lote 7), Hiromichi Oikawa (lote 8), Sueki Maeda (lote 11), Toshio Hirata (lote 18), Tsuneo Sawano (lote 19), Kikuo Oide (lote 20) e Takeshiro Sasaki (lote 40) - cada lote era numerado e contava com uma família.³⁰⁸ A parcela nipônica presente na Colônia Santo Antônio era, em maioria, nascida no Japão e originária de diferentes regiões entre as ilhas de Kyushu e Honshu. No entanto, havia casos de uma primeira geração nascida no Estado de São Paulo, como os Oikawa e os Oide que se estabeleceram na fazenda.³⁰⁹ Logo, as famílias pertenciam a diferentes levas migratórias - algumas dos anos 1930, com destino a São Paulo, e outra dos anos 1950, provenientes principalmente de Kumamoto. A presença destas pessoas se justifica pela intensa imigração japonesa após o término da II Guerra sob uma associação de fatores envolvendo o alto crescimento demográfico e a baixa produção agrícola no país.³¹⁰ Após a ratificação de acordos

³⁰⁷ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 6 ago. 1959, p. 11.

³⁰⁸ ROCHA, *op. cit.*

³⁰⁹ Cartório de Registro Civil - 1º distrito (Barra Mansa - RJ).

³¹⁰ No século XIX, a presença japonesa nas Américas aumentou a partir do estabelecimento dos imigrantes na costa oeste dos Estados Unidos e no Havaí, cf. BOYD, Monica. *Oriental Immigration: The Experience of the Chinese, Japanese, and Filipino Populations in the United States*. **International Migration Review**, 5(1), 1971, p. 48-61.

entre governos latino-americanos interessados no desenvolvimento agrícola, os primeiros imigrantes japoneses do pós-guerra na América Latina começaram a se estabelecer entre Brasil (1952), Paraguai (1954), Argentina (1955), República Dominicana (1956) e Bolívia (1957).³¹¹

O problema agrário referente à insuficiência de terras e ao crescimento demográfico japonês é perceptível desde o século XIX, quando se iniciou uma ampla campanha de colonização e trabalho no exterior por parte do Império do Japão - destaca-se que as guerras Russo-Japonesa e Sino-Japonesa foram motivadas, entre outras razões, pela demanda por terras agricultáveis. Conforme documento que abre o capítulo, ainda que os japoneses não estivessem nos planos iniciais de Vayda, a presença majoritária destes estrangeiros parece estar conectada à uma percepção sobre a nacionalidade japonesa que dominou o período de criação de Santo Antônio: a eficiência agrícola.

Em relação ao Estado de São Paulo, localidade de origem dos Oide e Oikawa, há registros da presença de japoneses em fazendas desde o início do século XX, quando os imigrantes foram trabalhar em plantações cafeeiras. Após as famílias terem cumprido seus contratos de trabalho nas fazendas de café, muitos integrantes passaram rapidamente para a condição de arrendatários ou pequenos proprietários de terras entre diferentes pontos do Estado, desenvolvendo a policultura - então novidade para a região dos anos 1920 e 1930. O trabalho rural japonês se tornou sinônimo de racionalização e diversificação da produção agrícola graças à resposta da elite japonesa presente no Brasil, porta-voz do governo do país, que respondeu às críticas de ordem racial e cultural através do caminho de produção econômica.³¹² Criou-se, assim, uma marca étnica enraizada de que os japoneses eram excelentes agricultores, mais produtivos e mais inovadores do que qualquer outro povo, e, portanto, contribuiriam com maiores índices de produção e exportação.³¹³ Em um discurso no ano de 1934, Artur Hehl Neiva, então subdiretor da Cia. Progresso Rural na década de 1950, comentou que “os nipões são o milagre da organização e nós o prodígio da desorganização.”³¹⁴ Atendendo os desejos de

³¹¹ No início da década de 1950, cerca de mil famílias japonesas se estabeleceram em colônias agrícolas espalhadas entre a Amazônia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, cf. ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará (UFPA): Programa de Pós-Graduação em História: Belém, 2007.

³¹² Para o debate envolvendo os discursos das elites brasileiras sobre a migração de não-europeus no Brasil, cf. LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

³¹³ SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada: os japoneses no Brasil**. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000, p. 94.

³¹⁴ Hehl Neiva foi membro do Conselho de Imigração e Colonização, além de conselheiro do Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias, cf. NEIVA, Artur Hehl. Transcrição do Discurso Pronunciado por Artur Neiva - Sessão de 03 de fevereiro de 1934. In: LEÃO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) - Contornos Diplomáticos**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1990, p. 285.

Vayda sobre agricultores capacitados para o trabalho rural, a escolha de famílias japonesas coincide de forma oportuna com os interesses do diretor húngaro que, à época de construção de Santo Antônio, contou com o apoio de Hehl.

Sasaki, um dos agricultores da colônia, tornou-se notícia em relação à sua plantação de raiz de cobra indiana, utilizada pela medicina indiana e chinesa em tratamentos de quadro psicótico e ginecológico. Nos anos 1950, o alcaloide reserpina do arbusto foi isolado e utilizado como o principal medicamento indicado para a esquizofrenia. Até então, o Brasil não havia tido uma plantação em larga escala da *Rauwolfia serpentina* - o que foi revelado durante a visita ao Brasil do príncipe japonês Akihito e da princesa Michiko naquele mesmo ano.

Entusiasmado o lavrador japonês Takishiro Sasaki, da Colônia Santo Antônio, em Barra Mansa, com sua cultura de uma planta medicinal, que, até agora, só vingara em grande escala na Índia, cujo nome científico é *Rauwolfia serpentina*. A plantação alcançou mil pés, com três anos de idade, mas o lavrador não cogita arrancá-los já, pois pretende obter sementes para 50 mil pés. Vinha sendo mantido em segredo pelo agricultor, que somente a revelou por ocasião da recente visita do príncipe herdeiro no Japão ao Brasil, ao qual ofereceu um exemplar. Segundo análise levada a efeito pelo Instituto de Química Agrícola, o vegetal apresentou teor de 0,13 por cento de reserpina e rescinamina, podendo ser utilizado na preparação de medicamentos destinados a regular a pressão arterial e entorpecentes para fins cirúrgicos. Tem grande aceitação no Japão, Alemanha e Estados Unidos, que a importam da Índia, industrializada.³¹⁵

A Cia. Progresso Rural pretendia estabelecer 80% de agricultores estrangeiros e 20% de agricultores brasileiros nos lotes de Barra Mansa. Conforme um relatório técnico produzido em 1993 para a localidade, dois fatores inverteram os números: "a terra não era propícia para plantio de hortaliças e segundo o clima não é favorável às mesmas. O calor e as chuvas excessivas danificam as plantações, por isso muitas famílias que aqui chegaram, logo mudaram-se, venderam suas terras."³¹⁶ Nos primeiros anos, não havia eletricidade nem água encanada para os trabalhadores. Cada família precisou furar um poço em seu terreno. Conforme mencionado no capítulo anterior, Santo Antônio foi resultado do desmembramento das quatro antigas fazendas da região de Barra Mansa: Fazenda Santo Antônio, Fazenda Harmonia, Fazenda Astréia e Fazenda Feitoria-Cafundó. A colônia foi então dividida em 48 glebas agrícolas e subdividida em três partes: uma plana para o plantio de hortaliças e cereais; uma segunda parte onde havia a casa do colono, construída com tijolos à vista (sem emboço); e uma última parte situada no morro destinada à criação de gado. Entre a primeira e a segunda parte havia uma estreita e poeirenta estrada chamada Estrada Rialto, atualmente conhecida como

³¹⁵ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 13 ago. de 1967, p. 01.

³¹⁶ BELLÓ, Ana Maria. **A História de Santo Antônio**. Relatório Técnico: Barra Mansa, 1993.

"Rodovia Governador Chagas Freitas". Essa estrada causou diferentes problemas aos colonos, pois no inverno as chuvas impediam o trânsito devido ao lamaçal que se formava sobre a via.³¹⁷

Conforme relatório, "foi formada uma cooperativa, mas não funcionou. Logo os colonos se reuniram e liderados por Severino Belló iniciaram o sistema de feira livre em Volta Redonda e depois em Barra Mansa para escoarem seus produtos."³¹⁸ Tais produtos eram resultado das diferentes plantações de tomate, vagem, cenoura, pepino, batata inglesa, repolho e couve-flor durante o período chuvoso, e milho, arroz, batata-doce, além de frutas variadas, durante o verão. A localidade também contava com uma pequena capela no alto do morro, pois Santo Antônio era uma comunidade predominantemente católica. Antes da fundação da Paróquia de Santo Antônio de Saudade, a comunidade era atendida pela Matriz de São Sebastião.³¹⁹

Figura 31 - Pe. João Ustarbowski na inauguração da colônia (1956). Estavam presentes: Raphael Levy Miranda, János Vayda, Ignácio de Aragão, René Bertholet e Walter Saur.



Fonte: **O Mundo Ilustrado**. Rio de Janeiro: 11 jul. 1956, p. 20.

³¹⁷ *Ibid.*

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ BELLÓ, *op. cit.*

Figura 32 - Cruzamento de estradas da colônia.



Fonte: *O Mundo Ilustrado*. Rio de Janeiro: 11 jul. 1956, p. 21.

Eram 48 famílias de agricultores e 82 famílias de não agricultores (entre operários e artesãos) que passaram a viver em Santo Antônio ao longo da década de 1960 - no total, 385 habitantes. O número era diferente daquele esperado pela companhia, já que a proposta inicial divulgada pela empresa envolvia a fixação de 870 famílias, cerca de 4.500 pessoas, entre Santo Antônio e Pindorama.³²⁰ Aliás, a decisão de encerrar a atuação da Cia. Progresso Rural em Pindorama ocorreu em 1959, quando a companhia decidiu fechar a colônia devido ao término dos créditos adquiridos pelo Fundo de Colonização. Naquela época, Bertholet estava atuando como Diretor-Técnico da empresa e optou por reunir os associados da cooperativa de consumo em uma assembleia para deliberar sobre o destino de Pindorama. Como resultado, uma nova cooperativa foi criada e registrada sob o número 5.866 pelo antigo Serviço de Economia Rural, em 28 de abril de 1959. A partir desse momento, Bertholet não estava mais vinculado à Cia. Progresso Rural, mas sim à nova cooperativa de Coruripe. De acordo com o balanço geral da Cia. Progresso Rural referente ao ano de 1959, Vayda escreveu sobre o encerramento das atividades da empresa na localidade e sobre a redução do quadro administrativo da companhia:

No decorrer do exercício recém-findo, os trabalhos de instalação das nossas colônias agrícolas prosseguiram e atingimos a conclusão da instalação da Colônia Santo

³²⁰ Companhia Progresso Rural (Rio de Janeiro). **Instrução nº 01, de 14 de dezembro de 1953**. A população em Pindorama atingiu o marco de 802 trabalhadores rurais somente em 1976, cf. SCHACHT, *op. cit.*, p. 61.

Antônio, assinando os contratos com todos os colonos estabelecidos. No que concerne à colônia pioneira no Nordeste, Colônia Pindorama, no Estado de Alagoas, para melhor atender à conclusão da mesma, foi feito um ajuste com a Cooperativa de Colonização Agrícola Ltda., encerrando nossas atividades em relação à mesma. Pelo fato da redução das atividades e com a finalidade de maior economia, foram alterados os Estatutos e reduzido o quadro administrativo da Companhia.³²¹

Quase dez anos após a reorganização da companhia, um jornalista vinculado ao Jornal do Brasil visitou Pindorama. Wagner Teixeira escreveu um artigo para o jornal comentando sobre sua visita e suas impressões sobre o cotidiano dos trabalhadores na colônia alagoana. O jornalista descreveu os homens, a maioria deles analfabetos, como "desconfiados" e "explorados" ao longo dos anos pelos latifundiários da região. Ele acreditava que somente a longo prazo os trabalhadores poderiam aderir plenamente à experiência cooperativista, o que aumentaria a produtividade agrícola e a industrialização do suco e da geleia de maracujá.

Os agricultores pagarão seus lotes em 15 anos, com três de carência. Cada lote custou NCr\$ 700 no início da colonização, quando os agricultores aceitos se comprometeram a devolver as terras caso não se adaptassem à experiência. Para seleção de novos agricultores foram estabelecidos critérios não escritos, que giram em torno da expressão 'bom comportamento' (ser trabalhador, ter espírito cooperativo, não beber e ter uma vida regrada).³²²

As cooperativas de produtores rurais se popularizaram no Brasil a partir da chegada de imigrantes estrangeiros, sendo a maioria implementada entre o fim do século XIX e início do século XX nas regiões Sudeste e Sul do país. De modo geral, as cooperativas estavam centradas na organização de sistemas de produção e no amparo aos recém-chegados - como muitos não dominavam a língua portuguesa, era comum os casos de imigrantes ludibriados por negociantes quanto às transações comerciais envolvendo sua produção agrícola. Conforme definição, uma cooperativa pode ser compreendida “como uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade comum e democraticamente controlada.”³²³ Dessa forma, as cooperativas facilitaram a fixação dos trabalhadores em relação à adaptação socioeconômica e cultural dos recém estabelecidos, mas não só isso, elas viabilizaram sua participação como produtores agrícolas no sistema econômico dominante.³²⁴ Além disso, a cooperativa era um

³²¹ Balanço Geral da Cia. Progresso Rural. **Relatório da Diretoria**. Rio de Janeiro: 31 de dezembro de 1959.

³²² **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, 05 nov. 1967, p. 34. Bertholet exigia que o colono tivesse origem no campo, não possuísse patrimônio externo e obrigatoriamente deveria residir no lote, cf. PEREIRA. **Pindorama, nossa história, terra e gente**. Maceió: Gráfica Maciel, 1985, p. 17-18.

³²³ CANÇADO, Airton. Cooperativismo. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 39.

³²⁴ SERRA, Elpídio. Um pouco da história do cooperativismo agrícola. **Boletim de Geografia (UEM)**, v. 13, n. 1, p. 55-62, 1995.

instrumento utilizado para promover a autossuficiência de colônias e posteriormente garantir sua prosperidade via comercialização de excedentes agrícolas ou, em alguns cenários, de produtos já industrializados, como é o caso das geleias e sucos de maracujá de Pindorama.

O acesso ao lote de terra era concedido aos agricultores que se associassem à cooperativa. Essa estratégia foi concebida por Bertholet com o objetivo de evitar que o patrimônio caísse nas mãos de "poderosos". Dessa forma, os cooperados teriam direito ao usufruto do lote, enquanto a propriedade permaneceria sob posse da cooperativa.³²⁵ No entanto, mesmo com tal política de distribuição, ocorreu um processo de reconcentração fundiária em Pindorama a partir da compra de lotes por grandes produtores cooperativados.³²⁶ Na década de 1960, os trabalhadores de Pindorama estavam divididos em quatro classes: classe A (100 agricultores), classe B (170 agricultores), classe C (100 agricultores) e classe D (100 agricultores). Bertholet criou a divisão conforme um critério baseado na produtividade e na atuação de cada trabalhador dentro da colônia: aqueles inseridos na classe A eram "os que cooperam integralmente", os da classe B "cooperam parcialmente", os da classe C "são duvidosos" e os da classe D "continuam sua vida de roçado, trabalham para sobreviver e não cooperam, no sentido alto do termo".³²⁷ A justificativa para a divisão da comunidade em classes girou em torno da aceleração em relação à integração dos agricultores no sistema cooperativista. Durante a visita de Wagner em Pindorama, o jornalista entrevistou, sob recomendação dos dirigentes da colônia, um agricultor chamado Manuel dos Santos Lima - inserido na categoria classe A.

Manuel dos Santos Lima nasceu em Igreja Nova, uma pequena comunidade do interior alagoano. Seu pai possuía uma porção de terra e entregou uma parte da propriedade para cada um dos sete filhos, com o objetivo de proporcionar a todos um meio de subsistência. Após o falecimento do pai de Manuel, surgiu um conflito entre os irmãos, pois todos queriam a parcela de terra mais bem cultivada, que era justamente aquela desenvolvida pelo agricultor. Incapazes de resolver as divergências em relação à herança, os irmãos decidiram vender a terra e dividir igualmente o valor entre os herdeiros. Após receber sua parte, Manuel dirigiu-se a Pindorama, onde adquiriu um lote de terra. Sobre o agricultor, Wagner escreveu:

É um sujeito que tem entre 40 e 50 anos (ele não sabe sua idade exata). Apesar de analfabeto, é bom negociante e tem uma convincente argumentação de venda. Explora racionalmente todos os produtos de seu lote e chegou a desenvolver uma casa de farinha de mandioca e uma cultura doméstica de abelhas. Apesar de pertencer à classe A, Manuel dos Santos Lima não entendeu e aceitou plenamente o sentido da

³²⁵ LIMA, *op. cit.*, p. 06-07.

³²⁶ CARVALHO, Cícero. **Pindorama**: a Cooperativa como alternativa. Série Apontamentos n.50. EDUFAL: Maceió, 2005, p. 40, *apud*. LIMA *ibid*.

³²⁷ *Ibid*.

experiência cooperativista. Tive a impressão de que aceita a cooperativa como uma fonte de benefícios, mas isso não o convence a adotar uma atitude de reciprocidade integral. Provocado pelo jornalista Ed Keffel, de O Cruzeiro, que também estava visitando Pindorama, Manuel dos Santos Lima afirmou: 'Quer saber de uma coisa? Com a cooperativa, eu passo. Sem ela, eu passo também.' Apesar da bravata, Manuel dos Santos Lima, nesta altura, já não pode passar sem a cooperativa. É através dela que ele obtém bom preço para seu maracujá. Além disso, seus filhos aprendem a ler nas escolas instaladas nas aldeias pela cooperativa de Pindorama e estão sendo praticamente educados segundo os princípios cooperativistas.³²⁸

Um outro homem da localidade, vizinho de Manuel, chamava-se Gumercindo. O homem, praticamente cego, tinha 70 anos de idade e prometia “passar fogo” naquele que pretendesse incluir seu terreno nos planos da cooperativa. Questionado sobre sua idade e sobre sua possível tranquilidade enquanto trabalhador da cooperativa, Gumercindo respondeu: “Olha, meu amigo. Já estou mesmo na hora de ir para o inferno. Qualquer dia, eu chamo uma destas alemãs bonitas que andam por aí e dou meu terreno a ela.”³²⁹ Já outro caso foi o de Manuel Alves dos Santos, de 58 anos de idade, pertencente à classe D da colônia:

Trata-se na verdade de um homem que necessita de assistência social e cuidados médicos. Chefe de uma família de 15 pessoas, ele não consegue prover a subsistência de seus dependentes e isso o leva ao desespero. Sua recusa em cooperar com os dirigentes de Pindorama é motivada, em grande parte, pelo elitismo crônico e pela saúde abalada. Apesar disso, depois de algumas intervenções pessoais de José Manuel em favor de Manuel Alves dos Santos, este decidiu, há alguns meses, plantar maracujá para depois entregá-lo à cooperativa. Contudo, até o momento, sua disposição em colaborar é apenas uma questão de fé em José Manuel, que ele só põe abaixo de Deus, cuja proteção ele invoca a cada frase.³³⁰

Enquanto Bertholet atuou como superintendente, José Manuel, citado pelo agricultor, foi chefe da divisão agrícola de Pindorama, cujo trabalho incluía fornecer assistência aos agricultores e ligá-los com a direção da colônia - dessa forma, José manteve um vínculo próximo com os trabalhadores da colônia, nota-se pela maneira de tratamento dado a ele por parte de Manuel. Pelo menos a partir da apresentação dos três homens, é possível verificar a oposição quanto à adoção da experiência cooperativista. Ainda que Manuel Lima fosse classificado dentro do grupo A de Pindorama, sua compreensão sobre a organização é baseada na indiferença. Já Gumercindo rejeita qualquer envolvimento e Manuel Lima, do grupo D, dispõe-se a plantar o maracujá por conta de uma necessidade evidente. Comumente, a organização de estruturas cooperativistas não recaem sobre iniciativas de trabalhadores, mas sim de empresários.³³¹ Diferentemente do que ocorreu em algumas colônias de europeus no Sul

³²⁸ *Ibid.*

³²⁹ *Ibid.*

³³⁰ **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, 07 nov. 1967, p. 14.

³³¹ TOMPOROSKI, Alexandre et al. Crescimento e contribuições do setor cooperativista no município de Concórdia, Santa Catarina. **Revista Húmus**, v. 9, p. 64-78, 2019.

do Brasil, em que os imigrantes chegavam com a vivência do trabalho coletivo familiar e de relações associativistas mais elaboradas, então característica crucial para o cooperativismo, estes agricultores alagoanos vivenciaram outras relações sobre o espaço rural - principalmente aquela atrelada ao passado de dominação por latifundiários. Como a cooperativa não havia sido uma iniciativa dos agricultores da região, eles não se organizaram sobre ela, mas precisaram ser cooperativados e conduzidos conforme interesses da direção.

Figura 33 - Trabalhadores em Pindorama (c. 1960)



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 34 - Trabalhadores coletando água em Pindorama (c. 1960)



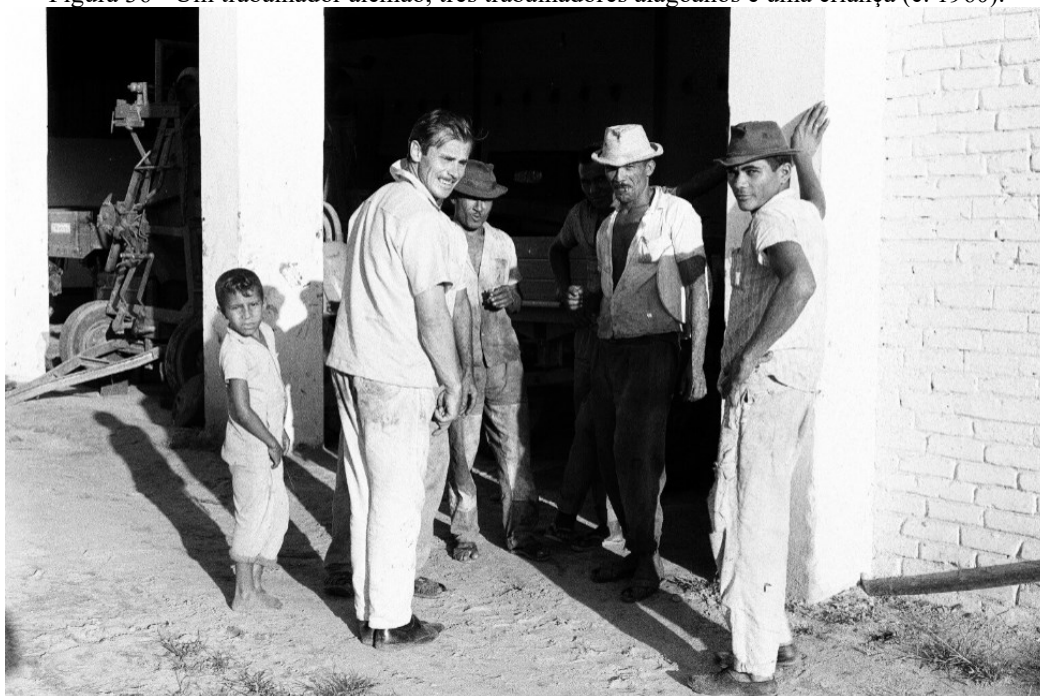
Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 35 - O engenheiro civil alemão Anton Magiera discute planos de construção com outros homens (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 36 - Um trabalhador alemão, três trabalhadores alagoanos e uma criança (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 37 - Fazenda da cooperativa em Pindorama (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 38 - Fábrica de suco de maracujá (c. 1960)



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 39 - Quadro administrativo da cooperativa agrícola Pindorama. Da esquerda para a direita, José Manoel dos Santos, René Bertholet, Danilo Veiga e Willi Richter (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Figura 40 - Mulheres e crianças em frente à uma cabana. À esquerda, dois trabalhadores do serviço alemão de desenvolvimento (c. 1960).



Fonte: Biblioteca Nacional Austríaca, Áustria (ÖNB) / Fotógrafo: Joe J. Heydecker.

Na definição de Wagner, os trabalhadores chegaram a Pindorama motivados por um misto de impulso de "idealismo" e "desprendimento", como é o caso da professora Josefa Alves Adant, que chegou à colônia a partir de uma visita para atender a um convite feito por uma voluntária. Com menos de 30 anos, a professora gostou do local e decidiu permanecer, demitindo-se de sua escola em Maceió e assumindo o cargo de Chefe da Divisão de Educação de Pindorama. Inclusive, em 1968, foi criado o Centro de Treinamento Rural de Pindorama, cujos recursos foram adquiridos pelo movimento sindical alemão, a Fundação Friedrich Ebert, por meio da articulação do sindicalista Willi Richter, este pertencente à antiga rede de contatos de Bertholet na Europa.

Em uma entrevista, um jovem engenheiro alemão que, quando questionado sobre sua presença na localidade, comentou: "Vim para Pindorama para libertar-me da pequena burguesia alemã. Mas não é só isso. Tenho interesse em ajudar esta comunidade, transmitindo minha experiência profissional e, em troca, adquirindo uma experiência humana que julgo valiosa."³³² Entre engenheiros, professores e técnicos, uma outra dinâmica de trabalho em Pindorama envolvia a contratação individual de trabalhadores rurais pelas famílias que possuíam lotes na colônia. Alguns cooperados não conseguiam cultivar seus lotes com o auxílio da família, por isso havia uma demanda sobre a ajuda externa.

Alguns agricultores chegam a imaginar que estão fazendo caridade ao concederem trabalho àqueles trabalhadores em seus lotes. Isso porque, nas condições locais, alguém que tenha um trabalho mais ou menos permanente é considerado um sujeito de sorte. Trata-se de uma distorção que só pode compreender quem visita o Nordeste brasileiro.³³³

Cerca de 200 famílias dependiam de trabalhadores “avulsos” que chegavam na colônia. Na realidade, a maioria era oriunda da Usina de Coruripe, pois ela perdia mão de obra nas entressafras da cana-de-açúcar, o que promovia um deslocamento de trabalhadores entre a usina e a colônia. Estes trabalhadores iam para Pindorama com a perspectiva de angariar um lote próprio, mas ainda que contassem com remunerações mais elevadas do que aquelas pagas pela usina de açúcar, a situação trabalhista não era conceituada por parte dos dirigentes de Pindorama.³³⁴ Essa dinâmica reflete um processo comum na agroindústria sucroalcooleira, caracterizado por uma intensa atividade baseada no corte e empilhamento da cana em feixes para transporte durante os seis meses de safra. Após a colheita e a subsequente plantação, os trabalhadores buscavam alternativas de subsistência em outras regiões, o que resultava em um

³³² **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, 07 nov. 1967, p. 14.

³³³ *Ibid.*

³³⁴ *Ibid.*

processo migratório sazonal entre diferentes trabalhos. Dessa forma, o "boia-fria" ou "trabalhador volante", desprovido de qualquer legislação ou proteção trabalhista, não possuía terras próprias, mas realizava trabalhos em diversas lavouras, estabelecendo uma conexão entre a usina e a colônia.³³⁵

III.II.

Denúncias de um israelense

Era 1956 quando Jaakov Awni, um publicitário nascido na cidade belga de Antuérpia, sob nacionalidade israelense, casou-se com a portuguesa Maria do Rosário Matos no distrito de Kensington, a oeste do centro de Londres.³³⁶ Poucos dias depois do casamento, os recém-casados embarcaram no Highland Brigade e seguiram para a cidade do Rio de Janeiro, onde chegaram no dia 29 de outubro daquele mesmo ano. Maria nasceu em Corveira (Tondela, Portugal), de “prezadas domésticas”, conheceu Jaakov em seu país. São desconhecidas as razões que levaram Jaakov a migrar para Portugal, onde residia temporariamente em uma pensão de Lisboa e atuava como jornalista. Na realidade, Jaakov não trabalhava no mês anterior ao seu casamento, pois estava preso na Cadeia do Aljube - uma prisão utilizada para presos políticos do Estado Novo de Portugal. Conforme registros de sua biografia prisional, que não menciona o crime cometido por Jaakov, ele foi expulso do país logo após a concessão de sua liberdade em setembro, mesmo mês em que virou prisioneiro.³³⁷

Dois meses antes do casamento, em agosto, Jaakov já havia conseguido um visto de imigração para o Brasil, concedido pelas autoridades do Consulado do Brasil em Barcelona em seu passaporte emitido pelo Consulado de Israel em Estocolmo. No registro, menciona-se que ele mantinha residência em Tel-Aviv, junto aos pais, e teve o sobrenome alterado de Grün para Awni (*ci-devant Gruen*).³³⁸ Filho de Shaja e Bertha, após a promulgação da Lei do Retorno (Lei nº 5710/1950) que dispôs sobre a imigração de famílias judias ao recém criado Estado de Israel, a família “hebraizou” o sobrenome, sendo prática comum entre famílias de sobreviventes do

³³⁵ SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos avançados**, v. 5, p. 57-79, 1991 e SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: FAPESP, 1999.

³³⁶ Marriage Registration. **Jaakov Awni and Maria Mattos**. 1956, quarter 4, vol. 5C, p. 2017, Kensington, London, England- General Register Office, Southport, England.

³³⁷ PIDE/DGS - Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Registo Geral de Presos**, liv. 112, registo n.º 22333.

³³⁸ Jaakov Awni. **Ficha consular** - Imigração ao Brasil, 1956.

Holocausto que pretendiam eliminar a identidade alemã de seus nomes após a mudança para o novo país.

Depois da expulsão, Jaakov e Maria foram para Londres, casaram-se e na mesma semana viajaram. Os dois seguiriam para o Paraná sob o objetivo de se estabelecerem no núcleo de Marquês de Abrantes, uma colônia cujo projeto foi criado no ano de 1926, em uma área próxima à cidade de Curitiba. A colônia só foi loteada no final dos anos 1950 para fins de criação de núcleos baseados na produção e no desenvolvimento agrícola de Bocaiúva do Sul, no Paraná. Todo o processo foi intermediado pela Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e posteriormente entregue aos institutos nacionais de colonização, como o INIC e o posterior INCRA.³³⁹

No entanto, houve uma mudança nos planos dos dois imigrantes. No Rio de Janeiro, o casal Awni foi apresentado a um emissário da Cia. Progresso Rural, que os convenceu a adquirir um lote na Colônia Santo Antônio de Barra Mansa. Na história de companhias envolvidas com projetos de colonização, é comum a criação de diversas formas de divulgação sobre os empreendimentos, como anúncios em jornais, almanaques anuais, cartazes em portos, panfletos e, principalmente, a contratação de agentes pelas companhias.³⁴⁰ O tipo de trabalho exercido por um agente demandava um conhecimento sobre terras e negociações, pois sua habilidade persuasiva incidiria sobre o sucesso da venda de lotes e, claro, sobre seus ganhos.

Após estabelecido em Santo Antônio, o nome de Jaakov começou a aparecer de forma recorrente na imprensa. Em 1957, foi marcada uma reunião entre o agricultor, um jornalista e o então diretor do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), Wolfram Metzler, que foi nomeado naquele mesmo ano por Juscelino Kubitschek. Para o jornalista, Jaakov fez a seguinte acusação:

O sr. Bertholet, presidente da Companhia, prometeu-me assistência técnica e muitas outras oportunidades, se eu comprasse uma gleba de 40 hectares, desmembrada do Núcleo Santo Antônio ("só poderia ter vendido 30 hectares" - apartou o sr. Metzler) com 21 mil pés de café pelo preço de três milhões de cruzeiros. Paguei, mas até hoje ainda não foi assinada a promessa de venda. Concederam-me um empréstimo de duzentos e cinquenta mil cruzeiros. Assinei o recibo, mas todo o dinheiro foi gasto no arranjo do cafezal. Estou também pagando essas prestações regularmente.³⁴¹

Jaakov prosseguiu a entrevista mencionando que a companhia cobrava duzentos cruzeiros a hora sobre o trabalho do trator: "Qualquer outra companhia pode fazer o mesmo

³³⁹ Decreto Estadual nº 125, de 30 de agosto de 1948; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas da roça ao Presidente: os camponeses ante Vargas e Perón. **Revista de História Comparada (UFRJ)**, v. 01, n. 02, p. 47-70, 2007.

³⁴⁰ NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços** (UFSC), Florianópolis, v. 10, 2002, p. 37.

³⁴¹ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 20 out. 1957, p. 13.

serviço por 80 cruzeiros", reclamou ele. Além do preço, declarou que as remunerações eram inferiores ao salário mínimo e não se cumpriam as folgas de domingos e feriados, como também não havia contratos de trabalho - o que impossibilitava a obtenção de empréstimos e serviços fora da Companhia. Durante a reunião dos três homens, Metzler informou que abriria uma investigação sobre a companhia e comentou que o INIC estava lidando com um alto número de problemáticas empresas de colonização, como o caso de um rio-grandense que havia aberto uma companhia ilegal para colonização em Mato Grosso.

Na oportunidade, Awni mencionou que iria em todas as embaixadas e consulados estrangeiros de países que promoviam a imigração ao Brasil para denunciar o funcionamento das companhias nacionais de colonização. Reclamou, também, que a companhia comprou jornais locais para que não fossem divulgados os protestos de trabalhadores. Não se sabe as razões que levaram Jaakov a abandonar o trabalho publicitário e jornalístico na Europa para atuar como agricultor no Brasil, mas durante a entrevista ele manteve procedimentos ligados ao seu antigo ofício: levantou documentos e elaborou uma série de questionamentos sobre a atuação da companhia, como aquelas que envolviam a procedência das verbas, as condições de recrutamento de imigrantes e pressionou a criação de contratos com os agricultores: "Eles nos escravizam para uma melhor valorização das suas terras", frisou.³⁴² Quando questionado pela equipe do jornal, o gabinete da presidência do INIC mencionou que a companhia estava em situação irregular, pois havia solicitado isenção de registro ao órgão, alegando prerrogativas especiais que foram posteriormente negadas. Três dias depois, Jaakov procurou a redação do *Correio da Manhã*:

Declarou o sr. Iaakov Awni que na madrugada do domingo último, a fazenda que adquiriu no ano passado da Companhia Progresso Rural, em Santo Antônio, município de Barra Mansa, foi cercada de capangas armados, dirigidos pelo sr. Manuel Paiva, administrador da colônia Santo Antônio, acompanhado do ex-deputado, Raimundo Dória. Com revólveres na mão, pararam todo o serviço, levaram chaves e espalharam todo o pessoal. O sr. Dória se apresentou como oficial de Justiça, dizendo que estava agindo em nome dela. Desses acontecimentos existem testemunhas, em número de nove. O pessoal não pode receber seus vencimentos. O portão da fazenda está ainda vigiado por dois homens armados. Na mesma noite, foram vistos empregados da colônia saindo com sacaria, desviando provavelmente café colhido que estava na tulha. O sr. Iaakov entrou com uma queixa na delegacia e outra em Juízo. Embora se trate de um caso de urgência não se tomou até agora nenhuma providência. Hoje, o referido irá à Secretaria de Segurança de Niterói, a fim de pedir providências necessárias e garantias de vida.³⁴³

³⁴² *Ibid.*

³⁴³ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 23 out. 1957, p. 4.

As entrevistas de Jaakov foram o pontapé inicial de uma série de acusações envolvendo a Cia. Progresso Rural.³⁴⁴ Diferentes jornais da época iniciaram campanhas de denúncia sobre o favoritismo da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) em relação à companhia, levantando supostos casos de desvios de ágios. O Correio da Manhã, por exemplo, divulgou os nomes dos brasileiros envolvidos com o projeto: Ignácio de Aragão (advogado em licença do Banco do Brasil), José Nunes Guimarães e Plínio Cordeiro Moleta, todos ligados à antiga CEXIM.

Ao tempo da CEXIM, não se sabe atendendo a quem nem como (não se sabe? talvez se saiba agora), o governo brasileiro resolveu permitir a vinda de 20 mil famílias de imigrantes alemães de procedência suábica, para Guarapuava (colônia que a Progresso Rural opera). Os fabricantes da Suíça dariam, em compensação, uma parte do lucro advindo das operações facilitadas pelas concessões de licenças prévias da CEXIM, para ajudar essa imigração "sem qualquer despesa para o Brasil". Na Avenida Roosevelt, 194, quarto andar, sala 405, passou a funcionar um escritório encarregado de disciplinar mais importações - a de imigrantes e a de produtos industriais. Quem de tudo tratava era o mesmo sr. Janos Vayda. Para esse sr. Vayda, que já lhes apresentamos, a ideia constituía "um presente da indústria suíça ao Brasil, um *cadeau*" - dizia aos que procuravam na ânsia de importar produtos industriais daquele país. Que tipo de *cadeau*? Deste gênero: a CEXIM dava o licenciamento, que de outra forma não seria dado pelo menos em proporções tais; e vinham imigrantes cujo contrato de trabalho não os obrigava a permanecer na lavoura! Eis a semente da Progresso Rural....³⁴⁵

A notícia apresenta alguns equívocos, principalmente em relação ao número de famílias suábicas danubianas que se estabeleceram em Guarapuava - foram 500 famílias, cerca de 2500 pessoas, e não 20 mil. Por sua vez, a Cia. Progresso Rural não operou no local, já que sua criação ocorreu dois anos após a fundação da colônia, à época os dois diretores estrangeiros atuavam na *Schweizer Europahilfe*. Na mesma semana, os deputados Herbert Levy (UDN - São Paulo), Aurélio Viana (PSB - Alagoas) e Sérgio Magalhães (PTB - Distrito Federal) requiriram uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a companhia e a possível concessão irregular dos 250 milhões de cruzeiros em ágios cambiais. Foi realizado um pedido de

³⁴⁴ Em 1972, uma matéria do Jornal do Brasil menciona a expulsão do agricultor:

“O Presidente Médici expulsou ontem do território nacional, através de decreto, o cidadão israelense Jaakov Awni, de 47 anos, que também usa os nomes Joakim Awni, Joakim Owani, Karl Weinstein, Jaakov Awniu, Jakor Green, Carol Weinstein, Jeakov Schamy Green e Jeakov Gruen. O decreto de expulsão foi assinado tendo em vista o que consta do Processo n° 63.365 de 1971 do Ministério da Justiça.” **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro, 22 dez. 1972, p. 03. Conforme informações obtidas no Departamento de Investigações da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, Jaakov também utilizava os nomes "Jacob Scheir", "Arthur Mattos" e "Jonas Alencar", sob apelido "Russo". Nos registros policiais, sua naturalidade não consta como Antuérpia, mas sim Carazinho (Rio Grande do Sul, Brasil), de nacionalidade brasileira e filiação de Pedro e Ester Scheir. Entre as acusações em sua ficha estão listados estelionatos em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Um ano antes da publicação da notícia foi lavrado, no Cartório do 21° Subdistrito de São Paulo, um registro de nascimento tardio para Jaakov. No documento, declarou-se nascido em Itajaí (Santa Catarina, Brasil), filho de pais belgas, cf. Registro N.º 102.286, fls. 78, livro n° A-111.

³⁴⁵ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 25 out. 1957, p. 10.

informações baseado em trinta perguntas em torno da legalidade das resoluções da SUMOC, a competência sobre os órgãos em matéria de colonização, os projetos apresentados, as condições e estado de suas execuções, além da procedência dos recursos e balanço esclarecido: "Como pode a SUMOC entregar 247 milhões de cruzeiros de ágios cambiais, destinados à lavoura, a uma empresa de colonização que possui capital de apenas seis milhões de cruzeiros?" - indagou o líder da oposição no pedido de informações que encaminhou ao ministro da Fazenda.³⁴⁶

Os nomes de Oswaldo Aranha, quando Ministro da Fazenda em 1953, junto de Apolônio Sales, ministro da Agricultura, Sérgio Correia da Costa, então Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e genro de Aranha, começaram a aparecer cada vez mais em notícias que os ligavam ao esquema dos ágios e à irregularidade da Cia. Progresso Rural quanto ao seu registro no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).³⁴⁷ Conforme o capítulo anterior, de fato houve uma série de motivos que ligam os nomes citados às circunstâncias favoráveis ao sucesso do empreendimento já que as próprias instituições suíças utilizaram a proximidade entre Vargas, Aranha, Costa e os diretores da Progresso Rural como um fator de suporte sobre as negociações entre Brasil e Suíça.³⁴⁸

Entre uma divulgação e outra, o engenheiro português Bernardino da Silva Lapa, que havia atuado como consultor técnico da Progresso Rural, aparece para compor as denúncias. Conforme explicado pelo engenheiro, o favoritismo era tamanho que Vayda havia conseguido a cidadania brasileira mesmo sem possuir os requisitos após desembarcar “nesta capital, procedente de Buenos Aires, como delegado da ‘Cáritas’, organização suspeita que explorava o auxílio norte-americano aos infelizes desajustados da guerra na Europa”. Na oportunidade, chamou Bertholet de “contrabandista”, numa alusão ao seu passado na França, defendeu um “inquérito honesto”, e definiu a companhia como “arapuca”.³⁴⁹ Vayda reagiu ao apresentar uma queixa-crime na 23ª Vara Cível contra o engenheiro por delito de imprensa. Em sua defesa, Lapa alegou que tal crime não foi configurado e que o querelante, antes de apresentar uma queixa, deveria ter notificado o querelado - o que impediu a retificação dos termos julgados ofensivos por parte de Vayda. Na defesa prévia, Silva Lapa mencionou ser um "velho engenheiro, honrado e pobre" e classificou a ação como inepta. No dia 07 de janeiro, o Juiz Orlando Leal Carneiro despachou nos autos solicitando uma manifestação de Vayda sobre o prosseguimento da ação. Vayda deixou esgotar o prazo legal para autorizar o andamento do

³⁴⁶ **Tribuna da Imprensa**: Rio de Janeiro, 25 out. 1957, p. 08.

³⁴⁷ **Tribuna da Imprensa**: Rio de Janeiro, 31 out. 1957, p. 08.

³⁴⁸ Cf. II.I. Companhia, leilões e mal-entendidos.

³⁴⁹ **Tribuna da Imprensa**: Rio de Janeiro, 31 out. 1957, p. 05.

processo, e o mesmo foi então arquivado. No rol de testemunhas de defesa estão Sérgio Magalhães e Aurélio Viana, deputados envolvidos com o requerimento de investigação contra a companhia, além dos jornalistas Maurício Caminha de Lacerda, Eduardo Schmidt e Constantino Ianni.³⁵⁰

Dias depois, Artur Hehl Neiva forneceu um depoimento à Tribuna da Imprensa. Na nota ao jornal, Hehl menciona que a proposta de instauração das colônias de Santo Antônio e Pindorama foi vantajosa para o governo brasileiro, uma vez que o Banco do Brasil também recebeu crédito durante 18 meses, sem juros, para o pagamento em francos suíços do que fosse licitado nessa moeda. Parte dos ágios resultantes dos leilões constituiu o fundo especial destinado à construção dos empreendimentos.

Não desejamos polêmicas com aquelas que combatem o Plano Nacional de Colonização, caluniando-nos pelo simples fato de sermos os executores de parte desse Plano: desejamos apenas aproveitar a oportunidade que Tribuna da Imprensa nos dá, para esclarecer a opinião pública, sobre o que nos propusemos realizar e o que realizamos até agora. [...] Quando à campanha que estamos sofrendo de determinados grupos, respondemos com trabalho. As colônias por nós trabalhadas falarão por nós. Todos aqueles que desejarem informar verdadeiramente ao público sobre a nossa organização, devem, primeiro, visitar as colônias de Santo Antônio e Pindorama. Se forem bem intencionados, tenho certeza, exaltarão o nosso empreendimento e nos ajudarão a fazer com que os tabuleiros do Nordeste e as várzeas alagadas do Sul e centro do país passem a produzir e a abastecer os grandes centros consumidores, pois devemos nos lembrar que nem só a indústria é fator de progresso. Então tranquilos estamos quanto à lisura do nosso empreendimento que somos os primeiros a desejar que a vida da Cia. Progresso Rural seja investigada nos mínimos detalhes. Para tanto, não só as nossas colônias como as nossas escritas estão à disposição de quem quiser.³⁵¹

Os dirigentes da companhia foram ao encontro das autoridades governamentais, comparecendo à SUMOC com o objetivo de solicitar a formação de uma comissão de técnicos para realizar uma verificação sobre a empresa e suas instalações "certos de que a aplicação dos recursos fornecidos pela Superintendência da Moeda e do Crédito tem sido, até aqui, perfeita e correta".³⁵² A SUMOC acabou por esclarecer os pontos de interesse referentes ao inquérito: o projeto de fundação das colônias foi baseado no Plano Nacional de Colonização, elaborado em 1953 com a interferência do extinto Conselho de Imigração e Colonização (CIC). Esse plano contou com a participação do Comitê Intergovernamental de Migrações Europeias (PICMME) e de técnicos dos Ministérios da Agricultura e da Justiça e Negócios Interiores. Ele foi aprovado

³⁵⁰ Em 1958, o economista e jornalista Constantino Ianni escreveu uma série de artigos para a Revista Careta. Em sete publicações intituladas "Colonização e Marmelada", Ianni reuniu uma série de informações sobre os trâmites colonizatórios da Cia. Progresso Rural, cf. **Revista Careta**: Rio de Janeiro: 19 out. 1957; 28 jun. 1958; 12 jun. 1958; 19 jul. 1958; 26 jul. 1958; 02 ago. 1958; 12 ago. 1958.

³⁵¹ **Tribuna da Imprensa**: Rio de Janeiro, 05 nov. 1957, p. 06.

³⁵² **Última Hora**: Rio de Janeiro, 28 out. 1957, p. 06.

em 09 de abril de 1953 por Getúlio Vargas.³⁵³ Como já evidenciado no capítulo anterior, foi aprovada, nas sessões de 5 de novembro de 1953 e 23 de março de 1954, uma proposta do Diretor Executivo para a criação de um fundo destinado a recursos a serem obtidos em leilões especiais. Esses leilões renderam cerca de Cr\$ 282.403.465,30, dos quais eram retiradas quantias parceladas para atender aos gastos realizados pela companhia.³⁵⁴ No início dos anos 1960, as investigações entre SUMOC, INIC e Ministério da Agricultura deliberaram a favor da Companhia Progresso Rural.

Conforme certidão emitida pelo Registro de Imóveis de Barra Mansa, datada de 07 de outubro de 1957, as terras de Santo Antônio não estavam registradas sob posse da Progresso Rural. Portanto, os lotes não poderiam ter sido vendidos aos agricultores, uma vez que não estavam regularizados junto à antiga proprietária. Esse era mais um problema mencionado por Jaakov ao Correio da Manhã, pois ele não havia recebido a promessa de venda do lote. O registro das terras era exigido pelo decreto-lei nº 58, e sua ausência era um dos motivos pelos quais o INIC (Instituto Nacional de Imigração e Colonização) recusou o registro da companhia.³⁵⁵ Um relatório divulgado no IV Congresso Nacional de Municípios, elaborado por Fernando Genschow e Alarico da Cunha Júnior, ambos do INIC à época das divulgações sobre o favoritismo da SUMOC sobre a Cia. Progresso Rural, menciona que, das aproximadamente trezentas companhias brasileiras dedicadas à colonização, somente trinta possuíam registro junto ao instituto. No caso específico da Progresso Rural, a proposta de execução do projeto foi feita de acordo com a permissão do ministro da Agricultura, em conformidade com as negociações do Banco do Brasil, com base no regulamento da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (art. 12 - III).

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização foi fundado com base na Lei nº 2163 de 05/01/1954 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 06/01/1954), ou seja, um ano após a criação da Companhia Progresso Rural e da aprovação dos planos de construção das colônias -

³⁵³ Por meio do Decreto-Lei nº 2.009 de 09 de fevereiro de 1940 e do Decreto-Lei N. 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, Vargas dispôs sobre a criação de núcleos coloniais no Brasil. Essas determinações fizeram parte de um projeto varguista para ocupação e desenvolvimento econômico nacional por meio da expansão das fronteiras agrícolas, como o caso da "Marcha para o Oeste", que objetivava a integração territorial entre litoral e o interior brasileiro. Os dois atos normativos mencionados anteriormente foram fundamentais para o estabelecimento de colônias agrícolas no país, estas poderiam ser criadas por companhias, associações ou particulares e ocupadas tanto por nacionais quanto por estrangeiros, cf. LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

³⁵⁴ **Jornal do Commercio**: Rio de Janeiro, 02 nov. 1957, p. 05.

³⁵⁵ O sistema cartorário dos anos 1950 era caracterizado por um processo lento e complexo no que diz respeito ao registro de propriedades. Entre as possíveis causas de atraso na regularização das terras, a burocracia excessiva pode ter sido um fator limitante e que dificultou o desenvolvimento dos trâmites da companhia. Esses atrasos afetaram a regularização dos títulos. In: Cartório do 4º Ofício de Barra Mansa. **Certidão de loteamento**: Barra Mansa, 07 out. 1957.

tal argumento foi, por vezes, utilizado como justificativa para o atraso da normalização junto à entidade.³⁵⁶ Após o conturbado episódio envolvendo denúncias, imprensa e processos, as terras de Santo Antônio acabaram regularizadas somente em agosto de 1958.³⁵⁷ De acordo com o comunicado do Relatório da Diretoria assinado por Vayda, a conclusão da Colônia Santo Antônio ocorreu em 1959, mesmo ano em que os recursos financeiros oriundos da SUMOC cessaram. Foi no fim da conclusão da colônia que os novos contratos foram firmados entre a Companhia Progresso Rural e os lavradores da colônia.³⁵⁸

III.III.

Lavradores estrangulados

Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque nasceu no interior de Alagoas no ano de 1906. Seu pai havia sido um pequeno proprietário de terras na região de Palmeira dos Índios, sendo este pertencente a duas importantes famílias da localidade: os Tenório e os Cavalcanti de Albuquerque. Natalício foi apadrinhado por seu tio, chamado Natalício Camboim de Vasconcelos, um industrial que havia sido deputado do Estado de Alagoas entre 1909 e 1926. Após a morte de seu pai, Natalício Tenório decidiu migrar para Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, onde já moravam um tio e um primo policiais.

Tenório Cavalcanti, como era conhecido, não chegou ao Rio como um migrante desenraizado e afastado de seu círculo social, pois contava ali com a presença de um importante suporte familiar. Mas não só isso, Tenório também possuía uma carta de apresentação redigida por seu influente padrinho que o introduziu a uma série de engenheiros e advogados da região. Esse contato o levou ao cargo de administrador das fazendas pertencentes ao engenheiro Edgard Soares de Pinho, vaga esta que havia sido aberta devido ao assassinato do antigo empregado da propriedade. A responsabilidade de Tenório ia além da administração das fazendas, pois também ficou acordado que ele seria encarregado pela construção da estrada Rio-Petrópolis no trecho que cortava a propriedade sob seu domínio. Tratava-se de um cargo arriscado, pois a região era palco de violentas disputas de terras, o que o fez adquirir um revólver para a própria

³⁵⁶ O INIC foi extinto conforme Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962, sob mandato de João Goulart, que instituiu a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA).

³⁵⁷ Cartório do 1º Ofício de Barra Mansa. **Escritura Pública de Venda**. Barra Mansa, 24 ago. 1958

³⁵⁸ Companhia Progresso Rural. **Relatório da diretoria**. Rio de Janeiro: 31 de dezembro de 1959.

proteção.³⁵⁹ Em Duque de Caxias, Tenório começou a liderar brigadas armadas que combatiam entre si as disputas e a defesa de tais espaços, e, em meio as lutas, formou uma guarda com homens de sua confiança, sendo muitos seus próprios parentes e migrantes nordestinos que chegaram à região. Por isso, nessas relações “estava não apenas a reciprocidade característica das relações patrão-cliente, laços pessoais de dominação e subordinação, mas vínculos de parentesco que, sem dúvida, reforçavam o comprometimento e a lealdade.”³⁶⁰

Devido à expansão de sua rede de relações pessoais e ao aumento de seu prestígio na região, Tenório passou a ser requisitado para prestar proteção a políticos do entorno. Além disso, ele se casou com a sobrinha-neta do ex-prefeito de Nova Iguaçu, o que lhe proporcionou mais oportunidades de ascensão.³⁶¹ No início dos anos 1930, Tenório deixou o cargo de administrador de terras para abrir o próprio negócio, mas logo ingressou na política, tornando-se vereador pela União Progressista Fluminense (UPF) em 1936. Entre 1940 e 1950, a imagem pública de Tenório se expandiu e a adoção de seus símbolos, a capa preta - tradicionalmente utilizada por bacharéis de Coimbra - e a Lurdinha - nome de sua metralhadora - se consolidaram. Tenório se envolveu em diferentes episódios de violência, que foram amplamente divulgados, o que lhe rendeu a fama de homem valente e ampliou sua influência no cenário eleitoral. Ele assumiu cargos como deputado estadual e federal, embora tenha sido acusado várias vezes de empregar violência direta para influenciar seus próprios resultados eleitorais, assim como em favor de seus amigos. Tenório também atuou como advogado de defesa em casos de grande projeção, como o "Crime da Machadinho" e o "Crime do Sacopã". Além disso, sua atuação não se restringiu apenas ao direito, pois ele foi o fundador do conhecido jornal "Luta Democrática".

Tenório atuava no jornal promovendo diversas campanhas, argumentos e defesas, “anunciando como certo e iminente o reconhecimento da inocência, buscava ele, através do

³⁵⁹ Mario Grynszpan discorre sobre as estratégias e ações do político sobre mecanismos sociais mais amplos, cf. GRYSZPAN, Mario. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.14, p. 73-90, 1990.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 79.

³⁶¹ A trajetória política de Tenório Cavalcanti revela uma característica relação entre sociedades predominantemente agrárias e de mercados localizados: a patronagem. Trata-se de uma associação que torna possível o acesso de indivíduos a bens, serviços, recursos e posições sociais que não poderiam ser obtidos de outra forma se não por meio de um vínculo pessoal a outro elemento. Este último é aquele provido de determinado status e riqueza que produz uma troca desequilibrada com seu oposito: de um lado existe aquele que fornece emprego, auxílio e proteção, já do outro lado há aquele que fomenta lealdade, serviços variados e, certamente, votos. Tal relação patrão-cliente foi comum ao coronelismo da Primeira República, caracterizado como um sistema político brasileiro e baseada em barganhas entre o governo e os coronéis que, mesmo após o período, manteve-se ativo em determinadas regiões. Na patronagem, vínculos de amizade, apadrinhamento e parentesco se tornam elementos cruciais para desviar o anonimato e o desamparo associados à individualização nestes locais, como também evitam a dependência sobre seleções, concursos e a própria lei da oferta e da procura, cf. GRYSZPAN, *op. cit.* e CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.

jornal, produzir uma expectativa e uma opinião pública favoráveis aos acusados, influenciando o julgamento além, é claro, de difundir sua figura e suas próprias ações.”³⁶² O Luta Democrática, criado em 1954, apresentava manchetes escandalosas, fotos e descrições detalhadas de crimes em uma linguagem popular, o que atraía um grande público tanto no Rio de Janeiro quanto na Guanabara. Devido a essa popularidade, o jornal se tornou um importante instrumento para a estratégia política de Tenório. Além de ser conhecido como "um chicote do povo contra as autoridades", o Luta foi um dos responsáveis por impulsionar e popularizar a figura de Tenório e seus aliados entre a população. Durante os anos 1950, Tenório permaneceu filiado à União Democrática Nacional (UDN), mas se afastou do partido em 1958 devido ao apoio da UDN ao candidato Roberto Silveira, seu concorrente na disputa para as eleições do Governo do Estado naquele ano.³⁶³ Mudou radicalmente suas alianças e propostas ao ampliar seu campo de atuação e competir localmente com setores trabalhistas e de esquerda, adotando uma perspectiva de defesa da reforma agrária e combate ao imperialismo. Dessa forma, “antigos inimigos, tão execrados como Getúlio Vargas e os comunistas, passavam a ser referidos como amigos, ao passo que amigos de ontem, como Carlos Lacerda, eram agora vistos como inimigos.”³⁶⁴ No mesmo ano, passou a dar suporte às manifestações de operários e de camponeses espalhados pelo Estado.³⁶⁵ Enquanto Tenório tomava a frente em diversas ações locais com grupos armados, aqueles que estavam ao seu redor iam ganhando projeção - entre eles, estava seu primo Paulo Valente, que invadiu diferentes áreas de terra e trouxe consigo posseiros.

A forma de operação da estrutura tenorista pode ser percebida em sua relação com o campesinato. Buscando afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional, Tenório o faria, também, procurando constituir-se em legítimo representante e porta-voz daquele que se impunha como um novo ator na cena política. Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no Estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como as invasões de terras. Num contexto de crescente mobilização, no entanto, os próprios homens de Tenório passariam a promover tais ações.³⁶⁶

³⁶² GRYNSZPAN, *op. cit.*, p. 86.

³⁶³ Fundado em 1945, o partido se caracterizou pela oposição ao Getúlio Vargas e ao getulismo. Manteve uma série de contradições em sua trajetória, como uma posição favorável ao monopólio estatal do petróleo (1953) e a desaprovação da cassação dos mandatos de parlamentares comunistas (1947), de modo que se opôs à intervenção do Estado na economia, contestou os resultados de eleições em que houve a derrota de seus integrantes e denunciou a "infiltração comunista" na vida pública. O partido foi favorável à candidatura de Jânio Quadros e ao golpe de 1964, cf. BENEVIDES, Maria Vitória. **União Democrática Nacional**. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico>. Acesso em: 10 jan. 2023.

³⁶⁴ Tenório explicou tal mudança como uma “evolução” após admitir ter cometido erros políticos em sua carreira, cf. GRYNSZPAN, *op. cit.*, p. 88-89.

³⁶⁵ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 21 e 22 maio 1961, p. 5 *apud. Ibid.*

³⁶⁶ GRYNSZPAN, *op. cit.*, p. 88.

Em 1962, a Colônia Santo Antônio entrou para as pautas de discussão do Luta Democrática: “Como se estrangula um lavrador?” era o título de uma das séries de notícias. Naquela edição, dois homens deram informações ao jornal: Antônio Coelho Cota, oriundo de Lídice e pai de doze filhos, sendo que quatro deles trabalhavam nas lavouras da colônia, e Francisco Batista, então presidente da Associação dos Lavradores de Barra Mansa e pai de seis filhos. Os homens afirmaram que, no segundo ano de trabalho, durante o cultivo das terras, a direção da Cia. Progresso Rural convocou os lavradores e "impôs-lhes: ou façam um novo contrato ou despejamos todos".

À frente da Cia. Rural, nas relações com os lavradores estavam os senhores Paiva e Novais. [...] Do máximo inicialmente combinado, 500 contos, foi o preço para entre 1 milhão e 1 milhão e quinhentos mil, conforme o lavrador pague em 9 ou 15 anos. O juro passou de dois por cento para seis por cento. As quotas de pagamento que eram anuais passaram a ser de três por ano, com cláusula de que sua demora por 90 dias, importaria no despejo imediato sem qualquer indenização por benfeitorias: tôdas as despesas em juízo seriam pagas pelos lavradores, taxas, impostos, etc., mesmo lançados em nome da Cia. Rural.³⁶⁷

A sede da Cia. Progresso Rural localizava-se em uma sala de um prédio comercial na Avenida Franklin Roosevelt, na cidade do Rio de Janeiro. Essa cidade era a mesma onde Vayda residia, ou seja, uma distância de aproximadamente 140 quilômetros da colônia fluminense. Como Bertholet já havia se desligado da companhia em 1959 e partido para Coruripe, a relação dos trabalhadores com os patrões - ou melhor, com o agora único patrão: Vayda - era abstrata. Em uma dinâmica de trabalho semelhante àquela experimentada por Tenório em sua recém-chegada à cidade de Duque de Caxias, dois homens foram contratados para administrar a propriedade: Paiva e Novais. Cinco anos antes, Jaakov já havia denunciado a violência de Paiva quando mencionou na publicação que sua residência “foi cercada de capangas armados, dirigidos pelo sr. Manuel Paiva, administrador da colônia Santo Antônio.”³⁶⁸ Conforme o testemunho dos dois trabalhadores, existia uma hierarquia administrativa dentro da Colônia Santo Antônio, na qual Paiva e Novais, na qualidade de empregados, respondiam ao patrão Vayda. Eles estavam autorizados a controlar a propriedade e o trabalho dos lavradores.

A antropóloga Lygia Sigaud analisou a coexistência de comportamentos distintos em relação à violação de normas jurídicas em duas plantações canavieiras do Estado de Pernambuco. Embora seja um estudo com escopo temporal nos anos 1990 e em uma região diferente daquela abordada aqui, a autora examina duas configurações distintas de trabalho

³⁶⁷ Adotada no Brasil e em Portugal, os contos de réis indicavam um milhão de réis - unidade monetária utilizada até 1942, quando esta foi substituída pelo cruzeiro. Permaneceu na gíria popular como sinônimo de "milhão". **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 05 jul. 1962, p. 05.

³⁶⁸ **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 23 out. 1957, p. 04.

entre as propriedades selecionadas, o que é importante para compreender a dinâmica da Colônia Santo Antônio. A primeira configuração envolve a presença dos patrões, enquanto a segunda envolve a presença de administradores no cotidiano. No caso desta última, as relações eram personalizadas, baseadas na presença de cabos e administradores no dia a dia, além de superiores ocupando as posições mais elevadas dentro dessa hierarquia. Esses superiores raramente ou nunca visitavam as propriedades. Em caso de conflitos, os trabalhadores de Primavera, local estudado por Sigaud, tentavam resolver seus problemas com os empregados do engenho. No entanto, quando não conseguiam, era improvável que pudessem apelar para os superiores, pois sequer conheciam seus rostos. Isso criava uma impessoalidade nas relações de dominação, levando os trabalhadores a buscarem a resolução de conflitos diretamente com dirigentes sindicais.³⁶⁹

Com base na relação entre administradores e lavradores em Santo Antônio, pode-se considerar que a situação era semelhante àquela experimentada no engenho pesquisado por Sigaud, uma vez que a presença do diretor da companhia não era comum em Santo Antônio.³⁷⁰ No entanto, a diferença de trinta anos entre os dois casos resultou em uma forma de resolução diferente: os trabalhadores de Santo Antônio não tinham um sindicato. Na verdade, a sindicalização rural ganhou destaque após a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em 1963, ou seja, um ano depois do caso estudado aqui. A importância desse estatuto residia na continuação dos princípios já discutidos no decreto de sindicalização rural do Estado Novo, datado de 10 de novembro de 1944, e na imposição do reconhecimento oficial já estabelecido pela Lei de Sindicalização de 1939, que originalmente se destinava aos trabalhadores urbanos.³⁷¹

³⁶⁹ Sobre a influência de cada forma de dominação sobre a compreensão das disposições jurídicas, cf. SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

³⁷⁰ Ainda que fundadas pela mesma companhia, Pindorama e Santo Antônio foram experiências dissemelhantes. Essa diferença pode ser compreendida como um reflexo da posição absenteeista da chefia na colônia fluminense, de modo que na colônia alagoana, a presença do diretor era constante. Portanto, as colônias apresentaram formas de produção, ocupação e organização distintas.

³⁷¹ O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) contemplou a criação de entidades sindicais de grau superior, ou seja, federações estaduais e uma confederação nacional. Assim, "recuperava-se no ETR a estrutura sindical verticalizada, o sindicato oficial, o monopólio da representação e a unicidade sindical." Em razão da pluralidade de funções associadas ao trabalho no campo - meeiros, colonos, foreiros, moradores, posseiros, arrendatários - a partir do estatuto foi criada uma categoria geral denominada "trabalhador rural.", cf. DEZEMONE, 2016, p. 144. O'Dwyer observa que as organizações e os movimentos de trabalhadores agrícolas foram fundamentais para a produção de uma legislação sobre o trabalho rural, cf.: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988. Marcus Dezemone ao analisar a historiografia tradicional que abordou leis sobre o trabalho no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), apontou que em muitos momentos a escrita sobre mobilizações e benefícios sociais para trabalhadores rurais esteve distanciada dessas legislações. Entretanto, essa percepção foi renovada a partir de produções historiográficas mais recentes que demonstraram a apropriação da legislação feita por trabalhadores rurais, por meio da utilização de testemunhos, processos judiciais e

Apesar de não existir um projeto de sindicalização rural na região na época das denúncias, havia uma associação de lavradores na cidade de Barra Mansa, liderada pelo colono Francisco Batista. As associações de lavradores começaram a surgir no final dos anos 1940, aparentemente orientadas pelo Partido Comunista Brasileiro, que enviava membros para regiões com alto número de conflitos. Esse interesse estava relacionado à possibilidade de incorporação dos trabalhadores rurais ao partido.³⁷² A criação das associações é reflexo dos numerosos conflitos agrários no território fluminense entre os anos de 1945 e 1964.³⁷³ Ainda que diversos, é possível destacar pelo menos dois elementos comuns entre eles. Em primeiro lugar, havia dificuldades de definição sobre o que era considerado propriedade privada e o que se enquadrava como terras públicas. Essa confusão era resultado da existência de uma sobreposição de títulos e do pouco controle sobre a delimitação das propriedades. Em segundo lugar, outro elemento está associado à intensa migração de lavradores no entorno da capital devido à forte industrialização do período, como é o caso da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Isso fez com que as áreas rurais nos arredores se tornassem foco de especulação imobiliária. Muitos lavradores se estabeleceram nessas áreas rurais como posseiros, onde podiam extrair lenha e cultivar de forma autônoma, desde que pagassem taxas aos supostos proprietários. Com o crescimento urbano e os loteamentos em constante valorização, aumentou a busca e a pressão pelas terras ocupadas, resultando em um aumento no número de conflitos nos campos.³⁷⁴

correspondências, cf. DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Marcia; ZARTH, Paulo *op. cit.*, p. 73-98.

³⁷² MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Lutas e resistências em contextos repressivos: reflexões a partir do Estado do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verônica. (Org.). **Agrarismos**. estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, v. 1, p. 16.

³⁷³ GRZYNSZPAN, 1987.

³⁷⁴ Inúmeros lavradores ocuparam diferentes porções de terras ao longo dos anos, muitos apoiados por Tenório Cavalcanti. Inclusive, os anúncios envolvendo a disponibilidade de terras eram vinculados ao Luta Democrática, cf. MEDEIROS, 2017, p. 16-19.

Figura 41 - O presidente da Associação dos Lavradores, Francisco Batista, e o primeiro colono de Santo Antônio, Antônio Coelho Cota, frente à residência com sua família.



Fonte: **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 05 jul. 1962, p. 05.

Em meio às denúncias do jornal, Vayda visitou a colônia. Foi o momento em que Tenório o acusou de ter se passado como correspondente do Luta Democrática em Barra Mansa diante dos lavradores, numa tentativa de intimidá-los.

O indivíduo Jonas Vaída, que se afirma advogado e brasileiro, é diretor da Companhia Progresso Rural, que está perseguindo os lavradores da Colônia Santo Antônio em Barra Mansa, declarou aos mesmos, há dias depois que tiveram entrevista com o deputado Tenório Cavalcanti, que de nada adiantavam suas reclamações, pois o líder nacionalista nenhuma medida ia tomar, pois, além de ser seu amigo, êle, 'dr.' Jonas Vaída, é o repórter da Luta Democrática em Barra Mansa. Aqui fica claro e razo: êsse indivíduo não é repórter da Luta em parte nenhuma. E o deputado Tenório afere suas atitudes pela necessidade e justiça que assistem a quem o procura e, nunca, por supostos conhecimentos que digam ter com êle.³⁷⁵

Nas matérias que se seguiram, os trabalhadores mencionaram a criação de uma cooperativa nos dois primeiros anos de existência da colônia, para a qual o INIC e o Ministério da Agricultura enviavam máquinas, tratores, bombas e sementes. O diretor da recém-criada cooperativa era um homem chamado Paulo Vilhena, acusado pelos lavradores de desvio desses insumos. Coelho Cota disse:

Até caminhão a cooperativa daqui tinha. O sr. Paulo Vilhena que é diretor ou chefe da divisão florestal daquela repartição que trata de defender as árvores contra a devastação 'virou' fabricante de carvão. Aqui bem perto ninguém pode por matas abaixo sem licença dele, mas ele as põe, seja onde for para fazer carvão. Acontece que o sr. Vilhena [...] 'promoveu' a falência da cooperativa. Desapareceu o caminhão, as máquinas com o nome do Ministério da Agricultura - uma está numa fazenda em Bananal, valia 6 milhões e foi vendida por um milhão e meio... - os estoques de inseticidas, ferramentas, etc, não foram refeitos, embora pagássemos tudo. E continuamos a pagar, com juros que nos tiram os olhos da cara.

³⁷⁵ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 05 jul. 1962, p. 05.

A cooperativa foi então fechada e Paulo Vilhena saiu de Santo Antônio para fabricar carvão nas matas do município. Conforme escritura do 4º Ofício, Vilhena transferiu o negócio para outros homens: “Como o sr. Vilhena ganha para defender as reservas florestais e queimou as árvores que quis para o carvão, transferiu esse direito aos referidos carvoeiros.”³⁷⁶

Prosseguiram os colonos criticando a inaptidão do técnico presente na colônia:

Estamos pagando assistência técnica. Aparece de vez em quando um tal de 'dr.' Remv, discutindo qualidades de laranja e tamanho. O homem nem distingue uma laranja seleta de uma laranja bahia, não sabe quais os remédios para as doenças, nunca fez um enxerto. Mas dizem que é técnico... Se fossemos atrás dele, isso tinha virado mato.³⁷⁷

Coelho Cota também reclamou sobre o trator da companhia, tal como fez Jaakov: “O trator da Companhia, um tal de Theodoro que é capanga do ‘dr.’ Vajda, não deixa fazer serviço para os colonos, como é do contrato, onde, aliás, consta o preço desse serviço.” Antônio e Francisco mencionaram que a febre entre os colonos era recorrente, e a água prometida existia por conta e iniciativa dos lavradores, assim como a conservação das estradas, que era feita manualmente com enxadas: “a terra que era matagal da fazenda Santo Antônio em sua menor parte de 100 alqueires está valendo mais do que os setecentos que a Cia Rural mantém improdutivos esperando valorização e servindo-lhe para cambalachos de crédito nas costas dos colonos.”³⁷⁸ Os colonos entrevistados também mencionaram o êxodo de trabalhadores:

Vários companheiros já foram embora. Gente que mal sabe assinar o nome, foi atrás das conversas dos srs. Vaída e Betolet, pondo o nome onde eles quiseram. Depois de ‘darem duro’, ficaram com medo de perder tudo e aceitaram o primeiro dinheiro que lhes deram. Mesmo assim, tiveram de dar metade do que receberam, quase, à companhia, a título de compensação. O sr. já pensou, se estivesse sem dinheiro, a família com fome e aparecesse um fazendeiro mostrando 300 contos pela sua terra e sua lavoura? O sr. dava tudo. E companheiros nossos assim fizeram. E, além disso, há a ameaça da ‘capangada’ da Cia. Rural, que diz que bate e esfola. Alguns ficam com medo, por causa da família. Mas nós vamos ficando por aqui, no direito que nos assiste de brasileiros, plantarmos e colhermos para nós e nossos irmãos.³⁷⁹

Na oportunidade, os agricultores reclamaram da presença de um estrangeiro chamado John Weider, pois os bois criados por ele adentravam nas plantações dos trabalhadores. No entanto, mencionaram que Weider era protegido por Vayda e pelo “homem-terror” Theodoro, o mesmo que impedia o serviço de trator para os colonos: “Dentro da linha de estrangular os lavradores, a Cia. Progresso Rural anunciou que mandara protestar os títulos dos colonos em

³⁷⁶ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 06 jul. 1962, p. 05.

³⁷⁷ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 05 jul. 1962, p. 05.

³⁷⁸ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 06 jul. 1962, p. 05.

³⁷⁹ *Ibid.*

atraso, visando apoderar-se de suas terras e benfeitorias.” Um destes colonos foi Flausino Rufino da Silva, morador do lote 42, que recebeu a seguinte correspondência em sua casa:

1. A Companhia não pode mais tolerar os atrasos de pagamento da sua dívida, assumida pelo lote comprado no contrato de promessa e venda.
 2. O contrato previu que no caso de atraso por mais de 90 dias a Companhia tem o direito de rescindir o contrato e conforme seu critério ou se reintegrar na posse da terra e benfeitorias ou considerar vencidos todos os títulos com antecipação cobrando por via executiva judicial a dívida total.
 3. Antes de tomarmos estas sérias providências estamos lhe dando, por liberalidade nossa, mais uma última oportunidade para liquidar os títulos já vencidos, inclusive juros, dentro de 8 (oito) dias.
 4. Se o prezado amigo dentro deste prazo não pagar os títulos nem aparecer em nosso escritório no Rio de Janeiro para um acêrto amigável, essas conseqüências judiciais, fatalmente virão e ninguém poderá se queixar de que não foi avisado a tempo. A ignorância não pode ser premiada com tolerância infinita.
 5. Para facilitar a regularização da sua dívida já vencida, relacionamos acima os títulos vencidos, indicando o lugar onde deverá se efetuar o pagamento.
- Cordiais saudações, Companhia Progresso Rural.³⁸⁰

Outra reclamação recaiu sobre o fornecimento de energia no local e a alta cobrança por parte da companhia: “O pior é que, enquanto paga à Light a luz à razão de Cr\$ 4.00, cobra aos lavradores a Cr\$... 9,00 cada KW! Cem por cento de lucro na revenda da luz!”

Ainda uma pequena nota: há dias estive nas cercanias da Colônia, um tal de candidato Marino Rocha que, à fala de mais que fazer, ofendeu os lavradores, tachando-os de agitadores. Os pobres, agarrados ao cabo da enxada de sol a sol, é que são agitadores, senhor candidato a prefeito de Barra Mansa? E as alfaces, os repolhos, as laranjas, a fartura de produtos hortícolas que graças a Deus, o senhor tem em sua casa, foi tudo plantado e cultivado através de arengas eleitorais?³⁸¹

A associação dos lavradores é compreendida como a última possibilidade de intervenção e mudança naquele cenário. Na última matéria sobre o caso, Francisco mencionou que redigiu um pedido ao Governo do Estado solicitando a resolução de cinco medidas: 1. Recuperação das máquinas, ferramentas e outros insumos desaparecidos pelas mãos de Vilhena; 2. Fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, mudas de fruteiras e ferramentas para a Associação dos Lavradores de Barra Mansa; 3. Promoção de financiamentos a longo prazo, em regime de penhor agrícola, para melhorias na açudagem, saneamento e irrigação artificial; 4. Troca do técnico agrícola da colônia; 5. Prestação de assistência jurídica aos lavradores, pois o contrato firmado entre os colonos e a companhia utilizou como foro judicial a cidade do Rio de Janeiro, o que dificultava o acesso dos trabalhadores.³⁸²

Havia um claro desentendimento entre Vayda e Tenório, que alimentava a rivalidade e os anúncios nos jornais. Dois meses depois das matérias sobre Santo Antônio, o Luta

³⁸⁰ Companhia Progresso Rural. **Cobrança**. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1962.

³⁸¹ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 07 jul. 1962, p. 05.

³⁸² *Ibid.*

Democrática divulgou a notícia de que Coelho Cota havia vendido seu terreno, sofrendo um grande prejuízo devido ao processo de difamação movido pelo diretor húngaro, e se mudado da colônia. Na oportunidade, Tenório reforçou sua postura como “defensor” dos lavradores:

Por portas travessas soubemos que o gringo Vaída fez saber aos lavradores que se desmentissem as reportagens e não votassem em Tenório, ele desistiria do processo. O que êle não conta é com a assistência que o PST local, através de Osvaldo Carminati, vereador, e José Maria Cordeiro, presidente do Partido, estão dando a essa humilde gente que a qualquer preço acompanhará Tenório até a vitória final.³⁸³

Um ano antes das publicações do *Luta*, o caso do eventual despejo por parte dos lavradores de Santo Antônio gerou a criação do que muitos jornais do período definiram como "a primeira Liga Camponesa do Estado do Rio de Janeiro". Essa liga foi criada pelo vereador Osvaldo Carminatti, com o objetivo de defender os interesses dos trabalhadores da Colônia Santo Antônio.³⁸⁴ As Ligas Camponesas foram uma importante forma organizativa de trabalhadores rurais no Brasil de 1955 até 1964, data limite justificada pelo golpe militar do mesmo ano que passou a suprimir tais movimentos.³⁸⁵ As primeiras Ligas surgiram na localidade de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, quando os camponeses tentavam reverter uma iminente expulsão das terras que haviam arrendado com um aluguel muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários.³⁸⁶ As lutas e os conflitos no campo nesse período “aparecem como momentos cruciais através dos quais se buscou produzir a identidade desses trabalhadores, dando visibilidade para seu modo de vida e suas demandas, procurando legitimá-las frente à opinião pública.”³⁸⁷

À época, os trabalhadores do engenho de Vitória de Santo Antão criaram a Liga denominada Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), uma associação com o objetivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores daquela

³⁸³ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 08 out. 1962, p. 05.

³⁸⁴ O impresso "Terra Livre" mencionou a Liga de Santo Antônio como um exemplo do Nordeste e que Carminatti já havia enviado protestos ao presidente Jânio Quadros, responsabilizando o governo pelo atraso na construção e reforma de estradas. **Terra Livre**: Rio de Janeiro, 05 jun. 1961, p. 06. Já uma matéria do *Última Hora* menciona: "Os camponeses ameaçados de despejo pela Companhia Progresso Rural atribuem ao Govêrno Federal a culpa pelo atraso no pagamento da dívida, uma que não foram construídas naquele município as prometidas estradas que favoreceriam os escoamentos dos produtos ligados à lavoura local." **Última Hora**: Niterói: 28 jun. 1961, p. 02. Em 4 de julho de 1961, o *Correio da Manhã* anunciou a Liga como a primeira do território fluminense: "congratulouse-se com aquela Liga, o Partido Socialista Brasileiro, seção fluminense, representada pelo seu secretário-geral, o sr. Thomaz Nunes da Fonseca." **Correio da Manhã**: Rio de Janeiro, 04 jul. 1961, p. 01.

³⁸⁵ Conforme Leonilde Medeiros, a reivindicação pelo direito de sindicalização dos trabalhadores rurais já era algo presente na criação das primeiras Ligas e a fundação de associações foi uma maneira de contornar a legislação que impunha dificuldades na formação de sindicatos próprios, cf. MEDEIROS, 1989.

³⁸⁶ MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos Leandro Silva. Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. *op. cit.* p. 243-257.

³⁸⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1995, p. 121-122.

localidade. A Sociedade foi interdita por alguns fazendeiros e donos de engenho que não estavam satisfeitos com as reuniões e as movimentações de seus empregados. A repercussão da repressão e intimidação por parte dos proprietários foi levada pelos trabalhadores até a capital, com o intuito de conseguirem amparo político. Foi nesse momento que a figura do advogado Francisco Julião, deputado estadual por Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), surgiu como representante e defensor da organização dos camponeses.³⁸⁸

Como apontado por Dezemone, dois aspectos são fundamentais para compreender o crescimento desses movimentos: os impedimentos das expulsões dos trabalhadores nas propriedades rurais e a ascensão de políticos de esquerda que ocuparam o espaço de grupos tradicionais ligados à política local. No entanto, o período de lançamento do ETR inaugurou uma "temporada de caça ao camponês", pois católicos e comunistas se organizaram para a criação de novas organizações sindicais.³⁸⁹ No caso das Ligas Camponesas, optou-se pela manutenção da autonomia e a não adesão à sindicalização oficial. Como consequência, ocorreu a perda de seu espaço para concorrentes comunistas e católicos, uma vez que estes aproveitaram a oportunidade para ampliar suas bases. Dessa forma, os sindicatos se tornaram maiores em termos de representação dos trabalhadores rurais.³⁹⁰

Em núcleos coloniais como o de Santo Antônio, os trabalhadores frequentemente enfrentavam problemas relacionados ao escoamento da produção, titulação de terras, ações de grileiros e uma infraestrutura sanitária e educacional precária. Isso não era exclusivo do mundo agrário brasileiro, pois, como já evidenciado, diferentes países que receberam refugiados e imigrantes do pós-guerra também enfrentaram problemas que mais tarde recaíram sobre a re-emigração dos trabalhadores, como o caso da família Andrighi em La Serena.³⁹¹ Durante o governo Vargas, o foco na instauração de sindicatos na área rural foi suprimido em favor da

³⁸⁸ RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida**: uma história das Ligas Camponesas. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

³⁸⁹ Entre 1962 e 1964, o tema da "cubanização" foi frequente na imprensa brasileira sob associação com as Ligas Camponesas na região Nordeste - tal termo esteve atrelado às ideias de subversão, agitação e perigo revolucionário, cf. BALTHAZAR, Pedro. **A "cubanização" do Brasil e o mundo rural**: a crise do governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017. Com o ETR, alguns comunistas enxergaram a situação como um "potencial revolucionário", de modo que os católicos buscaram expandir sua influência, já em decadência devido à presença dos comunistas e do avanço do protestantismo. No início dos anos 1960 havia somente cinco sindicatos rurais reconhecidos devido aos entraves burocráticos dispostos no decreto de sindicalização de 1944. Tais entraves envolviam a obrigatoriedade sobre a unicidade sindical por categoria profissional, o que dificultou a formação das entidades no mundo agrário em razão da pluralidade de relações de trabalho. Já em 1963, após o ETR, mais de quatrocentos sindicatos rurais foram constituídos após o estabelecimento da categoria "trabalhador rural", cf. DEZEMONE, 2016, p. 139-145

³⁹⁰ Julião compreendia que os sindicatos rurais não seriam entidades apropriadas para a luta camponesa. Dessa forma, o declínio das Ligas Camponesas ocorreu ainda antes do golpe de 1964, cf. DEZEMONE, 2016.

³⁹¹ Para outros casos latino-americanos e africanos, cf. Refúgios Rurais.

sindicalização nos setores industriais e comerciais, devido ao maior apoio da classe dominante. Isso resultou em um baixo número de sindicatos rurais reconhecidos até pelo menos 1960. Com a expansão do número de eleitores no país após o fim da Segunda Guerra Mundial, a politização dos trabalhadores rurais se tornou algo de grande valor para as forças políticas.³⁹² Dessa maneira, “a sindicalização, a reforma agrária, e outras iniciativas entraram com força na agenda nacional, criando uma dinâmica sócio-política que trouxe novas oportunidades para os trabalhadores rurais.”³⁹³

No período aqui estudado, as mobilizações nacionais de trabalhadores rurais junto ao receio da "ameaça vermelha", levaram a Igreja Católica e seus dirigentes a investirem em organizações de sindicalização rural.³⁹⁴ A Igreja passou a pressionar o Estado para restringir o reconhecimento da formação desses sindicatos, como ocorreu no Rio Grande do Norte, onde emissoras controladas pela Igreja e párocos locais desenvolveram campanhas de sindicalização com o objetivo central de "combater o comunismo".³⁹⁵ Tal dinâmica foi evidenciada em uma das publicações do Luta Democrática sobre Santo Antônio:

Na ânsia do lucro fácil à custa do trabalho de nossos irmãos lavradores, a Cia. Progresso Rural chegou a este ponto: construiu uma igreja, financiou um reverendo para fazer um sindicato de lavradores e decretou que aquela boa gente que trabalha de sol a sol e se arreventa toda para tirar da terra comida para a comunidade, é... COMUNISTA!!!
Que o Evangelho anda esquecido, anda mesmo, tanto assim que o Papa João XXIII teve de publicar uma encíclica a "*Mater et Magistra*", em que reafirmará que a propriedade tem uma função social.³⁹⁶

No período de divulgação sobre a Liga em Barra Mansa, a reportagem do “Última Hora” foi à colônia para reunião com Carminatti que, por sua vez, exibiu um telegrama ao jornalista Rubens de Oliveira:

Dezenas de telegramas e mensagens assinados por parlamentares, dirigentes sindicais e líderes de partidos políticos e procedentes de todo o Estado, além do número crescente de novas inscrições de camponeses confirmam, no momento, o prestígio e crescimento da primeira Liga Camponesa do Estado do Rio, fundada no município de Barra Mansa, segundo os moldes das criadas no Nordeste pelo Deputado Julião. O "Julião de Barra Mansa" é o vereador Oswaldo Carminatti. Inspirador e chefe da Liga Camponesa, cuja criação surgiu da necessidade dos lavradores da Fazenda Santo Antônio, de possuir um poderoso instrumento de luta para reagir contra a Companhia Imobiliária Progresso Rural, que se empenha por expulsá-los das terras em que vivem e trabalham, na cobrança de uma dívida de apenas 50 mil cruzeiros.³⁹⁷

³⁹² WELCH, 2010.

³⁹³ WELCH, Clifford. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas e Resistências**, v. 1, 2006, p. 62.

³⁹⁴ Sobre a relação entre a militância católica e os camponeses, cf. WELCH, 2010, p. 325-338.

³⁹⁵ MEDEIROS, 1989.

³⁹⁶ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 07 jul. 1962, p. 05.

³⁹⁷ Dentre um dos telegramas, havia um do Partido Socialista Brasileiro: “A Comissão Executiva Regional do Partido Socialista Brasileiro, ontem reunida, registrou um voto de aplausos pela vitoriosa iniciativa da fundação da primeira Liga Camponesa no Estado do Rio, a qual se colocou prontamente ao lado dos trabalhadores da

Rubens de Oliveira entrevistou três trabalhadores brasileiros: Antônio Coelho Cota (lote 39), Francisco Batista Ramos (lote 44) e Raimundo Lopes Amorim (lote 41). Os dois primeiros citados foram os mesmos que dariam testemunhos ao Luta Democrática no ano seguinte.

A história de um é a história de todos: vieram de longe, sob contrato do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o qual garantia aos colonos, após seis meses de ocupação da terra, o pagamento de seus lotes em 15 anos [...] Após fixados à terra precisamente no 2º ano, foram visitados por um Sr. Janus Wayda, húngaro de nascimento, que lhes trouxe novo contrato. Ou assinariam ou seriam imediatamente jogados à rua, sem nenhum pertence ou indenização de benfeitoria.³⁹⁸

Ao jornal, são apresentadas as mesmas reclamações feitas ao Luta Democrática: tanto a venda da cooperativa e a gestão conturbada de Paulo Vilhena quanto o problema com a rede de energia elétrica. Raimundo relata que sua carroça rolou em uma ribanceira devido ao estado precário das estradas, o que resultou em seu internamento no hospital da cidade. Ele também reclama da falta de assistência social, médica e educacional na colônia:

Raimundo disse: ‘Nossos filhos não têm escolas suficientes. A única professora é uma abnegada, pois há quatro meses não recebe ordenado, e está para nos deixar, por falta de transporte. Há dias que paga 200 cruzeiros para poder ir às aulas. Há quatro anos vivemos nesta luta, trabalhando para comer e pagar os juros, e ainda vem este Janus e nos dá um prazo de oito dias para pagar ou sair com a roupa do corpo, e com arrogância afirma que não adianta procurar autoridade, vereador e que não há Jânio Quadros que dê jeito’.³⁹⁹ Nossa situação é de desespero - afirma o lavrador Antônio Coelho Cota. Nossa última esperança é a Liga Camponesa, estamos pagando juros, que se elevam acima de 200 mil cruzeiros anuais, não temos como vender nossa produção (feijão, milho, cana, laranja e verduras), não temos estradas por aqui só pode trafegar jipe ou carroça, assim mesmo quando chove nem estes veículos trafegam com segurança.⁴⁰⁰

Oswaldo Carminatti foi citado pelos periódicos como o criador da Liga Camponesa. O político era membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1957, no qual integrou o grupo de secretariado do comitê municipal de Barra Mansa, que, por sua vez, respondia a uma das lideranças do partido: Maurício Grabois.⁴⁰¹ Leonilde Medeiros, ao abordar as organizações de trabalhadores rurais no cenário político, menciona que o PCB buscou transformar as resistências isoladas do período e as manifestações em formas organizativas "que corporificassem o 'campesinato' e lhe dessem vida pública". Dessa maneira, associações, uniões, irmandades e ligas que estavam atreladas às "reivindicações imediatas" foram criadas

Fazenda Santo Antônio, em sua luta pelo direito de trabalhar livremente a grandiosa terra fluminense, e impulsionando o movimento nacional pela reforma agrária.” **Última Hora**: Rio de Janeiro, 13 jul. 1961, p. 05.

³⁹⁸ *Ibid.*

³⁹⁹ *Ibid.*

⁴⁰⁰ *Ibid.*

⁴⁰¹ Grabois integrou o PCB de 1932-1962 e o PCdoB (1962-1973), sendo um dos fundadores deste último.

como forma de defesa desses trabalhadores.⁴⁰² Como já mencionado, no Rio de Janeiro foram recorrentes as formações de "associações de lavradores", principalmente na Baixada Fluminense, criadas com o objetivo de amparar os trabalhadores que enfrentavam situações de despejo.⁴⁰³

Como o PCB estava na ilegalidade, no início dos anos 1960 o Partido Social Trabalhista (PST) havia cedido legenda aos candidatos comunistas, desde que prestassem apoio a Tenório Cavalcanti para o governo do Estado do Rio de Janeiro. À época, Carminatti entrou em contato com Tenório e Luís Guimarães, então presidente nacional do PST, para formar um diretório do partido em Barra Mansa, que passou a ter José Maria Cordeiro como presidente, Waldemar Argollo como primeiro secretário e Carminatti como segundo secretário, todos membros do PCB naquele momento.⁴⁰⁴

Ainda que a Colônia Santo Antônio tenha sido referenciada como o primeiro local no Rio de Janeiro a possuir uma Liga Camponesa, o município de Barra Mansa não se firmou como um centro irradiador desse movimento, nem seu "Julião" se constituiu como uma liderança no Estado. Mário Grynszpan, em seu estudo sobre mobilizações camponesas no Rio de Janeiro, aponta que elementos mais próximos a Francisco Julião negaram que a primeira criação tenha ocorrido em Santo Antônio, pois a atribuem a Cachoeiras de Macacu.⁴⁰⁵ Na realidade, no caso da Colônia Santo Antônio, existiu um elemento que conteve o desenvolvimento desse movimento: o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB).

O município de Barra Mansa integra a região do Vale do Paraíba fluminense. Desde os anos 1940, a região contou com alta concentração de indústrias, mas uma em especial foi de grande repercussão no período de sua criação em Volta Redonda: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), considerada a maior siderúrgica da América Latina. Devido à sua importância, a CSN se tornou uma área de segurança nacional, levando à instalação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) em Barra Mansa, cuja função era manter a segurança do complexo industrial da região. Os soldados do batalhão tinham o dever de rechaçar qualquer perturbação

⁴⁰² MEDEIROS, 1995, p. 184.

⁴⁰³ Há inúmeros casos nas cidades de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Em 1959, foi criada a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) que reuniu todas as associações locais. Tanto a federação quanto as associações não eram órgãos sindicais, mas entidades civis registradas em cartório. As associações comumente eram criadas em locais de conflito (áreas de litígio) e recebiam o nome da localidade, cf. GRYSZPAN, 1987, p. 108-115.

⁴⁰⁴ Estes abandonaram o partido após não conseguirem a reeleição para vereador no município. Argollo, filiado à linha comunista chinesa, majoritária em Barra Mansa, fazia a distribuição do jornal "A Classe Operária", vinculado ao PCB, cf. CARNEIRO; ASSIS, *op. cit.*

⁴⁰⁵ A Liga de Cachoeiras de Macacu foi criada em 1962 por Ubirajara Muniz, eleito prefeito do município pelo PTB. Julião já havia realizado palestras na localidade e o conhecia desde sua primeira visita à localidade, cf. GRYSZPAN, 1987, p. 282-283.

da ordem dentro de seu espaço de atuação, o que incluía tentativas de greves e protestos por parte dos trabalhadores no meio urbano e rural de Volta Redonda e Barra Mansa, afetando diretamente o movimento na colônia. Posteriormente, Carminatti e outros membros do PCB de Barra Mansa foram detidos pelo batalhão.⁴⁰⁶

Em julho de 1961, Vayda recorreu ao *Diário Carioca* para publicizar sua defesa a partir de entrevistas com o prefeito de Barra Mansa, João Chiese Filho, e um vereador chamado Antônio Melo, líder do PTB local. Sob o título “Ligas Camponeses não têm vez: Colônia Santo Antônio”, os dois afirmaram desconhecer o movimento na colônia, pois os lavradores viviam “ordeiramente, cuidando de seu progresso”.

Foi entrevistado um agricultor chamado Edson Paiva Melo, que afirmou desconhecer a liga e atribuiu a “confusão criada” ao trabalho dos agricultores nas precárias estradas do entorno. A matéria menciona que a propriedade da Cia. Progresso Rural oferecia boas condições de vida e trabalho produtivo, e até mesmo “automóveis, de modelo antigo, já foram adquiridos por colonos, para os passeios domésticos e o transporte mais leve de produtos perecíveis para os centros de consumo”. Diferente das denúncias publicadas pelos três agricultores anteriormente citados, Vayda ressaltou que todos os agricultores estavam em dia com seus pagamentos, contrariando os documentos e as entrevistas divulgadas anteriormente. O diretor finalizou a entrevista declarando que “o apoio das autoridades municipais e estaduais e a compreensão da opinião pública, encorajam a obra que visa o desenvolvimento da agricultura no Brasil em moldes técnicos e racionais.”⁴⁰⁷

Muitos jornais entre 1959 e 1964 relataram com maior frequência conflitos no meio rural, procurando criar um apoio para determinado partido ou político vinculado ao periódico.⁴⁰⁸ Assim, a imprensa se caracterizou como um importante veículo de divulgação e socialização de propostas das organizações formadas, com constantes denúncias em periódicos sobre trabalhadores acusando proprietários de perseguição e ameaça constante de despejo, sendo que “o exercício da violência partia tanto de patrões e capatazes ou administradores como das autoridades públicas.”⁴⁰⁹ Após a contenção da “Liga” em Barra Mansa, não foram divulgadas mais informações sobre o caso de Santo Antônio em qualquer periódico em nível local ou estadual até o ano de 1964. Entretanto, em fevereiro daquele ano, o *Luta Democrática* publicou

⁴⁰⁶ Ocorreram tentativas em 1956, 1957 e 1963, todas contidas pelo 1º BIB. Em 1º de abril de 1964, o 1º BIB participou da repressão à tentativa de greve na CSN realizada pela resistência ao golpe, cf. *Ibid.*

⁴⁰⁷ *Diário Carioca*: Rio de Janeiro, 22 jul. 1961, p. 05.

⁴⁰⁸ WELCH, 2006, p. 71.

⁴⁰⁹ MEDEIROS, 1995, p. 100

uma notícia envolvendo John Weider, mesmo estrangeiro alvo de reclamações dos lavradores dois anos antes, e Paulo Valente, sobrinho de Tenório Cavalcanti.

O presidente Lima Neto e toda a diretoria do Sindicato de Metalúrgicos de Volta Redonda prestigiaram Paulo Valente na Fazenda Colônia Santo Antônio - Assustado, o grileiro fugiu na hora da concentração dos camponeses.

Acompanhado e prestigiado por grande número de nacionalistas, entre os quais figuravam o sr. Lima Neto (presidente do Sindicatos de Metalúrgicos de Volta Redonda) e toda a diretoria, Paulo Valente esteve domingo último na Fazenda Colônia Santo Antônio, em Barra Mansa, propriedade que vem sendo loteada pelo grileiro John Weider, um estrangeiro audacioso que por todos os meios e modos vem procurando extorquir dinheiro dos lavradores locais. Loteando uma gleba que não lhe pertence e que será dentro em pouco desapropriada pela União (está a quatro quilômetros da Rodovia Presidente Dutra), o grileiro mantém um grupo de capangas, procurando impor-se pela força aos homens do campo.

Carminatti, ex-candidato dos comunistas a vereador de Barra Mansa, onde foi fragorosamente derrotado, não obstante a vitória ali de Tenório Cavalcanti, não desistiu de se dizer tutor dos trabalhadores, na qualidade de secretário do Partido Comunista. Sabendo que Paulo Valente ia com a caravana a Barra Mansa, concitou os lavradores a não comparecerem ao local do encontro. Mas seu intento foi frustrado, pois nenhum lavrador ficou em casa, todos se dirigindo ao local do encontro, em frente à casa do grileiro. Mesmo sabendo das ameaças que haviam sido formuladas de que não chegaria vivo até a Fazenda Santo Antônio, Paulo Valente para ali rumou prestigiado pelos bravos metalúrgicos. Enquanto a caravana almoçava, Paulo Valente saiu a pé e sozinho e foi até a sede da colônia, onde o grileiro estava com seus capangas. Lá, perante grande número de lavradores, fez brilhante discurso, aconselhando que ninguém abandonasse a gleba, sem ordem judicial, pois a propriedade será desapropriada dentro de breves dias, por estar a menos de quatro quilômetros da rodovia federal. Sabendo que Paulo Valente tinha partido sozinho para enfrentar o grileiro e seus capangas, Lima Neto e seus companheiros metalúrgicos imediatamente acorreram ao local, sendo os primeiros a chegar. Juntamente com os demais componentes da caravana assistiram Paulo Valente falando aos camponeses, expondo-lhes os direitos que eles possuíam e que o estrangeiro pretendia destruir. O espertalhão John Weider, apossando-se da terra, loteou e logo procurou vender os lotes. Tomou conta da terra dos outros para ganhar dinheiro. Ele, inclusive, porta uma carteira da Luta Democrática, dizendo-se falsamente nosso representante no Estado do Rio. Nunca foi funcionário, nem representante do nosso jornal e, não se sabe como arranjado uma falsa carteira de identificação, vem tentando convencer os lavradores de que é um "nacionalista", embora estrangeiro. Usa o nome do jornal, para conseguir apoio nas camadas decentes das autoridades. Desmascarado, fugiu apressadamente num carro. Os lavradores já instruídos a respeito, não recuarão um palmo na defesa de seus direitos.⁴¹⁰

Dois anos antes, Carminatti e Tenório eram aliados na "defesa" dos lavradores de Santo Antônio, inclusive sendo membros do mesmo partido. Já em 1964, Carminatti reaparece no Luta Democrática como opositor a Tenório, disputando a liderança do movimento na fazenda e a responsabilidade pela expulsão de John. Fica claro que o Luta Democrática buscava mobilizar a resistência dos lavradores como consequência das ações de Paulo e Tenório em relação à propriedade, mantendo ambos como legítimos "portadores" das reivindicações ali expostas.

⁴¹⁰ **Luta Democrática:** Rio de Janeiro, 10 fev. 1964, p. 05.

Ao analisar as mobilizações semelhantes nas décadas de 1950 e 1960, mas da região da Baixada Fluminense, Grynszpan demonstra o estabelecimento de novas percepções acerca do campo e dos seus trabalhadores “que passaram a ser identificados como atores políticos importantes e, por esta via, também móvel da disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentar-se como seus porta-vozes e legítimos representantes.”⁴¹¹ Uma das figuras recorrentes nas mobilizações de Barra Mansa é a de Paulo Valente, que aparece em diversas reportagens do Luta e em notícias de diferentes pontos do Estado do Rio como um defensor dos trabalhadores rurais, seguindo uma dinâmica semelhante àquela utilizada por Tenório para popularizar seu nome entre as camadas populares. O caso de John também não é exclusivo de Santo Antônio; há inúmeras ocorrências de despejo no Rio de Janeiro que estiveram acompanhadas por uma ilegitimidade coordenada por grileiros. A partir do momento em que as terras fluminenses passaram a ser valorizadas pelo trabalho dos lavradores, tornou-se comum o surgimento de uma documentação forjada que exigia a saída dos trabalhadores, com a utilização de recursos que iam desde “ações judiciais - mesmo que não fossem donos de direito -, até a violência direta, exercida tanto pela polícia quanto por jagunços contratados.”⁴¹²

Dessa forma, a reportagem intitulada "Como se estrangula um lavrador?", que deu origem à presente pesquisa, desempenhava uma clara função no contexto eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. Ela foi um elemento central nas narrativas entre grupos políticos, mais especificamente aqueles ligados a Tenório Cavalcanti, com o objetivo de angariar e conquistar o apoio político dos residentes de Santo Antônio. Portanto, a série de notícias com teor denunciativo e sensacionalista tinha como principal propósito a estratégia persuasiva em favor dos interesses políticos de Tenório sobre a região.⁴¹³

Em um prontuário emitido pelo Serviço Nacional de Informações (Agência do Rio de Janeiro), contendo o histórico de ações de Paulo Valente, asilado em Montevidéu após o golpe de 1964, consta que ele:

liderou um grupo de 22 elementos suspeitos de atividades subversivas na Colônia Santo Antônio, Município de Barra Mansa. Êsses elementos, ostensivamente armados, promoveram uma reunião com os colonos da região, fomentando intensa agitação a pretexto de divisão de terras. Dizendo-se Oficial do Exército, portava granadas-de-mão. Regular quantidade de armas, incluindo metralhadora, era conduzida na viatura do grupo de agitadores.⁴¹⁴

⁴¹¹ GRYNSZPAN, Mario. Luta pela terra e identidades sociais. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 5, 1998, p. 265.

⁴¹² *Ibid.*

⁴¹³ A estratégia de Tenório Cavalcanti foi semelhante àquela empregada na Baixada Fluminense, cf. GRYNSZPAN, 1990.

⁴¹⁴ Serviço Nacional de Informações. **Prontuário - Paulo Cavalcanti Valente**. Arquivo Nacional do Brasil: Rio de Janeiro, s/d.

Poucos registros possibilitam compreender o que ocorreu com a Colônia Santo Antônio após os relatos aqui dispostos. Entretanto, dois relatórios técnicos produzidos nos anos 1990 sobre a localidade mencionam os problemas enfrentados pelos lavradores. Um primeiro diz: “Relatam os antigos colonos que, não obstante o incentivo e apoiadas as autoridades, as condições de trabalho eram difíceis e o acesso ao local deixava a desejar”.⁴¹⁵ Já um segundo: “É importante lembrar que nos primeiros anos houve grande êxodo dos colonos porque na época das chuvas as enchentes eram constantes. Perdiam-se as colheitas e não era possível pagar em dia os empréstimos feitos pelos Bancos”.⁴¹⁶ Em um dado testemunho, o lavrador disse ao jornal: “Vários companheiros já foram embora.”⁴¹⁷ Assim, a re-emigração foi característica de Santo Antônio, com famílias que lá chegavam e logo vendiam seus lotes, partindo para outras localidades devido às dificuldades enfrentadas.⁴¹⁸ Com o passar dos anos e a expansão urbana, a colônia se tornou um bairro do município de Barra Mansa, agora não mais formado pelas 45-50 famílias iniciais, mas sim por centenas de famílias dispostas ao longo do vale do rio, entre os novos conjuntos habitacionais e os novos condomínios do local.

A Companhia Progresso Rural permaneceu ativa até 1965, quando sua sede social foi transferida da cidade do Rio de Janeiro para a Fazenda Santo Antônio. Seu nome foi alterado para "Progresso Rural Empreendimentos Agropecuários LTDA", desempenhando uma nova função: administração de bens e assessoria para empreendimentos rurais, além da prestação de serviços auxiliares no campo. Em 1978, dois nomes aparecem na administração: János Vayda e sua esposa.⁴¹⁹ Durante as décadas de 1960 e 1970, Vayda e outros acionistas da Progresso Rural também estiveram envolvidos em projetos relacionados à constituição de um fundo imobiliário baseado em Certificados de Investimentos (*Mutual Investment Trust*), que envolviam Suíça, Liechtenstein e Brasil, por meio da compra e venda de imóveis. O negócio

⁴¹⁵ ROCHA, *op. cit.*

⁴¹⁶ BELLÓ, *op. cit.*

⁴¹⁷ **Luta Democrática**: Rio de Janeiro, 06 jul. 1962, p. 05.

⁴¹⁸ Há registros de pelo menos três famílias que migraram à época de formação e permaneceram nas terras de Santo Antônio: Stornelli, Andrighi e Belló. Os patriarcas das famílias faleceram entre as décadas de 1980 e 1990. Outras famílias retornaram ao país de origem ou migraram para outros Estados brasileiros, cf. ROCHA, *op. cit.*

⁴¹⁹ Companhia Progresso Rural. **Assembleia Geral Extraordinária**. Rio de Janeiro, 29 mar. 1965.; Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. **Contrato - Progresso Rural Empreendimentos Agropecuários**. Complemento do Despacho de 04 de julho de 1978.

incluía a venda de terras destinadas à exploração agrícola, agropecuária e agroindustrial, bem como terrenos destinados à construção de cidades operárias, edifícios e centros comerciais.⁴²⁰

Em Alagoas, no ano de 1969, os investimentos estrangeiros na colônia de Coruripe cessaram. No dia 1º de maio daquele ano, em meio a uma crise financeira, foi agendada uma reunião entre diretores e técnicos para discutir alternativas relacionadas à manutenção da assistência aos colonos e à possível criação de uma destilaria como solução para a crise. Foi durante essa reunião que René Bertholet, aos 62 anos de idade, faleceu subitamente devido a uma congestão cerebral. A Colônia Pindorama continua funcionando como uma cooperativa, na qual a cana-de-açúcar ocupa 50% da área de plantio e permanece como o principal produto comercializado na região.⁴²¹

⁴²⁰ Conforme a concepção do projeto: "a constituição do Fundo IMOBRAS como Fundo Imobiliário, será executado de conformidade com a legislação suíça segundo a praxe usual dos Fundos similares sediados na Suíça." Atuaram no projeto Ignácio de Aragão, ex-diretor da Progresso Rural e funcionário do Banco do Brasil, além de Sérgio Correia da Costa e Euclides Aranha Neto, respectivamente genro e filho de Oswaldo Aranha, cf. Progrebras. **Memorando** - Fiduciária para o fundo IMOBRAS. Rio de Janeiro: 19 jan. 1959, 7p. Nos anos 1970, Vayda também aparece como diretor da "Servir Companhia Auxiliadora de Empreendimentos Imobiliários", ligada a tal fundo, cf. **Diário de Notícias**: Rio de Janeiro, 22 ago. 1972, p. 02

⁴²¹ Obituário - **Diário de Pernambuco**: 03 maio 1969, p. 10.; Sobre a reorganização da colônia após 1970, cf. LIMA, *op. cit.*; Em 1980, o governo federal liberou a verba necessária para a implantação de uma destilaria autônoma de álcool na colônia, cf. **Diário de Pernambuco**: Recife, 10 maio 1980, p. B-5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As descrições minuciosas escritas por René Bertholet, empregado de um jornal de Paris, sobre as prisões nazistas, fomentaram a investigação sobre a criação de círculos formados por militantes socialistas envolvidos com a resistência ao nazifascismo nos anos 1930 e 1940. A prisão de Jean Pittet, um pescador do interior da Suíça, foi o ponto de partida para a compreensão sobre a circulação e criação de impressos contrários à presença nazista na França, possibilitando um rastreamento de um sistema de informações que conectou diferentes países da Europa Central. Por sua vez, a amizade de Regina Kägi com Bertholet oportunizou conhecer os trâmites de ajuda humanitária internacional aos refugiados da Guerra Civil Espanhola e da II Guerra Mundial, que em meio à política de neutralidade suíça, permitiu-se o favorecimento de redes de ajuda aos atingidos pelo conflito e a criação de instituições direcionadas a tal trabalho - uma delas foi a responsável pelo plano de emigração de suábios danubianos do Leste da Europa para o Brasil, da qual Bertholet e János Vayda fizeram parte.

Em 1953, a oportunidade de negócios no Brasil levou à construção de uma empresa privada de colonização chamada Companhia Progresso Rural, criada por Bertholet e Vayda. Naquele ano, a partir de um plano organizado pela própria companhia junto à assistência de órgãos nacionais, como o Conselho de Imigração e Colonização, e órgãos internacionais, como o Comitê Intergovernamental para Migrações Europeias, foi estabelecido uma série de diretrizes para a criação de colônias agrícolas em território brasileiro sob a aprovação do então presidente brasileiro Getúlio Vargas no dia 08 de abril de 1953. Com a instauração da Instrução n.º 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito, que estabeleceu um sistema de taxas múltiplas e leilões de câmbio, viabilizou-se a importação de produtos suíços sob taxas oficiais com ágios variáveis conforme cinco categorias distintas de bens importados.⁴²² Após a distribuição das divisas disponíveis pelo Banco do Brasil, os ágios dos pregões realizados nas bolsas de fundos públicos foram utilizados para o financiamento da modernização da agricultura nacional a juros baixos, envolvendo a compra de insumos, máquinas e outros instrumentos agrícolas, além, claro, da criação das colônias estudadas.

A partir de março de 1954, o projeto do experimento colonizatório começou a se desenvolver com o fim dos leilões de francos suíços e com a constituição de um fundo especial destinado à construção dos empreendimentos. À princípio, três colônias seriam criadas: uma

⁴²² Este processo foi intermediado por uma outra empresa situada em Basileia (Suíça) que estava sob direção dos dois estrangeiros: a Progrebras S.A.

em Alagoas, outra no Rio de Janeiro e uma última no Paraná, no entanto, os recursos desta última foram realocados para a ampliação da colônia alagoana de Pindorama. A Colônia Pindorama, localizada no município de Coruripe (Alagoas) buscou aumentar a produção de certos artigos que influíam diretamente sobre a economia nacional - a colônia se destacou com a produção de coco e maracujá, além da cana-de-açúcar, que posteriormente eram transformados em sucos e outros produtos comercializados na região e no restante do Brasil. Diferentemente de Pindorama, a Colônia Santo Antônio, localizada no município de Barra Mansa (Rio de Janeiro), foi constituída como uma colônia do cinturão verde, ou seja, baseada em uma economia de horticultura realizada em várzea irrigada por aspersão. Abrigou inicialmente 47 famílias de colonos nacionais e estrangeiros que produziam frutas, legumes, verduras e laticínios para o mercado de Barra Mansa e Volta Redonda.

Após o estabelecimento dos trabalhadores nas colônias, foi possível adentrar nas experiências coletivas e individuais de refugiados estrangeiros, imigrantes diversos e brasileiros que trabalharam nas terras das fazendas: o fluxo de japoneses entre São Paulo e Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, as rotas migratórias de famílias étnicas italianas entre a América Latina, os deslocamentos de boias-frias entre plantações da cana-de-açúcar, a política, os problemas e as tensões do cotidiano no espaço rural em duas diferentes regiões brasileiras no período. Trata-se, na realidade, de um estudo que abordou diversas vidas influenciadas de maneira direta e indireta pelos desdobramentos da II Guerra Mundial, desde decisões políticas sobre o refugismo, a expansão nazifascista, o desenvolvimento do setor rural latino-americano ou resoluções econômicas que recaíram sobre a tentativa de acabar com uma crise cambial brasileira.

Como apontado por Carlo Ginzburg, qualquer estrutura social é resultado da interação de inúmeras estratégias individuais, um tipo de tecido que somente pode ser reconstituído por meio de uma observação atenta do pesquisador.⁴²³ Dessa maneira, cada contexto é único e é constituído pela intersecção de infinitas conexões singulares: neste caso, existem inúmeras influências e vínculos locais, regionais e internacionais sobre a criação das duas colônias. São características que se cruzam em diferentes escalas e, portanto, ao "seguir os rastros" de grupos, objetos e ideias possibilitam expandir a percepção sobre o relacionamento entre o tempo e o espaço que estes se inserem.

⁴²³ GINZBURG, Carlo. Microhistory: Two or three things that I know about it. *Critical Inquiry*, v. 20, n. 1, 1993, p. 33.

Anne Gerritsen e Christian De Vito mencionam que “nenhum indivíduo jamais vive em contextos totalmente isolados.”⁴²⁴ A maioria dos trabalhadores nacionais de Pindorama eram de uma mesma região do sul alagoano, onde permaneceram por toda a vida, mas havia ali diversos imigrantes que propiciavam o contato com novos objetos e ideias paulatinamente incorporados no cotidiano daqueles que nunca haviam migrado para outro lugar, tal como o novo sistema de trabalho baseado na cooperativa. A translocalidade de De Vito, já mencionada na introdução desta pesquisa, destaca a necessidade por estudos integrados e conexões de curta, média e longa distâncias dentro e sobre fronteiras, aprimorando o questionamento da divisão local/global por meio dos emaranhados entre as localidades, a natureza das conexões e a relevância das desconexões.⁴²⁵ Embasado em tal ideia, minha intenção recaiu sobre a simultaneidade de diferentes espaços interconectados por meio de circulações nos mais diversos intercâmbios transfronteiriços.

A notícia “Como se estrangula um lavrador”, presente no jornal do interior fluminense, foi o ponto de partida que impulsionou a realização de toda a pesquisa. Diante do exposto, mostra-se um pequeno elemento em detrimento da complexa trama envolvendo a criação das duas colônias brasileiras. O exame da fundação destes espaços permitiu análises sobre políticas migratórias adotadas tanto durante quanto após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a convergência entre uma história rural e uma história global do trabalho ocorreu com a investigação das dinâmicas laborais e das redes transnacionais que moldaram a constituição dos dois espaços agrários. Santo Antônio e Pindorama se mostraram como elementos-chave de elucidação das tentativas de modernização do campo agrário, pois, através das duas localidades, foi possível compreender parte das iniciativas e estratégias empregadas por grandes órgãos governamentais e por empresários rurais que buscaram o desenvolvimento agrícola no período estudado. Além disso, em relação às ações de agências de ajuda humanitária, a pesquisa buscou elucidar os níveis de influência que acontecimentos globais tiveram sobre o surgimento e o cotidiano de comunidades locais. A transnacionalidade implicou na conexão de diferentes países, experiências e contextos que repercutiram sobre uma história das relações de trabalho em uma escala transcontinental, com fluxos migratórios e políticas econômicas delineando a formação das duas colônias.

⁴²⁴ DE VITO, Christian G.; GERRITSEN, Anne. *Micro-Spatial Histories of Labour: Towards a New Global History*. In: DE VITO, Christian G.; GERRITSEN, Anne (Ed.). **Micro-spatial histories of global labour**. Palgrave Macmillan: New York, 2017, p. 7.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 1-28.

Nesta dissertação, sob uma abordagem microanalítica que permitiu o exame de diferentes redes que ultrapassam inúmeras fronteiras, abordei diversos processos que tangenciaram a criação de uma empresa privada de colonização de terras no Brasil e seus empreendimentos. Estudar localmente a fundação de duas colônias agrícolas permitiu determinar influências de processos macrohistóricos em tais localidades. Cada um dos capítulos corrobora para compreensão mais ampla sobre os trâmites necessários para o sucesso do plano de colonização, como a atuação de René Bertholet no movimento sindical entre a França, Alemanha e Estados Unidos - que gerou contatos que derivaram investimentos estrangeiros em Pindorama - ou ainda a participação de Vayda no reassentamento de suábios - que angariou nomes de acionistas oriundos do Banco do Brasil para o experimento. Dessa forma, o caso pesquisado amplia a compreensão de macrofenômenos, como a II Guerra Mundial e seus desdobramentos, em alterações locais que envolveram migrações de trabalhadores, circulação de impressos, esquemas de solidariedade internacional e comércio transnacional de insumos.

FONTES

Dossiês documentais (inclui processos judiciais, correspondências pessoais e diplomáticas, telegramas, ofícios, memorandos, prontuários, registros e relatórios diversos)

1. René Bertholet / Referência do arquivo: C.16-02021 P / Código de referência: E4320B#1990/266#2153*1933-1955 / Origem: Arquivo Federal Suíço (*Schweizerische nazifascismo*).
2. Emigration au Brésil: Progrebras S.A, Bâle (MM. Vayda et Bertholet) / Referência do arquivo: B.55.42.01.06.(2) / Código de referência: E2001E#1970/1#132* / Origem: Arquivo Federal Suíço (*Schweizerische nazifascismo*).
3. Progrebras - Comp. Progresso Rural (1952-1961) / Referência do arquivo: V.1.46 / Código de referência: E2200.67-03#1972/163#205* / Origem: Arquivo Federal Suíço (*Schweizerische nazifascismo*).
4. DFANBSB 1M.0.0.2409 / Origem: Arquivo Nacional do Brasil.
5. DFANBSB V8.MIC / Origem: Arquivo Nacional do Brasil.
6. DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.71039252 / Origem: Arquivo Nacional do Brasil.
7. OA cp 1955.10.25 / Origem: CPDOC.
8. PIDE/DGS. Registo Geral de Presos / Origem: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Iconografia

1. *Europeana: Archiv der sozialen Demokratie*
2. *Zentral und Landesbibliothek Berlin*
3. *Österreichische Nationalbibliothek*

Periódicos

1. Der Republikaner - Mülhauser Volkszeitung
2. Le Peuple: Quotidien du Syndicalisme
3. Sozialistische Warte
4. O Estado de São Paulo
5. O Economista
6. O Dia
7. Correio da Manhã
8. Diário Carioca
9. Luta Democrática
10. Observador Econômico e Financeiro
11. O Semanário
12. Tribuna da Imprensa
13. Terra Livre
14. Última Hora
15. Revista Careta
16. Jornal do Brasil
17. O Mundo Ilustrado
18. Diário de Pernambuco
19. Diário de Notícias
20. Jornal do Commercio

Legislações

- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.009, de 9 de Fevereiro de 1940.
 BRASIL. Decreto-Lei N. 3.059, de 14 de Fevereiro de 1941.
 BRASIL. Decreto-Lei nº 7.293 de 2 de Fevereiro de 1945.
 BRASIL. Decreto nº 39.291, de 1º de Junho de 1956.
 DEUTSCHLAND. Deutsches Reichsgesetzblatt, Teil I, 1867-1945. Nr. 81. Seite 463–469. Berlin, 14 jul. 1933.
 DEUTSCHLAND. Deutsches Reichsgesetzblatt, Teil I, 1867-1945. Nr. 112. Seite 721–727. Berlin, 13 out. 1933.
 PARANÁ. Decreto Estadual nº 125, de 30 de agosto de 1948.

Relatórios e Inventários

1. BELLÓ, Ana Maria. **A História de Santo Antônio**. Relatório Técnico: Barra Mansa, 1993.
2. ROCHA, Allan. **A Colônia Santo Antônio**: Apontamentos históricos e formadores do núcleo de habitação. Relatório Técnico. Barra Mansa: 1991.
3. Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, 2008.

Registros Cartorários e Policiais

1. Barra Mansa (Cartório do 1º Ofício de Barra Mansa e Cartório do 4º Ofício de Barra Mansa)
2. São Paulo (Cartório do 21º Subdistrito de São Paulo)
3. Kensington (General Register Office, Southport)
4. Recife (Delegacia Regional do Estado de Pernambuco)
5. Palmas (Registro Geral de Imóveis de Palmas - Paraná)

Arquivos e Bibliotecas

1. Arquivo Federal Suíço - Berna, Suíça (SFA)
2. Arquivo Nacional, Brasil - Rio de Janeiro, Brasil (AN)
3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Lisboa, Portugal (ANTT)
4. Arquivo da Social Democracia - Berlim, Alemanha (AdsD)
5. Biblioteca Central e Regional - Berlim, Alemanha (ZLB)
6. Biblioteca Nacional Austríaca - Viena, Áustria (ÖNB)
7. Biblioteca Nacional da França - (Gallica), França (BnF)
8. Centro de Documentação e Memória Fazenda da Posse - Barra Mansa, Brasil (CDMFP)
9. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Rio de Janeiro, Brasil (CPDOC)
10. Fundação Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro, Brasil (BN)
11. Instituto Leo Baeck - Nova Iorque, Estados Unidos (LBI)

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo. **A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2015.
- AGUILERA, Manuel. **Compañeros y camaradas: Las luchas entre antifascistas en la Guerra Civil Española**. Madrid: Actas Editorial, 2012.
- ALBA, Victor; SCHWARTZ, Stephen. **Spanish Marxism versus Soviet Communism: A History of the POUM**. New Jersey: Transaction Publishers, 1988.
- ALTED, Alicia. Humanitarian aid: From the Spanish Civil War to the early days of post-war Europe. **Culture & History**, v. 8, n. 2, 2019, p. 01-05.
- ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.
- ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ARIÈS, Philippe. **O tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- ARÓSTEGUI, Julio. **Largo Caballero**. El tesón y la quimera. Barcelona: Debate, 2013.
- ÁZEMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François (Org.) **Vichy et les Français**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1992.
- BALLINGER, Pamela. Entangled or ‘extruded’ histories? displacement, national refugees, and repatriation after the Second World War. **Journal of Refugee Studies**, v. 25, n. 3, p. 366-386, 2012.
- BALTHAZAR, Pedro. **A “cubanização” do Brasil e o mundo rural: a crise do governo Goulart (1961-1964) na imprensa carioca**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.
- BANKO, Catalina. Un refugio en Venezuela: los inmigrantes de Hungría, Croacia, Eslovenia, Rumania y Bulgaria. **Tiempo y Espacio**, v. 26, n. 65, p. 63-75, 2016.
- BANKO, Lauren; NOWAK, Katarzyna; GATRELL, Peter. What is refugee history, now?. **Journal of Global History**, p. 1-19, 2021.
- BARROS, José D'Assunção. Histórias Cruzadas - considerações sobre uma nova modalidade baseada nos procedimentos relacionais. **Anos 90**, v. 21, n. 40, p. 277-310, 2014.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil: sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). **Texto para Discussão**. Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, n. 202, abr. 2012.
- BASTOS, Sênia; PAIVA, Odair; SALLES, Maria Rolfsen. Imigração e política imigratória no Pós-Segunda Guerra Mundial: perfil das entradas e trajetórias. In: BASTOS, Sênia; SALLES,

Maria do Rosário Rolfsen (orgs). **Imigrantes internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial**. Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo / Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BATALHA, Cláudio. Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro's Labour Movement (1906–1920). **International Review of Social History**, v. 62, p. 75-103, 2017.

BENEDINI, Giuseppe Federico. Las Misiones de Asistencia Técnica y la emigración rural italiana en Latinoamérica (1950-1952). **Journal of Agriculture and Environment for International Development (JAEID)**, v. 107, n. 1, p. 115-141, 2013.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOULLOSA, Rosana (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.

BOYD, Monica. Oriental Immigration: The Experience of the Chinese, Japanese, and Filipino Populations in the United States. **International Migration Review**, 5(1), 1971, p. 48–61.

BÖSE, Sama. Neue Wege zur Lösung der Flüchtlingsproblematik. Das donauschwäbische Siedlungsprojekt der Schweizer Europahilfe in Brasilien, 1949-1952. In: HUG, Peter; MESMER, Beatrix. **Von der Entwicklungshilfe zur Entwicklungspolitik**. Berna: Studien und Quellen - Etudes et Sources - Studi e Fonti, 1993, p. 157-174.

BRACHMANN, Jens. **Reformpädagogik zwischen Re-Education, Bildungsexpansion und Missbrauchsskandal: die Geschichte der Vereinigung Deutscher Landerziehungsheime 1947-2012**. Bad Heilbrunn: Verlag Julius Klinkhardt, 2015.

BRENER, Jayme. **Tragédia na Iugoslávia**. Guerra e Nacionalismo no Leste Europeu. São Paulo: Atual, 1993.

CAPUTO, Ana Cláudia. **Desenvolvimento econômico brasileiro e o investimento direto estrangeiro: uma análise da instrução 113 da SUMOC-1955/1963**. 2007. 117f. Dissertação (Mestrado) - Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARNEIRO, André Rocha; ASSIS, Lúcia Maria de. A organização dos comunistas na região Sul Fluminense no período pré-golpe civil-militar (Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí). **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n.20, p. 224-247, jan./abr. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n.2, p. 229-250, 1997.

CHESTER, Eric. **Covert Network: Progressives, the International Rescue Committee and the CIA**. Londres: Routledge, 2016.

COLE, Harry - Nova Cidade Santo Antônio. In: **Revista Arquitetura e Engenharia**. Rio de Janeiro: Ano XI, n. 60, Março/Maio de 1961.

CONNELL, John; MCMANUS, Phil. **Rural revival?** Place marketing, tree change and regional migration in Australia. Routledge, 2016.

CONRAD, Sebastian. **O que é a História Global?** Lisboa: Edições 70, 2019.

DARNEL, Bernard. **Sucesso e insucesso de projetos de colonização em terras tropicais.** Recife, USAID/SUDENE/ANCARPE, 1972.

DEISS, Joseph; FUST, Walter. Le rôle des ONG dans la politique de développement de la Suisse. **Annuaire suisse de politique de développement**, n. 23-2, 2004, p. 117-125.

DE VITO, Christian G.; GERRITSEN, Anne (Ed.). **Micro-spatial histories of global labour.** Palgrave Macmillan: New York, 2017

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Org.). **História Social do Camponato.** Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: editora UNESP, 2009.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História**, v. 71, p. 131-154, 2016.

DREYFUS, Michel. **Histoire de la CGT.** Bruxelles: Édition Complexe, 1995.

ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. O gosto pelo arquivo é poliglota: entrevista com Sanjay Subrahmanyam. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. **Por uma história-mundo.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 47-53, 2015.

EVANS, Richard. **O Terceiro Reich no poder.** São Paulo: Editora Crítica, 2017.

FERNÁNDEZ, Jorge. Nacionalismo, antifascismo e internacionalismo nas Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola (1936 – 1939). **Albuquerque: Revista de História**, v. 5, 2013.

FOITZIK, Jan. **Zwischen den Fronten.** Zur Politik, Organisation und Funktion linker politischer Kleinorganisationen im Widerstand 1933 bis 1939/40. Bonn: Verlag Neue Gesellschaft, 1986.

FRÖSCH, Max. **Guarapuava:** Die Donauschwäbische Flüchtlings-Siedlung in Brasilien. Freilassing: Pannonia Verlag, 1958.

GERALDO, Endrica. **O Perigo Alienígena:** política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. 238 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GIGLIOTTI, Simone. ‘Acapulco in the Atlantic’: Revisiting Sosúa, a Jewish Refugee Colony in the Caribbean. **Immigrants & Minorities**, v. 24, n. 01, p. 22-50, 2006.

GINESY, Robert. **La Seconde Guerre Mondiale et les Déplacements de Populations:** les organismes de protection. Paris: Pedone, 1948. 184p.

GINZBURG, Carlo. Microhistory: Two or three things that I know about it. **Critical Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 10-35, 1993.

GONÇALVES, Williams. A Segunda Guerra Mundial. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O Século XX: O Tempo das Crises. Revoluções, Fascismos e Guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 167-193.

GOSSNER, Walter. Agrária. **Die Siedlung der Donauschwaben im Municip Guarapuava im brasilianischen Staate Paraná**. Bericht über die Ergebnisse der im Auftrage der Schweizer Europahilfe durchgeführten Untersuchung. Jundiaí. März 1952. Mimeo

GRIGOLLI, Mariaviola. **La terra Serena: l'emigrazione trentina in Cile: documenti (1950-1974)**. Trento: Museo storico in Trento/Vesti del Ricordo, 2005.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 2, n. 2, 2001, p. 175-196.

GRYNSZPAN, Mario. **Mobilização Camponesa e a Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)**. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 1987.

GRYNSZPAN, Mario. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.14, p. 73-90, 1990.

GRYNSZPAN, Mario. Luta pela terra e identidades sociais. **História, Ciências, Saúde: Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 5, p. 255-272, 1998.

HAHAMOVITCH, Cindy; HALPERN, Rick. Not a “sack of potatoes”: why labor historians need to take agriculture seriously. **International Labor and Working-Class History**, v. 65, p. 3-10, 2004.

HERBERT, Beda. The Kolping Society and its founder. **The Irish Monthly**, v. 79, n. 940, p. 443-445, 1951.

HUG, Peter; MESMER, Beatrix. Der pluralistische Korporatismus als innenpolitisches Erfolgsrezept in der schweizerischen Entwicklungspolitik. **Schweizerisches Jahrbuch für Entwicklungspolitik**, n. 14, 1995, p. 247-253.

HUHN, Sebastian; RASS, Christoph. The Post-World War II Resettlement of European Refugees in Venezuela: A Twofold Translation of Migration. **Spatialization Processes in the Americas: Configurations and Narratives**, ed. Gabriele Pizarz Ramirez and Hannes Warnecke-Berger, 2018, p. 243-67.

ISHIZU, Tatsuo. **Imigração e ocupação na fronteira do Tapajós: os japoneses em Monte Alegre - 1926-1962**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará (UFPA): Programa de Pós-Graduação em História: Belém, 2007.

IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Yves. **The Palgrave Dictionary of Transnational History**. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

IRIYE, Akira. **Global and transnational history: the past, present, and future**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2013.

IRIYE, Akira. Réflexions sur l'histoire globale et transnationale. **Cahiers d'histoire: revue d'histoire critique**, n. 121, 2013, p. 89-106.

KERSHAW, Ian. **Popular opinion and political dissent in the Third Reich, Bavaria 1933-1945**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

KESTLER, Izabela. **Exílio e literatura: escritores de fala alemã durante a época do nazismo**. São Paulo: EdUSP, 2003.

KNIGHT, Robert. Denazification and integration in the Austrian Province of Carinthia. **The Journal of Modern History**, n. 79 (3), 2007, p. 572-612.

KOCH, Stephen. **Double lives: Stalin, Willi Münzenberg and the seduction of the intellectuals**. New York: Harper Collins, 1996.

KOIFMAN, Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados. *História e Construção de memória*. **Acervo**, Rio de Janeiro, n. 30(2), p. 71-88, 2017.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 48. p.73-100, dez. 2004.

KUDAISSYA, Gyanesh. 'The Demographic Upheaval of Partition: Refugees and Agricultural Resettlement in India, 1947-67,' **Journal of South Asian Studies** 18, supplement issue, 1995.

KUNTZ-FICKER, Sandra. Mundial, transnacional, global: Un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Débats, mis en ligne le 27 mars 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66524>. Acesso em: 11 maio 2022.

LABORIE, Pierre. **Les Français sous Vichy et l'Occupation**. Toulouse: Milan, 2003.

LAGO, Pedro Aranha Corrêa. **A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influência na condução da política econômica 1945-1965**. Rio de Janeiro, PUC, 1982. 226p. Dissertação (Mestrado) PUC-Rio, Depto de Economia, Rio de Janeiro, 1982.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) - Contornos Diplomáticos**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), 1990.

LENHARO, A. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. **Política e interesses**. As Associações Industriais, a política econômica e o Estado na industrialização brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LESSER, Jeff. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

LIMA, Conceição Maria Dias de. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama - Alagoas**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne. Essor et déclin du syndicalisme révolutionnaire. **Le Mouvement Social**, p. 3-36, 1992.

LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. **Prolegomena for a Global Labour History**. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999.

LINDEN, Marcel van der. The Promise and Challenges of Global Labor History. **International Labor and Working Class History**, v. 82, p. 57-76, 2012.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

LINDNER, Heiner. "**Um etwas zu erreichen, muss man sich etwas vornehmen, von dem man glaubt, dass es unmöglich sei**": Der Internationale Sozialistische Kampf-Bund (ISK) und seine Publikationen. Bonn: Friedrich Ebert Stiftung, 2006.

LUCCHESI, Maria Cecília. **Em defesa do planejamento: ressonâncias britânicas e a trajetória profissional de Harry James Cole**. (Tese de Doutorado). São Carlos, SP: EESC-Universidade de São Paulo, 2009.

MALAN, Pedro. **Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. **Anais do Museu Paulista (Impresso)**, São Paulo, v. 13, n.2, p. 165-188, 2005.

MATTA, Roberto da. Carnavais, **Malandros e Heróis**: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1995.

MICHELETTI, Stefano. Del sueño de la tierra propia a la proletarización: la colonia agrícola italiana de San Manuel de Parral (1950-1960). **Historia** 396, v. 11, n. 2, p. 361-392, 2021.

MICHELZ, Johanna Elizabeth. **Campesinato X Agricultura Capitalista em Entre Rios – 1951 a 1985**. Monografia. Guarapuava: Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciência e Letras de Guarapuava, 1989.

MONTEIRO, Marcio Lauria. A história esquecida do trotskismo na Revolução Espanhola: o POUM e os "bolchevique-leninistas". **Izquierdas** (Santiago), v. 10, 2017, p. 1-17.

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Org.). **História Social do Campesinato**. Formas de Resistência Camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: editora UNESP, 2009.

NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços** (UFSC), Florianópolis, v. 10, p. 29-51, 2002.

NOWAK, Katarzyna. 'We Would Rather Drown Ourselves in Lake Victoria': Refugee Women, Protest, and Polish Displacement in Colonial East Africa, 1948–49. **Immigrants & minorities**, v. 37, n. 1-2, p. 92-117, 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 1988.

OGBORN Miles. **Global lives: Britain and the world, 1550-1800**, Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

OLIVA, Gianni. **Esuli: dalle foibe ai campi profughi: la tragedia degli italiani di Istria, Fiume e Dalmazia**. Milano: Edizioni Mondadori, 2009.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. **Estado Brasileiro e os Fluxos Migratórios Internacionais: produção e circulação de discursos, categorizações jurídicas e economias morais**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020.

OLIVEIRA, Aline Passuelo de. Colonos, imigrantes, estrangeiros, refugiados e portadores de visto humanitário: os fluxos migratórios em direção ao Brasil no período republicano a partir das categorizações jurídicas. **Migraciones**, v. 6, n. 1, p. 61-92, 2022.

PAXTON, Robert. **La France de Vichy, 1940-1944**. Paris: Seuil, 1997.

PEREIRA, Joana Dias. O Sindicalismo Revolucionário e a crise do liberalismo: os casos de estudo português e brasileiro. **Historiæ**, v. 2, n. 3, p. 197-228, 2011.

PEREIRA, Maria Lúcia. **Pindorama, nossa história, terra e gente**. Maceió: Gráfica Maciel, 1985.

POGGIOLI, Morgan. Entre massification et innovations: La communication de la CGT durant le Front populaire. Propagande, information, communication. Cent ans d'expériences de la CGT. **Institut d'Histoire Sociale de la CGT**, Montreuil, v. 1, p. 01-12, 2009.

PRESTES, Anita Leocádia. **Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

PUPO, Raoul; SPAZZALI, Roberto. **Foibe**. Milano: Edizioni Mondadori, 2003.

QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2015, v. 1, p. 77-95.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

REIMERS, David. Post-World War II immigration to the United States: America's latest newcomers. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 454, n. 1, p. 1-12, 1981.

REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (Org.). **O Século XX: O Tempo das Crises. Revoluções, Fascismos e Guerras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In REVEL, Jacques (ed.) **Jogos de Escalas**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998: 15-38.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, p. 434-444, set./dez. 2010.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas da roça ao Presidente: os camponeses ante Vargas e Perón. **Revista de História Comparada (UFRJ)**, v. 01, n. 02, p. 47-70, 2007.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk; SECRETO, Maria Verónica. (Org.). **Agrarismos**. estudos de história e sociologia do mundo rural contemporâneo. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. **Resistência: memória da ocupação nazista na França e na Itália**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Historiadores Franceses na Zona Cinzenta: Lembranças da Guerra. **Rev. Hist. (São Paulo)**. 2017, n. 176, p. 01-36.

RÖDER, Werner. **Die deutschen sozialistischen Exilgruppen in Großbritannien**. Ein Beitrag zur Geschichte des Widerstandes gegen den Nationalsozialismus. Hannover: Verlag für Literatur und Zeitgeschehen, 1968.

ROUSSO, Henry. **The Vichy Syndrome: History and Memory in France Since 1944**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. Relaciones internacionales y política interna: Los neutrales en la Segunda Guerra Mundial, un estudio de caso. **Foro Internacional**, p. 63-103, 2001.

RÜTHER, Martin et al. (Ed.). **Deutschland im ersten Nachkriegsjahr**: Berichte von Mitgliedern des Internationalen Sozialistischen Kampfbundes (ISK) aus dem besetzten Deutschland 1945/46. München: Saur Verlag, 1998.

SALGADO, Luís Manuel Calvo. Swiss humanitarian aid during the Spanish Civil War: The journey of Anna Siemsen and Regina Kägi-Fuchsmann. **Culture & History**, v. 8, n. 2, p. 01-14, 2019.

SAMPAIO, Leonardo. Uma tentativa de aferição de eficiência e eficácia administrativas a nível do desenvolvimento rural integrado. **Cadernos Ômega**, Recife, v.3, n.1-2, p. 249-256, jan./dez. 1979.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Amanda Pereira dos. A Fundação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 18, p. 120-145, 2017.

SAUNIER, Pierre-Yves. **Transnational History**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada**: os japoneses no Brasil. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

SCHACHT, Siegfried. Agrarkolonisation in der Zona da Mata Nordostbrasilien am Beispiel der Kolonie Pindorama. **Geographische Zeitschrift**, n. 68, p. 54-76, 1980.

SCHILDE, Kurt. **Vom Columbia-Haus zum Schulenburgring: Dokumentation mit Lebensgeschichten von Opfern des Widerstandes und der Verfolgung von 1933 bis 1945 aus dem Bezirk Tempelhof**. Berlin: Hentrich, 1987.

SCHOLL, Inge. **A Rosa Branca**: a história dos estudantes alemães que desafiaram o nazismo. São Paulo: Editora 34, 2014.

SEIGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. **Radical History Review**, n. 91, p. 62-90, 2005.

SÉMELIN, Jacques. Qu'est-ce que 'résister'? **Esprit**, Paris, n. 198, jan. 1994.

SERRA, Elpídio. Um pouco da história do cooperativismo agrícola. **Boletim de Geografia (UEM)**, v. 13, n. 1, p. 55-62, 1995.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura (org). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 1, p. 01-20, 2008.

SHADLE, Brett. 'Reluctant Humanitarians: British Policy Toward Refugees in Kenya During the Italo-Ethiopian War, 1935–1940,' **The Journal of Imperial and Commonwealth History** 47, no. 1, 2019, p. 167–86.

SIGAUD, Lygia. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: FAPESP, 1999.

SPAGNOLO, Carlo. **La stabilizzazione incompiuta: il piano Marshall in Italia (1947-1952)**. Roma: Carocci, 2001.

SPERANZA, Clarice. O Afluxo de refugiados e “deslocados de guerra” para as minas de carvão do Rio Grande do Sul ao fim da II Guerra. **Varia Historia**, v. 37, p. 565-590, 2021.

STEIN, Marcos. "**O Oitavo Dia**": Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Tese (Doutorado) - História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: space and scale in transnational history. **The International History Review**, v. 33, n. 4, p. 573-584, 2011.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 31, n. 1, p. 735-762, 1997.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos avançados**, v. 5, p. 57-79, 1991.

TOMPOROSKI, Alexandre et al. Crescimento e contribuições do setor cooperativista no município de Concórdia, Santa Catarina. **Revista Húmus**, v. 9, p. 64-78, 2019.

TRIVELLATO, Francesca. “Is there a future for Italian microhistory in the age of global history?” **California Italian Studies**, n.1, p. 01-26, 2011

VAGTS, Detlev. Switzerland, International Law and World War II. **The American Journal of International Law**, 91(3), p. 466–475, 1997.

VIANNA, Sérgio Besserman. **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

VIDAL, César. **Las Brigadas Internacionales**. Madrid: Espasa-Calpe, 1998.

WAGNER, Walter. **Der Volksgerichtshof im nationalsozialistischen Staat**. Erw. Neuausg, München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011.

WARLIK, Wanda. **Displacement and the Second World War: Polish refugees in Africa**. Tese (Doutorado) em História: University of Western Australia, Perth, 2019.

WEIZMANN, Herzel. **Italiani alla conquista della floresta**. Una colonizzazione promossa da italiani in Costa Rica: San Vito de Java, Milano, 1985.

WELCH, Clifford. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. **International Labor and Working-Class History**, v. 70, n. 1, 2006, p. 35-60.

WELCH, Clifford. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas e Resistências**, v. 1, p. 60-75, 2006.

WELCH, Clifford. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WÜNSCHMANN, Kim. **Antes de Auschwitz**: os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial. Lisboa: Edições 70, 2016.

ZAHRA, Tara. "Prisoners of the Postwar": Expellees, Displaced Persons, and Jews in Austria after World War II. **Austrian History Yearbook**, n. 41, 2010, p. 191-215.